



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL

**AS INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS NA CONTRARREFORMA DO
ENSINO SUPERIOR PÚBLICO NO BRASIL**

JUCILEIDE FERREIRA DO NASCIMENTO

BRASÍLIA/DF
ABRIL DE 2017

JUCILEIDE FERREIRA DO NASCIMENTO

**AS INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS NA CONTRARREFORMA DO
ENSINO SUPERIOR PÚBLICO NO BRASIL**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Política Social.

Orientadora: Professora Dr^a. Ivanete Salete Boschetti

BRASÍLIA/DF
ABRIL DE 2017

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

J91i Ferreira do Nascimento, Jucileide
 As incubadoras universitárias na contrarreforma
do ensino superior público no Brasil / Jucileide
Ferreira do Nascimento; orientador Ivanete Salete
Boschetti. -- Brasília, 2017.
 282 p.

 Tese (Doutorado - Doutorado em Política Social) --
Universidade de Brasília, 2017.

 1. Universidade . 2. Economia Solidária. 3.
Incubadora Universitária . 4. Ensino superior
público . 5. Neoliberalismo. I. Salete Boschetti,
Ivanete , orient. II. Título.

JUCILEIDE FERREIRA DO NASCIMENTO

**AS INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS NA CONTRARREFORMA DO
ENSINO SUPERIOR PÚBLICO NO BRASIL**

Banca Examinadora

Profa. Dra. Ivanete Salete Boschetti (UnB)

Doutora em Sociologia / École des Hautes Études em Sciences Sociales/ França

Prof. Dr. Erlando Rêses da Silva (UnB)

Doutorado em Sociologia/ Universidade de Brasília (UnB)

Profa. Dra. Kátia Regina de Souza Lima (UFF)

Doutora em Educação/ Universidade Federal Fluminense (UFF)

Profa. Dra. Sandra Oliveira Teixeira (UnB)

Doutora em Serviço Social/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Profa. Dra. Daniela Neves de Souza (UFRN) - Suplente

Doutora em Serviço Social/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Para os meus melhores frutos – meus
filhos, João Fernando e Antônio Pedro – e
para minha irmã Jucilene Nascimento.

AGRADECIMENTOS

A minha querida professora orientadora, **Ivanete Boschetti**, por ter se tornando, ao longo da minha formação, a minha grande referência intelectual e, ao mesmo tempo, uma grande amiga e interlocutora dos desafios e angústias da minha vida pessoal, acadêmica e militante. Para você, **Iva**, a formalidade de uma folha de agradecimento não é suficiente para expressar a imensidão de sentimentos despertados durante mais esta fase de estudos que contou com a sua segura e crítica orientação.

Aos membros da Banca, que se colocaram à disposição para contribuírem com este estudo. Seus conhecimentos como pesquisadores e militantes políticos em prol da educação pública fizeram a diferença nos novos caminhos adotados por esta pesquisa após o seu exame de qualificação. As produções acadêmicas dos mesmos foram bússola para a minha pesquisa.

À professora Doutora Sandra Teixeira, pelas contribuições no exame de qualificação da tese com elementos essenciais para o diálogo com os autores clássicos utilizados nesta pesquisa.

À professora Doutora Daniela Neves, pelas instigantes questões na banca de qualificação e por seus estudos acerca do tema da economia solidária cujas descobertas foram basilares para a elaboração deste estudo.

Ao professor Doutor Erlando Rêses, pelo envio de importantes contribuições no exame de qualificação da tese, apontando novos elementos que foram incorporados na elaboração do presente trabalho.

À professora Doutora Kátia Lima, pelas sugestões e críticas emitidas no parecer de qualificação da tese, uma vez que suas contribuições foram profícuas para os caminhos adotados nesta pesquisa.

Ao Colegiado de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), pela minha liberação durante os quatro anos (04) necessários para o meu processo de capacitação doutoral. Agradeço individualmente a cada docente membro desse colegiado que nesse período, direta

ou indiretamente, assumiram de forma exitosa as lacunas deixadas pelo meu afastamento.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC), pela concessão de bolsa por meio do Programa de Formação Doutoral Docente (Prodoutoral, Portaria n.140 de 02 de outubro de 2013), durante parte (30 meses) do período de afastamento docente para a realização dos estudos doutorais.

Ao Decanato de Pesquisa e Pós- Graduação (DPP) da Universidade de Brasília (UnB), pela concessão de auxílio financeiro para estudantes em desenvolvimento de estudos e pesquisa (Edital 02- 2016), cujos recursos foram utilizados para pesquisa de campo (realização de entrevistas, transcrição etc.) e participação em eventos nacionais importantes acerca da temática da tese.

Aos meus colegas do Programa de Pós-graduação em Política Social (PPGPS/SER/IH/UnB), pelas descobertas e angústias oriundas dessa fase instigante de produção do conhecimento, e pelas nossas necessárias e merecidas farras nesse quadrado do planalto central, em especial, **Pedro Flores, o meu querido Tatu, Vanda Michele Burginski, Fabiana Esteves Boaventura, Damásio Neto, Matheus Magalhaes, Anderson Cavalheiro, Júlio Cesar, Blenda Peixoto, Marina Leite, Janisse Carvalho, Carlos Alberto, Rafaela Bezerra e Diego Piedade.**

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Seguridade Social e Trabalho da Universidade de Brasília (GESTT/UnB), de cuja primeira composição, em 2000, eu fiz parte como discente (bolsista PIBIC). Agradeço por ter me ensinado os primeiros caminhos da pesquisa e por ter despertado a minha vocação pela docência. Aos membros do GESTT – docentes e discentes – agradeço especialmente por serem interlocutores importantes para as minhas reflexões acerca da teoria social crítica, das políticas sociais e das lutas em defesa dos direitos sociais.

Aos funcionários técnico-administrativos do Departamento de Serviço Social da UnB, em especial **Domingas Carneiro Teixeira**, pela sempre atenta e eficiente disponibilidade desde o meu primeiro contato com a UnB, no período da minha graduação e agora nessa fase do doutorado. A sua contribuição foi essencial para o

êxito nos tramites administrativos necessários durante a minha permanência como discente do Programa.

Aos meus pais (*in memoriam*), **Maria Clemenés Nascimento e Enodino Gomes**, trabalhadores brasileiros que nunca tiveram acesso ao ensino público, gratuito, laico e de qualidade, mas que, sem perceber, nutriram em mim uma busca incessante pelo conhecimento, mesmo que para eles isso pudesse ser: *“arriscado para uma menina”*.

Às minhas seis irmãs, com cujas disputas e consensos desde a infância me ensinaram a buscar com determinação o meu lugar no mundo. E de forma muito especial a minha mana **Jucilene Nascimento**, que desde a fase inicial, quando eu sonhava em fazer o doutorado na UnB, já sofria com os óbices que eu teria que enfrentar e se alegrava com os meus êxitos. Te agradeço muito e digo que o meu projeto de doutorado acabou se tornando um sonho nosso; e afirmo mais uma vez que você, por ser tão diferente de mim, acaba me completando.

Ao meu querido cunhado, **João Alberto**, pela leitura atenta e paciente ao conteúdo desta tese. Sua colaboração foi essencial para o formato e organização deste trabalho.

À minha querida “boadrasta”, **Maria da Conceição Paganele**, pelo carinho e cuidado que teve comigo e com os meus filhos nessa fase final da tese. A sua presença em nossas vidas está sendo um alento e um doce porto seguro que todos buscam se refugiar.

Às pequenas e grandes paixões (correspondidas ou não) que durante os quatro anos dos estudos doutorais alimentaram a minha alma e não me fizeram perder a ternura mesmo durante a fase mais árida da elaboração da tese.

À minha querida amiga irmã **Heleni Ávila**, por ser a minha irmã de coração, companheira e cúmplice das minhas vitórias e derrotas. Como é bom saber que sempre posso contar com você, sem críticas e repressões ao meu jeito *“Juci, de ser”* |*Afinal, “quem anda no trilho é trem de ferro. Sou água que corre entre pedras-liberdade caça jeito” (Manoel de Barros).*

Aos meus filhos, **João Fernando e Antônio Pedro**, por compreenderem o meu jeito de exercer a maternidade. Dedico esta tese para vocês dois e acredito que um dia vocês irão descobrir que as minhas ausências são necessárias para que eu continue sendo o que sou. Nos livros e nas ruas eu consigo forjar as armas necessárias para as lutas coletivas cotidianas em prol de uma sociedade mais justa. É essa sociedade igualitária que eu acredito, defendo para vocês (meus filhos) e para todas as crianças e jovens que são parte do futuro deste país.

E por fim, dedico esta tese aos docentes brasileiros, trabalhadores e trabalhadoras que em seu cotidiano enfrentam com coragem e determinação os óbices encontrados para materializar a educação pública, gratuita, laica e de qualidade nas instituições de ensino deste país.

“A ciência não é um conjunto de procedimentos destinados a embelezar ou escamotear a realidade. Cabe à ciência lidar com fatos, embora isso implique perder a elegância e sujar as mãos.”

Ruy Mauro Marini.

RESUMO

A presente Tese de doutorado tem como objeto a configuração da universidade pública federal brasileira na contemporaneidade e a sua relação com projetos e ações de “Economia Solidária” desenvolvidas no âmbito das incubadoras universitárias. Este estudo fomentou um debate acerca do papel da universidade pública federal em um cenário neoliberal no Brasil e a sua relação com as ações e projetos de “economia solidária” desenvolvidos no âmbito das incubadoras universitárias, identificando que esses projetos são processualidades históricas que precisam ser desvendadas em sua íntima conexão com o contexto econômico, social, cultural e político. A pesquisa adotou como recorte temporal o período de 1990 a 2014, e as dimensões balizadoras dessa análise foram: o papel da universidade pública federal brasileira, a influência do ideário neoliberal nas funções precípuas das universidades (pesquisa, ensino e extensão), a natureza das ações e programas de economia solidária desenvolvidos pelas incubadoras universitárias. Também é discutido no presente trabalho o papel do Estado e a direção que o mesmo vem adotando nas políticas sociais no cenário contemporâneo de crise do capital no Brasil. Foi feita análise acerca da trajetória histórica da educação superior no Brasil e os óbices enfrentados por essa política social na materialização do acesso ao ensino superior laico, gratuito e de qualidade, bem como os impactos da contrarreforma do ensino superior no Brasil após os anos noventa e os desdobramentos desse processo para as ações de extensão, ensino e pesquisa. Discutimos a relação entre política social de economia solidária no Brasil e as ações precípuas das universidades, bem como os riscos dessas se tornarem, nos termos de Chauí (2003), uma organização cuja função é operacional. À guisa de conclusão, entre outras coisas as reflexões revelaram que: a perenidade dos recursos para o financiamento das ações das incubadoras universitárias é o principal óbice para a continuidade das ações dessa natureza; a militância política dos docentes é um dos principais fatores que impulsionam as ações e projetos de economia solidária no âmbito das universidades públicas federais mesmo diante da escassez de recursos e da sobrecarga de trabalho que os professores assumem nas incubadoras universitárias. E por fim o estudo revela que os últimos acontecimentos políticos e o cenário econômico brasileiro é ainda mais adverso para a garantia dos direitos sociais em especial o direito à educação pública, gratuita e laica de qualidade. Nesse contexto de crise do capital a contrarreforma do ensino superior no Brasil é uma dura realidade e as ações e projetos de economia solidária no âmbito das incubadoras universitárias contribuem de forma escamoteada para que a contrarreforma seja concretizada.

Palavras-Chave: Universidade. Incubadoras Universitárias. Neoliberalismo. Economia Solidária.

ABSTRACT

This Doctorate Thesis has as object the configuration of Brazilian federal public university in contemporary times and its relationship with projects and actions of "Solidarity Economy" developed within the university incubators' environment. This study fostered a debate about the role of the federal public university in a neoliberal scenario in Brazil and its relationship with the actions and projects of "solidarity economy" developed in the university incubators' environment, identifying that said projects are historical processualities that need to be unveiled in their close connection with the economic, social, cultural and political context. The research adopted as a temporal scope the period from 1990 to 2014, and the main dimensions of such analysis were: the role of Brazilian federal public university, the influence of neoliberal ideology on the primary functions of universities (research, teaching and outreach), the nature of actions and programs of solidarity economy developed by university incubators. The role of the State and the direction that it has been adopting in social policies in the contemporary scenario of capital crisis in Brazil were also discussed. In addition, this work analyzed the historical trajectory of higher education in Brazil and the obstacles faced by this social policy towards the materialization of access to free and high-quality secular higher education, as well as the impacts of the counter-reform in higher education in Brazil from the 1990s on and the unfolding of this process for actions of outreach, teaching and research. The relationship between Brazil's social policy of solidarity economy and the basic actions of universities have been discussed, as well as the risks of these actions becoming, similar to what Chauí (2003) described, an organization whose function is only operational. As a conclusion, among other things, the reflections revealed that the perennality of resources to finance the university incubators' actions is the main obstacle to the continuity of actions of such nature; the professors' political activism is one of the main factors that drive solidarity economy actions and projects within federal public universities, even in the face of the scarcity of resources and the overload of work that they take on in the university incubators. Finally, the study reveals that the latest political events and the Brazilian economic scenario have been even more adverse for the guarantee of social rights, especially the right to free, secular public education of quality. Within this context of capital crisis, the counter-reform of higher education in Brazil has become a harsh reality, and the actions and projects of solidarity economy in the environment of university incubators contribute, in a hidden way, to the counter-reform accomplishment.

Keywords: University. University Incubators. Neoliberalism. Solidarity Economy.

RESUME

Cette thèse de doctorat vise à proposer une configuration de l'université publique brésilienne dans la société contemporaine aussi bien que son rapport aux projets et aux actions de «l'Économie Solidaire» développés dans les incubateurs universitaires. Cette étude a stimulé un débat sur le rôle de l'université publique fédérale dans un scénario néolibéral au Brésil et son rapport aux actions et aux projets de «l'économie solidaire» développés au sein des incubateurs universitaires, en identifiant dans ces projets des procédures historiques qui doivent être démêlées dans son connexion intime avec le contexte économique, social, culturel et politique. La recherche a adopté comme découpage temporel la période de 1990 à 2014, et les dimensions délimitant cette analyse sont: le rôle de l'université publique fédérale brésilienne, l'influence de la pensée néolibérale sur les principales fonctions des universités (la recherche, l'enseignement et l'extension), la nature des actions et des programmes d'économie solidaire développés par les incubateurs universitaires. On peut retrouver aussi dans cette étude une discussion sur le rôle de l'État et la direction qu'il prend en ce qui concerne les politiques sociales au milieu du scénario contemporain de crise du capital. Nous avons analysé la trajectoire historique de l'enseignement supérieur au Brésil et les entraves confrontés par cette politique sociale dans la matérialisation de l'accès gratuit à l'enseignement supérieur, laïque et de qualité, ainsi que l'impact de la contre-réforme de l'enseignement supérieur au Brésil, après les années nonante et les déploiements de ce processus pour les actions de l'extension, l'enseignement et la recherche. Nous avons discuté le rapport existant entre la politique sociale de l'économie solidaire au Brésil et les principales actions des universités, aussi bien que les risques que courent celles-ci de devenir, selon Chauí (2003), une organisation réduite à sa fonction opérationnelle. Pour conclure, ces réflexions ont révélé, entre autres, que: la pérennité des ressources pour le financement des actions des incubateurs universitaires est le principal obstacle à la continuité des actions de cette nature; le militantisme politique des enseignants c'est l'un des principaux facteurs qui stimulent les actions et les projets de l'économie solidaire au sein des universités publiques fédérales, même devant le manque de ressources et la surcharge de travail que les professeurs subissent dans les incubateurs universitaires. Finalement, il ressort de l'étude que les derniers événements politiques et l'économie brésilienne sont encore plus défavorable à l'assurance des droits sociaux, en particulier, le droit à l'éducation publique, gratuite et laïque de qualité. Dans ce contexte de crise du capital, la contre-réforme de l'enseignement supérieur au Brésil se présente comme une tâche bien difficile d'accomplir et les actions et les projets de l'économie solidaire menés au sein des incubateurs universitaires, de façon voilée, contribuent à la concrétisation de cette contre-réforme.

Mots clefs: Université; Incubateurs Universitaires; Néolibéralisme; Économie Solidaire.

RESUMEN

Esta tesis doctoral tiene como objeto la configuración de la universidad pública federal brasileña en la sociedad contemporánea y su relación con los proyectos y las acciones de "Economía Solidaria" desarrollados dentro de las incubadoras universitarias. Este estudio ha fomentado un debate sobre el papel de la universidad pública federal en un escenario neoliberal en Brasil y su relación con las acciones y proyectos de "economía solidaria" desarrollados en las incubadoras universitarias, identificando que dichos proyectos son procesualidades históricas que deben ser desveladas en su íntima conexión con el contexto económico, social, cultural y político. La investigación adoptó como recorte temporal el período de 1990 a 2014, y las dimensiones balizadoras de ese análisis fueron: el papel de la universidad pública federal brasileña, la influencia del ideario neoliberal en las funciones precipuas de las universidades (investigación, enseñanza y extensión), la naturaleza de las acciones y programas de economía solidaria desarrollados por las incubadoras universitarias. También se ha discutido el papel del Estado y la dirección que el mismo ha estado adoptando en la implementación de políticas sociales en el escenario contemporáneo de crisis del capital en Brasil. Se ha analizado la trayectoria histórica de la educación superior en Brasil y los obstáculos enfrentados por esa política social en la materialización del acceso a la educación superior laica, gratuita y de calidad, así como el impacto de la contrarreforma de la educación superior en Brasil después de los años noventa y los desarrollos de ese proceso para las acciones de extensión, enseñanza e investigación. Se ha discutido la relación entre la política social de la economía solidaria en Brasil y las principales acciones en las universidades, así como los riesgos de que éstas se conviertan, según Chauí (2003), en una organización cuya función es operacional. Como conclusión, entre otras cosas, las reflexiones revelaron que: el sostenimiento de los recursos para el financiamiento de las acciones de incubadoras universitarias es el principal obstáculo para la continuación de tales acciones; la militancia política de los profesores es uno de los principales factores que impulsan las acciones y proyectos de economía solidaria desarrolladas en el ámbito de las universidades públicas federales aun ante de la escasez de recursos y la sobrecarga de trabajo que asumen en incubadoras universitarias. Por último, el estudio revela que las últimas novedades políticas y el escenario económico brasileño son aún más desfavorables para la garantía de los derechos sociales, en particular, el derecho a la educación pública, gratuita y laica de calidad. Y, en este contexto de crisis del capital, la contrarreforma de la enseñanza superior en Brasil es una dura realidad y las acciones y proyectos de economía solidaria desarrollados en el ámbito de las incubadoras universitarias contribuyen de forma encubierta para que la contrarreforma se concrete.

Palabras clave: Universidad. Incubadoras Universitarias. Neoliberalismo. Economía Solidaria.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Razões que motivaram a criação do EES.....	32
Tabela 2	Censo da Educação Superior 2015 - Número de Instituições de Educação Superior por Organização Acadêmica e Categoria Administrativa da IES – 2015.....	112
Tabela 3	Principais atividades das economias solidárias no Brasil, por macrorregião.....	137
Tabela 4	Tipos de ações e Projetos desenvolvidos nas Incubadoras.....	144
Tabela 5	Número de Entidades de Apoio e Fomento por Tipo de Vínculo	150
Tabela 6	Forma de vinculação na estrutura organizacional interna.....	159
Tabela 7	Lista das incubadoras pesquisadas – Macrorregião.....	160
Tabela 8	Vinculação Institucional das Incubadoras às Universidade.....	162
Tabela 9	Instituições de Ensino que atuam na Economia Solidária com financiamento da Senaes- MTE.....	166
Tabela 10	Execução Orçamentária Senaes – Ação Fomento à Incubadora de EES 2008- 2011.....	168
Tabela 11	Execução Orçamentária – Ação Fomento à Incubadora de EES 2012- 2015 - Valores Pagos (em milhões de reais).....	174
Tabela 12	Propostas Enviadas para o Proext/ MEC e quantidade de Propostas aprovadas na Linha de Economia Solidária.....	180
Tabela 13	Número total dos empreendimentos incubados segundo o segmento econômico.....	188
Tabela 14	Produção bibliográfica dos Docentes das Incubadoras Universitárias.....	217
Tabela 15	Execução Orçamentária Senaes – Ação Fomento à Incubadora de EES 2008- 2011.....	281
Tabela 16	Execução Orçamentária – Ação Fomento à Incubadora de EES 2012- 2015.....	281

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Principais instrumentos normativos que alteraram a política de educação superior no Brasil (1990-2014).....	98
Quadro 2	Concepção de extensão nas Instituições Públicas de Educação Superior – 1993.....	116
Quadro 3	Editais do ProExt/MEC com as linhas temáticas.....	178
Quadro 4	Relação das incubadoras universitárias em Ifes segundo o vínculo nas Redes.....	185
Quadro 5	Ações e projetos das incubadoras pesquisadas.....	191

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Taxa de desemprego média – 1985-2014.....	124
Figura 2	Processo histórico de constituição e institucionalização das ações de economia solidária.....	126
Figura 3	Formas de organização da economia solidária no Brasil.....	129
Figura 4	Relações entre as entidades ligadas à economia solidária.....	130
Figura 5	Linha do tempo da Senaes.....	134
Figura 6	Área de abrangência das ações da Senaes, com destaque para o Proninc.....	155

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Distribuição das respostas por foco.....	146
Gráfico 2	Localização das incubadoras.....	147
Gráfico 3	Recursos do Proninc 2005 – 2010.....	165

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Andes	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Anteag	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
Cefet	Centro Federal de Educação Tecnológica
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Conaes	Conferência Nacional de Economia Solidária
DED	Departamento de Estudos e Divulgação (da Senaes/MTE)
EES	Empreendimento Econômico-Solidário
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ES	Economia solidária
FBB	Fundação Banco do Brasil
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FEESs	Fóruns Estaduais de Economia Solidária
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Fies	Fundo de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
Finep	Financiadora de Estudos e Projetos (MCT)
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
Fundef	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
IF	Instituto Federal
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOA	Lei Orçamentária Anual
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia – atualmente Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário – atualmente Desenvolvimento

	Social e Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – anexado ao MDA
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego – atualmente do Trabalho
Pnaes	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PPA	Plano plurianual
PPES	Políticas públicas de economia solidária
Proger	Programa de Geração de Emprego e Renda (MTE)
Prouni	Programa Universidade para Todos
SAN	Segurança alimentar e nutricional
Senaes	Secretaria Nacional de Economia Solidária (MTE)
Sesan	Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (MDS)
Sies	Sistema de Informações em Economia Solidária
Sinaes	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TCU	Tribunal de Contas da União
TS	Tecnologia social
Unicafes	União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária
Unisol	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	21
1	PARTICULARIDADES DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL EM CONTEXTO DE CRISE DO CAPITAL.....	40
1.1	Padrão de acumulação capitalista e o Estado contemporâneo.....	40
1.2	Estado Brasileiro, afinal que país é esse?.....	49
1.3	Questão Social e Política Social, uma relação necessária.....	55
1.4	As políticas sociais em contexto de crise do capital no Brasil.....	69
1.5	As políticas sociais e a contrarreforma do Estado no Brasil.....	77
2	A UNIVERSIDADE BRASILEIRA E O DIREITO À EDUCAÇÃO.....	86
2.1	Educação superior no Brasil: direito ou mercadoria?.....	89
2.2	A Universidade no Brasil após os anos noventa e a contrarreforma do Ensino Superior.....	96
2.3	O ensino, a pesquisa e a extensão: O desafio da sua indissociabilidade.	105
2.4	A extensão universitária nas Instituições Federais de Ensino superior (Ifes).....	114
3	A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL.....	119
3.1	A Política de economia solidária no Brasil (Processo histórico e natureza das ações de economia solidária).....	121
3.2	A Senaes e o processo de institucionalização da economia solidária.....	132
3.3	A relação entre economia solidária e ensino superior nas universidades federais brasileiras.....	143
3.4	O financiamento das ações e projetos de economia solidária nas universidades brasileiras.....	164
4	A ECONOMIA SOLIDÁRIA NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS.....	183
4.1	Natureza das ações e projetos de economia solidária desenvolvidas pelas universidades federais.....	186
4.2	As ações e projetos de economia solidária e a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão.....	205
4.3	Os docentes e as incubadoras universitárias: Docência e (ou) militância política?.....	214
4.4	Afinal, para que e para quem servem as incubadoras universitárias?.....	224
	CONCLUSÃO.....	236
	REFERÊNCIAS.....	251
	APÊNDICES.....	269

“A ciência não é um conjunto de procedimentos destinados a embelezar ou escamotear a realidade. Cabe à ciência lidar com fatos, embora isso implique perder a elegância e sujar as mãos.”

(MARINI, 2011, p.226).

INTRODUÇÃO

Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou.

(NETTO, 2009, p.674)

Esta pesquisa investigou a configuração da universidade pública federal brasileira na contemporaneidade e a sua relação com projetos e ações de “Economia Solidária” desenvolvidas no âmbito das incubadoras universitárias. Para tanto, foi imprescindível compreender essa relação no contexto do modo de produção capitalista e suas particularidades no cenário nacional, considerando o processo histórico de constituição desse padrão de acumulação e os seus reflexos na produção e reprodução da vida social, assim como compreender o papel do Estado capitalista, o quadro atual das políticas públicas e a materialização (ou não) dos direitos sociais e, em especial, o debate acerca do cenário brasileiro na política de educação superior.

À luz da teoria social crítica de matriz marxiana, este estudo fomentou um debate acerca do papel da universidade federal pública brasileira e a influência do ideário neoliberal na educação superior no Brasil, bem como investigou os rebatimentos dessa ideologia nas ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelas universidades brasileiras, com foco no sentido das incubadoras tratadas, não raro, como atividades de extensão e campo de pesquisa.

O percurso metodológico adotado partiu do abstrato para o concreto buscando compreender aspectos da realidade em uma perspectiva de totalidade, que se constitui sob a forma de concreto pensado, conformando o pensar dialético na apreensão do objeto de pesquisa. Segundo Kosik (1976, p.36-37), “o processo do

abstrato ao concreto como método materialista do conhecimento da realidade é a dialética da totalidade concreta, na qual se reproduz idealmente a realidade em todos os seus planos e dimensões”. Lançando mão das contribuições de Minayo (2006, p.23),

[...] na pesquisa dita qualitativa é inevitável o imbricamento entre conhecimento e interesse, entre condições históricas e avanço das ciências, entre identidade do pesquisador e seu objeto e entre necessidade indiscutível da crítica interna e externa na objetivação do saber.

Nessa afirmação é evidente o cuidado metodológico em sempre reconhecer que a ciência é discutível ou, em outros termos, que a realidade não é esgotável e a maneira como pretendemos conhecer a realidade pode ser questionada. No entanto, a pesquisa é a razão fundante da vida acadêmica, e conhecer a realidade, mesmo que de forma parcial e provisória, só é possível por meio da utilização de métodos e técnicas de pesquisa. O método é imprescindível para garantir a racionalidade e a criticidade¹, no entanto, não devemos confundir e reduzir o método aos instrumentos e técnicas de pesquisa.

Nesse sentido, o método que referenciou esta pesquisa foi o materialismo histórico dialético², pois suas categorias centrais – totalidade, mediação, historicidade, práxis, contradição, multicausalidade dos fenômenos – foram ferramentas teórico-metodológicas imprescindíveis para compreender o fenômeno social aqui formulado como objeto de estudo. Concordamos com as contribuições de Netto (2009, p.700), acerca do método em Marx, quando afirma:

Mas a totalidade concreta e articulada que é a sociedade burguesa é uma totalidade dinâmica – seu movimento resulta do caráter contraditório de todas as totalidades que compõem a totalidade inclusiva e macroscópica. Sem as contradições, as totalidades seriam totalidades inertes, mortas – e o que a análise registra é precisamente a sua contínua transformação. A natureza dessas contradições, seus ritmos, as condições de seus limites, controles e soluções dependem da estrutura de cada totalidade – e, novamente, não há fórmulas/formas apriorísticas para determiná-las: também cabe à pesquisa descobri-las.

¹ Thiollent (1980); Lakatos e Marconi (1981).

² Segundo Paulo Netto (2009), o materialismo dialético é a teoria geral do ser e o materialismo histórico é a sua especificação em face da sociedade.

Também, segundo Minayo (2006, p.25), ante as abordagens que separam quantidade e qualidade, a dialética assume que a qualidade dos fatos e das relações sociais é a sua propriedade inerente e a quantidade e qualidade são inseparáveis e interdependentes.

Com esse entendimento, adotamos como concepção de realidade o materialismo dialético, buscando compreender, a partir de aproximações sucessivas, o fenômeno que constituiu o objeto de pesquisa, buscando evitar cair na armadilha da pseudoconcreticidade do real³.

O papel da universidade pública federal em um cenário neoliberal no Brasil e a sua relação com as ações e projetos de “economia solidária” desenvolvidas no âmbito das incubadoras universitárias são processualidades históricas que precisam ser desvendadas em sua íntima conexão com o contexto econômico, social, cultural e político. Somente essa perspectiva teórico-metodológica permitiu mostrar as contradições e as multicausalidades do fenômeno analisado. Não entendemos a totalidade como todos os fatos, mas sim a realidade como um todo estruturado dialético, no qual ou do qual um fato qualquer pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade e todos os fatos reunidos em seu conjunto; isso não constitui ainda a totalidade (KOSIK, 1976, p. 35-36).

Nessa perspectiva, foi preciso destruir a pseudoconcreticidade, reconhecer o caráter histórico do fenômeno e conhecer o conteúdo objetivo e o significado do fenômeno, sua função objetiva e o seu lugar histórico. Esse foi o processo de abstração que significou partir do abstrato para chegar ao concreto como concreto pensado, e que constitui, em sua essência, o método crítico dialético.

A apreensão do objeto da pesquisa, tendo como referência esse método, exigiu considerar suas múltiplas causalidades, suas diversas conexões internas, as relações entre as diversas manifestações e dimensões históricas, econômicas, sociais, culturais e políticas. Para tanto, no processo de pesquisa foram coletados dados quantitativos e qualitativos (MINAYO, 1994), em aproximações sucessivas da realidade investigada, reconhecendo que em pesquisa social não existem verdades cabais, mas sim parciais, e essas devem ser submetidas à crítica.

³ Kosik (1976).

Segundo Minayo (1994, p.22), o conjunto de dados quantitativos e o de dados qualitativos não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia.

A pesquisa nos deu condições de conhecer o processo histórico de constituição das universidades públicas federais no Brasil, o seu papel na contemporaneidade, a influência do ideário neoliberal nas ações precípuas dessas instituições: ensino, pesquisa e extensão. Ademais, nos permitiu analisar e compreender as ações e projetos de economia solidária desenvolvidas pelas incubadoras universitárias em âmbito nacional⁴, como também indicou elementos para novos estudos e pesquisas acerca dessa temática. Entre outras referências teóricas importantes, as contribuições de Wellen (2013, p.197) foram balizadoras para a construção deste estudo:

[...] essas nuances da “Economia Solidária”, seja referente à reforma moral positivista, ou ao novo evangelho social, no lugar de servirem para abrir veredas para a emancipação dos trabalhadores, possuem função oposta de escamotear as reais contradições sociais e desvirtuar o sentido das lutas de classes [...]

Para tanto, a pesquisa adotou como recorte temporal o período de 1990 a 2014, sendo a década de noventa considerada como uma fase histórica de organização do processo ainda incipiente de ações locais e estaduais de economia solidária no Brasil; e o ano de 2014 como a data limite necessária em decorrência do período reservado à viável obtenção dos dados (pesquisa de campo) e qualificação do projeto de tese.

As dimensões essenciais balizadoras dessa análise foram: o papel da universidade pública federal brasileira, a influência do ideário neoliberal nas funções precípuas das universidades (pesquisa, ensino e extensão), a natureza das ações e programas de economia solidária desenvolvidos pelas incubadoras universitárias.

Segundo dados da Senaes – MTE⁵, existem hoje em funcionamento no Brasil cerca de 65 (sessenta e cinco) incubadoras universitárias; dessas, apenas 54 (cinquenta e quatro) receberam ou recebem recursos do Proninc até dezembro de

⁴ Foram realizadas entrevistas com docentes de incubadoras universitárias das cinco macrorregiões do país.

⁵ Disponíveis em Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Senaes – <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria-nacional-de-economia-solidaria>>

2014.

Para esta tese interessou informações⁶ das 28 incubadoras universitárias que funcionam no âmbito das universidades federais, distribuídas nas cinco macrorregiões do país, e que receberam recursos do Proninc⁷ até dezembro de 2014 (conforme anexo IX).

No entanto, dadas as condições objetivas⁸ (tempo e recursos financeiros) para a realização da pesquisa de campo nesse universo de 28 incubadoras universitárias nas instituições federais, foram realizadas entrevistas com 11 (onze) docentes representantes de incubadoras distribuídas nas cinco macrorregiões do Brasil, assim entrevistamos: 1 (um) docente da região sul, 2(dois) da região sudeste, 2 (dois) da região centro-oeste, 1 (um) da região norte, e 5 (cinco) da região nordeste.

Nas regiões sul e norte só foram realizadas uma entrevista em cada região, uma vez que, apesar dos constantes envios de e-mails para os docentes responsáveis pelas incubadoras dessas duas regiões, não obtivemos êxito.

Houve um número maior de entrevistas da região nordeste, ou seja, cinco (5) em decorrência da participação da pesquisadora em um encontro regional de incubadoras do nordeste em Juazeiro do Norte. No entanto, considerando os objetivos desta pesquisa de identificar as características e especificidades das incubadoras nas macrorregiões do país acreditamos que o número maior de representantes do nordeste não comprometeu os resultados finais do estudo.

As técnicas utilizadas para levantamento de dados foram: a pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas, observação participante. A pesquisa documental permitiu recolher os dados necessários ao delineamento do arcabouço teórico, conceitos e categorias que fundamentam o conceito de universidade e o seu

⁶ Dados secundários disponíveis nos sites das incubadoras universitárias, estudos já realizados sobre as ações e projetos desenvolvidos pelas mesmas no período analisado, artigos e outras publicações que trataram desse tema.

⁷ O Proninc foi criado em 1998 com o objetivo de fortalecer os processos de incubação de Empreendimentos de Economia Solidária pelas incubadoras. Houve descontinuidade e o mesmo voltou a funcionar em 2003, com a criação da Senaes no Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes-MTE.). Em 17 de novembro de 2010 foi publicado o Decreto 7.357 com novas regras de funcionamento do programa. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/programa-nacional-de-incubadoras-de-cooperativas-populares-proninc.htm>>, da Senaes - MTE. Acesso em 30 setembro 2015.

⁸ Uma estratégia utilizada pela pesquisadora para realizar as entrevistas, já que os docentes não respondiam às mensagens eletrônicas solicitando a realização da entrevista via Skype ou telefone, foi a participação como ouvinte em eventos regionais realizados pelas redes das incubadoras ou pela própria Senaes/MTE no decorrer da fase da pesquisa de campo (2015 e 2016).

papel social na contemporaneidade no cenário neoliberal, as ações e projetos desenvolvidos pelas incubadoras universitárias, e viabilizou uma análise do marco regulatório da política pública de economia solidária.

Para a realização das 11 (onze) entrevistas com os docentes responsáveis pela coordenação das ações e projetos das incubadoras universitárias localizadas nas cinco regiões do país adotamos como critérios de elegibilidade:

- a) fazer parte da rede ITCP⁹ ou da rede Unitrabalho¹⁰, o que justifica-se por ser essa a forma institucionalizada de organização das incubadoras universitárias no Brasil;
- b) estarem com suas atividades em funcionamento e registradas no âmbito da universidade de origem, o que foi justificado pela necessidade de a incubadora estar formalmente vinculada à estrutura institucional da universidade para ser reconhecida como incubadora universitária;
- c) integrar o fórum de economia solidária, ou conselho que trate da temática em seu âmbito de funcionamento (regional, estadual, ou municipal), critério justificado por serem essas as instâncias organizativas e de articulação política entre as incubadoras universitárias e entre elas e os outros órgãos do governo e ou entidades da sociedade civil organizada;
- d) receber ou ter recebido recursos do Proninc/Senaes/MTE (Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários) no período de 1999 a 2014¹¹.

Além dessas entrevistas realizadas¹² com 11 (onze) docentes

⁹ Criada em 1999, a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares tem como objetivo principal desenvolver e disseminar conhecimentos sobre cooperativismo e auto-gestão, contribuindo para o desenvolvimento da Economia Solidária. Fonte: <http://www.itcp.coppe.ufrj.br/rede_itcp.php>. Acessado em 03 de fevereiro de 2015.

¹⁰ Rede Nacional de Universidades realiza projetos de ensino, pesquisa e extensão que integram o conhecimento acadêmico ao saber elaborado na prática social. A entidade nasceu há 14 anos e congrega dezenas de instituições de ensino superior públicas e comunitárias em todo o território nacional. Fonte: <<http://www.unitrabalho.org.br/spip.php?>>>. Acessado em 03 de fevereiro de 2015.

¹¹ O início em 1999 justifica-se por ter sido o período de organização e ampliação das ações governamentais de economia solidária, e o final em 2014 por ser uma data viável para conseguirmos realizar em tempo hábil a pesquisa de campo e a qualificação da tese.

¹² As entrevistas com docentes foram realizadas presencialmente no período de maio a outubro de 2016 e ocorreram nos seminários regionais (foram realizados três encontros: Rio de Janeiro, Florianópolis e Salvador) de avaliação participativa, qualitativa e quantitativa das ações do Programa Nacional de Incubadoras Universitárias (Proninc). Essas atividades fizeram parte da Encomenda MCTI/CNPq/MTPS sob a responsabilidade do Professor Felipe Ador, da UFRJ, por meio do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (Nides/UFRJ). Participaram desses seminários docentes e discentes das 86 (oitenta e seis) incubadoras universitárias apoiadas com

representantes de incubadoras universitárias representativas das cinco regiões brasileiras, decidimos entrevistar 5 (cinco) gestores e ou técnicos do órgão federal responsável pela implantação da política de economia solidária no Brasil (SENAES/MTE¹³). Ou seja, foram realizadas 16 (dezesesseis) entrevistas semiestruturadas com os sujeitos políticos elencados anteriormente.

Para realização das entrevistas¹⁴, foram elaborados roteiros a fim de subsidiar a delimitação dos objetivos específicos da pesquisa. A utilização dessa técnica de coleta de informações seguiu os roteiros necessários para que fosse contemplado o rigor científico, que é imprescindível em uma pesquisa dessa natureza.

A análise realizada permitiu uma interlocução com outras pesquisas já desenvolvidas sobre o assunto, e com isso foi possível averiguar o movimento do que muda e do que permanece nessa complexa e dinâmica realidade que constitui a expansão das incubadoras em universidades públicas federais.

A sistematização e análise dos dados coletados serviram, ainda, para conhecer o referencial teórico utilizado pelas incubadoras universitárias em seus projetos e ações de economia solidária, bem como o contexto, conjuntura e cenário das relações e vínculos nos quais os projetos e ações das incubadoras são desenvolvidos, identificando assim os sujeitos políticos e correlações de forças presentes nos locais de desenvolvimento dos projetos e ações das incubadoras universitárias.

Segundo Demo (1995), realizar uma pesquisa social pressupõe preservar os critérios internos (coerência, consistência, originalidade, objetivação), bem como os critérios externos (intersubjetividade, comparação crítica, reconhecimento generalizado) da ciência social, evitando assim o senso comum e a ideologia.

Os dados quanti-qualitativos levantados por meio de análises documentais, levantamento bibliográfico e coleta em fontes primárias (entrevistas e questionários) foram importantes para conhecer os recursos financeiros e humanos utilizados para materializar os projetos e ações de economia solidária desenvolvidos nas

recursos do Proninc. As entrevistas com os representantes da Senaes/MTE ocorreram na sede da Secretaria, em Brasília, em março, abril e maio de 2016.

¹³ Secretaria Nacional de Economia Solidária e Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes e MTE).

¹⁴ Foram realizadas entrevistas também no V Encontro Nordestino de Incubadoras Universitárias, em outubro de 2016, em Juazeiro do Norte. A participação nesse evento permitiu a realização de um maior número de entrevistas com os docentes dessa região (05).

universidades brasileiras. A pesquisa desse objeto de estudo usou como bússola as profícuas contribuições de Boschetti (2006, p. 44), segundo a qual:

A análise das políticas sociais sob o enfoque dialético precisa considerar alguns elementos essenciais para explicar o seu surgimento e desenvolvimento. O primeiro é a natureza do capitalismo, o seu grau de desenvolvimento e as estratégias de acumulação prevalentes. O segundo é o papel do Estado na regulamentação e implementação das políticas sociais, e o terceiro é o papel das classes sociais.

Nesse sentido, a pesquisa buscou compreender a educação de nível superior no Brasil, o significado e a relação das universidades com ações e projetos de economia solidária, bem como identificar a posição ideológica e política dos sujeitos coletivos que representam parte da comunidade universitária (docentes e discentes) nesse cenário, tentando compreender a articulação da economia solidária no âmbito das universidades públicas brasileiras com as políticas sociais e econômicas, a luta de classes e correlações de forças¹⁵ presentes no âmbito da política pública de educação superior e a direção que o Estado brasileiro vem adotando na implementação dessa política pública.

A relevância do estudo justifica-se pela necessidade de compreendermos as transformações históricas ocorridas no âmbito das universidades públicas federais brasileiras que, segundo Leher (2013, p.16),

Após o processo de americanização da universidade brasileira, três mudanças desse período (anos da ditadura civil-militar-60) ainda se fazem presentes na universidade atual: a) deslocamento do eixo da função social da universidade centrado na ciência e tecnologia para um novo lugar, a pesquisa e desenvolvimento ou inovação tecnológica; b) expansão dos cursos minimalistas; c) expansão privada-mercantil por meio da indução estatal.

Essas novas configurações no âmbito da universidade pública estão imbricadas no processo histórico, econômico, social e político que marca o Estado brasileiro, principalmente após os anos noventa, com os impactos provocados pelo avanço e consolidação do neoliberalismo.

¹⁵ Esta pesquisa não investigou os movimentos de docentes e funcionários das Universidades, mas teve como um dos seus objetivos identificar a posição ideológica e política dos sujeitos em relação ao objeto de estudo.

Além disso, a reestruturação produtiva e o processo de mundialização do capital geraram transformações em nível macro nas relações entre o Estado e a sociedade, com destaque para a ênfase dada ao mercado (CHESNAIS, 1996). Segundo o citado autor (1996, p.14,16-17),

[...] certos momentos em que numerosos fatores desembocam num novo conjunto de relações internacionais e internas, que “formam um sistema” e que modelam a vida social, não apenas no plano econômico, mas em todas as suas dimensões [...]. A ascensão do capital financeiro foi seguida pelo ressurgimento de formas agressivas e brutais de procurar aumentar a produtividade capital [...], a começar pela produtividade do trabalho. Tal aumento baseia-se no recurso combinado às modalidades clássicas de apropriação da mais-valia, tanto absoluta como relativa, utilizadas sem nenhuma preocupação com as consequências sobre o nível de emprego, ou seja, o aumento brutal do desemprego.

Essas transformações provocaram um redirecionamento das funções estatais na direção da focalização das políticas públicas e a perda gradativa de direitos sociais historicamente conquistados pelos cidadãos(ãs) brasileiros(as).

Especificamente no Brasil, o processo de reestruturação das políticas sociais teve como característica principal, desde a década de 1990, a mudança da primazia de papéis – o que antes era dever estatal, agora pode ser atribuído ao mercado ou à sociedade civil organizada. Isso vem implicando o redirecionamento do papel do Estado quanto à garantia de bens e serviços públicos e seu fortalecimento como instância de articulação e regulação das ações, que passam a ser assumidas pela sociedade civil, equivocadamente tratada como terceiro setor¹⁶, ou como um setor ou esfera dissociada do Estado.

No que se refere ao objeto de estudo em tela, Chauí (2003) afirma que essas mudanças em torno do papel do Estado acabam colocando sob ameaça a instituição universidade e a mesma corre o risco de ser transformada em uma organização cuja função é operacional. Corroborando essa análise, Leher (2003, p.19) afirma que

Recursos governamentais e de empresas privadas têm aumentado nos últimos anos, beneficiando os professores empenhados no empreendedorismo que, de atividade considerada desqualificante, passa a ser reconhecida como uma das mais nobres na universidade e no sistema de fomento à pesquisa e à inovação.

¹⁶ Sobre essa análise, consultar a obra de Montañó (2002).

O surgimento no âmbito das universidades públicas federais brasileiras das primeiras experiências e projetos de incubadoras universitárias nos anos noventa (1990) tem uma relação direta com os comitês responsáveis por projetos de Ação de Cidadania contra a Fome surgidos no Brasil nesse período e organizados pelo sociólogo Betinho¹⁷.

Foi nesse contexto de crise econômica e de expansão das ações de solidariedade que surgiram as incubadoras de empreendimentos solidários nas universidades brasileiras, expressando para os seus defensores a contribuição para a organização da sociedade, principalmente no que tange aos setores mais empobrecidos, com a perspectiva de que no trabalho associativo se busque a melhoria das condições de vida.

Segundo esses defensores, a construção de uma incubadora de empreendimentos solidários é voltada para o exercício dos princípios da economia solidária e da extensão universitária como um trabalho socialmente necessário, conectado com o ensino e a pesquisa (COSTA; OLIVEIRA; MELO NETO, 2006).

Nessa perspectiva, o processo de incubação é considerado inovador como projeto de geração de trabalho e renda, buscando construir um modelo de desenvolvimento de inserção social e econômica, combatendo a “exclusão social” e integrando a universidade como um dos atores que pode contribuir no sentido de promover a extensão universitária integrada com o ensino e a pesquisa, a partir do envolvimento direto de docentes e discentes de graduação e de pós-graduação.

No entanto, as análises profícuas realizadas por Neves (2013) nos instigaram a levantar outros questionamentos acerca do significado da “Economia Solidária” e do seu entrelaçamento com as ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos pelas incubadoras universitárias brasileiras. Diz a autora:

Assim, entendemos que os empreendimentos de economia solidária, mesmo orientados por princípios e por pressupostos diferentes aos das empresas claramente capitalistas, devem ser analisados no contexto atual de reestruturação do capital. As mudanças decorrentes deste processo redefinem papéis e funções do trabalho e do capital e colocam grande parte das organizações auto-gestionárias em contado direto com os ciclos de

¹⁷ Herbert de Souza, o Betinho, fundou o Instituto Brasileiro de Análises Sociais (Ibase), em 1980, e na década de 1990 tornou-se símbolo de cidadania no Brasil ao liderar a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida (informações retiradas do site <ibase.br>. Acesso em 02 de outubro de 2016). Essa iniciativa ficou conhecida nacionalmente como a campanha contra a fome, cujas ações acabaram influenciando diretamente o surgimento das primeiras incubadoras universitárias nas instituições federais de ensino superior (UFRJ, UFC, UFJF) no Brasil.

valorização do capital, ainda que embaladas na panaceia contemporânea que reifica o trabalho cooperado, a autogestão e o empreendedorismo. (NEVES, 2013, p.129).

O desenvolvimento de organizações de trabalhadores em cooperativas, associações e outras formas de sobrevivência surge como alternativa de geração de trabalho, ocupação e renda, pretendendo-se, assim, não só a inclusão no mercado de trabalho de forma organizada, mas também o resgate da autoestima e a construção da cidadania, com o exercício da cooperação, da participação e da “responsabilidade social”.

Corroborando as contribuições de Neves (2013), essas estratégias escamoteadas sob o nome da “economia solidária” acabam reproduzindo a ordem do capital e não se apresentam como alternativas ao sistema capitalista de produção, ao contrário, reafirmam a lógica de exploração da classe trabalhadora, e lançam mão do discurso falacioso da solidariedade para legitimar as suas ações.

O grande desafio que essas iniciativas se colocam é formular e implantar alternativas de desenvolvimento e de geração de trabalho, ocupação e renda, constituindo a organização das trabalhadoras e trabalhadores em empreendimentos solidários, através da gestão democrática do trabalho e da produção, da educação permanente, do respeito à diversidade étnica, cultural, territorial e ambiental. No Brasil, o movimento da “economia solidária” vem ganhando força nos últimos anos, impulsionado principalmente pela implantação de políticas públicas no âmbito nacional, com destaque para a criação da Senaes, em 2003, e a estruturação do Fórum Brasileiro e Fóruns Estaduais de economia solidária (FEESs) em todo o território nacional¹⁸.

Essas instâncias possibilitam alternativas de articulação das várias experiências de geração de renda nos municípios brasileiros, elaboração de agendas comuns, promoção de intercâmbio e sistematização de conhecimentos. A “economia solidária” supõe que a organização de trabalhadores em cooperativas, associações, grupos informais e outros podem fomentar estratégias de ocupação e

¹⁸Segundo dados divulgados no site do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), a sua estrutura e organização têm capilaridade em todas as unidades da federação e os mesmos estão organizados em mais de 160 Fóruns Municipais, Estaduais e Microrregionais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária. Fonte: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_wrapper&Itemid=240>. Acessado em 03 de fevereiro de 2015.

renda, visando minimizar os efeitos do desemprego estrutural.

Corroborando essa tese, os dados da pesquisa nacional coordenada por Gaiger (2014) e divulgada na III Conferência Nacional de Economia Solidária (III Conaes, 2014) mostram as principais razões que motivaram a criação dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES) segundo os seus associados (questões de resposta múltipla):

Tabela 1: Razões que motivaram a criação do EES

Motivo de criação da EES	Grupo Informal	Associação	Cooperativa	Sociedade Mercantil	Total
Alternativa ao Desemprego	57,6%	40,4%	46,8%	41,7%	46,2%
Obter maiores ganhos associativamente	41,9%	41,8%	55,5%	31,5%	43%
Fonte complementar de renda	59,9%	43,3%	48,4%	42,5%	48,8%
Atividade onde todos são donos	41,8%	38,6%	51,1%	43,3%	40,7%
Atuação Profissional	14,5%	13,7%	18%	23,6%	14,3%
Acesso a financiamentos e apoios	5,3%	29,6%	17,6%	7,1%	21%
Recuperar empresa falida	3%	2,9%	4,1%	3,9%	3%
Motivação Social, filantrópica ou religiosa	19,6%	19,5%	16,7%	18,1%	19,3%
Desenvolvimento Comunitário	23,1%	31,9%	26,7%	15,7%	28,6%
Alternativa organizativa e de qualificação	13,2%	16,5%	22,9%	15,7%	16%
Incentivo de política pública	11%	18,1%	17,4%	10,2%	15,8%
Organização Econômica de beneficiários de políticas públicas	5,2%	9%	7,9%	2,4%	7,7%
Fortalecimento de grupo étnico	7,8%	10,6%	10,2%	4,7%	9,7%
Produção ou comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos	7,2%	8,1%	11,5%	11%	8,2%
Percentual de Forma de Organização	30,5%	60%	8,8%	0,6%	100%

Fonte: GAIGER, 2014, p.37.

Entre outras coisas, os dados revelam que a busca de alternativas ao desemprego, fonte complementar de renda e melhoria dos ganhos de forma

associativa são os principais motivos que impulsionam a busca pela inserção em empreendimentos de economia solidária. No entanto, são evidentes os limites da economia solidária como estratégia para enfrentar o desemprego diante da crise do capital.

Essas experiências baseiam-se nos valores de posse coletiva e gestão democrática dos meios de produção, distribuição, comercialização e crédito, sendo vistos como mais adequados às necessidades sociais e econômicas desses trabalhadores.

Nesse contexto, considera-se que a cooperação é o elemento central para acesso dos empreendimentos aos mercados, permitindo expandir suas atividades e gerar novas oportunidades de ocupação e renda. A formação de organizações sociais e econômicas articuladas em torno de contratos de desenvolvimento territorial estimula a cooperação e cria ambientes institucionais mais favoráveis para ampliação ao mercado de produtos e maior capacidade de inovação.

Percebe-se assim que o fundamento é a ideia de cooperação, no entanto, os fatores que mais impulsionam a criação dos empreendimentos de economia solidária são o desemprego e a busca incessante por melhorias da renda dos indivíduos e famílias. Como aponta Weller (2012, p.71):

[...] a 'economia solidária' integra múltiplas experiências, e tal fato prejudica uma análise homogênea sobre o tema. Por isso, é importante uma advertência sobre essa proposta: quando se fala da 'economia solidária', dentro dos limites do Brasil, não se pode esquecer que esse projeto social perpassa realidades diferentes, com objetivos distintos, nem sempre com funcionalidade oposta ao sistema vigente [...].

À luz dessas considerações iniciais e com a preocupação de compreender o significado das ações e projetos de economia solidária desenvolvidos no âmbito das incubadoras universitárias, partimos da seguinte hipótese central norteadora da pesquisa: a adesão das universidades públicas federais brasileiras aos projetos de economia solidária, por meio das incubadoras, em contexto neoliberal de contrarreforma do ensino superior redireciona o papel das universidades, atribuindo a essas uma função operacional nos moldes da análise feita por Chauí (2014, p.5),

A universidade operacional de nossos dias difere das formas anteriores. De fato, enquanto a universidade clássica estava voltada para o conhecimento, a universidade funcional estava voltada diretamente para o mercado de

trabalho, e a universidade de resultados estava voltada para as empresas, a universidade operacional, por ser uma organização, está voltada para si mesma enquanto estrutura de gestão e de arbitragem de contratos. Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micro organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual.

Este estudo investigou o sentido da universidade pública federal e a sua relação com os projetos e ações de economia solidária desenvolvidos pelas incubadoras universitárias no Brasil¹⁹, na perspectiva de compreender de que forma essas ações interferem nas atividades precípuas dessas instituições: ensino, pesquisa e extensão.

Para tanto, realizou uma discussão teórico-conceitual crítica acerca do capitalismo contemporâneo em tempos de crise do capital, a natureza do Estado, a ideologia neoliberal e sua influência nas políticas públicas brasileiras, em especial a política de educação superior no Brasil, buscando compreender o papel da universidade federal pública do Brasil na contemporaneidade, e sua relação com ações e projetos de economia solidária.

A questão/problema de pesquisa que norteou esta investigação foi: Como as incubadoras se relacionam com as funções precípuas das universidades públicas federais – ensino, pesquisa e extensão –, e que implicações provocam no sentido e significado do ensino superior como direito social?

Na problematização dessa temática, algumas questões secundárias foram orientadoras desta pesquisa:

1. Quais são o papel e direção que o Estado brasileiro vem adotando nas políticas sociais na contemporaneidade diante da crise do capital?
2. Quais são as principais determinações da contrarreforma do ensino superior e que significado essa atribui à política de educação superior no Brasil?

¹⁹ No Apêndice H temos a lista de todas as incubadoras (de instituições de ensino privadas, públicas federais e estaduais, confessionais) universitárias que receberam recursos do Proninc até dezembro de 2014 por região do Brasil. E no Apêndice I temos um quadro com as incubadoras universitárias (apenas de instituições de ensino públicas federais) que receberam recursos do Proninc até dezembro de 2014 por Ifes e regiões do Brasil.

3. Quais são os princípios e diretrizes que definem as universidades públicas federais no Brasil hoje? Que papel estas instituições vêm assumindo na garantia ou não do direito social à educação pública, gratuita e de qualidade?
4. Qual é o papel do Estado brasileiro na implantação das incubadoras universitárias? Qual o marco regulatório desse processo de institucionalização? Qual a natureza e abrangência desse processo de implantação de incubadoras universitárias nas universidades federais públicas? Como, quando e por que as incubadoras surgiram no âmbito das universidades públicas federais? Existem características e especificidades diferenciadas entre as incubadoras das universidades em diferentes regiões?
5. O que são e como se articulam as incubadoras universitárias no âmbito da Economia Solidária? Quais são as instâncias de articulação e mobilização das incubadoras universitárias? Qual a relação das incubadoras com as principais funções das universidades (ensino, pesquisa e extensão)? O que pensam e o que fazem os docentes envolvidos nos projetos das incubadoras universitárias?

O objetivo geral dessa pesquisa foi compreender a adesão das universidades públicas federais brasileiras aos projetos de economia solidária por meio das incubadoras, em um contexto neoliberal de contrarreforma do ensino superior e verificar se está ocorrendo um redirecionamento no papel das universidades, atribuindo a essas uma função operacional (Chauí, 2014) de submissão de suas atividades precípuas – ensino, pesquisa e extensão – às demandas do mercado. Para alcançar o objetivo geral, foram elaborados os seguintes objetivos específicos:

1. compreender o papel e a direção que o Estado brasileiro vem adotando nas políticas sociais após a década de noventa em contexto de crise do capital, e demonstrar suas implicações para a política de educação superior;
2. verificar se e como a contrarreforma do ensino superior implementada no Brasil após a década de 1990 estimulou o desenvolvimento das incubadoras como espaço/estratégia de subordinação do ensino e da pesquisa às demandas do mercado;

3. refletir acerca dos princípios e diretrizes que definem as universidades públicas federais no Brasil contemporâneo visando reafirmar seu papel na garantia dos direitos à educação pública superior de qualidade e socialmente referenciada;
4. identificar o papel do Estado no processo de indução ao surgimento e implantação das incubadoras universitárias e mostrar quais são as universidades brasileiras federais que possuem incubadoras universitárias, quando e como elas aparecem nessas regiões do País, quais são as suas semelhanças e diferenças;
5. entender o processo de organização e articulação entre as incubadoras universitárias e a política pública de Economia Solidária em vigor no Brasil, bem como demonstrar sua relação com as funções precípua das universidades (ensino, pesquisa e extensão).

A escolha do tema tem relação com o percurso profissional e a trajetória de pesquisa da autora da pesquisa, que foi coordenadora de projeto de economia solidária desenvolvidos no âmbito da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) no período de 2010-2012. Foi um projeto de fomento às ações desenvolvidas por comunidades quilombolas na região da Bacia e Vale do Iguape, sob o título: “Saber e sabores quilombolas”, e tinha como objetivo principal contribuir para o fortalecimento da organização produtiva nas áreas de maricultura, ostreicultura, pesca artesanal e produção de sementes e mudas de espécies florestais da Mata Atlântica, contribuindo para a sustentabilidade ambiental das comunidades quilombolas da Bacia e Vale do Iguape, no município de Cachoeira BA do Território do Recôncavo da Bahia. Além disso, no âmbito desse projeto foi possível desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão com os docentes e discentes dos cursos²⁰ da UFRB envolvidos.

Tal inserção gerou inquietações e reflexões acerca do papel da universidade em projetos dessa natureza. Ao mesmo tempo, a práxis profissional como docente

²⁰ O projeto estava sob a minha coordenação (CAHL - Serviço Social), mas contava com a participação de docentes e discentes de quatro centros de ensino da UFRB: o Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) e o Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (Cetec), no Campus de Cruz das Almas – BA, Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL), Centro de Ciências da Saúde (CCS). Tratava-se de um trabalho em equipe interdisciplinar, cuja coordenação geral das atividades era realizada pelo núcleo gestor da Incuba-UFRB da qual eu também fazia parte.

dessa Universidade já demonstrava, naquele momento histórico, os limites e óbices impostos pelo desenvolvimento dessas ações.

Isso posto, os resultados deste estudo foram organizados em quatro capítulos e uma conclusão. No primeiro capítulo analisamos o papel do Estado e a direção que o mesmo vem adotando nas políticas sociais neste cenário de crise do capital e sob a forte orientação neoliberal no Brasil. Realizamos nesse item uma pesquisa e revisão bibliográfica acerca da construção do Estado Social no Brasil. Discutimos o padrão de acumulação capitalista e o Estado contemporâneo buscando assim compreender a direção adotada pelo Estado brasileiro nesse contexto de crise e a orientação política adotada pelo mesmo ao longo de sua constituição histórica, considerando como marco inicial os anos de 1930.

Ainda nesse capítulo, tecemos reflexões acerca da imbricada relação entre questão social e política social e os desdobramentos da ação ou omissão do Estado no que se refere à garantia dos direitos sociais em um contexto de contrarreforma do Estado no Brasil. Esse capítulo foi estruturado em cinco seções que contemplaram o padrão de acumulação capitalista e o Estado contemporâneo; como se apresenta o Estado brasileiro nesse cenário mundial de contexto de crise; análise da imbricada relação entre questão social e política social; a influência da crise estrutural do capital para as políticas sociais; e por fim o significado da contrarreforma do Estado para as políticas sociais no Brasil.

No capítulo dois, à luz dessas reflexões, analisamos a trajetória histórica da educação superior no Brasil e os óbices enfrentados por essa política social na materialização do acesso ao ensino superior laico, gratuito e de qualidade para a classe trabalhadora brasileira, bem como os impactos da contrarreforma do ensino superior no Brasil após os anos noventa. Discutimos ainda o desafio da indissociabilidade entre as ações precípuas da universidade, a saber, ensino, pesquisa e extensão.

Em sequência, aprofundamos as nossas análises acerca das atividades de extensão nas instituições federais de ensino superior em decorrência da especificidade do nosso objeto de estudo. Nesse item destacamos o conceito de extensão universitária e a forma como a mesma se materializa nas Ifes, bem como o *status* da mesma nessas instituições públicas de ensino superior. Esse capítulo teve como principal objetivo compreender quais foram as principais determinações da

contrarreforma do ensino superior e qual o significado que essa contrarreforma atribui ao ensino superior no Brasil.

Ainda no capítulo dois, analisamos quais são os princípios e diretrizes definidores das universidades públicas federais no Brasil hoje, e qual o papel das universidades na garantia ou não do direito à educação pública, gratuita e de qualidade.

No capítulo três adentramos no foco temático deste estudo, ou seja, a política social de economia solidária no Brasil. Nessa parte analisamos o percurso histórico do surgimento da economia solidária, seus principais pressupostos teóricos e metodológicos e os debates contemporâneos acerca dessa política social em nosso país.

Para desvelar as principais polêmicas e contradições suscitados por autores que tratam dessa temática, fizemos um levantamento bibliográfico (livros, teses, artigos científicos etc.) acerca da economia solidária no Brasil. Além disso, analisamos o processo de institucionalização dessa política social por meio da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária em 2003, e todo o marco regulatório criado após o surgimento dessa Senaes, no âmbito do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE²¹).

Ainda no capítulo três discutimos a relação entre as ações e projetos de economia solidária e o ensino superior nas universidades públicas federais brasileiras. Identificamos como são financiadas as ações e projetos de economia solidária no âmbito dessas Ifes. Com o objetivo de compreender o papel do Estado brasileiro na implantação das incubadoras universitárias, analisamos o marco regulatório desse processo de institucionalização.

Por fim, no quarto e último capítulo, buscamos compreender os desdobramentos dessa relação para as ações precípuas das universidades e para isso analisamos a natureza das ações e projetos de economia solidária desenvolvidos no âmbito das universidades federais, os óbices para a materialização da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Nesse capítulo ainda investigamos como os docentes que atuam nas ações e projetos desenvolvidos pelas incubadoras universitárias compreendem a natureza dessas

²¹ Em 05 de outubro de 2015, por meio da Medida Provisória de N. 696\2015, foram unificados os Ministérios do Trabalho e Emprego (MTE) e o Ministério do Trabalho e da Previdência Social (MTPS).

ações buscando com isso, entre outras coisas, responder: afinal para que e para quem servem as incubadoras universitárias e as ações e projetos por elas desenvolvidas nas universidades públicas federais brasileiras.

Por fim, apresentamos as considerações finais, cujas reflexões foram perpassadas pelas mudanças sociais, culturais, econômicas e políticas após o *impeachment* presidencial em maio de 2016.

Desde já sinalizamos que esse cenário alterou profundamente o nosso objeto de estudo específico em decorrência das mudanças geradas no órgão federal responsável pela condução da política pública de economia solidária, no entanto, no estudo apontamos que mesmo no governo de Dilma Roussef a economia solidária, a educação superior e outras políticas setoriais já estavam passando por um processo de contrarreforma, talvez mais escamoteado, ou silencioso.

Compreendemos os limites de um estudo com prazos definidos para sua finalização, no entanto, buscamos revelar de forma metodológica e crítica a relação entre a política pública de economia solidária e as ações e projetos de pesquisa desenvolvidas pelas incubadoras universitárias brasileiras, bem como a atuação e reflexão de alguns docentes entrevistados nesses projetos.

1. PARTICULARIDADES DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL EM CONTEXTO DE CRISE DO CAPITAL

“[...] é o Estado quem necessita receber do povo uma educação muito severa.”

MARX

A análise histórica do papel do Estado na contemporaneidade requer uma constante articulação entre os aspectos políticos, econômicos e sociais que, sendo indissociáveis, acabam por definir a direção teórica e política adotada pelo Estado e revelam o seu lugar no cenário mundial e nacional.

O contexto de crise do capital e suas implicações para a política social requerem a contextualização das mudanças ocorridas nas relações entre Estado e classes sociais e suas repercussões nas formas de enfrentamento das expressões da questão social, materializadas nas políticas sociais, entre as quais a política de educação²².

Os parágrafos a seguir problematizam a imbricada relação entre acumulação capitalista, papel do Estado, questão social e política social, bem como as expressões de luta entre o Estado e as classes fundamentais (burguesia e proletariado) na disputa pelos direitos de cidadania²³.

1.1. Padrão de acumulação capitalista e o Estado contemporâneo

As transformações na sociedade contemporânea, em especial os aspectos relacionados às esferas social, econômica, cultural e política, nos instigam a considerarmos a totalidade dessas transformações e as implicações em cada uma

²² O conceito de crise aqui adotado parte das contribuições dos autores marxistas que discutem essa temática, tais como Mészáros (2009), Harvey (2004) e Chesnais (1996).

²³ O conceito de cidadania adotado na tese comunga com as contribuições de Abreu (2008). O autor fomenta reflexões para repensarmos a cidadania além da sua forma jurídica moral e simbólica. Neste trabalho iremos analisar melhor esse conceito no item 1.3.

dessas esferas. Para Marx (1985, p. 160), em “Miséria da Filosofia”²⁴, “Nunca há um movimento político que não seja ao mesmo tempo social”.

Para compreendermos a transformação societal em curso, é imprescindível considerar a historicidade e a relação dialética entre os fenômenos sociais ocorridos no processo de acumulação capitalista em uma perspectiva de totalidade²⁵. Uma das categorias centrais nesse percurso investigativo é o Estado, que é compreendido segundo a perspectiva marxista, de acordo com Mandel (1977)²⁶ da seguinte maneira:

O Estado é um órgão especial que surge em certo momento da evolução histórica da humanidade e que está condenado a desaparecer no decurso dessa mesma evolução. Nasceu da divisão da sociedade em classes e desaparecerá no momento em que desaparecer esta divisão. Nasceu como instrumento nas mãos da classe dominante, com o fim de manter o domínio desta classe sobre a sociedade, e desaparecerá quando o domínio desta classe desaparecer. (MANDEL, 1977, p.14-15).

Para o referido autor, o Estado exerce o seu poder de forma permanente e para isso lança mão de algumas instituições (poder policial e coercitivo, poder jurídico e burocrático etc.), que atuam com o objetivo de minimizar os conflitos sociais oriundos das disputas entre as duas classes fundamentais (burguesia e proletariado). Mandel completa, afirmando:

O aparecimento do Estado está intimamente ligado ao aparecimento duma classe dominante e é um dos meios, senão o meio, de fazer admitir essa divisão da sociedade pelo conjunto de produtores. É um dos meios, senão o meio para destruir as instituições que antes mantinham a coesão, a solidariedade e a igualdade entre os membros duma coletividade. (1977, p.56).

Corroborando essas ideias, Harvey (2005, p. 81) afirma que o Estado se origina da necessidade de manter o antagonismo de classe sob controle e para isso lança mão de duas estratégias que levariam a sua manutenção no poder: revela-se

²⁴ Versão traduzida por Paulo Neto (1985).

²⁵ Esse termo à luz do referencial teórico marxista, segundo o qual, Netto (2011) compreende que as totalidades estão permeadas pela mediação de outras totalidades, e cujas contradições compõem uma totalidade mais ampla.

²⁶ Concordamos com Gruppi (1980), quando o mesmo afirma que não existe uma teoria orgânica e acabada de Estado elaborada por Marx, no entanto, o mesmo forneceu questões fundamentais sobre a qual autores marxistas elaboraram seus conceitos e com as quais dialogamos nesta tese.

independente das duas classes fundamentais (dirigente e dirigida) e conecta ideologia e Estado, de uma forma que os interesses da classe no poder transmutam-se em interesses gerais e ilusórios.

Os estudos desenvolvidos por esses dois autores revelam a natureza do poder estatal em modelos de acumulação capitalista, como também demonstram que um dos objetivos principais das ações do Estado (capitalista) é garantir a propriedade privada:

A explicação se encontra no caráter de classe das relações capitalistas de produção, resultante de um longo processo histórico, no qual a força de trabalho se divorciou do controle dos meios de produção, que assim, tornou-se uma conserva da classe capitalista. Essas relações de produção e acumulação, uma vez criadas, devem, necessariamente, ser fomentadas, amparadas e aplicadas pelo uso do poder do Estado. Deve-se garantir o direito da propriedade privada sobre as mercadorias em troca, de modo que “ninguém se apodere da propriedade do outro pela força” e de modo que “cada um renuncie à sua propriedade de modo voluntário”. (MANDEL, 2005, p. 84).

A separação entre os meios de produção, a distinção entre propriedade privada e propriedade coletiva, o papel do Estado na manutenção dessa ordem (capitalista) foi também analisado por Polanyi (2012, p.37). Segundo o autor,

Um documento oficial de 1607, preparado para uso dos pares do Reino, colocou o problema em uma única frase poderosa: “o homem pobre terá satisfeito o seu objetivo – habitação e o nobre não ficará prejudicado em seu desejo – Progresso”. [...] os cercamentos foram chamados de forma adequada de revolução dos ricos contra os pobres. Os senhores e os nobres estavam perturbando a ordem social, destruindo as leis e os costumes tradicionais, às vezes pela violência, às vezes por opressão e intimidação [...]. O tecido social estava sendo destruído.

Nessa obra clássica, Polanyi nos traz alguns elementos para compreendermos as origens da atual sociedade capitalista²⁷, a relação entre propriedade privada dos meios de produção, acumulação de riquezas e os seus resultados diretos: desigualdade social e pobreza. Ademais, ainda nos revela os três dogmas fundamentais do liberalismo: o surgimento do mercado de trabalho “livre”, o

²⁷ Embora não seja um autor da tradição marxista, as contribuições de Polanyi apontam elementos importantes para compreender a intervenção do Estado no desenvolvimento da sociedade de classes.

estabelecimento do padrão ouro e o livre comércio das mercadorias (tanto as reais quanto as fictícias²⁸).

Entre outras críticas feitas à obra desse autor, destaca-se a visão simplista revelada por Polanyi, quem acreditava que a situação de exploração do trabalho concretizada pelo capital poderia ser resolvida em condições de regulação do mercado pelo Estado, nos moldes social democratas – situação concreta a qual nunca existiu e que o processo histórico nos revela que nunca irá existir.

Contraopondo os limites dessa análise, cabe dialogar com Mandel (1976), segundo o qual a presença do Estado sempre foi imprescindível para esse modelo de acumulação capitalista. Segundo ele, foi após o surgimento do excedente (ou sobreproduto) social que a sociedade se dividiu em classes, e que, com isso, foi possível o desenvolvimento de forças produtivas, técnica, ciência, arte, trabalho intelectual e, em consequência, divisão social.

Mandel (1977), acrescenta que as funções superestruturais que pertencem ao Estado podem ser genericamente resumidas como a proteção e a reprodução da estrutura social (as relações de produção fundamentais) e das classificações, da seguinte forma:

1. criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante;
2. reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de frações particulares das classes dominantes ao modo de produção corrente através do exército, da polícia e do sistema judiciário e penitenciário.
3. integrar as classes dominadas, garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante e, em consequência, que as classes exploradas aceitem sua própria exploração sem o exercício direto da repressão contra elas (porque acreditam que isso é inevitável, ou que é “dos males o menor”, ou a “vontade suprema”, ou porque nem percebem a exploração).

Esse exercício de poder materializado pelo Estado (capitalista) é para Mandel uma forma de defender os interesses de uma determinada classe; e geralmente essa classe é a dirigente e detentora dos meios de produção²⁹ (classe

²⁸ Terra, trabalho e dinheiro para Polanyi (2012) são mercadorias fictícias.

²⁹ Terra, trabalho e dinheiro (mercadorias fictícias), segundo Polanyi (2012), não são mercadorias reais, mas a comercialização desses três elementos são essenciais para a constituição de uma

proprietária). Segundo o mesmo,

[...] cabe ao Estado garantir o direito da propriedade privada dos meios de produção e da força de trabalho, o cumprimento dos contratos, a proteção dos mecanismos de acumulação, a eliminação das barreiras para a mobilidade do capital e do trabalho e a estabilização do sistema monetário [...]. O Estado capitalista não pode ser outra coisa que instrumento de dominação de classe, pois se organiza para sustentar a relação básica entre capital e trabalho. (2005, p. 84).

Ao longo da história da humanidade, essa imbricada relação entre propriedade, sujeitos políticos e estruturas de poder ganharam diferentes formas de expressão, no entanto, segundo as análises marxistas, o Estado sempre exerceu a sua autoridade (via coerção ou consenso) em favor da classe no poder, ou seja, da classe dirigente. Segundo Gruppi(1980, p.27-28),

O Estado escravista garante a dominação dos escravos, o Estado feudal garante as corporações; e o Estado capitalista garante o predomínio das relações de produção capitalistas, protege-as, liberta-as dos laços de subordinação à renda fundiária absoluta (ou renda parasitária), garante a reprodução ampliada do capital, a acumulação capitalista. Portanto, é um elemento que faz parte integrante das próprias relações de produção capitalistas, mas é determinado por estas.

O Estado se materializa por meio de algumas funções importantes para a troca e a acumulação desse modelo de desenvolvimento, como aponta Harvey (2005, p. 85).

Portanto, o Estado capitalista também tem de funcionar como veículo pelo qual os interesses de classe dos capitalistas se expressam em todos os campos de produção, da circulação e da troca. Ele desempenha um papel importante na regulação da competição, na regulação da exploração do trabalho (por meio, por exemplo, da legislação do salário mínimo e da quantidade máxima de horas de trabalho) e, geralmente, estabelecendo um piso sob os processos de exploração e acumulação capitalista. O Estado deve também desempenhar um papel importante no provimento dos “bens públicos” e infraestruturas sociais e físicas; pré-requisitos necessários para a produção e troca capitalista, mas os quais nenhum capitalista individual acharia possível prover com lucro. Além disso, o Estado, inevitavelmente, envolve-se na administração de crises e age contra a tendência de queda da margem de lucro.

economia de mercado. Harvey (2005) afirma que a acumulação primitiva – o divórcio inicial do trabalho dos meios de produção e da terra realizou-se pela força ou através da violência legalizada pelo Estado.

Ainda segundo Harvey (2005), o modo de produção capitalista reflete a garantia do direito da propriedade privada dos meios de produção e da força de trabalho, bem como a proteção dos mecanismos de acumulação. O autor assinala que não existe homogeneidade na classe capitalista, mas existem fragmentações dentro do capital que conduzem a conflitos no interior da classe capitalista, nesse caso o Estado atua como árbitro, podendo ser assumido por uma fração do capital. O autor ainda ressalta a existência de fragmentação do próprio Estado em instituições separadas, e isso, segundo Harvey, dificulta que qualquer fração do capital conquiste o controle total de todos os instrumentos de dominação.

Sobre o papel do Estado no modo de produção capitalista, Harvey (2005) afirma ainda que o Estado possui funções tais como a igualdade e liberdade de troca, que devem ser preservadas; o direito de propriedade, que deve ser protegido; contratos, os quais precisam ser cumpridos; a mobilidade do capital, que deve ser estimulada; os processos destrutivos de competição capitalista, a serem regulados; e os conflitos de interesse entre as frações do capital, que precisam ser arbitrados – tudo em prol de um “bem comum”.

Para preservar a hegemonia,³⁰ a classe dirigente estabelece concessões, organiza e transfere benefícios e garantias aos trabalhadores, recebendo obediência genérica.

A obra de Engels (2008, p. 59-60) sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra revela as diferenças entre a vida simples camponesa e o embrionário processo de surgimento de uma nova classe, a proletária, mediada pela intervenção do Estado:

Adquirindo importância ao converter instrumentos em máquinas e oficinas em fábricas, a nova indústria transformou a classe média trabalhadora em proletariado e os grandes negociantes em industriais; assim como a pequena classe média foi eliminada e a população reduzida à contraposição entre operários e capitalistas, o mesmo ocorreu fora do setor industrial em sentido estrito, no artesanato e no comércio. [...] Agora, quem quer que nasça operário não tem outra alternativa senão a de viver como proletário ao longo de sua existência [...].

³⁰ Hegemonia, segundo Coutinho (2000), significa uma progressiva convergência das vontades particulares de múltiplos grupos e camadas sociais em torno do que Gramsci denominou “vontade coletiva nacional-popular”.

Dadas as condições sub-humanas de vida e de trabalho³¹, os trabalhadores organizados começaram a exigir do poder público respostas para o atendimento de suas demandas e a lutar pelo reconhecimento de direitos e mudanças nas relações de trabalho.

Essa condição de exploração acabou colocando no cenário público a situação desumana e degradante da embrionária classe trabalhadora (principalmente mulheres e crianças) na Inglaterra, sendo considerada a gênese da “questão social”. Concordando com as análises de Netto (2001), compreendemos que a questão social é parte constitutiva do desenvolvimento capitalista e, para enfrentar a exploração do capital sobre o trabalho, a classe trabalhadora organizada protagonizou as lutas sociais (revolucionárias ou não) em defesa da melhoria de suas condições de vida e de trabalho, constituída no processo de industrialização.

Como já demonstrado, o surgimento do Estado está imbricadamente relacionado às origens da propriedade privada, da divisão da sociedade em classes (os que possuem os meios de produção, e os que não possuem), das lutas de classes, nesse sentido não é possível compreender o Estado sem identificar as correlações de forças presentes nessa relação contraditória entre classes sociais e, por conseguinte, na relação capital e trabalho.

Então o Estado é o resultado de um processo pelo qual a classe economicamente mais forte – isto é, a que detém os meios de produção decisivos nessa determinada sociedade – afirma todo o seu poder sobre a sociedade inteira; e estabelece também juridicamente esse poder, essa preponderância de caráter econômico. (GRUPPI, 1980, p.30).

O diálogo até aqui realizado assume a natureza capitalista do Estado e o caráter histórico dos fenômenos sociais, como pressuposto para compreendermos que a relação econômica e social entre o Estado capitalista e a sociedade é preche de transformações em todas as esferas que formam essa totalidade histórica, repleta de contradições.

No entanto, considerando o objetivo deste trabalho, centraremos a análise do papel do Estado e a sua relação com o modo de produção capitalista na fase³² do

³¹ Engels (2008) cita vários exemplos das condições de trabalho e a superexploração de mão de obra infantil e feminina nesse período.

³² Mandel (1982) estabelece uma periodização para o capitalismo: concorrencial (dividida em duas subfases) e uma fase de capitalismo monopolista, ou imperialismo, dividida em uma subfase

desenvolvimento capitalista no século XX (pós Segunda Guerra Mundial), denominada por Mandel (1982) capitalismo tardio³³. Segundo esse autor, ela é caracterizada pela maturidade do desenvolvimento do modo de produção capitalista, em que suas contradições fundamentais estão mais latentes, provocando efeitos ainda mais regressivos para a classe que vive da venda de sua força de trabalho,

O capitalismo tardio marca um período histórico do desenvolvimento do modo de produção capitalista em que a contradição entre o crescimento das forças produtivas e a sobrevivência das relações de produção capitalistas assume uma forma explosiva. Essa contradição leva a uma crise cada vez mais acentuada dessas relações de produção. (MANDEL, 1982, p.393).

Ao interpretar as crises no capitalismo, Mandel (1982, p.398) demonstra sua natureza estrutural:

A Crise das relações de produção capitalistas deve ser vista como uma crise social global, isto é, como a decadência histórica de todo um sistema social e de modo de produção em operação durante todo o período do capitalismo tardio. Não se identifica com as crises clássicas de superprodução nem as exclui. Os picos mais altos dessa crise social são momentos pré-revolucionários e revolucionários da luta de classes, quando culmina numa crise política total do poder do Estado burguês, em que o proletariado apresenta objetivamente a ameaça de destruição do capitalismo e de transição para o socialismo.

Nesse estudo, Mandel (1982) revela a importância da intervenção do Estado em prol da manutenção do sistema capitalista de produção. Após a depressão econômica em 1930 o Estado foi impelido a adotar medidas institucionais e criar um aparato legal com o objetivo de assegurar as condições gerais de produção desse modelo econômico capitalista.

A ampliação da legislação social nesse período histórico viabilizou a criação de um pacto entre o grande capital, o Estado nação e os trabalhadores organizados em prol da manutenção de um sistema de acumulação capitalista.

“clássica” e na subfase atual do que ele denomina de capitalismo tardio.

³³ Em sua obra clássica *Capitalismo Tardio*, Mandel (1982) revela o processo histórico do modo de produção capitalista no período pós-guerra e usa como referência os fundamentos das leis básicas do pensamento Marxiano, presentes no livro *O Capital*. Capitalismo tardio para Mandel corresponde à fase de desenvolvimento das forças produtivas, o que equivaleria ao sentido de capitalismo maduro. Vale registrar que o livro de autoria de Cardoso de Melo, J. M. (1991), intitulado *O capitalismo tardio*, adota esse termo com o significado de capitalismo “retardatário”, para analisar as particularidades do capitalismo no Brasil, tecendo críticas aos teóricos da Cepal e da teoria da dependência.

Segundo Mandel (1982), esse novo aparato legal protegeu o capital dos ataques dos trabalhadores organizados (sindicatos) ao assegurar a reprodução da força de trabalho protegendo-a da superexploração, sem deixar de atender aos interesses da reprodução ampliada do capital. E ainda viabilizando o acúmulo de recursos para o orçamento público.

Todas as ilusões subseqüentes relativas a um “Estado Social baseavam-se numa extrapolação arbitrária dessa tendência, na falsa crença em uma redistribuição crescente da renda nacional, que tiraria do capital para dar ao trabalho. Na verdade, é claro que a queda da taxa média de lucros, resultante de qualquer redistribuição num modo de produção capitalista, arriscaria não apenas a reprodução ampliada, mas a reprodução simples: detonaria uma greve dos investidores, a fuga do capital e o desemprego em massa. As ilusões quanto à possibilidade de “socialização através da redistribuição” não passam, tipicamente, de estágios preliminares do desenvolvimento de um reformismo cujo fim lógico é um programa completo para a estabilização da economia capitalista e seus níveis de lucro. (MANDEL, 1982, p.339).

Essa profícua interpretação acerca do papel do Estado no capitalismo tardio foi fundamental para compreendermos tanto os limites do Estado social em um modo de produção cujo objetivo maior é sempre proteger o capital em detrimento do trabalho, como ainda a força do capital capaz de tudo transformar em prol dos seus objetivos (lucro). Mézáros afirma:

Porque o capital não é simplesmente uma entidade material. Cumpre pensarmos o capital como um modo historicamente determinado de controle social da reprodução sociometabólica. Esse é o seu significado fundamental. Penetra em todos os lugares. Com certeza, o capital é também uma entidade material; ouro, negócios bancários, mecanismos de preço, mecanismos de mercado etc. Mas muito além disso, o capital também penetra no mundo da arte, no mundo da religião e das igrejas, governando as instituições culturais da sociedade. Não é possível pensar em nenhum aspecto de nossa vida que não seja, nesse sentido, controlado pelo capital sob as circunstâncias presentes. É por isso que a teoria do valor-trabalho é válida para o período histórico em que o capital é onívor, em que a regulação do próprio processo é fundamentalmente irracional. (2007, p.68).

As interpretações sobre o papel do Estado no capitalismo tardio em Mandel (1977), as análises profícuas de Mézáros (2007; 2009) sobre a crise estrutural do capital, a capacidade do capital de interferir e determinar as relações sociais, as correlações de forças presentes, e as lutas das classes fundamentais são os

elementos balizadores do nosso estudo.

À luz desse referencial, iremos analisar a constituição e posição periférica do Brasil no capitalismo mundial, bem como os desdobramentos dessa condição nas expressões da questão social e da política social, bem como faremos análises acerca do processo de constituição ou não da cidadania nesse país, tarefa que nos propomos elaborar nos próximos itens.

1.2 Estado Brasileiro, afinal que país é esse?

As formulações até aqui elencadas nos remetem a uma concepção marxiana de Estado, a qual, entre outros pressupostos, reconhece que na ordem burguesa o poder político é do Estado, e que, no entanto, a política não deve ser reduzida apenas a esse núcleo de poder (DURIGUETO, 2007). Essa mesma autora ainda acrescenta:

A sociedade civil como um palco de um pluralismo de organismos coletivos ditos “privados” (associações e organizações, sindicatos, partidos, atividades culturais, meios de comunicação etc.), é a nova configuração da dinâmica social, na qual se precisava repensar a política e sua relação com as esferas da vida social e elaborar os novos termos da hegemonia³⁴. A dinâmica sócio-política e organizativa dessa esfera é incorporada ao seu conceito de Estado (o que lhe permite visualizar a ampliação do fenômeno estatal). (DURIGUETO, 2007, p.55).

No âmbito das estruturas estatais estão presentes as correlações de forças e é um terreno fértil para as lutas políticas,

O Estado talvez internalize em si mecanismos políticos que reflitam a luta de classes entre capital e trabalho. Assim, uma função chave inclui organizar e transferir determinados benefícios e garantias aos trabalhadores (padrões mínimos de vida e condições de trabalho, por exemplo) que talvez para ser exato não sejam do interesse econômico imediato da classe capitalista. Em troca, o Estado recebe a obediência genérica das classes subordinadas. (HARVEY, 2005, p.88)

³⁴Aqui compreendido na concepção de Gramsci, segundo a qual a hegemonia é o consentimento de submissão de forma ativa e voluntária da classe dominada.

Usando esses argumentos como pano de fundo, nos propomos a dialogar acerca do processo histórico³⁵ de constituição desse Estado nacional e da sua forma de inserção no capitalismo mundial. Ao mesmo tempo, os subsídios históricos e os elementos teóricos que iremos nos debruçar acerca do processo de desenvolvimento nacional nos fornecerão alguns elementos sobre a direção política adotada pelo Brasil nos últimos anos.

Segundo Marini (2011), os países latino-americanos chegam ao modelo capitalista de produção por meio do sistema misto de servidão e trabalho assalariado, cujo objetivo era desenvolver uma economia de exportação para o mercado mundial, e no Brasil isso não foi diferente.

Ainda para esse autor, na América Latina não houve um pré-capitalismo, mas um capitalismo *sui generis* e, para compreender isso, são necessárias análises que consigam interpretar o sistema capitalista em seu conjunto nacional e internacional.

A integração da América Latina ao mercado mundial nasce no séc. XVI, em consonância com o desenvolvimento do capitalismo internacional; e os países da América Latina contribuem fornecendo bens primários e adquirindo dívidas ou manufaturas de consumo.

Marini (2011) afirma ainda que a dependência se configura em uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco das relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.

A participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta³⁶ para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador (MARINI, 2011, p. 138).

³⁵ Não faremos aqui uma retrospectiva histórica sobre a formação do Estado brasileiro, mas sim um diálogo com alguns autores cujos estudos esclarecem a natureza e as características da formação do Brasil.

³⁶ A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa (MARX, 2013, pág.485).

O autor continua a sua análise afirmando que a relação positiva entre o aumento da força produtiva e a maior exploração do trabalhador adquire um caráter agudo na economia dependente, não sendo privativa dela, mas inerente ao próprio modo de produção capitalista. Para ele, a superação dessa condição de dependência só poderá se materializar se forem suprimidas as relações de produção (capitalista) nela envolvidas.

Essa tese dialoga diretamente com o pensamento marxista e nessa mesma linha de análise. Fernandes (1975, p.183-184) nos fornece mais elementos para compreendermos as características da economia dependente brasileira e sua relação com os países capitalistas centrais:

As evoluções que se iniciaram com a desagregação da economia escravocrata associaram-se a tendências de formação de um mercado de trabalho e de dinamismos econômicos que impunham, a partir de dentro, modelos de relações econômicas que anteriormente, só se estabeleciam a partir de fora. Aos poucos, surgiram vários tipos de vínculos heteronômicos, através dos quais a economia agrária evoluiu na direção do capitalismo moderno, mantendo os lados de dependência diante das economias centrais ou criando novos laços de dependência, em face dos focos internos de crescimento econômico urbano-comercial urbano-industrial. Esse processo não desaparece gradualmente, à medida que se obtém maior integração interna da economia de mercado capitalista em expansão.

Os diversos estudos³⁷ realizados por esse autor clássico nos esclarecem que as contradições, injustiças e tensões existentes na sociedade brasileira têm uma relação direta com o processo de formação social e econômica do Brasil e sua forma de inserção subordinada ao capitalismo mundial.

Nesse sentido, para Fernandes (2006), no Brasil as estruturas econômicas, sociais e políticas da sociedade colonial não só moldaram a sociedade nacional subsequente, como também acabaram gerando uma economia nacional híbrida, que promovia a coexistência e a interinfluência de formas econômicas variavelmente “arcaicas” e “modernas”, graças às quais o sistema econômico adaptou-se às estruturas e às funções de uma economia capitalista diferenciada, mas periférica e dependente.

Para compreendermos o processo de formação do Estado brasileiro e as relações estabelecidas entre as classes sociais e o modo de acumulação capitalista

³⁷ Destaco aqui as obras de Fernandes (1975; 1974; 2006), respectivamente: Sociedade de classes e subdesenvolvimento, Mudanças sociais no Brasil e A revolução burguesa no Brasil.

em vigor, lançaremos mão de alguns conceitos (marxianos) que explicam bem esse processo.

Os conceitos de “modernização conservadora”, e “revolução passiva” (denominado por Gramsci), ambos analisados por Coutinho (2000), são utilizados como elementos chaves para compreendermos a formação do Brasil.

Para Coutinho (2000), no Brasil ocorreu um processo de modernização conservadora, ou seja, houve a unificação de características da propriedade fundiária pré-capitalista e do poder latifundiário.

Corroborando essa análise em seu estudo acerca da ditadura e serviço social no Brasil, Netto (1991), ao elencar as características do país no período ditatorial, afirma que a “modernização conservadora” teve como linhas mestras a exclusão das forças populares dos processos de decisão, ausência de ruptura com o estatuto colonial, aliança entre a burguesia nacional e o grande latifúndio que retardaram articulação com o exterior e o tardio processo de industrialização. Todo esse processo foi conduzido pelos interesses de um grande monopólio: aliança entre o capital estrangeiro e capital nacional. Usando como referência o termo capitalismo tardio³⁸ para explicar essas características do Brasil, Cardoso de Mello (1994, p. 39) diz que

A economia colonial organiza-se, pois para cumprir uma função: a de instrumento de acumulação primitiva de capital. A produção colonial deveria ser deste modo, mercantil. Não uma produção mercantil qualquer, porém produção mercantil que, comercializável no mercado mundial não concorresse com a produção metropolitana.

A “revolução passiva”, nos termos utilizados por Coutinho (2000), à luz do referencial gramsciano, significa processos de formação em que ocorrem conciliações entre frações modernas atrasadas e a classe dominante. O autor ainda acrescenta que nesse cenário é frequente o transformismo³⁹, ou seja, assimilação pelo bloco no poder das frações rivais de classes subalternas.

Ainda analisando esse processo de formação do capitalismo no Brasil,

³⁸ Em nota anterior já estabeleci a distinção entre a concepção de Mandel (2005) para a forma como Cardoso de Melo interpreta esse mesmo termo aqui.

³⁹ No capítulo 2 da tese iremos analisar com mais profundidade o significado do transformismo nos dias atuais no Estado brasileiro.

Behring (2013), afirma que o Estado brasileiro nasceu sob o signo de forte ambiguidade entre um liberalismo formal como fundamento e o patrimonialismo como prática no sentido da garantia dos privilégios estamentais. Dialogando com Fernandes (1987), a autora acrescenta que se tornou impossível romper com o passado e fazer a opção por um futuro, gerando o que Fernandes (1987) denomina “Estado-amálgama”.

Outro aspecto destacado por Behring (2013), à luz da obra de Fernandes (1987), é a incompatibilidade entre as normas legais e normas práticas, citando como exemplo a convivência entre a escravidão e o status de cidadania. As especificidades e características desse Estado brasileiro para a autora podem ser explicadas com base na seguinte tese:

Na perseguição das condições estruturais de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, são vislumbradas três processos fundamentais: a incapacidade de romper com a associação dependente com o exterior (heteronomia); a incapacidade de desagregar completamente os setores arcaicos; e a incapacidade de superar o subdesenvolvimento gerado pela concentração da riqueza. O comportamento particularista e egoísta da burguesia brasileira associada ao capital internacional engendrou uma exclusão parcial ou total dos não-possuidores do circuito capitalista, não universalizando o trabalho livre e não integrando o mercado interno. (2013, p.102).

Esse entrelaçamento entre o passado e futuro, o egoísmo das elites nacionais, o pacto entre as elites nacionais e internacionais em grande medida acaba moldando o Estado brasileiro contemporâneo em suas características e especificidades no que se refere aos aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais.

Em síntese, a formação do Estado brasileiro nos mostra que o mesmo adotou o caminho híbrido de conjugar o novo e o velho, ou, para alguns teóricos, uma modernização conservadora cuja principal característica foi alijar a classe trabalhadora das decisões que acabaram por definir a natureza desse Estado nacional moldado por pactos entre elites dirigentes.

Para Behring (2013), o Brasil dos anos noventa em grande medida é herança desse processo de formação que conjugou, desde a sua origem, o autoritarismo, o clientelismo, a privatização do público, a tutela do favor. Para ela,

Nossa modernidade capitalista é esta que aí está, onde o custo da

revolução passiva ou da modernização conservadora sempre se recoloca na cena histórica. Portanto, tudo indica, a sociedade brasileira não está em transição, mas vive de forma plena seu moderno e “ocidental” presente, no qual o passado se reapresenta como tragédia e farsa. (2013, p.113).

Iamamoto (2008) faz coro com essa análise acerca das particularidades históricas do Estado brasileiro e afirma que

O liberalismo brasileiro portanto vem nutrindo-se, desde a formação do Estado Nacional, de forças representativas da tradição patrimonialista, em um amplo processo de privatização da coisa pública, em detrimento das tradições republicanas, com sua vocação contratualista, democrática e universalizante. Na trajetória da construção dos direitos no Brasil, pesa a determinação de elementos fundamentais da formação histórica brasileira: a grande propriedade territorial, as relações de poder, apoiadas em relações de dependência pessoal, no compadrio e na ideologia do favor. Essa herança favorece o cultivo dos interesses privados, inclusive o uso privado de recursos públicos, impeditivos da constituição de uma cidadania sólida e universal. (2008, pág.35)

A gênese da formação social do Estado brasileiro revela a aridez do solo histórico para materialização dos direitos sociais; e segundo Behring (2003), após os anos 1990 a principal característica desse modelo de desenvolvimento foi a quebra de condições historicamente construídas de efetivas reformas, ou seja, para essa autora o que houve foi uma contrarreforma do Estado, a qual foi caracterizada por

Uma escolha, bem ao estilo de condução das classes dominantes brasileiras ao longo da história, mas com diferenças significativas: esta opção implicou, por exemplo, uma forte destruição dos avanços, mesmo que limitados, sobretudo se vistos pela ótica do trabalho, dos processos de modernização conservadora que marcaram a história do Brasil [...] O que, ao meu ver, não permite caracterizar o processo em curso como modernização conservadora, mas como uma contrarreforma, que mantém a condução conservadora e moderniza apenas pela ponta – a exemplo da telefonia. Este último aspecto demarca uma perda total de sentido de nacionalidade e um componente destrutivo não visto nos saltos para a frente promovidos em períodos anteriores (2003, p.198).

Para aprofundarmos os estudos acerca dessa “escolha” de rota adotada pelo Estado brasileiro e suas consequências para a questão social no Brasil e as políticas sociais que serão desenhadas nesse cenário, o próximo item aborda a relação entre questão social, política social e cidadania.

1.3 Questão Social e Política Social, uma relação necessária

O termo questão social e seu significado provocam debates polêmicos e não existe um consenso entre os seus estudiosos sobre a definição do mesmo. Ciente disso, cabe aqui estabelecer um diálogo com essas diferentes concepções acerca da questão social⁴⁰.

Neste estudo dialogamos com a ideia de que a gênese da “questão social” e lutas de classe se dá no processo de pauperização sofrido pela classe trabalhadora, cujo marco histórico é a Revolução Industrial no século XVIII, localizada geograficamente na Inglaterra (NETTO, 2001).

Alguns teóricos, no entanto, adotam a expressão “questão social” desprovida de qualquer problematização, outros, por sua vez, admitem-na, mas buscam qualificá-la conceitual e historicamente, distinguindo, assim, “questão social” de problema social. Isso nos parece pertinente, dada a complexidade do termo e a multiplicidade de significados a ele atribuídos.

Segundo Castel (1998, p. 30), “a questão social nos anos de 1830, expressava a luta pela socialização dos meios de produção e mudança no modo de produção, e no séc. XX (anos 60), expõe o movimento de ampliação de direitos de cidadania no próprio capitalismo.”.

Essa contribuição de Castel (1998), no entanto, apresenta alguns limites, pois não vincula a questão social a seus processos determinantes de exploração e geração da mais valia. Por isso, preferimos lançar mão de outros autores, como Netto (2001), segundo o qual a questão social é determinada pela lei geral da acumulação e, portanto, situada historicamente no processo de surgimento e desenvolvimento das relações capitalistas de produção. Ao situar histórica e teoricamente o debate sobre “questão social”, Netto (2001) enfatiza cinco pontos principais. Segundo ele,

1. A expressão surge na Inglaterra, ao final do Séc. XVIII, para dar conta do fenômeno do pauperismo e dos seus desdobramentos sócio-políticos;

⁴⁰ Para citar alguns: Castel (1998); Rosanvalon (1998); Pereira (2001); Paulo Netto (2001); Yamamoto (2001) e Mota (2008).

2. A revolução de 1848 evidenciou a consciência política de que a “questão social” está ligada à sociedade burguesa; somente com o fim desta teríamos o fim daquela (“classe em si” a “classe para si”);
3. A análise marxiana deve ser considerada, pois a mesma afirma que o desenvolvimento capitalista produz diferentes manifestações da “questão social” e essa, por sua vez, é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira, conservando-se a segunda.
4. O apogeu do *Welfare State* (após a Segunda Guerra Mundial) na Europa e o dinamismo da economia americana apagaram do cenário mundial a “questão social”, que continuava a existir nos países do “Terceiro Mundo”.
5. Não existe uma “nova questão social”, mas sim expressões sócio-humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração do capital.

Essas considerações revelam que a “questão social” está entrelaçada ao processo de exploração capitalista e não pode ser reduzida a suas formas de expressão (desigualdade, pobreza, etc.).

Pereira (2001, p. 54), por sua vez, define a questão social de forma diferente da transcrita anteriormente e aponta outros elementos para a discussão acerca desse conceito:

Esta é a razão pela qual não considero os problemas atuais como explícitos aspectos, rasgos ou traços da questão social capitalista, isto é, da questão social constituída na Europa, no século XIX, no marco da revolução industrial, porque essa questão foi assim denominada por expressar contundente embate político. Considero, sim, que os problemas atuais - tal como aconteceu com a alienação do trabalho e a pauperização do proletariado que, no século XIX, esteve na base da questão social - são produtos da mesma contradição que gerou essa questão, mas que, contemporaneamente, ainda não foram suficientemente politizados. Donde se conclui que a questão social não é sinônimo da contradição entre capital e trabalho e entre forças produtivas e relações de produção - que geram desigualdade, pobreza, desemprego e necessidades sociais - mas, de embate político, determinado por essas contradições.

Para essa autora, não podemos analisar a expressão “questão social” sem a situarmos historicamente, considerando suas interfaces com o sistema capitalista responsável pelo seu surgimento e por todas as transformações que a mesma venha a sofrer, nem sem considerar criticamente a ação dos sujeitos e o contexto social e econômico no qual o embate político ocorre. Contudo, em sua interpretação, a “questão social” não é sinônimo da contradição entre capital e trabalho” e só deixa de ser latente para se materializar como “questão social” quando a classe trabalha

problematiza de forma organizada sua condição e quando ocorre seu o reconhecimento político pelo Estado.

Assim, essa tese da autora difere da concepção de “questão social” utilizada por Netto (2001). Para este autor a “questão social” existe independente do reconhecimento ou ação do Estado, porque em sua compreensão a questão social é objetivamente parte constitutiva do processo de acumulação capitalista centrada na exploração da força de trabalho.

Essa concepção de questão social defendida por Netto (2001) foi nossa referência para análise dessa imbricada relação entre capital, trabalho, Estado, questão social e política social. No entanto, para fins deste estudo e com o objetivo de aprofundar o debate, foi necessário conhecer outros teóricos que reduzem a “questão social” a problemas sociais, entre os quais destaca-se Rosanvallon (1998, p. 23). Para ele,

[...] a questão social é uma expressão criada no fim do século XIX, refere-se às disfunções da sociedade industrial emergente. Os dividendos do crescimento e as conquistas das lutas sociais tinham permitido transformar profundamente a condição do proletário naquela época.

Por sua vez, Iamamoto (1998, p.27) realiza uma análise profícua acerca desse mesmo conceito. Segundo essa,

[...] a questão social é o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Essa mesma autora (2001, p.16-17), em um dos artigos que integram a revista *Temporalis*⁴¹, seguindo esse mesmo raciocínio, completa afirmando:

[...] a questão social diz respeito ao conjunto das expressões das

⁴¹A edição da revista *Temporalis* organizada pela Abepss (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) em 2001, sistematizou as quatro conferências realizadas na UnB em novembro de 2000, cujo tema principal era a Questão Social e o Serviço Social, por serem esses eixos fundantes do novo currículo do curso de Serviço Social e da concepção de profissional expressa nesse documento.

desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda da sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais.

As interpretações profícuas dessa autora nos levam a concluir que a questão social, portanto, expressa a relação contraditória entre o capital e o trabalho e a mesma é indissociável do processo de acumulação capitalista e dos efeitos da exploração que essa produz sobre a classe trabalhadora.

Atenta ao cenário atual e às mudanças que ocorreram no mundo do trabalho, lamamoto (2007, p.259) acrescenta:

Ingressa em cena o Estado, estabelecendo uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho por meio da legislação social e trabalhista e, intervindo na gestão dos serviços sociais, como uma nova forma de enfrentar a questão social. Esta enquanto uma determinação essencial da constituição da profissão, apresenta-se hoje sob novas mediações históricas, que atualizam características determinantes da lógica do capital nas particularidades da formação econômica, social, e político-cultural da sociedade brasileira em um momento decisivo de internacionalização da produção e dos mercados, da radicalização liberal com incidências nas relações entre o Estado e a sociedade, além de refrações na esfera cultural. Esse quadro desafia os pesquisadores à apropriação dos determinantes históricos da questão social e de suas expressões no contexto brasileiro do presente.

Ainda acerca dos determinantes da questão social, Netto (2001, p.45-46) afirma:

A análise de conjunto que Marx oferece n’O Capital revela, luminosamente, que a “questão social” está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital\trabalho – a exploração. A exploração, todavia, apenas remete à determinação molecular da “questão social”; na sua integralidade, longe de qualquer uncausalidade, ela implica a intercorrência mediada de componentes históricos, políticos, culturais etc. Sem ferir de morte os dispositivos exploradores do regime do capital, toda luta contra as suas manifestações sócio-políticas e humanas (precisamente o que se designa por “questão social”) está condenada a enfrentar sintomas, consequências e efeitos.

Historicamente, a questão social assume diferentes formas de expressão: pauperismo, desemprego, desigualdade social, fome, etc., no entanto, elas possuem

um núcleo determinante (a exploração do capital sobre o trabalho) que independe do contexto histórico e da localização geográfica. E para não incorrer em erro e analisar as expressões da questão social como a questão social em si, são esclarecedoras as contribuições de Motta (2010, p.42) acerca desse tema:

[...] a despeito das raízes da questão social mergulharem nas relações sociais dominantes e vigentes na sociedade capitalista, o uso da expressão como referência das múltiplas manifestações da desigualdade acaba por trair seu significado histórico, uma vez que as manifestações fenomênicas da pobreza terminam por ser apartadas das suas determinações. Por trás da extensão semântica do conteúdo da expressão questão social – que agora passa a recobrir as incontáveis emersões da desigualdade -, o que se articula é uma armadilha teórica e ideológica que, ademais de desistoricizar e descontextualizar a problemática que funda a existência real (ou, para tomar a formulação com que se abre este item, o problema real) da questão social, desloca o seu enfrentamento para o nível dos epifenômenos a ela conectados.

As expressões da questão social exigem respostas do Estado, e os efeitos dessas respostas são materializados considerando a natureza do Estado, as correlações de forças entre as classes e o desenvolvimento e atual estágio do modo de produção capitalista em vigor.

Dessa forma, não podemos confundir respostas pontuais e descontínuas, dadas pela sociedade de forma altruísta, com Política Social. Assim, as demandas nascem no seio da sociedade (questão social) e exigem respostas no âmbito estatal.

Segundo Kowarick (1985, p.11), as “políticas sociais dependem, de um lado, das lutas de classe, elas traduzem sempre uma tensão inteiramente contraditória entre os imperativos da reprodução do capital, e de outro lado, das necessidades de reprodução da força de trabalho.” Esse mesmo autor (1985, p.14) conclui o seu artigo, afirmando que

As políticas sociais são instrumentos de que se vale o Estado para satisfazer os interesses dos setores trabalhadores incorporados no “pacto de dominação”, mas no sentido de que o Estado expressa os interesses das classes dominantes e suas contradições, no arco de um processo de dependência que articula de uma nova maneira as economias latino-americanas aos interesses do capital monopolista internacional”.

No entanto, não devemos cometer o equívoco teórico de restringir a Política Social a um mero instrumento de cooptação utilizado pelo Estado, mas situá-la

historicamente no embate existente entre os diversos sujeitos sociais que lutam nas diferentes arenas de conflito existentes no seio da sociedade capitalista. Segundo Boschetti (2010, p.67):

As políticas sociais, portanto, se constituíram em medidas essenciais na resposta à crise de 1929. A ampliação do papel do Estado na prestação de serviços vinculados às políticas sociais (saúde, habitação, previdência, educação, programas sociais) assegurou não só o aumento de empregos no setor público, mas também ampliação indireta dos salários. Parte do salário “liberada” em decorrência do acesso às políticas sociais (serviços sociais públicos e gratuitos) foi impulsionada para o consumo de massa. O padrão de política social esteve diretamente associado ao direito ao trabalho.

Em outras palavras, a política social também contribui para a acumulação do capital de três formas distintas⁴²: no processo de reprodução da força de trabalho (como, por exemplo, via o acesso a políticas de saúde e educação); no aquecimento da produção por meio do estímulo ao consumo de massa (parte do salário liberado para consumir no mercado); e também como estratégia para fomentar e difundir a ideologia dominante, dando legitimidade, consenso e viabilizando a hegemonia de classe.

No entanto, cabe sinalizar que as políticas sociais não acabam com a desigualdade social, mas servem para assegurar de forma parcial o acesso a alguns bens (via programas de transferência de renda) e serviços (serviços públicos de saúde, educação etc.) produzidos na sociedade.

Sobre essa temática, é esclarecedora a análise feita por Behring (1998, p.174), quando afirma que a Política Social

Ocupa certa posição político-econômica, a partir de um determinado período histórico, e que a economia política se movimenta historicamente a partir de condições objetivas e subjetivas. Portanto, o significado da política social não poder ser apanhado nem exclusivamente pela sua inserção objetiva no mundo do capital, nem apenas pela luta de interesses dos sujeitos que se movem na definição de tal ou qual política, mas historicamente, na relação desses processos na totalidade.

Totalidade é a categoria que devemos considerar quando analisamos a “questão social” e a Política Social, para não incorrer no risco de segmentar e

⁴²Sobre esse debate, consultar Boschetti (2010)

pulverizar as multideterminações desses processos.

A “questão social”, como já foi assinalado, é uma questão coletiva, que nasce no seio da sociedade capitalista, se materializa sob a forma de exploração do capital sobre o trabalho e não pode ser reduzida aos problemas sociais específicos e pontuais, sendo, ao mesmo tempo, estrutural e conjuntural, ou seja, faz parte do sistema capitalista e influencia a vida das classes sociais de forma individual e coletiva. Preocupada com análises superficiais acerca desse tema, Mota (2010, p. 50) esclarece que

O que está posto na agenda contemporânea (e, mais largamente, no horizonte sociocultural) são outras formas de conceituar e tratar a questão social, através de uma nova reforma social e moral conduzida pela burguesia contemporânea. As tendências em curso chegam ao extremo de imaginar que é bastante ter políticas sociais para suprimir “a questão social” ou como querem outros, que é suficiente que o Estado reconheça o direito de homens e mulheres das classes subalternizadas a atenderem suas necessidades sociais, transformando-os em cidadãos, para que também a questão social seja solucionada.

Segundo a autora, ocorre um transformismo (Mota, 2010, p.51), e a questão social adquire novas interpretações, e passa a ser sinônimo de exclusão social, desemprego, etc.

A Política Social, por seu turno, não pode ser limitada à sua forma de inserção no mundo do capital, nem à luta de interesses dos sujeitos na definição de políticas setoriais, mas deve estar situada historicamente na relação desse processo na sua totalidade. Só assim será possível perceber as múltiplas determinações que integram o processo de sua definição.

Uma análise sobre política social não pode limitar-se ao estudo setorial e descritivo de um dos setores; deve buscar elementos históricos e institucionais do cenário político e social no qual a mesma se formou.

Contribuindo com esse debate, cabe citar a análise feita por Boschetti (2003, p.68) acerca da necessidade de compreendermos e distinguirmos alguns conceitos:

1) [...] seguridade social não se confunde e nem é sinônimo de *WelfareState*, *État Providence* ou *Sozialstaat*, mas é parte integrante, e mesmo elemento fundante e constituinte de sua natureza, bem como de sua abrangência; tal constatação indica que a caracterização da seguridade social predominante em qualquer país é imprescindível para a compreensão da natureza da intervenção social do Estado; 2) a seguridade social também não se confunde e nem se restringe ao seguro social (ou previdência social

para utilizar uma expressão brasileira); pelo menos três elementos estão presentes: seguros, assistência médica e auxílios assistenciais, ainda que os termos possam ser diferentes em cada país; tal constatação também aponta que, para entender a seguridade social, é imprescindível compreender sua configuração, ou delimitar os benefícios ou políticas que a integram; 3) a precisão conceitual da seguridade social requer a superação das análises fragmentadas ou parcializadas das políticas que a compõem; a compreensão de suas propriedades internas, bem como de seu significado na conformação do Estado social pressupõe investigar os elementos que definem o caráter dos direitos, assim como o tipo de financiamento e forma de organização.

Behring e Boschetti (2006, p. 64) diferenciam Estado Social, *Welfare State*, Estado Providência e Estado de Bem Estar Social. Segundo essas autoras,

O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado. Os autores são unânimes em situar o final do século XIX como o período em que o Estado capitalista passa a assumir e a realizar ações sociais de forma mais ampla, planejada, sistematizada e com caráter de obrigatoriedade.

Para Mishra (1990, p.123), a política social é um conceito mais amplo, se comparado ao de *Welfare State*, pois esse tem uma dimensão histórica (o pós-guerra) e institucional (o Estado capitalista regulador e provedor de benefícios e serviços sociais de inspiração Keynesiana), que não pode ser ignorada. Segundo ele, “Política Social é um conceito genérico, enquanto Estado Providência tem uma conotação histórica (pós-guerra) e normativa (institucional)” (1995, p.113). Dessa forma, é impossível falarmos de Política Social sem citarmos o fenômeno do *Welfare State* e sua trajetória histórica, considerando que no *Welfare State* o direito à Política Social é sinônimo de justiça social, cidadania e dever estatal.

Alguns estudos mostram que o Estado de Bem-Estar não resultou de uma mudança súbita, ao contrário, foi se desenvolvendo e foi um fenômeno comum a todas as sociedades capitalistas, tendo assumido, obviamente, particularidades e características específicas em cada Estado-Nação. O Estado de Bem-Estar (*Welfare State*) pode ser caracterizado por mudanças na política econômica e social do Estado, que podem ser resumidas em três principais pontos:

✓ Introdução e ampliação de uma série de serviços sociais (previdência social, educação, habitação, emprego e assistência aos idosos, deficientes e crianças necessitadas);

- ✓ Manutenção do pleno emprego;
- ✓ Programa de nacionalização.

Ainda acerca desse debate, Pereira (1994) afirma que as seguintes ideias consolidam o paradigma dominante do Estado de Bem-Estar: a regulação econômica e social Keynesiana, a recomendação de William Beveridge sobre Seguridade Social e a Teoria da Cidadania de T.H. Marshall. Para essa autora, “não existe um modelo único de Estado de Bem-Estar, eles variam de um contexto nacional para outro”. (1994, p. 4).

No Brasil, diferentemente, as políticas sociais sempre foram influenciadas pelos princípios do mérito, da seletividade, do clientelismo e do corporativismo, formando o que Draibe (1989, p. 143) denomina de um

[...] *Welfare State* do tipo meritocrático-particularista, segundo o qual o indivíduo isoladamente deve ter ou criar condições para suprir suas necessidades, seja através do seu trabalho ou do seu próprio mérito, obtido por outros mecanismos que não seja o trabalho propriamente dito. A política social, nesse modelo de *Welfare State* atua de forma parcial na amenização dos problemas criados pelo mercado.

A existência ou não de um *Welfare State* brasileiro gerou um debate polêmico entre os teóricos que discutem essa temática⁴³. Devido às características do nosso país, torna-se complicado aplicar um modelo de *Welfare State* europeu na nossa realidade. Contudo, esses mesmos autores defendem e qualificam a especificidade da experiência brasileira. Isso pode ser comprovado também quando fazemos uma retrospectiva histórica do nosso sistema de proteção social.

A análise do papel do Estado brasileiro e sua influência na reprodução ampliada do capital por meio da adoção de medidas legais e institucionais na área social realizada a seguir trarão apenas alguns elementos para compreendermos como no cenário nacional essa imbricada relação entre Estado, política social, questão social e capital se materializou enfocando as políticas sociais de trabalho e educação, dado o tema desse estudo.

O marco inicial de análise das intervenções mais sistemáticas do Estado brasileiro na área social foi o período de 1920/1930, quando, em resposta aos

⁴³ Draibe (1989); Demo (1996).

movimentos sociais que lutavam contra a exploração da classe trabalhadora, o Estado interveio através de uma mescla de repressão policial e de ações assistencialistas, contando, para isso, com o apoio da elite dominante que exercia uma ação caritativa através da Igreja.

Em 1923, com a criação da Lei 4.682/1923 (Lei Eloy Chaves), instituiu-se legislação previdenciária no Brasil que possibilitou a criação de caixas de aposentadorias e pensões (para algumas categorias profissionais), as quais assumiram um caráter extremamente compensatório, pois, na verdade, através dessas caixas, buscava-se atenuar os conflitos existentes entre o capital e o trabalho de forma paliativa e superficial.

Nas décadas seguintes (1930-1940), foram criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões, o Imposto Sindical, o Serviço de Alimentação da Previdência Social e o Salário Mínimo; esse último tendo sido criado na década de 1930, mas só aplicado na década seguinte, com a divulgação da sua primeira tabela. Em 1930, também foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, bem como o Conselho Nacional de Educação e o Conselho Consultivo do Ensino Comercial (BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

Cunha (1983, p.15), ao analisar o processo de organização do ensino superior no Brasil nesse período, revela o autoritarismo do Estado e o controle sobre essas instituições:

No início da república populista, a organização do ensino superior regia-se pelo Estatuto das Universidades brasileiras baixado em 1931 por um decreto do governo provisório, saído da pena de Francisco de Campos, um dos mais destacados intelectuais do regime autoritário estado novista. O estatuto consagrava a competência do governo central em matéria de controle do ensino superior, tradição que se mantinha desde o ato adicional de 1834, reforçada pela criação, no mesmo ano de 1931, do Ministério da Educação, tendo Francisco Campos como primeiro titular.

Outra característica do ensino superior nesse período é a desarticulação entre as instituições,

Embora o estatuto proclamasse ser a universidade o padrão para a organização do ensino superior, admitia a existência de estabelecimentos isolados como uma concessão à realidade onde estes constituíam a imensa maioria. A faculdade (de medicina, de direito, de engenharia etc.) era a célula do ensino superior. (CUNHA, 1983, p.15)

O período ditatorial de Vargas (1930-1945), em que pese as severas restrições aos direitos políticos – com intensa vigilância e negação parcial dos direitos civis –, assegurou alguns direitos sociais e permitiu o processo de organização sindical no Brasil (mesmo que sob o controle do Estado) .

A derrocada do Estado Novo, em 1945, permitiu o surgimento de sindicatos mais autônomos, segundo Cunha.

A queda do Estado Novo, em 1945, e a implantação de um regime político liberal-democrático sob uma Constituição elaborada por representantes eleitos permitiram maior grau de autonomia dos sindicatos dos trabalhadores em relação ao Estado, embora a organização sindical para-fascista tivesse permanecido intacta. Isso fez com que a legislação trabalhista passasse a ser aplicada mais amplamente como, também, fossem elevados os salários de certas categorias de trabalhadores. (CUNHA, 1983, p.33)

A expansão dos direitos sociais⁴⁴ trazia em seu bojo condições ambíguas, pois a implantação da legislação trabalhista e previdenciária trazia embutida a implantação de uma política de proteção ao trabalhador e sua família e, ao mesmo tempo, medidas de cunho populista e eleitoreiro e de exercício do controle social (do Estado sobre a Sociedade). Esse período no Brasil se caracteriza pelo alto grau de centralização dos recursos e instrumentos institucionais e administrativos por parte do governo federal. No entanto, a história é prenhe de mudanças, uma vez que em 1950 esse contexto sofreu alterações.

Essa política econômica foi derrotada nas eleições de 1950 quando Getúlio Vargas, deposto em 1945, foi reconduzido à presidência da república, como o primeiro candidato de oposição vencedor de uma eleição presidencial na história do Brasil republicano. (CUNHA, 1983, p.35).

Esse governo adotou duas características contraditórias de política econômica: redistribuição de renda para os trabalhadores e a mudança no modo de elevação da taxa de acumulação. Segundo Cunha,

⁴⁴A obra de Carvalho (2001), diferente da abordagem crítica realizada por Abreu (2008), faz uma descrição prescritiva acerca do processo de constituição dos direitos no Brasil.

A contradição consistia no fato de que os aumentos salariais, elevando o preço da força de trabalho, limitavam a acumulação de capital necessário à construção de usinas siderúrgicas, refinarias de petróleo, estradas de rodagem, usinas hidrelétricas e outros empreendimentos exigentes de grande volume de capital. (1983, p. 35).

Com o novo governo, de Juscelino Kubitschek (1956-1961), além da aliança tradicional entre capitalistas brasileiros e a burocracia estatal, outro sujeito político foi integrado em prol desse pacto desenvolvimentista: os conglomerados estrangeiros.

A política econômica de Kubitschek, consubstanciada no Plano de Metas visava intensificar a acumulação de capital de modo a fazer frente à continuação do processo de substituição de importações, bem como a construção da nova capital e sua ligação com as diversas regiões do país. (CUNHA, 1983, p. 38).

Ainda nesse período cabe destacar a criação da Universidade de Brasília, cuja criação teve dois propósitos principais, de acordo com o mesmo autor.

Em primeiro lugar, a necessidade de manter junto à burocracia governamental uma reserva de especialistas de alta qualificação [...] e criar um paradigma moderno de ensino superior brasileiro, mais amplo do que o ITA, porque abrangendo todos os campos do saber, capaz de influir nos rumos das universidades e escolas arcaicas não só pelo efeito da demonstração, mas também, pelo poder conferido pela vizinhança e patrocínio do núcleo do Estado. (CUNHA, 1983 p. 169).

Segundo Cunha (1983) houve nesse período um processo de “modernização” do ensino superior que acabou influenciando todas as outras instituições de ensino superior no Brasil. Para esse autor, a criação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), da Comissão Supervisora dos Planos dos Institutos (Cosupi)⁴⁵ e da Universidade de Brasília (UnB) foram fundamentais para as novas características assumidas pelo ensino superior no Brasil.

As medidas da política do Estado neste nível de ensino apontam na direção de uma estratégia calcada em mecanismos de seletividade mais ostensiva, ou mediante formas de uma aparente democratização que esconde a seletividade ou a desqualificação do ensino no interior da universidade. A preocupação do Estado – que no capitalismo monopolista passa a ter papel

⁴⁵ A criação da Cosupi não foi pacífica. Em 1964 foi extinta e suas atividades foram incorporadas pela Capes (CUNHA, 1983).

crescente de gestor das crises do capital no seu conjunto – é que a universidade, além de cumprir seu papel de formadora de quadros dirigentes, tecnocratas, gerentes etc., e seu papel ideológico, cumpre também a função de uma espécie de válvula que abre e fecha de acordo com os diferentes ciclos das conjunturas econômicas. (FRIGOTO, 2010, p.197).

Com a Nova República (1985), inaugura-se uma nova fase para a implantação das políticas sociais, através dos discursos governamentais em que promessas eram feitas em torno do pagamento da “dívida social”. Esse momento é marcado por um processo de reestruturação das políticas sociais. Foram criados Planos de Emergência para o combate à fome, à miséria e ao desemprego, e outras medidas pontuais foram adotadas na área de educação, saúde e abastecimento. O governo fez reformas na previdência, na educação, no complexo sanitário e no seu sistema administrativo. Nessa estratégia podemos identificar, segundo Draibe (1989, p.159):

Os princípios da descentralização com a vertente da municipalização, a integração dos serviços locais e equipamentos sociais em nível local, a participação popular nos processos de decisão, implementação e controle das políticas sociais e a concepção alternativa de organizar e distribuir bens e serviços sociais.

Behring e Boschetti (2006, p. 138) afirmam que

Os anos 1980 são conhecidos como a década perdida do ponto de vista econômico, ainda que também sejam lembrados como período de conquistas democráticas, em função das lutas sociais e da Constituição de 1988. [...] Na entrada dos anos 1980, tem-se um aprofundamento das dificuldades de formulação de políticas econômicas de impacto nos investimentos e na redistribuição de renda, não só no Brasil, mas no conjunto da América Latina.

Essa análise evidencia que não basta a criação de instrumentos legais como uma “Constituição Cidadã”⁴⁶ para a consolidação de um sistema de proteção social. O marco legal de um país, por si só, não garante que o mesmo tenha ou não assegurado à sua população o acesso a políticas sociais universais, o pleno

⁴⁶ Uma adjetivação da Constituição Federal de 1988, usualmente utilizada desde a época da sua promulgação e muito popular no Brasil.

emprego e/ou outras condições que aproximem o sistema de proteção social brasileiro ao *Welfare State* existente em alguns países da Europa.

Dialogando com essas análises e discutindo sobre esse cenário no Brasil, vale citar as contribuições de Mota (2010, p. 148-149):

O Estado brasileiro vem sendo atravessado desde a década de 90 do século passado, por um grandioso esforço, por parte da classe dominante, em restringir seu espaço de atuação, ou melhor, em redimensionar sua atuação na vida social, econômica e política. Esta cruzada foi responsável por uma verdadeira refunção do Estado, tal o nível de desmoralização e desaparecimento a que ele foi levado. [...] Diariamente, é propagada aos quatro cantos do país a tese da crise fiscal do Estado e, como consequência direta, a população sofre cotidianamente com a baixa qualidade dos serviços prestados, resultado da política recorrente de cortes nos recursos, especialmente para área social.

Diante do processo histórico brasileiro na área social e econômica, é impossível admitir que houve, em algum período, um sistema de proteção social nos moldes welfaristas. Pelo contrário, aqui no Brasil as medidas adotadas na área social sempre tiveram como características a seletividade e focalização na pobreza extrema e um mercado de trabalho excludente e dual.

Em decorrência desse cariz clientelista, paternalista e autoritário do Estado brasileiro, a superação da visão maniqueísta do contra ou a favor do Estado acabam por obstaculizar a disputa no plano da esfera pública. A luta em prol dos interesses dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras implica em acionar mais sujeitos coletivos com densidade analítica e organizativo-política para dar materialidade ao embate.

De acordo com o contexto mundial e nacional e, em decorrência das correlações de forças presentes, coube historicamente aos trabalhadores de forma coletiva e organizada engendrar esforços para minimizar os efeitos perversos dessa luta desigual entre capital e trabalho. E após os anos noventa, com a crise estrutural do capital, esse cenário fica ainda mais aviltante para os trabalhadores no Brasil.

1.4 As políticas sociais em contexto de crise do capital no Brasil

Como fenômeno histórico nos países europeus, foi a partir da década de 1970 (após a crise de 1969-1973) que as condições objetivas necessárias à existência do *Welfare State* (pleno emprego, direitos universais e ampliação da cidadania) entraram em declínio. O processo de flexibilização das relações trabalhistas e a perda gradativa dos direitos assegurados pela inserção formal no mercado de trabalho marcam a condição contemporânea do (a) trabalhador (a) brasileiro (a) e esse processo tem fomentado a realização de estudos⁴⁷ profícuos acerca da precarização das relações e vínculos de trabalho, determinados pela reestruturação produtiva e pela crise estrutural no modo de acumulação capitalista.

Desde os anos 1980 o processo de crise⁴⁸ do sistema capitalista de produção em âmbito mundial tem deixado graves consequências na estrutura econômica e na sociedade brasileira. Alguns economistas inclusive identificaram essa década como a “década perdida”, por ter sido esse o período histórico de baixo crescimento econômico; no entanto, concordamos com a análise de Mészáros, quando afirma o que segue.

Consequentemente, a crise que enfrentamos não se reduz simplesmente a uma crise política, mas trata-se de uma crise estrutural geral das instituições capitalistas de controle social na sua totalidade. Aqui cabe assinalar que as instituições capitalistas são inerentemente violentas e agressivas: são edificadas sobre a premissa fundamental que prescreve a “guerra, se fracassam os métodos normais de expansão”. [...] A cega “lei natural” do mecanismo de mercado traz consigo o inelutável resultado de que os graves problemas sociais necessariamente associados à produção e à concentração do capital jamais são solucionados, mas apenas adiados e, de fato transferidos ao plano militar, dado que o adiamento não pode se dar indefinidamente. (MÉSZÁROS, 2009, p.65).

Para esse autor, o núcleo central da crise está baseado em três elementos inter-relacionados: capital, trabalho assalariado e Estado. Segundo Mészáros (2009), o sistema capitalista de produção está em um ciclo de crise estrutural, duradoura e sistêmica. E para ele essa crise agrega outro componente vital dado

⁴⁷ Antunes (2003); Castel (1998); Frigotto (2000); Giovanni Alves (2000); Rui Braga (2012).

⁴⁸ O conceito de crise adotado aqui é o de Mészáros (2009), ou seja, trata-se de uma crise estrutural do capitalismo na sua permanente busca por superlucros.

pelas condições de corrosão e precarização do trabalho, o qual o autor define como erosão do trabalho regulamentado e contratado (fundado na super-exploração e auto exploração) e sempre na direção da precarização estrutural da força de trabalho em nível global. Sobre a crise no Brasil, vale citar as profícuas análises realizadas por Gonçalves (2009, p. 20). Segundo ele,

A crise brasileira já era prevista bem antes da eclosão da crise internacional. Lamentavelmente, o trabalhador brasileiro será a principal vítima (principalmente, via desemprego e perda de renda) da crise econômica em decorrência das políticas equivocadas do governo Lula e da vulnerabilidade externa estrutural do País. A adesão da grande maioria dos analistas ao otimismo irresponsável também tem influência nesta “morte anunciada” da economia brasileira frente à crise global. Lamentável é saber que perdemos as oportunidades criadas pela fase ascendente do ciclo internacional (2003-2007). É bem provável que a crise brasileira só esteja começando.

Entre os diversos problemas derivados dessa condição do capitalismo contemporâneo, e concordando com as análises profícuas de Fontes (2010) destaco a seguir o que a autora nomeia como a subsunção real da vida humana ao capital:

[...] a subsunção real ocorre quando as múltiplas atividades de trabalho, em toda a sua extrema variedade concreta, passam a ser definidas duplamente pela relação social capitalista: em primeiro lugar, pela aparente naturalidade que reveste a necessidade dos trabalhadores (os agentes reais e concretos de qualquer processo produtivo) de venderem sua força de trabalho ou sua atividade produtiva no mercado, sob variadas condições, uma vez que dependem integralmente do acesso ao mercado para sua existência. Em segundo lugar, pelo fato de que passa a ser o capital, ou a lógica capitalista socialmente dominante, que determina quem é ou não trabalhador, e trabalhador produtivo, posto que não se trata de uma produção voltada para a satisfação das necessidades sociais (escapando, assim, da imediatez da percepção prática e do senso comum) e sim de uma “economia” (e o próprio termo “economia” tende a apagar a vida social que a constitui), cujo fito é a própria produção de valor, sob qualquer forma. (FONTES, 2010, p. 43).

Além disso, não é possível pensar a crise do capital sem considerarmos os impactos da mesma na vida do trabalhador brasileiro, esteja ele no meio urbano ou no meio rural, além das diferentes formas de expropriação⁴⁹.

⁴⁹ Fontes (2010, p. 43) utiliza o conceito de expropriação secundária para diferenciar do conceito de expropriação primária na acumulação primitiva. Segundo a autora, “as expropriações constituem um processo permanente, condição da constituição e expansão da base social capitalista e que, longe de se estabilizar, aprofunda-se e generaliza-se com a expansão capitalista.”

Segundo Fontes (2010), a acumulação primitiva consistia na expropriação de terras e ela a diferencia do que denomina de expropriação secundária, cuja principal característica é a retirada de direitos⁵⁰. De acordo com Fontes, esse tipo de expropriação difere da expropriação original. Segundo ela (2010, p. 44-45):

A expropriação primária, original, de grandes massas campesinas ou agrárias, convertidas de boa vontade (atraídas pelas cidades) ou não (expulsas, por razões diversas, de suas terras, ou incapacitadas de manter sua reprodução plena através de procedimentos tradicionais, em geral agrários) permanece e se aprofunda, ao lado de expropriações secundárias, impulsionadas pelo capital-imperialismo contemporâneo [...]. As expropriações constituem um processo permanente, condição da constituição e expansão da base social capitalista e que, longe de se estabilizar, aprofunda-se e generaliza-se com a expansão capitalista.

São negadas ao trabalhador as condições objetivas necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho; e isso se materializa de várias formas, como por exemplo, por meio do longo período para a realização do deslocamento trabalho-moradia, por intervalos reduzidos para o repouso durante a jornada de trabalho, convocação para trabalhar fora do horário estabelecido e sem remuneração de horas-extras. Fazendo coro com Fontes (2010, p. 47):

[...] as novas expropriações (somadas à permanência das expropriações primárias) demonstram que, para a existência do capital e sua reprodução, é necessário lançar permanentemente a população em condições críticas, de intensa e exasperada disponibilidade ao mercado.

O modelo de desenvolvimento econômico brasileiro tem como lastro uma regressiva distribuição de renda e uma redução gradativa do poder aquisitivo dos trabalhadores, endividamento das famílias e, somado a isso, no meio rural persistem as grandes propriedades rurais (latifúndios) e a falta de políticas públicas que fomentem a geração de renda e emprego para as famílias. Sobre esse processo no mundo, de forma geral, Fontes (2010, p. 55) afirma que

Nas últimas décadas do Século XX, ocorreu um extenso desmantelamento de direitos sociais e trabalhistas que contou com forte apoio parlamentar. De maneira surpreendente, uma verdadeira expropriação de direitos se realizou, mantidas as instituições democráticas, conservados os processos

⁵⁰ Para Fontes (2010) essas duas formas são tipos de expropriações.

eleitorais e com a sustentação de uma intensa atuação midiática e parlamentar. Num duplo movimento de coerção pela ameaça – de demissões, de deslocamentos de empresas, de eliminação de postos de trabalho em geral – e de coerção concretizada, pela efetivação parcelar de tais ameaças ou pelo enfrentamento de resistências sindicais, intensificaram-se as formas de convencimento, em geral lastreadas por táticas comuns empregadas em diferentes países, evidenciando não apenas a imposição de políticas formuladas em polos comuns de dominação – como o famoso Consenso de Washington – mas também como um aprendizado comum, uma vez que táticas foram utilizadas no interior dos países predominantes, seja nos Estados Unidos ou nos países europeus.

No Brasil, esse processo não foi diferente, aliado à redução do já parco sistema de proteção social⁵¹ provocada pela contrarreforma do Estado⁵², além da ausência de uma renda constante e segura, deixa milhões de trabalhadores e trabalhadoras sem horizonte de proteção ao longo da vida. Acerca desse modelo de desenvolvimento no Brasil, Boschetti (2006, p.86) afirma:

A partir de 1986, começou a tomar corpo a crença de que o objetivo das políticas de desenvolvimento e das políticas sociais universalistas estava cada vez mais longe. Como afirma o autor: “a partir de 1986, o mito construído em torno do triângulo Estado-indústria-sociedade salarial, bate asas” (LAUTIER,1991, p. 18). Era a hora de responder aos efeitos da dívida externa e interna e do ajuste fiscal. Duas respostas começaram a ganhar terreno no interior do Estado brasileiro: políticas sociais e assistenciais focalizadas nos excluídos do sistema produtivo e programas de apoio a atividades de geração de renda [...].

A frágil relação dos programas sociais com a estruturação dos mercados de trabalho, o caráter minimalista da transferência de renda provoca uma tendência de acirramento do conflito redistributivo na base da pirâmide social, conforme apontam Theodoro e Delgado (2003). No cenário nacional, ratificando as contribuições de outros autores⁵³, essa realidade é ainda mais excludente, se considerarmos que o Brasil nunca viveu a experiência do pleno emprego. E nos anos noventa esse cenário é agravado:

⁵¹ As políticas sociais voltadas para a inserção das pessoas no mundo do trabalho são a matriz original a partir da qual tem início o Sistema Brasileiro de Previdência Social. E continua sendo a única forma de acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários, na cobertura de riscos decorrentes do desemprego, doença, incapacidade e inatividade. (JACCOUD, 2005).

⁵² A contrarreforma do Estado, segundo Behring (2009), provocou o redirecionamento das políticas sociais com implicações para o mundo do trabalho; políticas pobres para os pobres focalizadas e residuais, refilantropização do social, des-financiamento. Esse tema será tratado no próximo item.

⁵³ Cattani (1996); Pochmann (2001).

[...] a partir da década de 1990, o que se tornou hegemônico no Brasil foi a negação do trabalho assalariado, ainda que esteja pautado por um limitado e contraditório padrão de regulação sociopolítico do trabalho, que agora passou a ser substituído por qualquer ocupação. Abriu-se um período de forte ataque aos poucos avanços assinalados na Constituição de 1988, com a ideologia neoliberal, passando a desferir duros golpes sobre a estrutura institucional e política referida aos direitos sociais, bem como o padrão de regulação das relações de trabalho. (ALENCAR, 2008, p.129,130).

O sistema de emprego no Brasil é caracterizado pela presença marcante da informalidade, que acaba agudizando a desigualdade social, a concentração de renda, a alta rotatividade de trabalhadores em diferentes postos de trabalho e com diferentes funções (trabalhadores polivalentes).

Theodoro (2005), em excelente artigo que trata das características do mercado de trabalho no Brasil, revela que a origem do setor informal no Brasil está relacionada ao setor de subsistência e em atividade mal remunerada, cuja mão-de-obra principal foi a de ex-escravos. A política de imigração que, em detrimento da mão-de-obra nacional, absorveu os imigrantes europeus no postos de trabalhos formais.

Estas características se perpetuam ao longo das décadas: flexibilização das relações de trabalho, privatização e estreita relação de subserviência com o capital estrangeiro, desmonte da seguridade social, perda e restrição de direitos sociais e trabalhistas, contrarreforma do Estado, mudanças estruturais regressivas sobre os direitos dos trabalhadores e a grande massa da população brasileira, com características antinacionais e antidemocráticas.

Ao analisar essas novas formas de super - exploração da força de trabalho, Fontes (2010) afirma:

As expropriações são a contraface necessária da concentração exacerbada de capitais e que são a forma mais selvagem da expansão do capitalismo. A socialização dos processos produtivos se aprofunda e expande sob o comando do capital, mas não promove por si mesma nem homogeneização, nem identidade imediata dos trabalhadores, que precisa ser por eles construída. Em si, encerra, sobretudo, gigantescas contradições. (FONTES, 2010, p.93).

Cristalizam-se, assim, no cenário nacional, grandes diferenças de rendas e de acesso ao trabalho ou emprego em função da origem, gênero, localização

geográfica, escolaridade, etnia ou raça⁵⁴ e relações informais de trabalho cada vez mais recorrentes e espraiadas em todos os setores produtivos, configurando, assim, um mercado de trabalho e de ocupação laboral dual. Nesse, poucos têm acesso aos direitos trabalhistas conquistados historicamente e muitos são submetidos a relações e vínculos de trabalho sem nenhum tipo de proteção trabalhista.

Esse cenário de desproteção social provocou, a partir de 1980, um aumento na participação da sociedade civil organizada na provisão de serviços sociais, tendo como bandeira a “solidariedade social” e, por outro lado, um processo cada vez maior de mercantilização e privatização dos serviços sociais.

Mesmo no âmbito estatal, essa foi a proposta lançada pelo governo federal para enfrentar a agudização das desigualdades sociais. Citamos, por exemplo, o caso do Programa Comunidade Solidária⁵⁵, cuja proposta principal era a de promover a parceria entre o Governo e a Sociedade em prol da garantia da cidadania.

Mota (2010, p.41), ao analisar o debate sobre questão social, aponta que as ações de economia solidária, apesar de serem indicadas como alternativas à produção capitalista, são na verdade parte desse modo de produção. Segundo ele,

[...] as transformações ocorridas nos processos e nas relações de trabalho afetaram profundamente a composição e prática política-organizativa dos trabalhadores, revelando que este componente decisivo na qualificação da questão social como aspecto da luta política-revolucionária do proletariado pela superação das suas precárias condições de vida e trabalho, e que se constituiu numa ameaça à ordem burguesa, sofre significativas inflexões. Uma referência importante aqui é por exemplo, a ideia de economia solidária ou das modernas cooperativas de trabalho que se colocam como alternativas à produção capitalista – quando a elas estão totalmente integradas.

No Brasil, o termo “terceiro setor” ganhou relevância nos anos 1980⁵⁶ para descrever as ações da sociedade civil de forma solidária na área social, no entanto, estudos realizados por Montaño (2007, p. 58-59) revelam:

⁵⁵ Programa criado através da MP 813/95, cujo objetivo era o de coordenar as ações governamentais destinadas ao combate à fome e à pobreza, era subordinado à Casa Civil.

⁵⁶ A origem do termo, segundo Montaño (2007), ainda é desconhecida.

Assim, o termo “terceiro setor” não reúne um mínimo de consenso sobre sua origem nem sobre a sua composição ou suas características. Tal dissenso é clara expressão de um conceito ideológico que não dimana da realidade social, mas tem como ponto de partida elementos formais e uma apreensão da realidade apenas no nível fenomênico. Sem a realidade como interlocutora, como referência, acaba-se por ter diversos conceitos diferentes.

Outro conceito polêmico utilizado para descrever as ações do mercado, da sociedade civil e do Estado na área social, foi o conceito de pluralismo de bem estar (*welfaremix*), cunhado por Abrahamson (1995). Segundo ele, *welfaremix* significa cooperação entre vários setores sociais na provisão de bem-estar dos cidadãos. Behring (2004, p. 169) refuta esse conceito e afirma:

[...] o conceito de pluralismo de bem-estar parece ser mais descritivo da tendência do que explicativo da natureza do processo em curso. [...] a ideia de pluralismo de bem-estar ou de *welfare-mix* revela aspectos do fenômeno que inquieta a todos que estudam o campo da política social, sem, contudo, desvelar suas causas mais essenciais que se encontram numa dinâmica que passa ao largo da reflexão.

A autora discorda de análises que utilizam o termo dos três setores (Estado, mercado e sociedade) sem problematizar o significado dos mesmos. Concordando com a sua reflexão e, utilizando a mesma como referência, cabe citá-la.

A ideia dos três setores, que fundamenta o conceito aqui apresentado, é uma construção idealista e ideológica – no sentido marxiano, de falsa consciência – para justificar e fundamentar deslocamentos reais de intervenção estatal, que implicaram desresponsabilização progressiva e perda de direitos pelas maiorias, principalmente (mas não exclusivamente) nas formações sociais periféricas, onde o ajuste neoliberal foi ainda mais avassalador e a cultura da cidadania tem menos força. Idealista, porque não extrai do movimento real a natureza dos processos em curso, procurando reproduzi-los no nível do pensamento, e busca enquadrá-los num modelo ideal, ainda que Abrahamson (1995, p.118) não seja afeito a tipologias. (BEHRING, 2004, p.169).

A discussão não gira em torno da participação ou não da sociedade civil na área social, até porque, historicamente, a sociedade brasileira sempre teve um papel importante na provisão de bens e serviços nessa área, seja via parcerias ou convênios com o poder público estatal, seja pela via da caridade e/ou da filantropia.

O problema está, sim, na proposta neoliberal de encolhimento do papel do

Estado no atendimento das demandas da classe trabalhadora, no chamamento da sociedade civil e sua forma “solidária” de atuar na área social em substituição ao dever do Estado, na privatização, na mercantilização e focalização dos serviços sociais em prol do equilíbrio das contas públicas, realizando assim uma verdadeira contrarreforma do Estado nos termos de Behring (2003).

Nesse marco de convocação da sociedade civil pelo Estado podemos situar as ações de economia solidária que nos anos noventa no Brasil começaram a fazer parte da agenda estatal no sentido de minimizar os efeitos do desemprego e ausência de renda. Segundo Barbosa,

As inovações provocadas pelas transformações econômicas e políticas no contexto produtivo capitalista não se fizeram sem a criação de vínculos entre processos dessa natureza e processos culturais. [...] Trata-se da cultura do auto-emprego, baseada em dois eixos temáticos de sustentação: 1) defesa do trabalho por conta própria como uma realidade concreta intangível e como mobilizadora das virtudes empreendedoras de “empresariamento de pequeno porte”; 2) difusão da “sociedade por conta própria, como alternativa para a diminuição da intervenção estatal na promoção do emprego assalariado e na garantia de direitos sociais tendentes à universalização. Esses dois eixos temáticos sustentam a cultura de estruturação e legitimação do auto-emprego como uma das tendências de enfrentamento da crise social capitalista com significado também no segmento da economia solidária. (BARBOSA, 2007, p.67).

Com isso, o Estado delegou à sociedade civil uma tarefa que deveria ser por ele assumida.

O Estado, através do orçamento público, torna-se o principal responsável pela divisão da renda nacional. A fonte elementar do orçamento público são os impostos, diretos e indiretos, e com eles pagam-se os armamentos e as compras estatais, mantêm-se as forças de segurança (militares e policiais), o aparelho burocrático, e os eventuais serviços públicos, amortizam-se as dívidas públicas e fazem-se investimentos. Na medida em que o Estado é comandado pelos interesses do capital, não é preciso muito esforço para verificar que a destinação dos fundos públicos atende prioritariamente a tais interesses, ou seja, o orçamento é geralmente utilizado como um instrumento que repassa renda dos trabalhadores alocados à produção aos capitalistas e aos segmentos improdutivos. (NETTO; BRAZ, 2006, p.121).

Nesse contexto de crise a direção que o Estado brasileiro adotou foi o de redução ainda maior dos investimentos do fundo público na área social, atendendo, assim, ao apelo neoliberal de redução do papel do Estado e de responsabilização da

sociedade civil em áreas consideradas não estratégicas por esse ideário.

As expressões da questão social tomam uma dimensão ainda mais catastrófica no país dada a histórica escassez de investimentos públicos em políticas sociais estratégicas como saúde, educação e trabalho somado a esse cenário de crise. A classe trabalhadora fica assim a mercê de ações pontuais e fragmentadas que não materializam os direitos estabelecidos na Constituição Federal de 1988.

1.5 As políticas sociais e a contrarreforma do Estado no Brasil

O Estado brasileiro, diante da crise do capital, redirecionou, ou melhor, para Behring (2003), promoveu uma verdadeira contrarreforma⁵⁷ de suas ações sob a influência da égide neoliberal e em decorrência do processo de globalização da economia.

Segundo Navarro (1998), a doutrina liberal trouxe como elementos fundantes a ideia de que os déficits orçamentários do Estado são negativos para a economia.

Para essa doutrina esses déficits absorvem poupança nacional, aumentam a taxa de juros e diminuem as taxas de investimento que são também financiadas pelas poupanças domésticas.

E dando continuidade a essa crítica o pensamento neoliberal considera também negativo as intervenções do Estado na regulação do mercado de trabalho, as políticas redistributivas oriundas de ações do Estado de bem-estar social, bem como a regulação do Estado do comércio exterior e no mercado financeiro

Ainda segundo Navarro (1998), nos países da OCDE⁵⁸ houve um declínio significativo do gasto social e isso contribuiu muito para o aumento das desigualdades sociais, cuja taxa de crescimento anual dos gastos sociais na década de setenta foi 8,2%, descendo para 1,6% no final dos anos oitenta.

Esse cenário internacional acabou provocando graves problemas para a

⁵⁷ Behring (2003).

⁵⁸ Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

implementação das políticas sociais no Brasil em um cenário que historicamente nunca foi favorável à garantia dos direitos de cidadania. Sobre isso, Behring (2003, p. 179) afirma:

A proposta de “reforma” em curso se faz em nome do resgate da *respublica*, contra a privatização do Estado e as ações rentistas. Nesse sentido, fala-se da participação dos cidadãos no controle direto da administração pública, especialmente em nível local, mas sem explicitar como ela se daria. Na esfera administrativa, o Plano prevê a superação do patrimonialismo e a da burocracia pela perspectiva gerencial. A crítica à gestão burocrática consiste em fazer notar que, nesta forma, o Estado volta-se para si mesmo, o que dá margem ao abuso e à ineficiência. A perspectiva gerencial introduz a eficiência e a qualidade como cultura na administração pública, inspirada em elementos de gestão empresarial. O controle se faz pelos resultados, e não pelos processos, sem abrir mão da profissionalização do funcionalismo, tal como na orientação burocrática. É uma estratégia que conduz à competição administrada no interior do Estado que envolve: definição precisa dos objetivos a serem atingidos pelas instituições; autonomia na gestão dos recursos materiais, financeiros e humanos; controle e cobrança a posteriori dos resultados. Com isso, a proposta aponta para a flexibilização e a descentralização de decisões, o que, espera-se, vai aumentar a eficiência do Estado.

O Estado deve limitar-se ao papel de regulador e continuar a ser a principal fonte de financiamento, mas, de forma articulada, deve repassar o seu papel de provedor para a Sociedade e Mercado.

Para alcançar esse objetivo, o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), em 1995, por meio do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), elaborou o Plano Diretor da Reforma do Estado, cujo teor foi aprovado na Câmara da Reforma do Estado (BEHRING, 2003, p. 177).

Entre os seus defensores e mentores destaca-se Bresser Pereira (1999, p. 15), segundo o qual, existe “uma crise endógena do Estado Social, a qual foi agravada pelo processo de globalização, pois esse aumentou a competitividade internacional e reduziu a capacidade dos Estados nacionais de proteger suas empresas e seus trabalhadores.”. Behring (2003, p. 183) analisa o Plano Diretor da Reforma do Estado, tecendo severas críticas, e esclarece:

O Plano prevê uma estratégia de transição da “reforma” do Estado e do aparelho do Estado em três direções: a mudança da legislação, inclusive as reformas constitucionais; a introdução de uma cultura gerencial e, por fim, a adoção de práticas gerenciais.

Interessante notar que, segundo Behring (2003, p. 185), Bresser Pereira não se identifica como um neoliberal, no entanto, a autora refuta essa hipótese e afirma que

Existe, na verdade, uma forte contradição no discurso de Bresser, ao incorporar o raciocínio neoliberal em vários aspectos e ao mesmo tempo insistir em se distanciar dele, sobretudo quando se observa o conteúdo das mudanças em sua relação com a macroeconomia do Plano Real no Brasil. [...] Contudo, o nosso intelectual orgânico da “reforma” tem outras respostas, e não se percebe contraditório ou ambíguo. Após argumentar acerca de como o raciocínio da “reforma” brasileira nada tem a ver com o neoliberalismo, ele conclui que depois da grande crise dos anos 1980, está em construção no Brasil um novo Estado: social-liberal.

Ademais, se persistirem dúvidas sobre a relação entre as “reformas gerenciais” do Mare (FHC, 1995) no Brasil e o neoliberalismo, cabe analisar as contribuições de Soares (2007, p. 73) sobre a influência do neoliberalismo nas políticas sociais da América Latina:

[...] a proposta neoliberal é a de cortar ainda mais os gastos públicos, agravando a já iníqua situação de alocação de recursos para as políticas sociais. Essa perversa combinação vem gerando um círculo vicioso, cuja ruptura tem sido mascarada por propostas de “reformas” no âmbito social que nem sequer têm minimizado aquilo que se considera como “sequelas transitórias do ajuste”. Pelo contrário, sob a denominação geral de “reformas”, têm-se provocado na América Latina processos de desmonte dos incipientes aparatos públicos de proteção social.

A fragilidade do sistema de proteção social brasileiro foi ainda mais agravada pela incorporação das ideias neoliberais nas políticas sociais brasileiras, acentuando, entre outras características:

- a privatização das políticas sociais;
- a redução de direitos sociais;
- a focalização e exclusão dos usuários no acesso aos programas e serviços sociais públicos e gratuitos.

Os modelos de “proteção social” adotados historicamente pelos governos no Brasil nas últimas décadas foram arranjos que acabaram por potencializar os impactos do ideário neoliberal nas políticas sociais brasileiras e serviram para

ratificar a residualidade das ações do Estado na área social.

A privatização das políticas sociais em vigor no país desde a década de noventa materializa-se de diversas formas. Segundo Silva (2004, p. 141),

[...] no Brasil, a *reforma*⁵⁹ do Estado significou desestatização. Em nome da eficiência, da produtividade e da qualidade, a produção estatal de determinados bens e serviços é transferida para agentes do setor privado, inclusive na área das políticas sociais.

A focalização e exclusão da classe trabalhadora do acesso aos programas e serviços sociais públicos e gratuitos é o lado mais perverso dessa contrarreforma do Estado.

Utilizando o discurso falacioso da focalização como estratégia para atender aos mais pobres, ou melhor, miseráveis dentre os pobres, o Estado brasileiro vem adotando medidas nos seus programas e projetos sociais que buscam atingir determinados segmentos específicos, deixando de fora um número significativo de pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social e que no seu cotidiano convivem com situações aviltantes que acabam por negar-lhes o direito à cidadania e à justiça social. Corroborando essa reflexão, as análises realizadas por Silva (2012, p. 453-454) revelam que

O País continua tendo um elevadíssimo percentual de concentração de renda, elevado índice de pobreza, desemprego crônico prolongado, os empregos criados são rotativos, sem estabilidade, com baixa massa salarial, e as políticas sociais são residuais e de pouco alcance social. A proteção social aos desempregados é reduzida e os programas existentes são limitados. As estratégias de ampliação da proteção social aos desempregados usadas pelo governo federal em anos recentes conduzem a uma crescente centralidade da assistência social, no âmbito da seguridade social pela via dos programas de transferência de renda que alcançam parte dos desempregados. Nota-se que esses programas se expandiram, sustentados pelos limites de acesso à previdência social, pela crescente privatização da saúde e pelo interesse de legitimação política e ideológica dos governos Fernando Henrique e, sobretudo, Lula da Silva, que os criaram e expandiram.

Ao analisar os impactos da contrarreforma do Estado nas políticas sociais brasileiras, deve-se considerar, em primeiro lugar, que o caminho percorrido pelo

⁵⁹ Adotamos o termo contrarreforma (BEHRING, 2003), concordando com a autora por considerarmos que o desmonte de direitos que ocorreu após a Constituição de 1988 materializa, de fato, um retrocesso dos avanços conquistados pela Constituição.

Brasil desde a sua origem nunca foi um caminho em direção à garantia dos direitos dos trabalhadores. O Estado brasileiro esteve e está a serviço da acumulação do capital e hoje, mais do que nunca, a serviço do capital internacional ou, como alguns autores⁶⁰ afirmam, a serviço do capital norte-americano.

Em segundo lugar, a natureza e a abrangência do modelo de política social adotado será um desdobramento desse percurso histórico. Com a transferência de recursos financeiros do fundo público para o capital, os valores que são destinados para a área social acabam limitando o alcance das políticas sociais, uma vez que os recursos destinados para esse orçamento são insuficientes diante da pobreza e desigualdade no Brasil, conforme indica Salvador (2010), além de colocar em risco as próprias conquistas democráticas de participação, como sinaliza Teixeira (2012, p. 205).

A crise do capital, a democracia e o fundo público, temas distintos e profundamente inter-relacionados desde os fins dos anos 1920, constituem na ordem do dia uma unidade que resulta, em síntese, na apropriação da riqueza cada vez mais privada, no fundo cada vez menos público e na democracia sob constante ameaça, possibilitando o recrudescimento da hegemonia burguesa, particularizada nos grupos rentistas.

Além disso, está em curso no Brasil a lógica de uma política social que privilegia o acesso ao consumo em detrimento do acesso aos direitos; o trabalhador deve, de forma individual, buscar a satisfação das suas necessidades materiais e sociais via mercado.

Os direitos sociais foram transformados dentro dessa lógica em mercadorias. E o cidadão brasileiro estabelece na contemporaneidade com esse Estado neoliberal uma relação de cidadão-consumidor.

Como sinalizado, o conceito de cidadania que adotamos como referência neste estudo compreende a cidadania à luz do referencial marxiano, concepção que se contrapõe ao conceito marshalliano de cidadania (MARSHALL, 1967).

Abreu (2008) afirma que a identidade cidadã de Marshall reproduz uma concepção moral de solidariedade social (durkeimiana), uma vez que as lutas dos trabalhadores organizados são tratadas do ponto de vista da moral e reguladas por instituições estatais representativas da cidadania, materializadoras do consenso e

⁶⁰ Prado Jr. (1989; 2000; 2010); Werneck (1973).

que não se sobrepõe a classe ou identidades coletivas particulares. As liberdades públicas para Marshall são uma construção liberal burguesa e não processos de lutas políticas.

A igualdade humana básica é o princípio norteador da cidadania, pois a desigualdade excessiva provoca a atuação da classe, e para Abreu (2008) as hipóteses de Marshall demonstram sua preocupação apenas com a estabilização da sociedade de classes. Esse conceito marshalliano de “igualdade” apenas garante a mercantilização dos meios necessários à vida social, inclusive do trabalho.

Não reconhece a alienação, exploração, subalternidade estrutural, nem as formas funcionais da produção do consenso através do voto. Reconhece que os direitos sociais mercantilizados acabam por criar novas desigualdades jurídicas, na medida em que estes reconhecem restituições econômicas, porém estes propiciam a participação das classes no acesso mínimo a bens e serviços assim como a legitimação da ordem. (ABREU, 2008).

Abreu (2008) afirma que esse tipo de análise acaba por anular as contradições e os conflitos entre as classes por projetos societários distintos, e esses processos de lutas de classes são vistos como perturbadores da vida social. Contribuindo com essa crítica de Abreu (2008), Coutinho (2000, p. 50-51) diz que

Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado. [...] soberania popular, democracia e cidadania (três expressões para, em última análise dizer a mesma coisa) devem sempre ser pensadas como processos eminentemente históricos, como conceitos e realidades aos quais a história atribui permanentemente novas e mais ricas determinações. A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando assim em um processo histórico de longa duração.

Castro (2008) discute o papel da educação no processo de mobilização social e ascensão econômica e reconhece que, entre as políticas sociais, a política setorial de educação pode ser um mecanismo importante para romper os óbices da desigualdade social e da pobreza em um país como o Brasil. E afirma (2008, p. 242-243):

O debate sobre o poder da educação como elemento de combate à pobreza reaparece, no Brasil, nos anos 1990, com a reforma educacional. São inúmeros os estudos pontuando a relação entre pobreza e baixa escolaridade, embora saibamos que esta relação não é tão linear e que diversas variáveis como sexo, cor e região de residência, dentre outras, perpassam esse debate.

Mas é quase consensual considerar a educação um dos maiores canais de mobilidade social, já que há correlações estatisticamente significativas entre os níveis de educação e as remunerações que as pessoas podem alcançar. O esforço pessoal e familiar para se conseguir vagas e manter os filhos na escola se faz na perspectiva de um futuro mais promissor que signifique alocação no mercado de trabalho com melhor remuneração. A educação é tida, assim, como mecanismo de mobilidade social, embora, a realidade empírica, no Brasil, evidencie que a relação entre educação e melhoria das condições de vida é mais complexa, o que exige uma análise atenta de alguns problemas que a impedem de ser efetivamente esse vetor de mudança e melhoria.

Dialogando sobre essa relação entre educação, cidadania e emancipação humana no sistema capitalista de produção, as contribuições de Tonet (2005, p.141) sobre isso são elucidativas, quando o autor aponta que:

A crescente complexificação do ser social e a divisão da sociedade em classes deram origem à necessidade de um setor separado do conjunto da sociedade. Este se ocuparia da organização e da direção deste processo de apropriação do patrimônio comum por parte dos indivíduos de modo a não permitir que o controle escapasse das mãos das classes dominantes. Isto implica a realização de uma triagem, que já tem suas bases na organização da produção. É esta organização da produção – de formas diferentes em formas de produção diferentes – que determina quem tem acesso à educação, em que condições, (materiais e espirituais), quais os conteúdos, métodos, etc. Assim se foi constituindo o campo particular da educação. Vale ressaltar, contudo, que, até o advento do capitalismo, o acesso a esta esfera – mesmo assim de modo bastante diferenciado – era restrito às classes dominantes. Isto porque as qualificações necessárias àqueles que dirigiriam a sociedade e deteriam o controle do acesso aos bens materiais e espirituais, não seriam necessárias àquelas cuja única tarefa era o trabalho. Para estes, continuava sendo suficiente a educação no e para o trabalho.

Com esse debate em curso e concordando com as contribuições de Tonet (2005), destacaremos os impactos da contrarreforma do Estado brasileiro na política social de Educação superior, por reconhecer a educação no sistema capitalista como um mecanismo importante para o processo de produção (TONET, 2005, p.141) e por ter sido a política social de educação superior escolhida como nosso objeto de pesquisa.

Segundo Netto (2000, p.29), a política de educação superior no Brasil assume alguns traços que revelam a gerência capitalista adotada pela Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 9.394/1996):

O favorecimento da expansão do privatismo, a liquidação da relação ensino, pesquisa e extensão, a supressão do caráter universalista, a subordinação das demandas do mercado, a redução do grau de autonomia pensada apenas como autonomia financeira; a subordinação dos objetivos universitários às demandas do mercado, nexos organizadores da vida universitária; a supressão da autonomia docente são os traços fundamentais que resultam, como um pacto para o ensino superior, desse duplo e imbricado movimento político de ajuste e de reforma do Estado.

Esse mesmo autor completa, afirmando que não se trata de acabar com a universidade brasileira, mas de acabar com o sistema universitário público. Por sua vez, Castro (2008, p. 245) afirma que

A redução do gasto público na educação, preconizada pelo ideário neoliberal, norteia, a partir da década de 1990, no Brasil, a formulação e a gestão das políticas sociais. Os princípios da descentralização e da focalização passam a orientar estas políticas cada vez mais negligenciadas pelo poder público. [...] A política de redução do gasto público encontra na privatização um mecanismo eficiente para auxiliar no “saneamento” das contas públicas sem deixar de ofertar serviços. A expansão do ensino superior se deve, em grande parte, ao setor privado [...].

Os elementos políticos e ideológicos que permeiam a direção adotada pelo governo brasileiro no investimento ou não na educação superior são também apontados por Tonet (2005, p. 143-144) como decorrentes do processo de apropriação do patrimônio público que não é neutro nem homogêneo. Segundo ele,

Em uma sociedade de classes, o interesse das classes dominantes será sempre o polo determinante da estruturação da educação. O que significa que ela será configurada de modo a impedir qualquer ruptura com aquela ordem social. Em consequência, a educação, quer formal, quer informal, sempre terá um caráter predominantemente conservador. [...] Na atual forma de sociabilidade, sem dúvida interessa à perspectiva do trabalho a apropriação, o mais ampla, sólida e profunda possível deste patrimônio humano e do que há de mais rico e sólido nele, por parte de todos os outros indivíduos e vice-versa. Além do mais, esta apropriação é muito importante como arma de luta ideológica. O mesmo não se pode dizer da perspectiva do capital. **É de sua natureza não apenas limitar o acesso quanto ao número de pessoas, mas também quanto à qualidade do conteúdo, tendo sempre em vista que o objetivo último – imposto pela sua própria lógica interna – não é a realização plena de todos os indivíduos e, pois, do gênero humano, mas a sua própria reprodução.** (Grifo nosso).

Essa direção adotada pelo Estado brasileiro (neoliberal), os impactos da privatização, a redução de direitos, a exclusão dos cidadãos no acesso a políticas sociais e, em especial, os desdobramentos dessa direção política na restrição ao direito social de educação superior pública e de qualidade será objeto de análise no próximo capítulo.

2 A UNIVERSIDADE BRASILEIRA E O DIREITO À EDUCAÇÃO

Cumpra acentuar, contudo, que esta ciência social de que necessitamos nada tem em comum com a produzida e exportada pelos países prósperos. No passado, ela antes ajudou a consolidar nosso atraso do que a romper com ele. Suas teorias explicativas tinham, na verdade, a função de demonstrar que nosso subdesenvolvimento era o produto natural e necessário de nosso modo de ser (raça, tradição) e das condições em que vivíamos (clima, atraso, pobreza).

(RIBEIRO, 1975b, p. 252).

Para a análise da universidade brasileira⁶¹ realizada neste estudo optou-se por considerar os processos de transformações passados por essa instituição no cenário nacional a partir dos anos noventa até os anos de 2014. Essa delimitação histórica considerou as implicações políticas, econômicas e culturais vivenciadas pela instituição universidade brasileira desde os primórdios da sua implantação⁶².

O surgimento das universidades na América Latina de forma geral e a implantação delas no Brasil⁶³ sofreu a influência dos modelos europeus e norte-americanos de universidade. Fernandes (2010, p. 205) afirma que

[...] cada sociedade nacional possui a “sua” ou as “suas” universidades e não pretendemos omitir esse fato. Em termos de organização, funcionamento e valores, tais universidades dificilmente poderiam ser reduzidas a uma mesma realidade, sem perderem o que as caracteriza nos respectivos cenários nacionais e o que lhes dá o vigor que explica, a um tempo, as suas *grandezas* e as suas *misérias*.

⁶¹ Para aprofundar esse debate, consultar Lima (2005).

⁶² Sobre esse processo histórico, consultar Cunha (2003). Para conhecer outra fase histórica relevante para compreensão da universidade brasileira, vale consultar também Cunha (1983). Nessa obra o autor analisa os anos de 1945-1964 para compreender o período pós 1964, que entre os acontecimentos destaca-se a reforma universitária de 1968 na fase da ditadura militar.

⁶³ A primeira universidade brasileira foi criada no Rio de Janeiro, em 1920, e foi resultante da junção das escolas de Direito, Engenharia e Medicina. Lampert (1999) afirma que, entre os seus objetivos, ela foi criada para conceder o título de Doutor *Honoris Causa* ao rei da Bélgica, que visitava o Brasil, em decorrência da ocasião do centenário da Independência do país. Vale consultar esse autor para aprofundar o debate sobre as origens da universidade brasileira.

Sobre o recente processo histórico da universidade brasileira, Lima (2005, p. 449) analisa:

A reformulação da educação superior realizada nos governos Collor de Mello(1990-1992) e Itamar Franco (1993-1994), ampliada nos dois períodos do Governo Cardoso (1995-2002) e aprofundada no Governo Lula da Silva (2003-2004) será expressa através da seguinte pauta de ação política: a) o estabelecimento de parcerias público-privadas para o financiamento e a execução da política educacional brasileira: do combate ao analfabetismo à implementação da educação fundamental, do ensino médio e da educação superior e b) a abertura do setor educacional, especialmente da educação superior, para a participação das empresas e grupos estrangeiros, estimulando a utilização das NTIC's na educação escolar, através da educação superior à distância. Esta pauta é constituída pelo seguinte pressuposto básico: a educação está inserida no setor de serviços não exclusivos do Estado. Na medida em que a educação é um “bem público” e as instituições públicas e privadas prestam este serviço público (não estatal), será naturalizada a alocação de verbas públicas para as instituições privadas e o financiamento privado para as instituições públicas, diluindo as fronteiras entre público e privado.

Para essa autora, esse processo de privatização na educação superior brasileira é um traço constitutivo do padrão dependente de educação associado ao padrão dependente de desenvolvimento do Brasil.

Dialogando sobre essa imbricada relação entre o padrão de desenvolvimento do país e suas repercussões sobre a educação superior pública, Fernandes (2010, p. 210), analisando os países da América Latina, afirma que:

[...] as instituições de ensino superior da América Latina nunca estiveram dissociadas dos contextos histórico–sociais que se formaram e nos quais evoluíram. As suas características, que passaram a ser impugnadas pelos setores mais avançados do corpo docente, pelos intelectuais preeminentes e pelos estudantes, provinham em larga parte, pelo condicionamento do meio econômico e sociocultural e tinham muito que ver com as atitudes de autocrítica e de renovação, sustentadas pelos movimentos de “autonomia universitária” [...].

As leituras e reflexões suscitadas reiteram que a universidade brasileira, assim como as universidades da América Latina, como já apontado por Lima (2015) e Fernandes (2010), possui, na sua origem, traços privatizantes. Isso ficou ainda mais acirrado com as alterações provocadas pelo neoliberalismo nas ações adotadas pelo governo brasileiro na década de noventa.

O sistema educacional no Brasil de forma geral e o ensino superior, de

forma particular, vêm operando desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (1996-2002) com poucos recursos financeiros nessa área e com um claro processo de privatização do sistema de ensino.

A adoção dessa orientação neoliberal foi também resultante das exigências dos organismos internacionais como contrapartida dos recursos financeiros oriundos de empréstimos recebidos pelo governo brasileiro. As repercussões desse processo na política social de educação, segundo Silva (2002, p. 15), revelam que

Entre 1985 e 1996, as políticas do Banco Mundial e do Fundo Monetário dirigidas à sustentação da política macroeconômica estendiam-se às políticas sociais. No campo educacional, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394/96, e da Emenda Constitucional nº 14/96, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), regulamentada pela Lei nº 9.424/96; a prioridade no ensino fundamental; a Lei nº 9.131/95, que criou o Conselho Nacional de Educação; o Decreto-Lei nº 2.208/97 e o sistema de avaliação institucional colocaram a educação pública no país em consonância com as políticas estratégicas do Banco Mundial.

As orientações políticas e as exigências ao cumprimento das suas diretrizes pelos governos nacionais são condições para o recebimento de recursos financeiros internacionais oriundos dessas instituições de fomento (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional - FMI) e a materialização desse processo acaba provocando, entre outras coisas, no sistema de ensino superior brasileiro:

- a) mercantilização do ensino
- b) perda da autonomia universitária
- c) dissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão
- d) formação profissional de baixa qualidade
- e) aligeiramento no processo de formação universitária
- f) flexibilização dos currículos para atender as demandas do mercado
- g) precarização dos vínculos do trabalho docente

Basta uma análise da constituição da universidade no Brasil para percebermos que os governos relegaram para esse nível de ensino o segundo plano em suas prioridades no sistema educacional como um todo. Sobre isso, Lima (2005, p. 328) afirma:

A educação superior no Brasil esteve sempre subordinada aos resíduos educacionais de fora e aos interesses das frações da burguesia brasileira,

dando suporte ao seu limitado horizonte intelectual, ao seu conservadorismo e atuando como agente mecânico de transferência cultural, assim, o crescimento da educação superior no Brasil não pode ser vinculado a um projeto nacional de desenvolvimento.

Esse modelo de desenvolvimento e suas consequências no sistema de ensino superior no Brasil nos últimos anos (1990 em diante) possui uma relação direta com a ideologia defendida pelos organismos internacionais:

Portanto, a possibilidade de aprofundamento do processo de privatização da educação superior brasileira se dá exatamente pela afinidade política entre os projetos de sociedade e de educação elaborado pelos organismos internacionais para os países da periferia do capitalismo. (LIMA, 2004, p.33).

Em nossa análise sobre o sistema de ensino superior em vigor⁶⁴ no Brasil, consideramos o padrão de desenvolvimento do Estado brasileiro e sua inserção de forma dependente no capitalismo internacional, as correlações de forças presentes, o estágio de desenvolvimento do sistema capitalista de produção, bem como o processo histórico de constituição da universidade brasileira, acrescidas dos elementos políticos, sociais, econômicos e culturais que influenciam e direcionam essa instituição ao longo da sua trajetória, bem como as disputas de interesses em torno da mercantilização e do processo de privatização da educação superior em curso no Brasil.

2.1 Educação superior no Brasil: direito ou mercadoria?

O debate sobre a identidade das Instituições de Ensino Superior (IES) na contemporaneidade exige uma reflexão acerca do que compreendemos por universidade. Mesmo reconhecendo a heterogeneidade do universo que constitui o ensino superior no Brasil e delimitando o objeto de estudo às Instituições Federais

⁶⁴ O estudo analisa o período histórico de 1990 até 2014, como já sinalizado na metodologia, no entanto, ao longo do texto, quando necessário, faremos referência a algum período histórico que de forma mais direta influencia as medidas adotadas pelo governo em vigor no que se refere ao ensino superior.

de Ensino Superior (Ifes), cabe demarcar ao longo do processo de pesquisa a particularidade de cada Ifes e a singularidade do seu processo histórico de constituição, bem como a sua relação com o sistema público educacional brasileiro.

Existem vários conceitos de universidade, entre os quais destaca-se a concepção de universidade utilizada por Wilhelm von Humboldt (1767-1835) – diplomata e homem público, criador da Universidade de Berlim (09 de setembro de 1810) – cujo princípio fundamental era a relação orgânica entre escola e universidade. Para ele,

A finalidade do ensino escolar consiste no exercício das faculdades e na aquisição de conhecimentos, sem os quais a perspectiva científica e demais habilidades não são possíveis. O aluno estará envolvido de duplo modo, uma vez com a aprendizagem como tal, e, na sequência, com a aprendizagem da aprendizagem (HUMBOLDT, GS XIII, p. 260-261, Apud JHON, 2000).

Dessa concepção pode-se inferir que a diferença fundamental entre a mera formação escolar e a formação universitária vem a ser não propriamente o objeto de estudos nem tampouco o método, mas, acima de tudo, a autonomia crescente do indivíduo no domínio de seu objeto de estudo e pesquisa. A universidade é, assim, a instituição na qual reinam os princípios da individualidade, da liberdade e da autonomia – todos eles imbricados na formação científica do sujeito. Nesse conceito também é evidenciada a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão – ações precípuas das universidades.

Para Sguissardi (2009, p. 285), os modelos clássicos de universidade são os modelos de organização napoleônico, alemão, inglês ou americano. Por sua vez, o humboldtiano é o modelo de universidade pautado na liberdade de pesquisar, aprender e de ensinar, em prol da unidade da pesquisa e do ensino. Modelos de ocasião são as universidades neoprofissionais, heterônomas, competitivas, “universidade mundial do Banco Mundial”, ou de modelo anglo-saxônico. O autor reconhece que entre os pesquisadores não existe consenso acerca dessa classificação, mas a referência aqui cumpre o papel apenas de sinalizar o debate.

Esse mesmo autor (2009, p.300) revela que a essência do modelo de universidade humboldtiana consiste em

[...] produzir a conexão da ciência objetiva com a formação subjetiva. Ele desejava formar alunos leitores e pesquisadores e não apenas ouvintes. Ele reconheceu a estreita relação entre a universidade e os interesses do Estado. Por ser este o provedor de seus recursos, também crê poder interferir na sua gerência. Essa concepção de Universidade no Brasil influenciou a Constituição de 1988 e o texto constitucional estabeleceu a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão⁶⁵.

Nessa linha de interpretação esse modelo de Universidade corrobora a ideia dessa instituição prevista na Constituição Federal de 1988.

Como os modelos universitários tendem a ter vínculos estreitos com modelos de desenvolvimento e de concepção da vida democrática e republicana, prevaleceram os princípios de uma universidade, como dever do Estado, que privilegiasse a produção do conhecimento de forma integrada ao ensino, à formação de profissionais competentes e críticos da realidade, respeitada a autonomia e a liberdade do pensamento, concorde com o espírito dessa Constituição, chamada cidadã. (SGUISSARDI, 2009, p. 30).

Ao fazer uma análise histórica⁶⁶ crítica sobre o surgimento e desenvolvimento da universidade brasileira, Lampert (1999, p. 37) sinaliza que nos anos sessenta a promulgação da lei 5.540/68, que trazia no seu bojo a reforma do Ensino superior, foi, na verdade, um ato político do governo brasileiro, cujo objetivo maior era atender aos interesses do capital norte-americano. Lampert (1999, p. 39) destaca que essa reforma, entre outras coisas, provocou:

Extinção da cátedra, unificação do vestibular, introdução dos exames vestibulares classificatórios, instituição do curso básico e profissional, instituição dos sistemas de créditos e matrícula por disciplina, esfacelamento da interação entre as pessoas, organização semestral, flexibilidade na organização curricular, instituição dos cursos de pós-graduação em todas as modalidades – especialização, mestrado e doutorado, aglutinação das faculdades em universidades, reestruturação administrativa e perda da autonomia e controle externo.

⁶⁵ –“As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” (BRASIL, 1988).

⁶⁶ Este estudo não irá traçar o percurso histórico da universidade brasileira, no entanto, os anos sessenta e a reforma universitária que ocorreu nesse período é fundamental para compreendermos a universidade brasileira na contemporaneidade.

Essa reforma universitária tinha como elemento ideológico a teoria do capital humano⁶⁷ e, dentre as suas consequências diretas, tivemos, nesse período, uma neutralização política dos movimentos estudantis e docentes.

A universidade assume de forma mais contundente o seu papel de instrumento de fetichização⁶⁸, por meio da formação polivalente e flexível, a busca da qualidade total, da competência para a produtividade na lógica do mercado. Lampert (1999, p. 38) afirma que essa legislação tinha como objetivos:

Formar mão de obra barata e especializada para atender aos interesses empresariais nacionais e internacionais; institucionalizar a dependência da universidade aos interesses das grandes empresas; produzir mão-de-obra para manter a estrutura tecnocrático-militar do neocapitalismo do Brasil; produzir legislação repressiva para conter estudantes e população, legitimando o modelo político e econômico implantado pelos militares em 1964.

Esse mesmo autor analisa que o governo de 1965-1977 facilitou os processos de autorização de cursos superiores para a iniciativa privada:

A educação passa a ser vista e gerenciada como um investimento rentável. Competitividade, lucratividade e produção em massa norteiam o ensino superior. As matrículas crescem estrondosamente. Em qualquer cidade do País, onde havia classe média predisposta a pagar por um título, sem necessariamente exigir qualidade, era possível instalar um curso superior. O que valia era a quantidade. Afinal, o Brasil estava supostamente, em pleno desenvolvimento (LAMPERT, 1999, p. 37).

⁶⁷ A teoria do capital humano não será objeto de nossa reflexão, no entanto, cabe sinalizar que trata-se de uma teoria que tem como característica principal a ocultação das relações de classes e de poder. Trata-se de uma teoria que substitui a perspectiva do coletivo pelo individual, responsabilizando o sujeito pelos seus êxitos e fracassos sem considerar as estruturas do sistema capitalista e o contexto social, econômico e político no qual o sujeito está inserido. Essa teoria acaba sendo um instrumento para transmitir a ideologia do sistema capitalista. O seu teórico mais importante é Schultz (1971). Para uma crítica a essa teoria e sua relação com a educação vale consultar a obra de Frigotto (1973), A produtividade da escola improdutiva.

⁶⁸ No livro I do Capital, Marx (2013) afirma: “É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Desse modo, para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso. Aqui os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo [...]” (p. 147-148).

Sguissardi (2009), analisando o processo de implantação das universidades no Brasil, expõe argumentos que sinalizam o processo de transição⁶⁹ do modelo da universidade brasileira, antes napoleônico ou humboldtiano, para os “modelos de ocasião”, cuja principal matriz orientadora está fundada nas teses neoliberais impostas pelo Banco Mundial aos seus países credores, elencadas a seguir, resumidamente:

- a) maior retorno social e individual dos investimentos em educação básica que o dos investimentos em educação superior;
- b) universidade de ensino versus universidade de pesquisa;
- c) ensino superior como bem antes privado que público.

O modelo adotado acaba direcionando os objetivos das instituições de ensino superior, segundo Sguissardi (2009, p. 228-229).

A crise existe e são muito profundas as marcas de um sistema universitário, no Brasil, caracterizadamente *neoprofissional*, em que mais de 90% das instituições se identificam como instituições ou universidades apenas de ensino. É forte a tendência de que mesmo as universidades que desenvolvem traços nítidos do modelo humboldtiano ou de pesquisa, tendo em vista a penúria de verbas e os baixos salários, estejam se tornando universidades *heterônomas*, isto é, cuja agenda de pesquisa e de criação de novas carreiras obedeça cada vez mais a interesses externos vinculados a prioridades do mercado ou de agências que valorizam certo tipo de pesquisa operacional muito mais do que a pesquisa básica ou de áreas não valorizadas do ponto de vista mercantil.

De acordo com as análises profícuas feitas por Silva Junior e Sguissardi (2001),

A reconfiguração da educação superior brasileira é parte de intenso processo de reformas, no interior de um radical movimento de transformações político-econômicas em nível mundial, com profundas repercussões no Brasil. Suas consequências para a identidade institucional da universidade brasileira serão inevitáveis, se concretizadas tais mudanças conforme diretrizes emanadas originalmente desses organismos multilaterais, em geral tão bem traduzidas domesticamente pelos responsáveis oficiais pela reforma do Estado e da Educação Superior em nosso país. (2001, p. 271-272).

⁶⁹ A existência ou não de processo de transição de um modelo humboldtiano para o modelo de ocasião é um tema polêmico e será tratada no decorrer da elaboração da tese. Será que houve um modelo de universidade brasileira nesses moldes humboldtianos?

As medidas adotadas nesse período (anos noventa em diante) não se limitaram a transferir responsabilidades da esfera estatal às instituições privadas, ou seja, não foram apenas medidas que mercantilizaram a educação superior no Brasil, elas acabaram provocando uma verdadeira mudança de rumo no âmbito das universidades brasileiras, internamente e externamente.

No âmbito interno: inverte a ordem de importância da indissociabilidade dos seus objetivos precípuos (o ensino, a pesquisa e a extensão) em detrimento das demandas do mercado, interferindo na formação dos discentes (aligeiramento), nos seus temas de pesquisas, e nas atividades de extensão desenvolvidas pelos mesmos.

Já no âmbito externo: aumenta o número de instituições de ensino superior privadas, se transfere recursos públicos via subsídios para instituições privadas de ensino (Fies), e surge o aumento precarizado de oferta de instituições públicas via Reuni.

Portanto a reforma da educação superior é uma política de governo absolutamente afinada com o aprofundamento das reformas estruturais indicadas pelos organismos internacionais do capital e, permanecendo nesta direção, dificultará a possibilidade de ruptura do Brasil com o capitalismo dependente que marca a nossa história. (LIMA, 2004, p.44).

Isso provoca um redirecionamento do papel da universidade brasileira em prol das demandas e dos interesses do mercado em detrimento da constituição de um sistema de ensino superior que seja capaz de formar pessoas com consciência de classe e aptas a compreender a relação de exploração de que são objeto cotidianamente. Corroborando essa análise, cabe citar as contribuições de Silva Junior e Sguissardi (2001).

A maior consequência de tudo o que até aqui se expôs são as mudanças que inevitavelmente irão incidir sobre a identidade mesma da instituição universitária. A produção de conhecimento – consubstancial à ideia de universidade desde seus primórdios – tende a ser substituída pela administração de dados e informações em um processo de assessoramento ao mercado, o que impõe a sensível perda do necessário distanciamento que essa instituição deve ter em relação à sociedade, da capacidade de reflexão e crítica, característica também histórica da universidade e de qualquer outra categoria de IES. Esse processo de substituição da produção de conhecimento pela administração de dados e informações assemelharia a instituição de educação superior a empresas prestadoras de serviços, organizadas pois para este fim, sem, obviamente, as exigências

que se põem desde sempre para aquelas instituições. (2001, p. 269).

A incorporação desse modelo de universidade, cujo principal objetivo é atender as demandas do mercado, descaracteriza a política social de educação superior no Brasil, ameaça o direito social à educação e coloca em segundo plano os princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988 (art. 205, 206 e 207).

O acesso ao ensino superior no Brasil está sendo viabilizado cada vez mais via relação mercantil, nas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas. Essa é a lógica, dada a sua natureza de mercado e seus objetivos de lucro. No entanto, quando essa mesma orientação de mercado influencia ou surge no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), ou seja, nas instituições públicas estatais, ficam nítidos os riscos pelos quais vem passando a autonomia da universidade pública e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Sobre esse processo de privatização as reflexões de Sguissardi (1993, p. 36) apontam que duas

[...] formas de privatização são postas em prática: a) a direta, pelo implemento e subvenção com dinheiro público, à criação mais ou menos indiscriminada de instituições de ensino superior privadas; b) a indireta através da criação de fundações de direito público ou privado, numa tentativa de o Estado desobrigar-se do ponto de vista econômico-financeiro com a manutenção do Ensino Superior e aumentar o seu poder de intervenção (sobre as IES).

Cada uma dessas instituições de ensino superior (privadas ou públicas) possui especificidades e formas particulares de materializar esse processo de mercantilização do ensino superior, no entanto elas têm em comum um elemento importante: a anuência e o incentivo do governo brasileiro desde o período militar⁷⁰ até os dias atuais em criar mecanismos legais e institucionais que permitem transformar o direito ao ensino superior em mais uma mercadoria disponível ao capital, e, com isso, cria-se mais uma estratégia para garantir lucros aos capitalistas e expropriar a classe trabalhadora.

Nesse sentido, a nossa questão inicial, “educação superior no Brasil – direito ou mercadoria” é respondida: a educação no Brasil é uma mercadoria. O sistema

⁷⁰ Acerca da universidade no período anterior e durante a ditadura militar, vale consultar as obras de Silva (2002); Cunha (1983).

brasileiro de ensino superior desde a sua gênese, cuja criação teve um cunho político e vexatório (LAMPERT, 1999), até as fases que compõe o seu desenvolvimento, revelam que os governos utilizaram a universidade como instrumento de reprodução dos interesses do capital em detrimento dos interesses da classe trabalhadora.

2.2 A Universidade no Brasil após os anos noventa e a contrarreforma do Ensino Superior

Para compreender a universidade brasileira nos anos noventa, precisamos analisar vários fatores que a influenciam.

Embora o atual processo de reestruturação produtiva possa explicar parcialmente algumas das alterações recentes do sistema educacional brasileiro ele não dá conta de explicar integralmente as profundas mudanças quantitativas e qualitativas do aparato escolar nacional na atualidade. Essas determinações devem ser buscadas, também: a) no papel que vem desempenhando o Brasil no capitalismo internacional nos tempos de mundialização do capital (CHESNAIS, 1996); b) no padrão neoliberal de desenvolvimento, em especial nas novas funções econômicas e de mediação política assumida pelo Estado; c) na correlação das forças sociais, particularmente no que se refere às reivindicações educacionais dos vários sujeitos políticos coletivos, estrutural ou conjunturalmente agrupados em torno dos interesses da burguesia e do proletariado. (NEVES; FERNANDES, 2002, p.24).

Como analisado no capítulo 1 (um), a forma subordinada de inserção do Brasil no capitalismo mundial acaba por direcionar o modelo de desenvolvimento adotado pelo país e as políticas públicas em vigor.

A materialização da ideologia neoliberal pelo Estado brasileiro e os seus impactos nas políticas sociais é, em síntese, uma marca no cenário nacional nos anos noventa. Entre as políticas setoriais que mais foram atingidas com os cortes orçamentários⁷¹, destaca-se a política de educação superior.

O neoliberalismo tornou-se assim a pretensa linguagem hegemônica. Apoiase fundamentalmente na necessidade de culpabilizar o Estado e tudo que

⁷¹ Sobre o orçamento público e seguridade social, consultar a profícua obra de Salvador (2010).

remete ao público, numa operação ideológica que, por oposição, serve para afirmar o privado (as forças de mercado, a lógica da acumulação de capital). [...] A educação superior não passaria incólume a esse processo. E foi em meados dos anos 90 que as principais consequências da contrarreforma burguesa se fizeram abater sobre o setor, exigindo novos marcos regulatórios. Estes marcos foram construídos basicamente em duas frentes: uma, mais específica ao campo educacional, que se conformou no longo e contraditório processo de elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei 9.394/96); a outra, nos termos mais amplos, costurados politicamente pelo alto, da reforma do Estado. (MINTO, 2014, p.305).

Seguindo as orientações dos organismos internacionais (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional – FMI), e usando como argumento o discurso falacioso da ineficiência do Estado na universalização do acesso à educação superior, o governo brasileiro vem adotando medidas que criam instituições públicas de forma precarizada (nos moldes do Reuni), privatizam as universidades públicas internamente (fundações de direito privado no âmbito das universidades) e, por fim, mercantilizam o acesso ao ensino superior (subsídios e flexibilização das exigências para criação de faculdades e centros de ensino) de baixa qualidade.

No Brasil, essa política se iniciou, de forma ainda assistemática, nos anos 1980 e se afirmou nos anos 1990, com a formação e consolidação de um novo bloco de poder, consubstanciado pelos governos Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, na Presidência da República, pelas várias legislaturas do Congresso Nacional, de composição sempre mais conservadora. Isso trouxe como consequência o desmonte do aparato científico e tecnológico construído nos anos de desenvolvimentismo para dar conta da estratégia político-econômica de substituição de importações, o que implicou a ampliação do grau de dependência do Brasil aos imperativos do capitalismo central, justamente no momento em que o conhecimento científico e tecnológico passava a se constituir, talvez no maior instrumento político – tanto para promover a soberania quanto a subordinação nacional – na configuração da atual divisão internacional do trabalho. (NEVES; FERNANDES, 2002, p.25).

Lima (2005, p. 30), ao analisar a Constituição Federal de 1988, no que tange à universidade, afirma que a

[...] Constituição de 1988, com seu caráter híbrido e ambíguo, manteve a privatização do público e a distribuição de verba pública para os setores privados laico e confessional, por meios diretos ou indiretos, e não estimulou a consolidação de um sistema público de ensino e pesquisa que criasse as bases políticas, econômicas, tecnológicas e ideoculturais para a ruptura como capitalismo dependente.

Silva e Silva, por sua vez, acerca dessa inter-relação entre o sistema educacional público e as políticas privatizantes adotadas pelo Estado neoliberal, afirmam que no

[...] caso da educação, desde as revoluções sociais do século XX e o desencadeamento das lutas sociais e políticas, era concebida como constitutiva dos cidadãos. Com a crise do Estado de Bem-Estar e a intensificação do processo de mundialização do capital, a adoção de políticas neoliberais que preconizam o mercado como regulador da sociedade global ampliou a esfera privada em detrimento da esfera pública. Na arena educacional esse processo se manifestou por meio da utilização de uma série de mecanismos privatizantes que deterioraram a escola pública. (SILVA; SILVA, 2006, p. 73)

O quadro a seguir demonstra uma síntese das principais regulamentações adotadas pelos governos de FHC, Lula e Dilma (até 2014) no período de 1995 a 2014⁷², as quais revelam uma verdadeira contrarreforma do ensino superior no Brasil nos últimos anos.

Algumas dessas normativas serão destacadas no decorrer do texto por serem caracterizadas como instrumentos legais utilizados pelo governo federal para implementar o processo de privatização e a mercantilização da educação superior no Brasil e por criarem novos parâmetros de avaliação do sistema de ensino superior.

Quadro1: Principais instrumentos normativos que alteraram a política de educação superior no Brasil (1990-2014)

(Continua)

PRESIDENTE	INSTRUMENTOS NORMATIVOS/DATA	CONTEÚDOS
FHC (1996-2002)	a) Lei 9192-95	a) Estabeleceu critérios para a escolha de dirigentes das IFES
	b) Lei 9131-95	b) Criou o Conselho Nacional de Educação e criou o Exame Nacional de Cursos (Provão)
	c) Lei 9.394-96 de 20\12\96	c) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

⁷² No item que trata da metodologia foi explicado o corte temporal da pesquisa.

Quadro1: Principais instrumentos normativos que alteraram a política de educação superior no Brasil (1990-2014)

(Continua)

PRESIDENTE	INSTRUMENTOS NORMATIVOS/DATA	CONTEÚDOS
<p style="text-align: center;">FHC (1996-2002)</p>	<p>d) Decretos Presidenciais: 2.207, de 15/04/97; 2.306, de 19/08/97; 3.860, de 09/07/2001</p>	<p>d) Regulamentaram as atribuições das instituições de ensino superior privadas de ensino, reforçando as prerrogativas governamentais das instituições de fins lucrativos. Expansão do empresariamento do sistema de ensino.</p>
	<p>e) Lei 9.424-96</p>	<p>e) Cria o Fundo de manutenção do ensino fundamental e de valorização do magistério</p>
	<p>f) Decreto-lei 2.208/97</p>	<p>f) Sistema de avaliação institucional</p>
	<p>g) Lei 9.678, de 3\7\98</p>	<p>g) Cria a Gratificação de Estímulo à Docência (GED)</p>
	<p>h) Decreto n.2.678 de 13 \7\98</p>	<p>h) Regulamenta a GED</p>
	<p>i) Lei 10.172 \2001</p>	<p>i) Aprova o Plano Nacional de Educação</p>
<p style="text-align: center;">Lula (2003-2006)</p>	<p>a) Lei 10.861, de 14/04/2004</p>	<p>a) Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)</p>
	<p>b) Lei 10.973, de 02/12/2004</p>	<p>b) Incentivos à inovação tecnológica</p>
	<p>c) Lei 11.079, de 30/12/2004</p>	<p>c) Institui a parceria público-privada (PPP)</p>
	<p>d) Lei 11.096/2005</p>	<p>d) Criou o Programa Universidade para Todos (Prouni)</p>
	<p>e) Decretos Presidenciais: 5.622, 19/12/2005; 5.225, 01/10/2004; 5.205, 20/12/2004; 5.733, 09/05/2006.</p>	<p>e) Elevou os Cefets a categoria de Instituições de Ensino Superior; Regulamenta as fundações de apoio privadas no interior das Ifes; Estabelece normas para as funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de ensino superior. Prevê três tipos de IES: faculdades, centros universitários e universidades.</p>
	<p>f) Lei 11.331 de 25/07/2006</p>	<p>f) Altera a Lei 9.394\96 no que tange ao processo seletivo de acesso aos cursos superiores de graduação.</p>
	<p>g) Decreto 5.800\2006</p>	<p>g) Cria o sistema Universidade Aberta do Brasil</p>

Quadro 1: Principais instrumentos normativos que alteraram a política de educação superior no Brasil (1990-2014)

(Conclusão)

PRESIDENTE	INSTRUMENTOS NORMATIVOS/DATA	CONTEÚDOS
Lula (2007-2011)	a) Decreto 6.096, de 24/04/2007	a) Cria o REUNI
	b) Lei 11.632 de 27/12/2007	b) Cria os cursos sequencias por campo de saber
	c) Lei 11.494/2007 e Decreto 6.253/2007	c) Cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em substituição do Fundef (vigorou 1998-2006)
	d) Decreto 6.094 de 2007	d) Cria o PDE- Todos pela educação
	e) Decreto 6.755 de 2009	e) LDB
	f) Medida Provisória 435\2010	f) Regulariza a relação das universidades com as fundações de apoio
	g) Decreto 7.234\2010	g) Pnaes
	h) Medida Provisória 520\2010	h) Cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH)
Dilma (2012-2014)	a) Lei 12.711 de 2012	a) Institui a política de cotas nas Universidades
	b) Lei 12.796 de 04/04/2013	b) Altera a L. 9.394/96 para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências
	c) Lei 13.005 \2014	c) Plano Nacional de Educação (2014-2024)

Fonte: Elaboração própria com base em dados publicados no site do Ministério da Educação (MEC), acessados em maio e junho de 2015.

Nesse rol de leis e decretos, que, sistematicamente, desde 1996 até 2014, vem provocando significativas alterações no sistema de ensino superior brasileiro, destaca-se⁷³ algumas leis que materializam de forma mais direta a privatização e a mercantilização desse direito social, colocando em prática a política neoliberal.

⁷³ No quadro geral, as quatro legislações estão destacadas em negrito e serão analisadas mais detalhadamente por terem uma relação direta com o tema em estudo desta tese. Mesmo reconhecendo a expansão do ensino superior na modalidade a distância (EaD) e os problemas decorrentes desse processo, neste estudo não faremos uma análise de tal problemática para não prejudicar o enfoque que estamos dando ao nosso objeto de pesquisa. Sobre a perversa expansão dos cursos superiores na modalidade EaD no Brasil, consultar Dahmer Pereira (2009).

A educação superior, por sua vez, passa a ter como prioridades a partir de então, capacitar a força de trabalho para adaptar a tecnologia produzida no exterior e conformar este novo trabalhador qualificado às novas exigências da cultura empresarial, especialmente no que tange à aceitação, como naturais, das desigualdades sociais, da competição acirrada entre indivíduos, grupos e classes e da perda dos seus direitos, conquistados ao longo da História. (NEVES; FERNANDES, 2002 p.26).

Sobre esse processo e as implicações dessas normativas para o ensino superior no Brasil, Brzezinski (2014, p. 282) afirma que

[...] a LDB e os marcos normativos que lhe sucederam, assim como os programas governamentais, favoreceram a organização de um sistema de educação superior que contribuiu de forma muito débil para o fortalecimento da educação como um bem público. Ao contrário, favoreceu o desenvolvimento do setor privado, notadamente das instituições particulares, que, usufruindo da flexibilização das normas e do uso dos recursos públicos, se ampliaram de forma acentuada, tornando-se hegemônica no processo de ampliação da educação superior.

A discussão e aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi objeto de várias disputas e polêmicas, e o que estava em jogo era a direção que o sistema de ensino superior iria adotar no Brasil: direito ou mercadoria?⁷⁴

Acerca do cenário político e das correlações de forças presentes em torno da aprovação do projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lima (2005, p. 345) destaca o que segue.

Os debates em torno da elaboração da LDB adquirem novos rumos com a apresentação, em 1992, de um substituto para o projeto de LDB elaborado pelo senador Darcy Ribeiro. O senador, ignorando o trâmite democrático do projeto de Cid Sabóia, ocorrido na Câmara e no Senado formulou, com a assessoria de membros do Ministério da Educação, outro projeto de LDB. Este sofreria, até fevereiro de 1996, sucessivas modificações, sendo aprovado no Congresso Nacional e sancionado pelo presidente Cardoso, na forma da Lei 9.394/96.

Outra Lei em destaque é a de número 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que criou o Programa Universidade para Todos (Prouni) e, desde então, recebe severas

⁷⁴Sobre o papel do Conselho Nacional de Educação (CNE) e o caráter que o mesmo assumiu nesse processo, vale consultar o texto de Frigotto e Ciavatta (2003).

críticas do Movimento Nacional de Docentes e Discentes do Ensino Superior, além de ser também objeto de reflexão e crítica de autores como Cislaghi (2012), para quem esse programa acaba por transferir recursos dos cofres públicos para instituições privadas. A autora afirma que no

[...] governo de Cardoso era o Fies o mecanismo principal de privatização de recursos públicos no ensino superior. Em 2005, o governo Lula criou o Prouni pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro. O Programa distribui bolsas integrais e parciais em instituições superiores privadas para estudantes de baixa renda, com reservas de cotas para segmentos populacionais como índios, negros e para deficientes. (CISLAGHI, 2012, p. 271).

Essa forma de privatização atende ao objetivo do governo vigente em mercantilizar cada vez mais os serviços que antes eram de obrigação do Estado, ou seja, materializam as bases de sustentação do projeto neoliberal.

Além da transferência de recursos públicos para instituições privadas, outro problema diagnosticado nesse tipo de programa é que o mesmo não criou mecanismos para aferir e assegurar a qualidade do ensino superior ofertado por essas instituições.

Em 2007 o governo Lula criou, por meio do Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007, o Reuni (Programa de reestruturação e expansão das Instituições Federais de Ensino Superior), cuja principal característica foi a fixação de metas rígidas de desempenho para que as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) recebam recursos públicos. Concordando com as análises e críticas de Cislaghi ao programa, cabe citar o que segue.

O Reuni, nesse contexto, só tem aprofundado uma lógica gerencial de gestão com financiamento por contrato baseado em resultados e metas. Esses mecanismos reduzem ainda mais o espaço de autonomia universitária, princípio que, mesmo que nunca completamente garantido no Brasil, visa permitir o comprometimento dos interesses da universidade com a maioria da população e não com o mercado ou o governo. Essa lógica de financiamento e gestão, perseguida desde o governo Cardoso, que o Reuni generaliza, coloca a universidade pública brasileira a serviço dos interesses do capitalismo atual, com a facilitação garantida pelo governo. Mantêm-se, assim, os traços históricos fundamentais do ensino superior no Brasil: privatização, heteronomia e massificação numa perspectiva ideológica a serviço da coesão social, em suma, um projeto de privilegiamento do capital contra a perspectiva dos trabalhadores de terem educação como um direito social. (CISLAGHI, 2012, p. 282)

O acesso ao ensino superior é uma grande meta a ser alcançada, tanto para a classe trabalhadora, que vive da venda da sua força de trabalho⁷⁵, que precisa de qualificação para melhorar a sua renda, quanto para a classe que vive da exploração da força de trabalho, que precisa de qualificação para continuar sendo classe dirigente. No entanto, cada uma dessas classes traça estratégias diferenciadas em decorrências de suas condições objetivas para alcançar essa meta.

O sistema capitalista de produção e a sua classe dirigente, atentos a esse cenário, e em busca de auferir cada vez mais lucros, buscam alianças com o Estado capitalista para transformar a Educação no Brasil, de forma geral, e a Educação Superior, de forma particular, em mais uma mercadoria disponível para ser comercializada.

Seguindo as diretrizes do Plano Diretor da reforma do aparelho do Estado de 1995, o qual inclui a educação superior entre as suas atividades não-exclusivas, o Estado vem adotando duas estratégias concomitantes de privatização desse nível de ensino: a) a transformação da educação pública em educação pública não-estatal e b) o estímulo ao empresariamento do ensino. (NEVES; FERNANDES, 2002, p.29).

Esse processo de mercantilização não é novo no Brasil e outras políticas públicas já passaram por ele, como por exemplo, as políticas sociais de saúde, habitação, previdência etc.

Ainda sobre o processo de contrarreforma pelo qual vêm passando as universidades públicas federais no Brasil, cabe destacar o Decreto nº 5.205, de 2004, elaborado no primeiro mandato do governo Lula, que definiu a relação entre fundações de apoio e as Ifes. Sobre essa relação, Cislighi (2012) afirma que a principal crítica política à existência dessas fundações é que elas têm se constituído como um mecanismo de privatização interna das instituições públicas de ensino superior.

As fundações acabam sendo utilizadas como caixa paralelo das Ifes, e isso coloca em risco a transparência da utilização dos recursos públicos, podendo gerar fraudes e má utilização dos recursos públicos ou até mesmo apropriação indevida⁷⁶ desses recursos.

⁷⁵ Distinção feita por Antunes (2001).

⁷⁶ O escândalo do reitor da UnB em 2008 revela esse problema; o mesmo foi denunciado pelo

Preocupado em formar esses intelectuais de novo tipo, sintonizados com a cultura empresarial contemporânea, o Estado neoliberal propõe a transformação das universidades públicas federais, até então produtoras de conhecimento, em universidades operacionais (CHAUÍ, 1999), consubstanciadas em organizações sociais aptas a receber subsídio público e privado para consecução desses objetivos. (NEVES; FERNANDES, 2002, p.29).

Cabe aqui ainda mencionar que são as fundações de apoio as principais instituições que repassam recursos para as incubadoras universitárias. A justificativa da utilização desse percurso administrativo está fundamentada na agilidade do repasse dos recursos do governo federal para as fundações e dessas para as incubadoras, ou até mesmo para contas de docentes criadas especificamente para esse fim. Esse tema será tratado com mais profundidade no item da tese que vai tratar da relação entre economia solidária e as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes).

Na consecução dessa política de privatização das instituições públicas de ensino superior, o Estado vem tomando medidas como: a redução do financiamento público, a não realização de concursos públicos para as vagas criadas pelo processo de aposentadoria “induzida”, a contratação precária de professores substitutos, o congelamento dos salários, a introdução de mecanismos de controle da produtividade dos docentes através, entre outros da Gratificação de Estímulo ao Trabalho Docente (GED⁷⁷), a cobrança sempre mais alta de taxas escolares até a cobrança de mensalidades em cursos de pós-graduação lato sensu, a prestação de serviços via fundações. (NEVES; FERNANDES, 2002, p.29-30).

O modelo de Universidade pública adotado pelo governo brasileiro está claro, no entanto esse não é um debate simples e não é uma questão de fácil compreensão. Cabe ainda buscar elementos teóricos e empíricos que explicitem as correlações de forças presentes no âmbito das universidades brasileiras e que publicizem a atual conjuntura e os novos (ou velhos) caminhos que serão adotados por essa importante instituição pública no cenário neoliberal de crise capitalista. Segundo Neves e Fernandes (2002, p. 47), no Brasil o processo de privatização do

Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT), que desvendou irregularidades, como o gasto de R\$ 350 mil reais na decoração do apartamento do então reitor, Timothy Mulholland. Disponível em <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/07/09/interna_cidadesdf,260405/dep_ois-de-escandalos-finatec-e-recredenciada-a-unb.shtml>. Acesso em 26 de junho de 2015.

⁷⁷ A GED foi criada pela Lei n.9.678, de 03/07/1998, e regulamentada pelo Decreto nº. 2.678, de 13/07/1998.

sistema de ensino superior se materializa de duas formas: com a expansão das instituições privadas e com o redirecionamento⁷⁸ das instituições públicas para a esfera privada através das fundações de direito privado, das cobranças das taxas e mensalidades, do corte de vagas para a contratação dos trabalhadores em educação e do corte de verbas para a infraestrutura das instituições, entre outros mecanismos.

Os debates que iremos realizar nos próximos itens deste capítulo trarão elementos importantes para tratar desse processo de privatização interno a que estão sendo submetidas as instituições federais de ensino superior públicas (Ifes) no Brasil, e, para isso, analisaremos a seguir a indissociabilidade das atividades precípuas das universidades (ensino, pesquisa e extensão) e os óbices em torno da materialização dessa indissociabilidade.

2.3 O ensino, a pesquisa e a extensão: O desafio da sua indissociabilidade

Os dilemas do sistema de ensino superior brasileiro visto nos itens anteriores têm uma relação direta com os problemas das universidades latino-americanas, e a indissociabilidade das ações de ensino, pesquisa e extensão é um dos aspectos mais afetados nesse contexto. Segundo Fernandes (2010, p. 219):

Ao que parece, o dilema universitário latino-americano possui uma origem histórica (e não uma origem puramente cultural). O grau de modernização relativa do sistema institucional é mais avançado do que os graus paralelos ou concomitantes de crescimento econômico e de desenvolvimento social. Essa circunstância explica-se facilmente. Os países da região participam direta e ativamente do ciclo cultural da “civilização ocidental moderna” e das tendências mais significativas de sua renovação no exterior. No entanto, sua economia dependente e suas estruturas sociais anulam ou reduzem tais vantagens, fazendo com que, no conjunto, o progresso na absorção das instituições e dos seus valores represente muito pouco para a intensificação da mudança progressiva global. A escassez de recursos materiais e financeiros, bem como o estilo imperante de utilização social dos recursos humanos disponíveis e de aproveitamento social do talento, acarretam uma espécie de esvaziamento histórico das instituições.

⁷⁸ Essa forma interna de privatização das instituições federais de ensino superior é o foco da nossa pesquisa e será aprofundada nos próximos capítulos.

Os dados levantados por Minto (2014, p. 185) sobre as universidades do Brasil nos anos 1930 a 1960 revelam que no

[...] período que vai de 1930 a 1961, portanto, duas tendências caracterizam a expansão do ensino superior: a de criação de universidades de médio e grande porte, que concentravam a oferta de matrículas (cerca de 63% do total do período de 1954-1964). O setor público respondia pela maioria dessas vagas universitárias, com cerca de 81%; e de criação de IES (ou estabelecimentos) privadas de pequeno porte, que cresceram no período, parte tendo sido posteriormente incorporada no processo de criação de novas universidades.

No entanto, o mesmo autor esclarece que durante a ditadura militar esse setor passou por um processo de adequação às mudanças impostas pelo contexto social, econômico, político e cultural pelo qual o Brasil passava.

Assim a “modernização” da educação superior no Brasil dos anos da Ditadura carece de qualificação, pois não é pura e simplesmente “modernizadora”, mas equivale ao processo de adequação, forçada e interessada, conduzido pelos militares e pelos setores hegemônicos da burguesia brasileira (também por frações da pequena burguesia) em contraposição ao que as forças populares, pequeno-burguesas e burguesas radicais ousaram propor à sociedade brasileira nos anos 1960. É modernização capitalista nas condições particulares do desenvolvimento brasileiro. (MINTO, 2014, p. 223).

O projeto de universidade humboldtiano (ou de pesquisa), capaz de transformar mentes e formar intelectuais críticos e aptos para transformar a realidade nacional, acaba sendo limitado e, em seu lugar, a universidade heterônoma (com características mercantis) acaba colocando de forma marginal a sua capacidade crítica e transformadora do real e prioriza no seu âmbito ações que atendam às necessidades do mercado. Fernandes (2010, p. 224-225) completa:

Não adiantaria mudar as universidades, se estas não possuem meios internos e externos que as adaptem às funções que devem preencher, em nível do ensino ou da produção de conhecimentos originais e em nível de exigências de uma sociedade subdesenvolvida, na era da ciência e da tecnologia científica.

As análises profícuas de Fernandes (2010) revelam que para as universidades da América Latina o desafio ainda é maior em decorrência do

contexto social, econômico, político e cultural de subdesenvolvimento no qual estão inseridas. Para esse autor (2010, p. 287), os principais óbices do ensino superior podem ser elencados na citação a seguir.

Número reduzido de vagas e sua má distribuição entre as escolas mais procuradas; privilegiamento de critérios extra educacionais na seleção de candidatos; mecanismos impróprios de formação, recrutamento e promoção de professores ou pesquisadores; predomínio ensino livresco, verbal e dogmático; falta de interação construtiva nas relações docentes e estudantes, inclusive no treinamento em pesquisa; inexistência de meios adequados para a pesquisa, quer a vinculada ao ensino, quer a associada à descoberta de conhecimentos originais; ausência de vitalidade financeira e de autonomia real das universidades.

Ainda sobre as análises do sistema de ensino superior no Brasil e as consequências do processo político e econômico desse país nas universidades, cabe citar novamente Minto (2014, p. 269).

O sistema de ensino superior que a Ditadura construiu sobre os escombros do antigo padrão das escolas isoladas e das universidades conglomeradas, não revelou que a universidade de pesquisa (humboldtiana ou neo-humboldtiana, segundo a ótica modelar) havia se provado, de uma vez por todas, desinteressante para as classes dominantes brasileiras. Revelou, precisamente que a universidade não podia ter, nas condições do capitalismo brasileiro, um papel ativo e inovador na construção do desenvolvimento autônomo, autodeterminado.

O sistema de ensino de um país, de forma geral, atende diferentes interesses: mecanismo de reprodução ideológica da classe dirigente; instrumento para formar e capacitar a força de trabalho visando atender às demandas do sistema capitalista de produção; instituição necessária para o trabalhador ter acesso ao mercado de trabalho e ascensão social e econômica; instrumento capaz de formar cidadãos críticos capazes de compreenderem o contexto econômico, cultural, social e político no qual estão inseridos e, com isso, aptos para transformarem a sua história individual e coletiva.

Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou consenso quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. Esperar da sociedade mercantilizada uma sanção ativa – ou

mesmo mera tolerância – de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar plenamente a grande tarefa histórica do nosso tempo, ou seja, a tarefa de *romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana* seria um milagre monumental. “É por isso que, também no âmbito educacional, as soluções “não podem ser *formais*”; elas devem ser *essenciais*”. Em outras palavras, eles devem abarcar a totalidade das práticas educacionais da sociedade estabelecida. (MÉSZÁROS, 2008 p.45).

Essas diferentes funções da educação são materializadas de diferentes formas, dependendo da natureza e dos objetivos das instituições de ensino, do sistema capitalista em vigor, da direção adotada pelo Estado e das correlações de forças presentes, e ainda dependem da estrutura e da conjuntura no qual o sistema de ensino está inserido.

Para Lima (2005, p. 355), a disputa pelo modelo do sistema de ensino superior no Brasil também é revelada pelo surgimento de novos sujeitos políticos no cenário nacional:

Uma das maiores expressões da configuração do embate entre as frações da burguesia brasileira, em disputa pela condução do projeto neoliberal de educação e de sociabilidade e pela ampliação incessante de sua lucratividade, será expressa pela quantidade de sujeitos políticos coletivos envolvidos no debate sobre a reformulação da educação superior em curso nos anos de 1990, entre os quais, destaco: Crubabmes, Abruc, Anup, Anaceu⁷⁹.

Segundo Silva (2002, p. 179), para pensar a educação no Brasil, devemos considerar que a

[...] educação enquanto prática social tendo como horizonte mudanças no Estado brasileiro, as mudanças no capitalismo em geral que se qualificam pela destruição, renovação e reprodução, o processo de manutenção constante do domínio dos países capitalistas avançados nos periféricos, os tipos de mudanças realizadas no Brasil, caracterizadas pela condução “por cima e pelo alto”, inibindo a participação e as alterações significativas, a herança colonial sempre atualizada, renovada e casuística, prevalecendo a incapacidade de integração social, o predomínio da descontinuidade dos projetos, programas e reformas e a manutenção dos tradicionais procedimentos políticos revestidos de novos.

⁷⁹ Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras; Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior; Associação Brasileira de Universidades Comunitárias; Associação Nacional das Universidades Particulares e Associação Nacional dos Centros Universitários.

Esses elementos históricos, econômicos, políticos e culturais revelam que a universidade brasileira vive um momento de conflito, de um lado a posição de esquerda marxista que critica a universidade voltada para o mercado e por acreditarem nisso defendem a universidade como centro de compreensão crítica do real e do outro lado os interesses do capital que fazem uso da universidade em prol da acumulação capitalista.

Essas duas bandeiras de luta divergentes e as correlações de forças em cena revelam que está em risco no Brasil o direito à educação pública superior gratuita e de qualidade e em condições de formar cidadãos críticos capazes de interpretar e transformar a realidade que os cerca. Segundo Minto (2014, p. 353-354), os docentes-pesquisadores também foram afetados por esse modelo heterônomo de universidade, de três formas:

a) redução de direitos e conquistas obtidos no decorrer da década de 1980, sobretudo a questão da isonomia salarial (1987) e as garantias constitucionais [...];

b) intensificação do trabalho docente: exigência de resultados (produtivismo acadêmico), multiplicação das funções, confusão entre atividades burocráticas e acadêmicas, **a transformação dos docentes em empreendedores individuais, em busca de recursos no setor privado e de editais de agências estatais de fomento à pesquisa**, já as universidades não garantem, com seus próprios orçamentos, suporte financeiro para a pesquisa;

c) ampliação das taxas de exploração da Força de Trabalho: o arrocho salarial é sua forma clássica. Mas há outras: a não eliminação e, noutros casos, a ampliação das contratações precárias, das terceirizações; a criação de um mercado de força de trabalho no interior das universidades estatais (uso da força de trabalho dos pós-graduandos em substituição da força de trabalho docente regular), que serve de base para a realização de cursos de especialização, de extensão e atividades das fundações privadas, que ademais, complementam os rendimentos dos docentes e garantem a rentabilidade dessas “alternativas” dada a escassez de recursos públicos para as IES públicas. (Grifo nosso)

Ainda entre as dificuldades encontradas pelo sistema de ensino superior brasileiro revela-se a ausência da obrigatoriedade da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão na universidade brasileira.

A partir da LDB, o Decreto nº 5.733, de 09 de maio de 2006, estabelece normas para as funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de ensino superior e prevê a criação de três tipos de Instituições de Ensino Superior: faculdades, centros universitários e universidades.

Com esse novo regulamento, ações de ensino, pesquisa e extensão deixam de ser obrigatórias para as faculdades e os centros universitários e apenas para as universidades é exigida a materialização e a indissociabilidade das três ações precípuas previstas no art. 207 da Constituição Federal de 1988.

Minto (2004) afirma que a própria LDB-1996 foi omissa em relação ao princípio da indissociabilidade. E sobre a perda da importância da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, Neves e Fernandes (2002, p. 26) sinalizam o que segue.

A preponderância da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como princípio educativo da educação superior brasileira nos anos do desenvolvimentismo perde a sua funcionalidade nos dias atuais, já que a política neoliberal prescinde da produção do conhecimento científico e tecnológico em âmbito nacional.

Tanto a LDB-1996 quanto o Decreto legitimam o que na prática já existia, ou seja, um sistema de hierarquização das instituições de ensino superior no Brasil:

- 1- universidades (públicas e privadas) de excelência, capazes de desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão e com acesso restrito para a classe trabalhadora em decorrência da alta concorrência e dos critérios para a sua permanência na instituição (dedicação exclusiva, horários diurnos, etc.);
- 2- centros universitários (em sua maioria privados), que realizam algumas ações de pesquisa, extensão e ensino, sem precisar cumprir obrigatoriedade para essas ações. O acesso da classe trabalhadora a essas instituições depende da sua renda individual ou do acesso aos programas de crédito disponíveis no governo ou no mercado. São instituições medianas no *ranking* de classificação e índices de qualidade previstos no MEC;
- 3- faculdades, que ficam limitadas às ações de ensino e com qualidade duvidosa, segundo os próprios critérios de qualidade do MEC. O acesso para a classe trabalhadora é mais fácil (oferta de cursos no período noturno, baixos valores de mensalidades, sem processos seletivos para o ingresso). Os cursos ofertados em sua maioria são de menor prestígio dentro da lógica do mercado, são cursos com baixos custos para o seu funcionamento, não exigem a instalação de laboratórios ou equipamentos caros. Mesmo comprometendo parte da sua

renda, são as instituições mais acessadas pela classe trabalhadora.

- 4- os Institutos Federais (IF) e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), são institutos de ensino pertencentes à esfera federal que oferecem cursos em diversos níveis, como ensino médio, técnico e superior tecnólogo. O Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, eleva os Cefets à categoria de Instituições de Ensino Superior (IES).

Analisando essa forma de expansão do sistema de ensino superior no Brasil, artigo de Macario, Sobral e Coelho publicado pela revista *Universidade e Sociedade do Andes-SN*⁸⁰ (2013) afirma que de

[...] maneira geral, podemos verificar que a expansão do ensino superior brasileiro vem se consolidando através do protagonismo empresarial, que conta com ampla indução estatal por meio de programas como FIES PROUNI e REUNI. Tal expansão, além de garantir a reprodução lucrativa de capital privado – cumprindo função econômica estrita – incide fortemente sobre a consciência do povo ao ser propagandeado como democratização do acesso à universidade – o que cumpre função ideológica legitimadora. Está em curso, pois, um projeto político assentado num amálgama de forças e interesses que, sendo diversos, são também coesos na defesa – aberta ou velada – da submissão do Estado ao grande capital, repondo a autocracia burguesa de forma inédita. E o ineditismo avança ao ponto de, hoje, essa autocracia ser mediada pela ação de sujeitos e forças políticas que deitam raízes históricas nas lutas do trabalho e nos movimentos sociais. Estes são alguns dos mais importantes – e instigantes! – traços do processo brasileiro por meio do qual o novo se põe como forma de manter o velho. (MACARIO, SOBRAL; COELHO, 2013, p.16).

A tabela a seguir, disponível no site do MEC-Inep, resume, em linhas gerais, o quadro das instituições de ensino superior no Brasil até 2013 segundo a natureza da sua organização acadêmica e a categoria administrativa:

⁸⁰ Modernização conservadora e ensino superior no Brasil, texto publicado na Revista ANDES- SN, ANO XXII, n.52, julho de 2013. Acessado em 31 de maio de 2016.

Tabela 2: Censo da Educação Superior 2015 - Número de Instituições de Educação Superior por Organização Acadêmica e Categoria Administrativa da IES – 2015

Categoria Administrativa	INSTITUIÇÕES														
	Total Geral			Universidades			Centros Universitários			Faculdades			IF e Cefet		
	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
Brasil	2.364	846	1.518	195	86	109	149	60	89	1980	670	1.310	40	30	10
Pública	295	98	197	107	48	59	09	2	7	139	18	121	40	30	10
Federal	107	64	43	63	31	32				4	3	1	40	30	10
Estadual	120	33	87	38	17	21	1	1		81	15	66			
Municipal	68	1	67	6		6	8	1	7	54		54			
Privada	2.069	748	1.321	88	38	50	140	58	82	1.841	652	1.189			

Fonte: MEC-Inep . Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em 02 de março de 2017.

A tabela 2 apresentada revela, em dados quantitativos, a direção adotada pelo sistema de ensino superior no Brasil. Esse sistema caminha na contramão do direito ao acesso à educação pública, gratuita e de qualidade, e corre a passos largos em direção à mercantilização e privatização do ensino superior em nosso país.

Os destaques na tabela revelam o número significativo de faculdades privadas: 1.841 (mil oitocentos e quarenta e uma), enquanto o poder público

responde por 139 (cento e trinta e nove) faculdades.

O número de universidades públicas (federais, estaduais e municipais) 295 (duzentos e noventa e cinco), e universidades privadas, 88 (oitenta e oito), revela uma grande diferença numérica, e ao analisarmos a expansão das instituições de ensino superior no Brasil nos últimos anos, percebemos que a iniciativa privada não demonstrou muito interesse em investir em instituições que são obrigadas por lei a materializar a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Nessa mesma linha existem 09 (nove) centros universitários públicos e 140 (cento e quarenta) privados. Como já foi dito anteriormente, para esse tipo de instituição não existe a obrigatoriedade do cumprimento do art. 207 da Constituição Federal de 1988, no que se refere à indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.

Em linhas gerais, até 2015, segundo dados do MEC-Inep, temos no Brasil, do total das 2.364 (duas mil trezentos e sessenta e quatro) de instituições de ensino superior, 295 (duzentas e noventa e cinco) públicas, ou seja, 12,05%, contra 2.690 (duas mil e sessenta e nove) privadas, em números percentuais, 87,05%; e essas, em sua maioria, não são obrigadas a cumprir o estabelecido no artigo constitucional citado anteriormente.

O empresariamento da educação superior, ao se restringir à capacitação de mão-de-obra qualificada, submissa técnica e eticamente aos imperativos do capital multinacional, sem dúvida estará contribuindo decisivamente para a realização da tarefa política neoliberal de operar o desmonte da nossa soberania nacional em tempos de mundialização do capital e também de inviabilizar a formação de um bloco de forças latino-americano que possa organicamente contrapor-se, como sujeito histórico, ao gigante americano. (NEVES, 2002, p.220).

Nesse sentido, materializa-se o que afirma Minto, para quem “a educação superior se torna mais uma das mercadorias da “cesta do consumo” ofertada pela sociedade capitalista. Assim, ser cidadão é ser capaz de consumi-la” (MINTO, 2004, p. 368). Fica à mercê do discente e das suas condições objetivas de renda e de classe social o tipo de instituição de ensino que o mesmo vai acessar. Essa relação vai determinar o modo de formação e a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão que o mesmo terá durante a sua formação.

2.4 A extensão universitária nas Instituições Federais de Ensino superior (Ifes)

Discutir o papel da extensão universitária exige minimamente que apontemos qual a concepção de extensão que iremos utilizar como referência, como também, faz-se necessário uma retrospectiva histórica da origem e constituição dessa atividade no âmbito das universidades.

Para isso, fizemos a opção de dialogarmos com alguns autores que analisam e fomentam profícuas reflexões acerca dessa temática, entre eles, destaca-se Melo Neto (2004), segundo o qual o pioneirismo na extensão universitária foi uma tarefa desenvolvida pelas universidades populares europeias do século passado. Nessas, o principal objetivo das atividades extensionistas, segundo o autor, era disseminar o conhecimento técnico no seio da sociedade. Ele complementa afirmando o seguinte.

Mas, foi a partir das experiências americanas, sobretudo naquelas localizadas na zona rural, que surgiram duas novas visões diferenciadas daquelas existentes na Europa: uma visão denominada cooperativa ou rural e outra universitária em geral. Essas visões, contudo, estavam “marcadas” por um certo desejo de “ilustrar” as comunidades. A extensão nas universidades americanas caracterizou-se, desde seus primórdios, pela ideia de prestação de serviços. Os movimentos europeus de universidades populares, ou a extensão veiculada por eles, diferenciam-se substancialmente das versões americanas. Estas, em geral, resultaram da iniciativa oficial, enquanto aquelas surgiram de esforços coletivos de grupos autônomos em relação ao Estado. (p.2).

Ainda segundo Melo Neto (2004), na América Latina as atividades extensionistas foram influenciadas pelo Movimento de Córdoba (1918). A ideia de aproximar a universidade e a sociedade, defendida pelos estudantes argentinos, aos poucos foram absorvidas pelo movimento estudantil brasileiro e acabou permeando a concepção de extensão defendida pela UNE (União Nacional dos Estudantes) em 1938. Sobre esse processo de organização da extensão e sua compreensão no âmbito do movimento estudantil brasileiro, Melo Neto (2004, p. 4) afirma que a

[...] concepção de extensão do movimento estudantil foi sendo divulgada pelas mais diferentes formas em todo o país, através do Teatro da UNE, dos Centros de Debates, Clubes de Estudo, Fóruns, Campanhas para a Criação de Bibliotecas nos Bairros, Agremiações Desportivas das Populações Pobres e, até, Educação Política, com debates públicos,

quando a temática era de interesse dos trabalhadores. Em seu Congresso da Bahia (UNE, 1961: 26), ao discutir a Reforma Universitária, a entidade apresenta os traços marcantes da extensão universitária. Esse documento trata de dois aspectos básicos: a análise da realidade brasileira e a análise da universidade no Brasil. No texto, merece destaque o capítulo que trata da Reforma Universitária que, definindo suas diretrizes, passa a assumir um “compromisso com as classes trabalhadoras e com o povo”. Assim, é que se defende a abertura da universidade ao povo, com prestação de serviços e promoção de cursos a serem desenvolvidos pelos estudantes em faculdades. Esses cursos possibilitariam o conhecimento da realidade por eles e, por isso, a universidade – a extensão – os levaria à realidade. A universidade teria um papel de “trincheira de defesa das reivindicações populares, através da atuação política da classe universitária na defesa de reivindicações operárias, participando de gestão junto aos poderes públicos e possibilitando cobertura aos movimentos de massa” (Ibid.: 56). Caberia à universidade, através da extensão, a conscientização das massas populares, despertando-as para seus direitos.

No entanto, além do processo histórico, cabe destacar o conceito de extensão universitária que adotamos para esse trabalho, considerando que o seu processo de constituição já trazia em seu bojo diferentes interpretações do papel e da forma de materialização das atividades extensionistas. Essa heterogeneidade também influenciou as diferentes concepções da extensão no âmbito das universidades, conforme veremos a seguir.

Existem várias concepções de extensão universitária, e instituições como o MEC, Andes, Forproex e Fasubra utilizam diferentes concepções para publicizar os seus valores ideológicos e suas vertentes políticas, sintetizados a seguir.

O conceito de extensão utilizado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades públicas brasileiras (Forproex)⁸¹ defende a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como previsto na Constituição de 1988. Segundo esse fórum, a

[...] Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.

Em artigo interessante, Sangenis (2012) divulga uma pesquisa realizada pela Comissão Permanente de Avaliação da Extensão (CPAE) do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, em 2007. Segundo o

⁸¹ Política Nacional de Extensão Universitária. Forproex. Disponível em <<http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>. Acesso em 15 de outubro de 2015.

autor, a CPAE levantou informações sobre as concepções de extensão das Instituições Públicas de Educação Superior referentes aos anos de 1993 a 2004:

Quadro 2: Concepção de Extensão nas Instituições Públicas de Educação Superior – 1993

Concepção	Percentual (%)
Função de articulação entre a Sociedade e a Universidade	98,4%
Função que leva a Universidade ao cumprimento de sua missão social	88,7%
Função de prestação de serviço por parte da Universidade	64,5%
Função de politização da Universidade	54,8%
Função de alimentação/retroalimentação do ensino e da pesquisa (resposta espontânea)	8,1%
Função de articulação do ensino com a pesquisa (resposta espontânea)	6,4%
Outras	25,8%

Fonte: SANGENIS, 2012.

Observa-se nessa pesquisa que a concepção de extensão nas universidades públicas que aparece com significativa frequência mais se aproxima do papel da Universidade operacional criticado por Chauí (2014) do que o estabelecido na Constituição de 1988, em termos da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Dialogando sobre a necessidade de reformulação do ensino superior e o papel das suas ações precípuas, Lampert (1999, p. 43) afirma que o:

[...] ensino superior deve urgentemente ser reformulado, deixando de ser um instrumento caro e um aparelho ideológico de reprodução das elites, para atender ao trinômio ensino-pesquisa-extensão. Em relação à pesquisa, é fundamental que essa seja a principal função e modalidade de ensino oferecida ao aluno, para que ele produza seu próprio conhecimento em vez de ser passivo e receptor de informações. Quanto ao ensino, cabe um repensar e um redimensionamento do compromisso das principais vertentes – o professor e o aluno –, pois a má qualidade do ensino, certamente, encontra-se nesses elementos. No tocante à **extensão, cabe às universidades a promoção de projetos alternativos que atendam às reais necessidades da comunidade, para que esta possa crescer nas diferentes áreas de conhecimento.** (Grifo nosso).

Melo Neto (2002, p.7), ao perceber a dificuldade do consenso acerca do conceito, acabou elencando o que não é extensão universitária. Segundo ele, prestação de serviços, estágio, atividades auxiliares aos programas de governo e ou estratégias para captação de recursos não podem ser identificadas como extensão universitária.

Nessa mesma obra, Melo Neto estabelece um diálogo com a concepção de extensão defendida por Paulo Freire (1976), segundo o qual o conceito de extensão deveria ser substituído pelo conceito de comunicação, entendendo que esse traduz o papel da Universidade e supera o conteúdo de uma “educação bancária e domesticadora”, o qual a extensão universitária corre o risco de reproduzir.

Esse diálogo com Paulo Freire revela as armadilhas que podem surgir nos projetos de extensão universitária, ainda mais se considerarmos o cenário atual da educação superior no Brasil, e se considerarmos o que Chauí⁸² (2014, p.04) denomina de universidade operacional.

A universidade operacional de nossos dias difere das formas anteriores. De fato, enquanto a universidade clássica estava voltada para o conhecimento, a universidade funcional estava voltada diretamente para o mercado de trabalho, e a universidade de resultados estava voltada para as empresas, a universidade operacional, por ser uma organização, está voltada para si mesma enquanto estrutura de gestão e de arbitragem de contratos. Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micro organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual. A heteronímia da universidade autônoma é visível a olho nu: o aumento insano de horas-aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade de publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios, etc. Virada para seu próprio umbigo, mas sem saber onde este se encontra, a universidade operacional opera e por isso mesmo não age. Não surpreende, então, que esse operar coopere para sua contínua desmoralização pública e degradação interna.

Diante desse contexto, e mesmo observando a obrigatoriedade da indissociabilidade do tripé da formação superior (ensino, pesquisa e extensão), algumas Ifes enfrentam problemas relacionados à materialização da extensão universitária como estratégia de formação e ensino dos discentes via realização de

⁸² Contra a Universidade operacional (a greve de 2014). Disponível em <http://www.adusp.org.br/files/database/2014/tex_chauai.pdf>. Acesso em 15 de outubro de 2015.

pesquisas que dialoguem com a realidade sócio territorial na qual a universidade está inserida.

Em um caderno publicado pela USP⁸³, em maio de 2004, é analisado o processo de privatização interna a que vem sendo submetidas as universidades públicas. O Grupo de Trabalho que foi constituído para analisar essa temática afirma, que⁸⁴ por

[...] outro lado, a universidade pública não pode promover, acolher ou ser conivente com a utilização de seus recursos materiais e humanos e do seu prestígio social para o estabelecimento e desenvolvimento de empresas privadas de serviços, que operam a partir do seu interior. Nossa proposta, portanto, é a construção de um processo de transição para uma universidade efetivamente pública na lógica de seu funcionamento e na destinação da sua produção; **uma universidade na qual a origem e o destino de suas ações sejam o ensino e a pesquisa de qualidade, onde a extensão cumpra papel importante na captação de questões relevantes para essas atividades e na sua realimentação para a sociedade onde está inserida.** (Grifo nosso)

Nos próximos capítulos vamos discutir como essas questões interferem no papel das instituições federais de ensino superior (Ifes), elegendo como foco de análise as atividades de extensão e a relação que essas atividades foram estabelecendo com a política pública de economia solidária.

⁸³ Em 2004 a Revista Adusp publicou um dossiê sobre as fundações que funcionam no âmbito da USP e como as mesmas vêm privatizando internamente essa instituição de ensino superior. Esse estudo mostra a realidade de uma instituição em especial, no entanto, essa realidade é vivenciada por várias outras instituições de ensino superior em todo o território nacional.

⁸⁴ Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/index.php/cadernos/1270-como-e-por-que-as-fundacoes-privadas-qde-apoioq-estao-destruindo-o-carater-publico-e-gratuito-da-usp-mai2004>>. Acesso em 31 de maio de 2016.

3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

A economia solidária no Brasil é considerada pelos seus defensores⁸⁵ uma das estratégias possíveis para a construção de referências de desenvolvimento territorial solidário, justificando-se pela necessidade de formação e qualificação profissional, através das habilidades e competências específicas para os trabalhadores.

Nessa perspectiva, as ações e projetos de economia solidária são considerados inovadores como estratégias de geração de trabalho e renda, e buscam construir um modelo de desenvolvimento de inserção social e econômica, combatendo a “exclusão social”. No entanto, as análises profícuas realizadas por Neves (2013) nos instigam a levantar outros questionamentos acerca do significado da economia solidária.

Assim, entendemos que os empreendimentos de economia solidária, mesmo orientados por princípios e por pressupostos diferentes aos das empresas claramente capitalistas, devem ser analisados no contexto atual de reestruturação do capital. As mudanças decorrentes deste processo redefinem papéis e funções do trabalho e do capital e colocam grande parte das organizações auto-gestionárias em contado direto com os ciclos de valorização do capital, ainda que embaladas na panaceia contemporânea que reifica o trabalho cooperado, a autogestão e o empreendedorismo. (NEVES, 2013, p.129).

No entanto, nos discursos e textos dos seus defensores o desenvolvimento de organizações de trabalhadores em cooperativas, associações e outras formas de sobrevivência, surge no Brasil nos anos 80, como alternativa de geração de trabalho, ocupação e renda. Pretende, assim, não só a inclusão no mercado de trabalho de forma organizada, mas também o resgate da autoestima e a construção da cidadania, com o exercício da cooperação, da participação e da “responsabilidade social”.

Em contraponto a essa visão e concordando com as contribuições de Neves

⁸⁵ Entre os defensores da Economia Solidária, destaca-se Paul Singer, professor aposentado da USP, que foi coordenador da Incubadora Tecnológica de Cooperativas populares da USP e primeiro (2003) Secretário Nacional da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), no Ministério do Trabalho Emprego (MTE), tendo sido exonerado em maio de 2016, com a posse do governo interino e provisório de Michel Temer.

(2013), essas estratégias denominadas de “economia solidária” acabam reproduzindo a ordem do capital e não se apresentam como alternativas ao sistema capitalista de produção; ao contrário, reafirmam a lógica de exploração do trabalhador e lançam mão do discurso falacioso da solidariedade para legitimar as suas ações.

No Brasil o movimento da “economia solidária” vem ganhando força nos últimos anos (1980 em diante), impulsionado principalmente pela implantação de políticas públicas no âmbito nacional, com destaque para a criação da Senaes, em 2003, e a estruturação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e os Fóruns Estaduais de economia solidária em todo o território nacional⁸⁶.

O grande desafio que esses fóruns se colocam é formular e implantar alternativas de desenvolvimento e de geração de trabalho, ocupação e renda, constituindo a organização das trabalhadoras e trabalhadores em empreendimentos solidários, através da gestão democrática do trabalho e da produção, da educação permanente, do respeito à diversidade étnica, cultural, territorial e ambiental.

Segundo seus representantes, essas instâncias possibilitam alternativas de articulação das várias experiências de geração de renda nos municípios brasileiros, elaboração de agendas comuns, promoção de intercâmbio e sistematização de conhecimentos. Eles ainda afirmam que a “economia solidária” supõe que a organização de trabalhadores em cooperativas, associações, grupos informais e outros podem fomentar estratégias de ocupação e renda visando minimizar os efeitos do desemprego estrutural e outras mazelas do sistema capitalista de produção.

A natureza, o significado da economia solidária e o seu processo de institucionalização no Brasil será o tema deste capítulo, bem como o seu processo de articulação com as universidades públicas federais por meio da criação das incubadoras universitárias.

⁸⁶ Segundo dados divulgados no site do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), a sua estrutura e organização tem capilaridade em todas as unidades da federação e os mesmos estão organizados em mais de 160 Fóruns Municipais, Estaduais e Microrregionais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária. Fonte: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_wrapper&Itemid=240>. Acesso em 03 de fevereiro de 2015.

3.1 A Política de economia solidária no Brasil (Processo histórico e natureza das ações de economia solidária)

A gênese⁸⁷ das ações e projetos de economia solidária tem uma relação direta com a concepção de gestão coletiva (autogestão) dos meios de produção executada de forma direta pelos seus associados (produtores livres). Nas palavras de Singer e Machado (2000, p.40), temos que a

[...] concepção auto-gestionária era herdeira de Owen, Fourier e outros socialistas utópicos do século XX, que imaginavam a passagem para o socialismo mediante a construção de comunidades livres e igualitárias, cujo exemplo converteria a maioria a favor de uma nova sociedade. Owen exerceu real liderança política na Inglaterra, na primeira metade do século passado, tendo merecido o maior respeito e consideração da parte de Marx e Engels. Ele ajudou a formar cooperativas e lhes atribuiu uma missão revolucionária, qual seja a de organizar operários grevistas para tomar o mercado capitalista.

Ainda segundo Singer (2013, p.38), foram Owen, Fourier e Saint-Simon e as suas ideias socialistas as principais fontes de inspiração para as práticas de autogestão e para o movimento cooperativista⁸⁸ no mundo.

A partir desse movimento, os praticantes da economia solidária foram escrevendo e reescrevendo a história, segundo Singer (2013), usando como método as tentativas e os erros que a história oferece.

No Brasil, Paul Singer⁸⁹ é considerado o grande defensor da economia solidária. A sua trajetória acadêmica e militância política o levaram a ser reconhecido

⁸⁷ Este trabalho não tem como objetivo realizar uma análise histórica detalhada do surgimento da economia solidária, mas apenas indicar alguns elementos que a situam no cenário nacional e fornecem informações sobre a sua inserção nas universidades públicas federais no Brasil. Sobre a história da economia solidária vale consultar: Singer (2013); Pinheiro (2013); Faria (2005). E para análise crítica acerca desse mesmo tema vale consultar Wellen (2012), Barbosa (2007) e Neves (2013).

⁸⁸ Uma das principais influências da gênese da economia solidária no mundo foi o movimento cooperativista do séc. XIX, com ideais de justiça e fraternidade dos denominados “socialistas utópicos” (Owen, Fourier, Saint-Simon, Blanc, entre outros), em oposição às relações de exploração do trabalho que emergiam com o processo de industrialização da produção (BARCELOS, 1998). Neste estudo não iremos analisar o movimento cooperativista. Acerca do tema, consultar as obras de Craig (1993), Birchall (1997) e Diva B. Pinho (2004).

⁸⁹ Paul Singer foi exonerado do cargo de Secretário Nacional de Economia Solidária em maio de 2016 pelo Presidente interino na época, Michel Temer.

como o principal articulador da economia solidária no âmbito do governo federal, durante os governos Lula e Dilma.

O debate acerca de qual foi a origem do termo economia solidária no Brasil é polêmico, no entanto, comungo com a tese de Pinheiro (2013, p. 138). Esse autor afirma o seguinte.

Acreditamos que atribuir exclusividade aos intelectuais franceses, parece um equívoco, visto que os próprios franceses “criadores” afirmaram que o termo surgiu em períodos similares (década 80) na França e na América Latina. O mesmo equívoco ocorre ao considerar Paul Singer como o criador do termo economia solidária no Brasil. Ademais, o que parece pouco enfatizado nesta disputa conceitual é que o termo já estava sendo utilizado nos meios acadêmicos.

Diversos estudos⁹⁰ revelam que as primeiras ações cujas características podem ser identificadas como de economia solidária no território nacional tiveram início nos anos 80, em decorrência da grave crise de desemprego e pauperismo que assolava o país nessa época. Eram ações realizadas por movimentos da sociedade civil organizada, em grupos e ou associações dispersas por todo o país, mas ainda sem nenhum tipo de organização nacional estruturado.

Nesse período eles eram denominados como “economia popular”. O processo de transição ocorre na medida em que alguns sujeitos institucionais, tais como a CARITAS⁹¹, Fase (Federação de Órgãos para a Assistência Social) e outros, começaram a apoiar e financiar essas ações e projetos da década de noventa em diante.

Em entrevista⁹² realizada com Paul Singer em maio de 2016 na sede da Senaes, quando perguntado sobre a origem da economia solidária no Brasil o mesmo respondeu:

Em 1981 o Brasil passou por uma grande crise econômica, com enorme desemprego. Muito parecido com a que recentemente o Brasil passou e está passando ainda. Em 81, o Delfin Neto era o Ministro da Fazenda na época do regime militar, e o Brasil estava encalacrado junto com todos os países da América Latina. A razão disso, é bom mencionar que, tem a ver

⁹⁰ Singer (2013), Cunha (2012), Filho (2004).

⁹¹ Organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ligado à Igreja Católica.

⁹² Em maio de 2016 foram realizadas cinco entrevistas com membros do alto escalão da Senaes-MTE; entre eles, foi entrevistado Paul Singer.

com a Economia Solidária. Acontece que na América Latina, houve um endividamento externo muito grande, que houve duas crises econômicas nos anos 70. [...] Então, os países produtores de petróleo passaram a financiar os países menos ricos, como o Brasil, e vendiam petróleo a crédito. Eles usavam esse dinheiro para continuar exportando, e o Brasil acumulou nesta época, uma dívida externa, de um bilhão de dólares. E obviamente, o Brasil já não tinha mais, nem de longe, dinheiro para pagar um bilhão de dólares. Foi uma grande crise que aconteceu e que o Brasil foi uma das vítimas, mas hoje quase a América Latina inteira. Quando você tem uma situação, como a Grécia, o país não dispõe dos recursos necessários, para servir suas dívidas, o que ele é obrigado a fazer? É obrigado ao que a Dilma está fazendo no Brasil, estava. Corta, corta, corta, corta... O país não pode gastar. O resultado é exatamente igual ao que está acontecendo hoje no Brasil. Mantém a mesma crise. A crise de 1981, eu me lembro até hoje, deixou milhões de indústrias, fechando. Não tinha para quem vender mais, fechava. E aí, punha todos os trabalhadores na rua. **Nós tínhamos um desemprego no Brasil como nunca se tinha visto antes.** Não foi só no Brasil, no Chile, na maior parte dos países da América Latina. A crise de América Latina, com o Brasil à frente, o maior país. Muito endividado. **Isto tudo tem a ver com a tua pergunta, porque a Economia Solidária surgiu nesta crise.** (Grifo nosso)

As obras que tratam da origem da economia solidária, bem como as pessoas que foram entrevistadas para este estudo foram unânimes em estabelecer uma relação direta entre a crise econômica no Brasil nos anos oitenta e noventa, o quadro de desemprego, e outras expressões da questão social, como o pauperismo da população.

Segundo dados divulgados pelos principais órgãos responsáveis por pesquisas oficiais relacionadas ao mundo do trabalho, a taxa média de desemprego⁹³ ao longo dos anos 1980 (oitenta) e 2000 (dois mil) sofreu oscilações⁹⁴.

A piora dos indicadores do mercado de trabalho, nos anos 1990, resultou do interesse de estabelecer uma política de redução dos custos salariais para as empresas, por meio da construção de um ideário que preconizava a flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho como forma de se atingir um nível de emprego mais elevado. Naquele período, a crescente

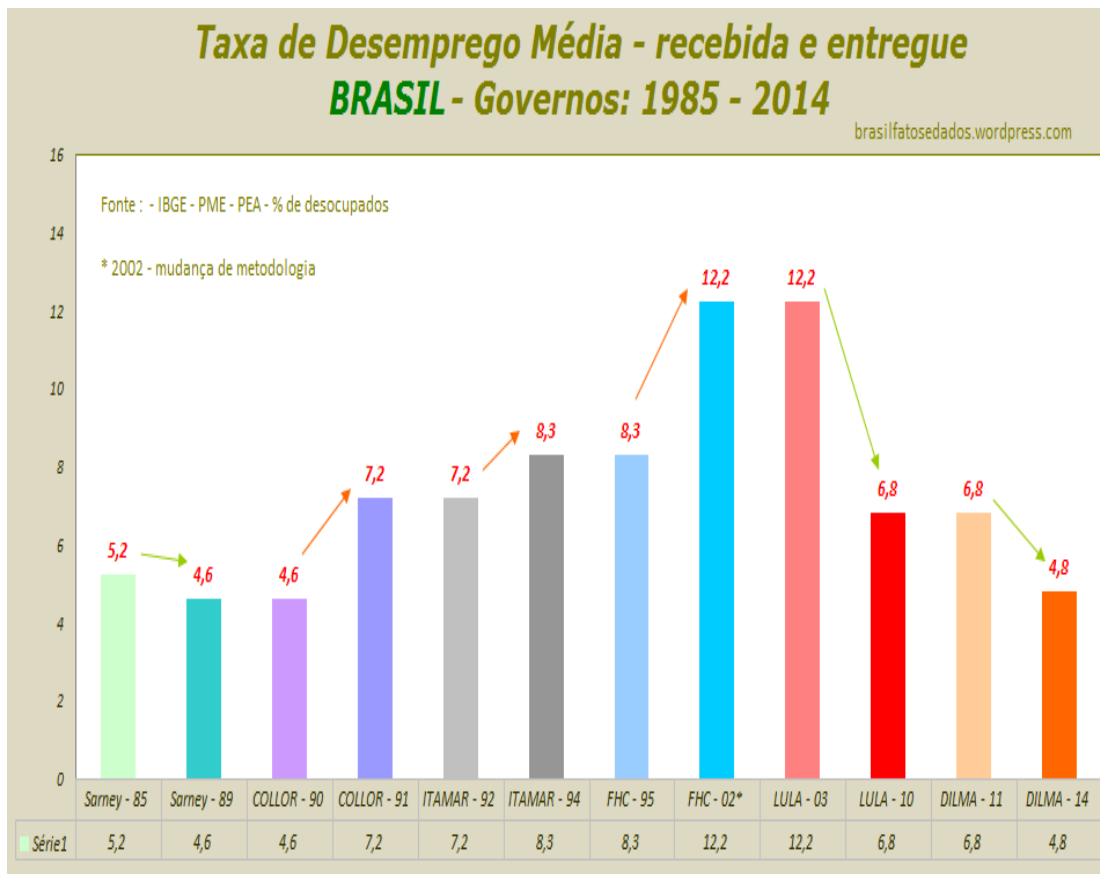
⁹³ Disponível em <https://brasifatosedados.wordpress.com/2010/09/09/desemprego-evolucao1986-2010-2/>. Acessado em 24 de fevereiro de 2017.

⁹⁴ Cabe reiterar a informação que em 2000 houve alteração na metodologia utilizada para aferir o desemprego no Brasil. Até dezembro de 2002, o IBGE trabalhou com as duas séries. A partir de janeiro de 2003 passou a empregar só a nova, adotada segundo as orientações da OIT (Organização Internacional do Trabalho). O aumento do período de referência de uma semana para 30 dias -para que uma pessoa que esteja procurando emprego seja considerada desocupada- contribuiria para uma alta de 10% na taxa de desemprego, segundo o IBGE. Já a redução da idade mínima de 15 anos para 10 anos teria um impacto 80% maior do que na taxa medida semanalmente. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2301200325.htm>. Acessado em 24 de fevereiro de 2017.

vulnerabilidade dos postos de trabalho criados tem relação direta com o baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), com taxa média de 1,3% na década. No ano 2000, a renda *per capita* havia crescido menos de 10% na comparação com 1990. O lento crescimento da economia significou queda da renda do trabalho, estagnação do mercado consumidor e taxas crescentes de desemprego durante a maior parte da década de 1990. (DIEESE, 2012, p.10).

A figura a seguir demonstra uma síntese da evolução do desemprego no Brasil nos últimos anos:

Figura 1: Taxa de desemprego média - 1985-2014



Fonte: Brasifatosedados.

Para enfrentar essa problemática, surgiram vários movimentos da sociedade (na maioria ligados à igreja católica) com o objetivo de realizar ações e projetos de combate ao desemprego. Entre eles, surgiu a proposta de estimular ações de economia solidária (ou economia popular), que já existiam no Brasil de forma mais dispersa e pontual.

No entanto, concordamos com as análises de Pochmann (2001). O autor, ao analisar o mercado de trabalho no Brasil, afirma que existem quatro questões não resolvidas: incompatibilidade entre a insuficiência da remuneração obtida no trabalho e a diversidade oferecida pelo padrão de consumo; cultura excessiva de longas jornadas de trabalho; discriminação (negros e mulheres) no e do mercado de trabalho; e, por fim, intranquilidade e insegurança no exercício do trabalho assalariado no Brasil, que acaba levando os(as) trabalhadores(as) a se aventurarem no empreendedorismo e ou em novas estratégias de sobrevivência. Acerca dessa relação entre a crise de desemprego no Brasil e o surgimento da economia solidária, Neves (2012), ao analisar o tema, acrescenta:

O debate sobre a Economia solidária surge amplamente mobilizado por diversos segmentos da sociedade civil, e recentemente pelo Estado, com uma variedade de objetivos e interesses. Esse setor vem se desenvolvendo no Brasil desde os últimos anos do século passado enquanto um tipo de resposta de parte da sociedade civil às mudanças nas relações de trabalho, ao desemprego e à ampliação da pobreza (NEVES, 2012, p. 135).

E em 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, no Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes-MTE), resultante da reivindicação de vários movimentos sociais⁹⁵ e militantes que atuavam nessa área, a economia solidária finalmente adquire status de política pública, com a definição de recursos públicos e a aquisição de uma estrutura própria no âmbito do governo federal (primeiro mandato de Lula).

Acerca da pressão dos movimentos sociais pela criação da Senaes, Barbosa (2007) revela que essa mobilização já existia até mesmo antes da posse do governo Lula, e a reivindicação estava contemplada no Programa de Governo da Coligação Lula Presidente.

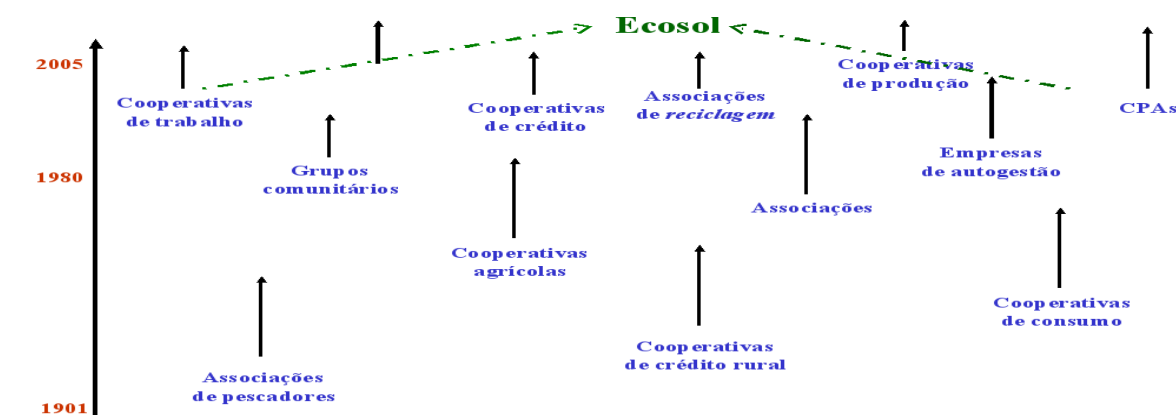
A especificação do programa no tema “Cooperar e Desenvolver” ratifica essa intenção, enfatizando a possibilidade de mobilizar as cooperativas em torno do maior dinamismo econômico e eficiência produtiva. [...] Para isso o governo eleito se propõe a investir nos diversos ramos do cooperativismo, notadamente nas cooperativas de crédito, visando alargar o microcrédito e dinamizar o consumo e o investimento produtivo; em cooperativas habitacionais, para ampliar os programas de habitação popular; em

⁹⁵ Sobre os movimentos sociais que mais participaram desse processo vale destacar: Fase, MST, Caritas (CNBB), Unisol, ADS – CUT, Anteg, Rede ITCP e Rede Unitrabalho, entre outras.

cooperativas de produção como as constituídas a partir de empresas falidas, as cooperativas populares e de assentamentos rurais; em cooperativas de trabalho, visando dar estatuto social, regulando o crescimento desse segmento no processo de terceirização. Entretanto, a maior visibilidade dessa perspectiva na programática para o governo só tem realce quando se institui a secretaria e sua equipe. (BARBOSA, 2007, p. 199).

A figura abaixo ilustra o processo histórico de constituição das ações de economia solidária e o seu embrionário processo de institucionalização.

Figura 2: Processo histórico de constituição e institucionalização das ações de economia solidária



Fonte: Gaiger e Araujo (2006).

Essa figura revela o processo histórico da economia solidária que vai desde a sua gênese com as associações de pescadores em 1901, cujas ideias de associativismo e cooperativismo foram fundamentais para essas ações até 2005 com a criação de outros movimentos e grupos de cooperativas que fomentaram a economia solidária como a conhecemos na atualidade.

O debate⁹⁶ acerca do conceito de economia solidária não é consensual, mesmo entre os sujeitos políticos que militam na área da economia solidária. A conceituação de economia solidária adotada pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), um órgão formado por diversas entidades públicas da sociedade civil e movimentos sociais, vincula a projetos emancipatórios:

Por economia solidária se compreende um projeto emancipatório que não se restringe a mitigar os problemas sociais gerados pela globalização

⁹⁶ Sobre esse debate vale consultar as obras de Manetti (2008) e Faria (2005).

neoliberal, mas trata-se de um projeto de desenvolvimento integral que visa **a sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental e a democracia participativa**. Ela se fundamenta na cultura da **cooperação da solidariedade e da partilha, rejeitando as práticas da competição, da exploração e da lucratividade capitalista**. (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, s/d, - grifo nosso).

Nessa mesma linha de interpretação, Singer (2002) afirma que a economia solidária extrapola a proposta de geração de trabalho e renda, pois predominam valores de gratuidade, da cooperação e da autogestão sobre a lógica do individualismo. Ainda segundo Singer, ocorre uma articulação dessas iniciativas econômicas populares com outros atores sociais, contribui-se para a construção de um projeto de desenvolvimento alternativo para a sociedade.

Outros autores, e também militantes da economia solidária, tais como França Filho e Laville (2004), defendem que, além de ser um projeto político, que se estrutura além do capital, a economia solidária pode ser estruturada via redes solidárias:

[...] ela se estrutura a partir de empreendimentos que operam em qualquer dimensão de alguma forma associativista, como cooperativa ou associação, fórum, grupo, rede, etc. a partir de empreendimentos solidários articulados em redes, surgem mercados solidários, como clubes de troca, atacado solidário, moeda social e outras intervenções econômicas. (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004)

Esse debate sobre economia solidária tem em comum, na base de conceituação do termo, três características principais, ou seja, em linhas gerais seus estudiosos defendem que são ações e práticas solidárias, organizadas de modo autogestionário e com base coletiva.

No entanto, ainda no campo dos teóricos e militantes defensores da economia, existem autores que defendem a economia solidária como uma alternativa para os setores populares, sendo uma saída apenas para sobreviver aos males provocados pela economia capitalista neoliberal. Entre esses autores destacam-se Coraggio (2000) e Razeto (1999). “São iniciativas nas quais se pretende ser diferente e alternativo com respeito ao sistema imperante, e chegar assim, ainda que seja em pequeníssima escala, a uma mudança social, **na esperança de uma sociedade melhor e mais justa**” (RAZETO, 1999, p.48).

A polêmica não se encerra. Para alguns, a economia solidária seria uma “outra economia”, outro modo de produção (PAUL SINGER, 2013); para outros, a economia solidária se constitui numa tentativa de articulação entre economia mercantil e não mercantil (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004). A concepção adotada pela Senaes – MTE e utilizada como referência em seus documentos oficiais, define dessa forma que economia

[...] solidária é o conjunto de atividades econômicas - de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito organizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva cooperada e autogestionária.[...] organizadas sob a forma de autogestão que realizam atividades de produção de bens e prestação de serviços, de crédito e finanças solidárias, de trocas, de comércio e consumo solidários que se orientam pelos valores e princípios fundamentais da cooperação, autogestão e solidariedade na ação econômica. (SENAES-MTE⁹⁷, 2015, p. 09).

Fazendo uso desse conceito de economia solidária e com o objetivo de identificar e caracterizar a economia solidária no Brasil, a Senaes - MTE realizou um mapeamento dos empreendimentos de economia solidária (EES) em todo o território nacional. O primeiro foi realizado em 2005-2007 e o segundo em 2009-2013, e para isso se estabeleceu algumas características⁹⁸ que esses empreendimentos deveriam contemplar para serem considerados como de economia solidária:

1. empreendimentos coletivos supra familiares e com ao menos dois sócios/as de atuação econômica permanente;
2. que adotam a forma de associação, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca, etc., cujos participantes realizam coletivamente a gestão das atividades e da alocação dos seus resultados;
3. com ou sem registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização;
4. que realizem atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e fundos rotativos

⁹⁷ Conceito utilizado no documento da Senaes – MTE, Relatório de gestão do Exercício 2015.

⁹⁸ Extraído do documento A economia solidária no Brasil - uma análise de dados nacionais, de autoria de Luiz Inácio Gaiger e Grupo Ecosol, 2014, p. 21.

populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário;

5. sendo organizações singulares ou complexas.

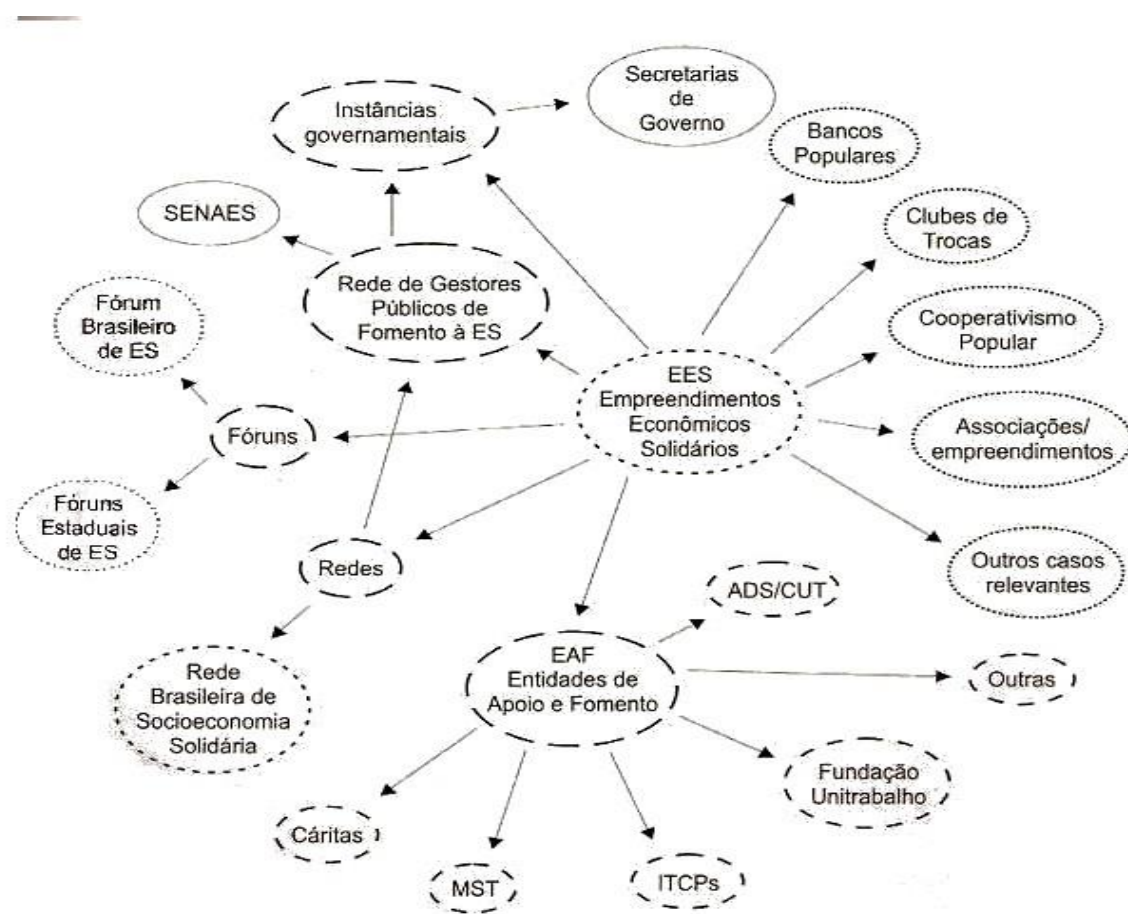
Para fins de visualização do atual quadro da economia solidária no Brasil e suas formas de organização, a seguir apresentamos duas figuras que ilustram essa realidade:

Figura 3: Formas de organização da economia solidária no Brasil



Fonte: www.fbesc.org.br (elaboração: D. Tygel e M. Rocha)

Figura 4: Relações entre as entidades ligadas à economia solidária



Fonte: França Filho (2006, p. 61).

Essas duas figuras ilustram a diversidade e heterogeneidade das entidades que atuam na economia solidária, que vão desde entidades religiosas até movimentos sociais e universidades. Entre essas entidades, o nosso estudo enfocou as Entidades de Apoio e Fomento⁹⁹ ligadas às universidades públicas federais.

Na primeira figura elas estão identificadas como entidades de apoio e fomento – incubadoras universitárias de economia solidária –, e nessa mesma linha de interpretação. Na segunda figura estão identificadas como Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) e Fundação Unitrabalho, ou seja, as

⁹⁹ O item 3.3, deste capítulo, apresenta essa análise.

duas redes de incubadoras universitárias de empreendimentos econômicos populares e solidários às quais essas incubadoras universitárias estão associadas.

O debate sobre a natureza da economia solidária e o significado desse conceito deve evidenciar a inviabilidade de aventar justiça social, fim da exploração e da lucratividade capitalista em uma sociedade cujo modo de produção é capitalista tardio e cuja base ideológica hegemônica neste início de século é o neoliberalismo. Elaboraões teóricas que utilizam esses conceitos acabam ignorando que esses elementos são mais constructos do que análises teóricas. Quando questionado, durante a entrevista¹⁰⁰, sobre o significado do termo economia solidária, Paul Singer respondeu:

Economia solidária é uma forma de organizar atividades econômicas, por isso economia solidária. Ela existe na indústria, na agricultura, no transporte na educação, em todas as atividades econômicas. **A economia solidária tem um papel de organizar a atividade econômica de uma forma radicalmente democrática.** Essa é a característica da economia solidária. [...] **Os seus limites dentro de um sistema capitalista de produção são inexistentes** e as suas possibilidades dependem das circunstâncias políticas, sociais, etc., de cada país, em cada momento. (Grifo nosso).

Em contraponto a esse tipo de análise à luz do referencial teórico crítico e coerente com as discussões suscitadas nos capítulos anteriores, acreditamos que os limites da economia solidária são mais evidentes do que as suas possibilidades de enfrentamento de um sistema de economia de mercado e de consumo no qual imperam a lógica capitalista de produção. Dialogando com esse tipo de interpretação, fazem coro as análises profícuas realizadas por Wellen acerca dos limites da economia solidária.

Longe de fomentar uma organização política crítica ao sistema capitalista de, ao centrar esforços na luta econômica, a “economia solidária” torna-se refém dos imperativos do mercado capitalista e tal situação é agravada pelos conselhos de seus parceiros empresariais. Por causa da ingenuidade ou do pragmatismo, a “economia solidária” consegue tapar os ouvidos sobre os rumores e evidências que demonstram a essência do mercado capitalista. (2012, p. 418)

¹⁰⁰ Entrevista concedida na sede da Senaes no dia 04 de maio de 2016.

Concordando com essa premissa, fica inviável delegar à economia solidária um papel hercúleo dentro de um sistema capitalista de produção dependente como o nosso, e é essa linha de interpretação que será adotada como fio condutor desta pesquisa sobre economia solidária no contexto nacional e, de forma específica, fundamentará o debate sobre a relação entre economia solidária e o ensino superior nas universidades federais brasileiras.

3.2 A Senaes e o processo de institucionalização da economia solidária

Vários estudos¹⁰¹ já foram realizados sobre a criação da Senaes e a institucionalização da economia solidária no Brasil a partir do primeiro mandato do governo Lula, em 2003. Não pretendemos aqui refazer esse percurso, mas dialogar com alguns autores que realizaram essa pesquisa e deles extrair os principais elementos que são imprescindíveis para a compreensão do nosso objeto de estudo.

A criação da Senaes – MTE em 2003 foi fruto da reivindicação de vários movimentos sociais e entidades¹⁰² ligadas a ações e projetos de economia solidária. Esses sujeitos políticos criaram o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária durante a realização do I Fórum Social Mundial (ocorrido em 2001, em Porto Alegre), e esse GT realizou vários encontros e reuniões nas edições seguintes do Fórum Social Mundial.

O GT Brasileiro formulou uma Carta ao Governo Lula e organizou a Plenária Brasileira de Economia Solidária, em 09 e 10 de dezembro de 2002, em São Paulo. Em 2002¹⁰³ foi criada uma Rede Nacional de Gestores Públicos de Economia Solidária, em que todos esses sujeitos políticos tinham em comum um objetivo: a criação de uma secretaria que tratasse, no âmbito do governo federal, da economia

¹⁰¹ Cunha (2012); Pinheiro (2013); Sakita (2015); Marcosin (2008); Nascimento (2013), Ronconi (2008), entre outros, são exemplos de estudos que foram encontrados após o levantamento na BDTD. Lá, encontrei várias teses e dissertações acerca da economia solidária nos diversos cursos na área de ciências humanas aplicadas. Esses estudos serão referenciados aqui neste item da tese.

¹⁰² Sobre o papel desses movimentos sociais e das instituições e sindicatos, consultar o estudo de Farias (2005).

¹⁰³ Extraído da publicação da Senaes – MTE: Avanços e desafios para as políticas públicas de Economia Solidária no Governo Federal – 2003- 2010.

solidária. Com isso, eles pretendiam transformar o que antes era considerado um movimento social em política pública federal.

Essa reivindicação se materializou com a publicação da Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003 e do Decreto nº. 4.764, de 24 de junho de 2003, que instituiu a Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes¹⁰⁴. Em 2006, por meio do Decreto nº 5.811, de 21 de junho, foi criado o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), no entanto, o seu funcionamento só ocorreu em novembro de 2006.

O Conselho tem caráter consultivo e é composto por 56 entidades, divididas entre três setores: governo, empreendimentos de economia solidária e entidades não governamentais de fomento e assessoria à economia solidária. Ainda sobre esse recente processo de institucionalização da economia solidária no âmbito do governo federal, Ronconi (2008, p. 16) informa:

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES - é um espaço de articulação nacional e começou a ser formado durante o I Fórum Social Mundial e, através da criação do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária, as atividades do eixo economia solidária no II e III Fórum Social Mundial, reuniram várias iniciativas de entidades nacionais e de organizações e redes internacionais ligadas ao tema. A partir das articulações de vários segmentos, de encontros, plenárias e Fóruns Estaduais, criou-se, em junho de 2003, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, que desempenha o papel de parceiro e interlocutor com a SENAES no sentido de apresentar demandas, sugerir políticas e acompanhar a execução das políticas públicas de economia solidária.

Entre as ações executadas pela Senaes nesse período, destaca-se o Programa¹⁰⁵ Economia Solidária em Desenvolvimento, contemplado no Plano Plurianual do Governo Federal em 2004-2007. Esse Programa foi a principal estratégia da Senaes para fomentar a economia solidária em todo o território nacional.

¹⁰⁴ No mesmo dia em que foi criada a Senaes realizava-se em Brasília a Terceira Plenária de Economia Solidária, na qual se fundou o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Fonte: Publicação da Senaes – MTE: Avanços e desafios para as políticas públicas de Economia Solidária no Governo Federal – 2003- 2010.

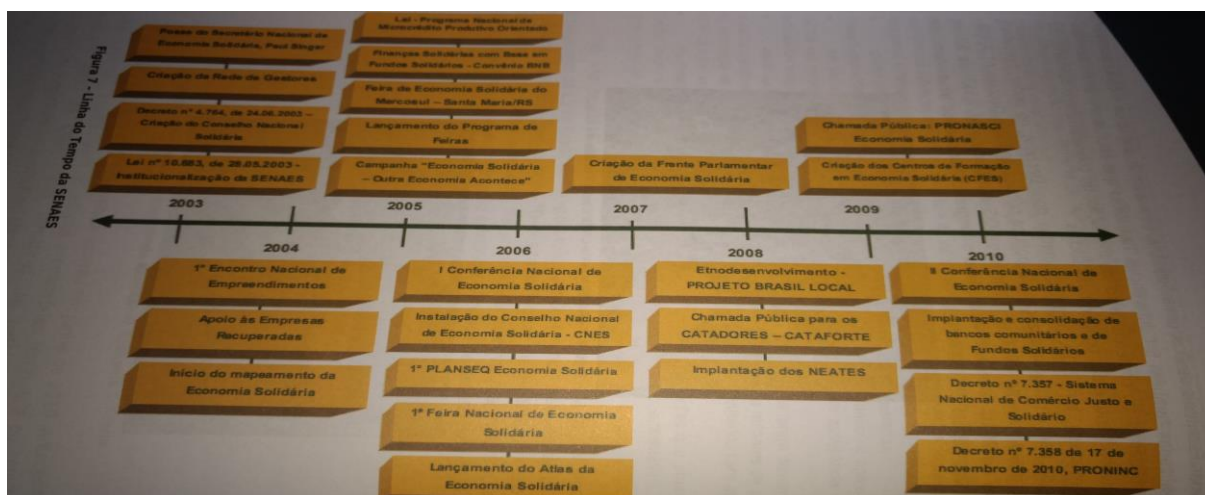
¹⁰⁵ Acerca das ações desenvolvidas pela Senaes entre 2004 – 2007, vale consultar a publicação da Senaes-MTE: Avanços e desafios para as políticas públicas de Economia Solidária no Governo Federal – 2003-2010.

Com esse Programa, foi dada ênfase na capacitação de formadores/as, lideranças, agentes e gestores públicos; a construção de uma estratégia de desenvolvimento local tendo a economia solidária como eixo, a partir da atuação de uma rede de agentes de desenvolvimento solidário espalhados pelo Brasil; e a realização de um amplo mapeamento da economia solidária com o objetivo de identificar todos os Empreendimentos de Economia Solidária (EES), as entidades de apoio, assessoria e fomento. Neves (2013, p.138), ao analisar o processo de institucionalização da economia solidária no Brasil, afirma:

Em 2004, as ações de Economia Solidária, sob a responsabilidade da Senaes-MTE, passaram a contar com um orçamento próprio, a partir da inclusão do programa no Plano Plurianual (PPA) do governo federal. O programa incorpora as demandas da sociedade civil e iniciativas do governo para a Economia Solidária e são definidas ações e prioridades articuladas à plataforma do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e às resoluções da I Conferência Nacional de Economia Solidária – Conaes (2006) e do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES).

Em síntese, esse diálogo aberto entre a Senaes e a sociedade civil materializa uma frase de Singer (2002), segundo o qual a “SENAES é o movimento social dentro do Estado”. Abaixo, mostramos a linha do tempo da Senaes e o seu processo de institucionalização:

Figura 5: Linha do Tempo da Senaes



Fonte: BRASIL, 2012, pág.22.

O PPA de 2008-2011¹⁰⁶ trouxe como principais ações que deveriam ser executadas de forma direta pela Senaes:

- **Cadastro de Empreendimentos e Entidades de Apoio para Manutenção e Ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária - Sies**
- Desenvolvimento e Disseminação de Conhecimentos e Tecnologias Sociais Apropriadas à Economia Solidária
- Elaboração do Marco Jurídico da Economia Solidária
- Estímulo à Institucionalização de Políticas Públicas de Economia Solidária (PPES)
- **Fomento a Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários¹⁰⁷**
- Fomento às Finanças Solidárias com Base em Bancos Comunitários e Fundos Solidários
- Fomento e Assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária
- Formação de Formadores(as), Educadores(as) e Gestores Públicos para Atuação em Economia Solidária
- Gestão e Administração do Programa
- Implantação de Centros Públicos de Economia Solidária
- Organização Nacional da Comercialização dos Produtos e Serviços de EES
- Publicidade de Utilidade Pública
- Promoção do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária por meio da Atuação de Agentes de Desenvolvimento Solidário
- Recuperação de Empresas por Trabalhadores Organizados em Autogestão

Uma ação importante presente nesse PPA que havia sido originalmente criada no PPA anterior foi o **Cadastro de Empreendimentos e Entidades de Apoio para Manutenção e Ampliação do Sistema de Informações em Economia**

¹⁰⁶ Fonte: Senaes – MTE: Avanços e desafios para as políticas públicas de Economia Solidária no Governo Federal – 2003-2010.

¹⁰⁷ Essa ação será analisada no item 3.3, que trata da relação entre economia solidária e universidades públicas federais.

Solidária – Sies¹⁰⁸, que foi um sistema criado a partir do primeiro mapeamento de empreendimentos de economia solidária, realizado em 2005-2007, cujo objetivo estabelecido em sua portaria de criação foi o de identificar e registrar informações de empreendimentos econômicos solidários e de entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária no Brasil.

Os resultados do primeiro mapeamento realizado por esse sistema deu condições de identificar mais de 21.859¹⁰⁹ empreendimentos econômicos solidários e, com isso, revelar a heterogeneidade desse universo. Sobre as características e limites desse mapeamento, Cunha (2012) afirma que

[...] o mapeamento só chegou à metade dos municípios brasileiros (e com limites), ou seja, não constituiu um censo; os critérios para definir se determinada organização seria considerada (ou não) economia solidária valeram grande debate conceitual, chegando a um acordo sobre critérios mínimos de definição; e as equipes de pesquisa envolveram atores engajados no próprio movimento da economia solidária, ao invés de técnicos especializados em pesquisa, sendo que o desempenho das equipes estaduais foi bastante heterogêneo. Portanto, ao se olhar para os dados do SIES, é preciso – como em qualquer outra fonte de dados estatísticos – conhecer seus instrumentos metodológicos e processos de coleta, bem como os critérios acordados para definir as categorias utilizadas. Todas estas questões continuam a ser alvo de debate teórico e político, e além disso, o SIES não é a única fonte utilizada para conhecer a economia solidária, sendo complementado por outras pesquisas empíricas. (CUNHA, 2012, p.45).

Os dados atuais do Sies alimentam o Atlas da Economia Solidária (2013) e estão disponíveis no site da Senaes. Para fins de ilustração, vamos indicar algumas informações na tabela a seguir, cujos dados estão elencados por macrorregião do país, identificando as principais atividades econômicas desenvolvidas pelos empreendimentos de economia solidária:

¹⁰⁸ Portaria n.30 de 20 de março de 2006.

¹⁰⁹ Informação extraída da página 90 do relatório da Senaes – MTE: Avanços e desafios para as políticas públicas de Economia Solidária no Governo Federal – 2003- 2010.

Tabela 3: Principais atividades das economias solidárias no Brasil, por macrorregião

Macrorregião	Troca Local produtos ou serviços	Produção ou produção e comercialização	Comercialização ou organização da comercialização	Prestação do serviço ou trabalho a terceiros	Poupança, crédito ou finanças solidárias	Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios	Nº EES
Total	430	11.081	2.628	1.296	328	3.945	19.708
Centro-Oeste	81	1.239	279	106	8	308	2.021
Nordeste	174	3.987	497	445	177	2.760	8.040
Norte	97	2.435	168	240	20	167	3.127
Sudeste	31	1.642	869	265	25	396	3.228
Sul	47	1.778	815	240	98	314	3.292

Fonte: <<http://www.sinir.gov.br/web/guest/atlas-sies>>. Acesso em 25 de julho de 2016.

Esses dados revelam que o universo da economia solidária congrega desde clubes de troca e de serviços locais até a poupança, crédito e finanças solidárias, no entanto revelam também que o maior número de empreendimentos de economia solidária desenvolve ações principalmente vinculadas à produção e comercialização de bens e serviços e, em segundo lugar, que suas atividades estão voltadas para o consumo e uso coletivo de bens e serviços pelos sócios.

Em linhas gerais, esses números demonstram que as principais ações desenvolvidas por esses empreendimentos de economia solidária são estratégias de produção, comercialização e uso coletivo de bens e serviços. Em síntese, são estratégias de renda e de sobrevivência, ou seja, relacionadas ao mundo do trabalho.

Mais uma vez, isso revela que as ações e projetos de economia solidária são estratégias utilizadas pela superpopulação relativa para minimizar os efeitos drásticos de um modo de produção capitalista tardio e neoliberal em vigor no Brasil nos últimos anos.

À medida que se implementam inovações técnicas poupadoras de mão-de-obra, tais ou quais contingentes de operários são lançados no desemprego, em que se mantêm por certo tempo, até quando a própria acumulação do capital requeira maior quantidade de força de trabalho e dê origem a novos

empregos. Assim, a própria dinâmica do capitalismo atua no sentido de criar uma *superpopulação relativa flutuante* ou *exército industrial de reserva*. (MARX, 1988, p.41).

O PPA 2012 - 2015 dá continuidade a ações de economia solidária no âmbito do governo federal. Na página 80 da versão de bolso do PPA a economia solidária aparece como um programa temático especial, com recursos alocados no código 2029 - Desenvolvimento Regional. Territorial Sustentável e Economia Solidária – R\$ 43,3 bilhões. Cujos principais objetivos foram:

979 - Fortalecer as políticas voltadas para a inclusão produtiva e a consolidação de redes socioeconômicas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais, considerando as práticas da economia solidária, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza. (MDA);

0983 - Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário. (MTE). (PPA 2012-2015, versão de bolso, p.80- grifo nosso).

No PPA em vigor (2016-2019), a relação entre economia solidária e trabalho também aparece, dessa vez no item destinado a promoção do trabalho docente e economia solidária, descrito assim no PPA:

O objetivo atuará, principalmente, no fomento aos empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação; no fortalecimento do acesso aos canais e mecanismos de finanças solidárias; e na estruturação dos processos de comercialização e consumo dos produtos e serviços da economia solidária. O fomento aos empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação deve ocorrer por ações de incubação e de assessoria técnica sistemática no interior das unidades de produção de bens e serviços, incluindo o suporte para a formalização, o desenvolvimento de modelos e planos estratégicos de gestão e a elaboração de planos de negócios e de viabilidade das iniciativas econômicas. O acesso ao financiamento para a produção e serviços (capital de giro) se dá por meio das instituições financeiras públicas, cooperativas de crédito, bancos do povo e outras organizações de microcrédito solidário de base territorial. Para enfrentar o gargalo da comercialização dos produtos e serviços da economia solidária, devem ser implantadas estratégias voltadas à oferta de serviço de apoio, espaços fixos de comercialização solidária dotados de infraestrutura e de ampliação das possibilidades de fornecimento de produtos e serviços nas compras governamentais. (Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária, p. 97).

Ainda para situar o processo de institucionalização da economia solidária, cabe citar o Primeiro Plano Nacional de Economia Solidária 2015-2019, aprovado na Terceira¹¹⁰ Conferência Nacional de Economia Solidária, ocorrida em novembro de 2014. O tema dessa conferência foi estruturado em três eixos principais, a saber:

EIXO I – Contextualização do Plano: análise das forças e fraquezas (internas) e das oportunidades e ameaças (externas) para o desenvolvimento da economia solidária no atual contexto socioeconômico, político, cultural e ambiental, nacional e internacional.

EIXO II – Objetivos e Estratégias do Plano: definições estratégicas, considerando a análise do contexto e as demandas dos empreendimentos econômicos solidários, à luz dos princípios, práticas e valores da economia solidária.

EIXO III – Linhas de Ação e Diretrizes Operacionais do Plano: elaboração de diretrizes operacionais a partir de eixos estratégicos de ação que ofereçam subsídios para a formulação de metas e atividades.

Essa Terceira Conferência tinha como objetivo principal superar a ideia de que a economia solidária é uma estratégia de governo, e fomentar entre todas as unidades da federação a máxima de que a economia solidária é uma política pública de Estado, como está descrito no próprio Plano Nacional (p.05):

O presente documento sistematizado do Plano Nacional de Economia Solidária para o período de 2015 a 2019, colocando-se como instrumento de incidência e organização da política pública nacional de economia solidária e de sua interface com as políticas dos governos subnacionais. Desta forma, compreende-se que a consolidação do Plano Nacional estabelece contribuição fundamental para a criação de um ambiente institucional que fortaleça a economia solidária na sua trajetória de superação do patamar de política de governo constituindo-a efetivamente como política de estado.

Ao analisar esse documento, percebemos que foi adotado o método FOFA¹¹¹, que identificou as oportunidades, fraquezas, forças e ameaças para a

¹¹⁰ A Primeira Conferência de Economia Solidária (Conaes) ocorreu em 2006, e a Segunda em 2010.

¹¹¹ A matriz F.O.F.A. é um instrumento de análise de negócio simples e valioso, segundo seus utilizadores. Sua finalidade é detectar pontos fortes e fracos com o objetivo de torná-la mais eficiente e competitiva, corrigindo assim suas deficiências. O termo SWOT é um acrônimo das palavras *Strengths*, *Weaknesses*, *Opportunities* e *Threats*, que significam respectivamente: Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças. A Análise SWOT, também é conhecida e amplamente aplicada no Brasil, pelo nome Análise FOFA ou FFOA. Disponível em <<http://www.venki.com.br/blog/exemplo-analise-swot/>>. Acesso em 26 de julho de 2016.

economia solidária no Brasil nos próximos anos, no entanto, o documento revela uma contradição. Identificou como oportunidade na página 07: a “manutenção das políticas públicas de economia solidária no Governo Federal com a reeleição da Presidenta Dilma e os compromissos assumidos na abertura da 3ª CONAES”, e de forma contraditória, na página 08, identificou como ameaça: um

[...] contexto político marcado ainda pelas políticas neoliberais, com seus aparatos ideológicos conduzidos por forças conservadoras da sociedade que têm poder de repressão, criminalização, cooptação e degeneração das estratégias e alternativas sociais emancipatórias, a exemplo da economia solidária, com as seguintes ameaças: Não priorização da economia solidária na agenda central do governo, enquanto instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável e solidário.

Não é nosso objetivo a análise detalhada desse documento, no entanto, esse registro fez-se necessário por ser ele o documento que vai balizar as ações de economia solidária nos próximos anos (2015-2019) em todo o território nacional.

Com as mudanças no cenário político no Brasil em 2016, as propostas desse Plano Nacional e do PPA (2016-2019) estão sob ameaça de não materialização. Um dos principais acontecimentos foi a exoneração¹¹² de Paul Singer, em 08 de junho de 2016, e de todo o primeiro escalão da Senaes. Em seu lugar, assumiu Natalino Oldakoski¹¹³, servidor da Polícia Civil do Paraná. As informações disponíveis sobre ele revelam que o mesmo não tem nenhuma inserção no tema da Economia Solidária e não possui legitimidade entre os movimentos sociais envolvidos com a temática.

O percurso tortuoso que gerou esse desfecho não é tema do nosso estudo, no entanto, não podemos nos eximir de tecer críticas aos caminhos escolhidos pelos governos Lula e Dilma nos últimos anos e aos resultados obtidos com as alianças feitas por esses para chegarem ao Palácio do Planalto. Desse modo, cabe uma reflexão à luz das contribuições de Frigotto¹¹⁴ (2015):

¹¹² Após treze anos à frente da Senaes, ou seja, desde 2003.

¹¹³ Escrivão de Polícia que se aposentou em novembro de 2014 como funcionário lotado na Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná, conforme consta no *Diário Oficial* daquele Estado, em 2 de dezembro. Fonte: <http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/06/apos-13-anos-paul-singer-deixa-secretaria-de-economia-solidaria-4743.html>. Acesso em 25 de julho de 2016.

Um governo que, como assinala Francisco de Oliveira, tinha uma base social que lhe permitiria “uma espécie de quarta refundação da história nacional, isto é, um marco de não retorno a partir do qual impõem-se novos desdobramentos” (OLIVEIRA, 2003, p. 3). Os desdobramentos a que se refere implicariam confrontar os interesses da classe burguesa brasileira e seu histórico projeto de sociedade. Já a partir de 2004, e ao longo dos oito anos desse governo, Oliveira reitera análises críticas cuja síntese é de que o que resultou é uma hegemonia às avessas (OLIVEIRA; BRAGA; RIZEK, 2010). Vale dizer, em vez de potencializar e politizar as forças que o elegeram para construir o marco de não retorno, costurou alianças e políticas de conciliação de classes. Além da despolitização das massas, gerou-se um duplo enfraquecimento da esquerda. Por um lado, um processo de transformismo de quadros que eram da esquerda e, por outro, a fragmentação – com novos partidos e centrais sindicais. Quer pelo avanço avassalador das forças do capital, que impõe uma profunda regressão nos direitos sociais, quer pela hegemonia às avessas, ficou extremamente difícil a disputa política na defesa das mudanças que, dentro da ordem capitalista, buscam sua superação. O caminho da hegemonia às avessas, que se aprofunda no governo de Dilma Rousseff, potencia esta dificuldade e pode estar reforçando uma tendência do refúgio em debates apenas teóricos e de viés academicista. (2015, p. 18).

Ao invés de terem entrado para a história como governantes comprometidos com as lutas da classe trabalhadora e na defesa das bandeiras dos vários movimentos sociais, eles optaram por fazer alianças esdrúxulas para uma hipotética “aliança entre classes”.

As ações de economia solidária e o seu processo de institucionalização no âmbito do governo federal no MTE-Senaes foi mais uma entre as várias estratégias de legitimação adotadas pelos governos petistas, no entanto, a história revelou que essas ações e outras medidas adotadas na área social não foram suficientes para blindar os referidos governos de um golpe de Estado.

Entre outros desmontes provocados por esse golpe em maio de 2016, a Senaes foi uma das primeiras secretarias que tiveram o seu primeiro escalão totalmente exonerado e em seu lugar assumiram pessoas sem trajetória alguma na economia solidária.

Apesar da sua manutenção no organograma do Ministério do Trabalho, Emprego e Previdência Social, todo o seu quadro de diretores foi exonerado. Entre outras coisas, isso pode revelar que mesmo com os avanços que ocorreram ao longo da história de treze (13) anos da Senaes, a economia solidária não conseguiu forças para sua manutenção como uma política pública de Estado. E para compreender essa relação cabe parafrasear uma profícua definição de Estado.

O Estado é então a expressão da dominação de uma classe, é a necessidade de regulamentar juridicamente a luta de classes, de manter determinados equilíbrios entre as classes em conformidade com a correlação de forças existentes, a fim de que a luta de classes não se torne dilacerante. O Estado é a expressão da dominação de uma classe, mas também um **momento de equilíbrio jurídico e político, um momento de mediação**. [...] O Estado não é somente um poder brutal, mas também a busca de equilíbrio jurídico, embora contraditório, provisório, transitório (**quando um Estado cai é preciso construir outro**). (GRUPPI, 1980, p. 31, grifos nossos).

Em entrevistas realizadas com diretores da Senaes em março de 2016 para esta pesquisa, eles já demonstravam preocupações acerca da fragilidade institucional da economia solidária, a escassez de recursos, e falta de um marco legal que viabilizasse a operacionalização das ações de economia solidária pelos empreendimentos:

E finalmente, para te dizer assim, a gente sofre com a ausência de recursos financeiros, mas ao mesmo tempo é hora de repensar o que fazer sem o recurso, que é aperfeiçoar a legislação do interesse da economia solidária. Então eu diria que se alguns instrumentos legais importantes para a operacionalização das ações de economia solidária seria bem mais fácil resolver essa escassez do recurso. (Diretor da Senaes - MTE).

Como exemplo desses instrumentos legais para materialização das ações de economia solidária, esse mesmo entrevistado cita o seguinte:

A Lei 8.666 que estabelece a dispensa da licitação na contratação naqueles empreendimentos para coletiva seletiva, você tem a lei da política de resíduos sólidos, que estabelece prioridade na contratação, certo? E você tem o descumprimento por parte dos governos. [...] Depois a gente tem que criar instrumentos de ampliação das compras institucionais, das compras governamentais, dos produtos da economia solidária para além dos produtos de agricultura familiar, além dos produtos de alimentos.

O entrevistado fez referência a dois instrumentos legais que foram criados para impulsionar a agricultura familiar: Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (Lei 10.696, de 02 de julho de 2003) e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305, de 02 de agosto 2010), ambas estratégias importantes para a comercialização de produtos oriundos da economia solidária.

No entanto, o mesmo não ocorreu com o Projeto de Lei 4685/2012, que dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos

econômicos solidários e cria o Sistema Nacional de Economia Solidária.

O PL 4685/2012 foi aprovado por unanimidade na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) em 26 de agosto de 2015, no entanto, até a data de hoje¹¹⁵ segundo informações pesquisadas no site da câmara.gov.br, o mesmo aguarda parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC). E o cenário atual analisado anteriormente revela que esse tema não é prioridade para o governo em exercício.

3.3 A relação entre economia solidária e ensino superior nas universidades federais brasileiras

À luz das reflexões até aqui suscitadas, os nossos estudos revelam que a economia solidária não é uma ameaça ao capital; ela não propõe a superação do seu injusto sistema de produção, mas, ao contrário, limita-se a minimizar os males provocados por esse modelo de desenvolvimento, como afirma Wellen:

A “economia solidária” realiza, no melhor dos casos, uma crítica romântica ao sistema capitalista. Mas ainda que se evidenciem os valores nobres de seus representantes, essa prática não contribui para um processo de transformação social. Em verdade, posturas tais como essas funcionam no inverso do apregoado: no lugar de colaborar com a organização, unificação e conscientização dos trabalhadores, a “economia solidária” mistifica a realidade e as possibilidades concretas para a luta de classes, escurecendo assim o horizonte revolucionário. (2012, p. 416)

Essa linha crítica de interpretação da economia solidária nos despertou¹¹⁶ interesse acerca da aproximação das universidades públicas federais com as ações e projetos de economia solidária e criação no seu espaço institucional de incubadoras universitárias de empreendimentos populares.

Partindo do pressuposto de que as universidades são (ou deveriam ser) lócus privilegiado de interpretação crítica da realidade social, nos questionávamos

¹¹⁵ <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=559138>>. Acessado em 20 de abril de 2017.

¹¹⁶ No item da apresentação do estudo indicamos a nossa trajetória profissional e intelectual que nos aproximou do tema.

como poderia ter sido essa instituição atraída pelo que denominam alguns autores de mito do Barba-Azul. (WELLEN, 2012).

Para compreender como as instituições federais de ensino superior se aproximaram da economia solidária, buscamos elementos históricos que revelam essa relação. Para tanto, fizemos um diálogo com os autores que discutem esse tema como também lançamos mão dos relatos obtidos durante as entrevistas¹¹⁷ com representantes da Senaes e docentes das incubadoras universitárias.

Cabe sinalizar que existem diferentes tipos de incubadoras e, para fins desse estudo, analisamos apenas as incubadoras que funcionam no âmbito das universidades públicas federais e que são classificadas como incubadoras universitárias de empreendimentos econômicos populares solidários.

No entanto, cabe sinalizar a existência de outros tipos de incubadoras cujas ações estão relacionadas às empresas, tais como as incubadoras associadas à Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec). No site da Anprotec¹¹⁸ existem algumas informações acerca das incubadoras de empresas que são associadas a essa entidade, assim classificadas:

Tabela 4: Tipos de ações e Projetos desenvolvidos nas Incubadoras

(Continua)		
TIPO	DESCRIÇÃO	%
Tecnológica	Organização que abriga empresas cujos produtos, processos ou serviços resultam de pesquisa científica, para os quais a tecnologia apresenta alto valor agregado. Abriga iniciativas nas áreas de informática, biotecnologia, química fina, mecânica de precisão e novos materiais. Distingue-se da incubadora de empresas de setores tradicionais por abrigar exclusivamente iniciativas oriundas de pesquisa científica.	40 %

¹¹⁷ As entrevistas foram realizadas no período de março a outubro de 2016, durante a realização dos Encontros Regionais de avaliação do Proninc, no V Enies (Encontro Nordeste de Economia Solidária) e na sede da Senaes, em Brasília, como descrito na parte metodológica.

¹¹⁸ Pesquisa realizada pela Anprotec junto a 384 incubadoras de empresas existentes no Brasil em 2012, cujo título do documento é Estudo, Análise e Proposições sobre as Incubadoras de Empresas no Brasil – Relatório Técnico / Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília: ANPROTEC, 2012. Disponível em <www.anprotec.org.br>, acessado em 18 de agosto de 2016.

Tabela 4: Tipos de ações e Projetos desenvolvidos nas Incubadoras

		(Conclusão)
TIPO	DESCRIÇÃO	%
Tradicionais	Organização que abriga iniciativas ligadas aos setores da economia que detêm tecnologias largamente difundidas e que queiram agregar valor aos seus produtos, processos ou serviços, por meio de um incremento em seu nível tecnológico. Essas iniciativas devem estar comprometidas com a absorção e o desenvolvimento de novas tecnologias.	18%
Mista	Organização que abriga ao mesmo tempo empresas de base tecnológica e de setores tradicionais	18%
Temáticas	Organização que apoia grupos organizados de um determinado tema de produtividade a seguir: a) Agronegócios - apoia empresas atuantes em cadeias produtivas de agronegócios com atividades voltadas ao desenvolvimento tecnológico e ao aprimoramento da gestão empresarial. Atende iniciativas que se relacionem com alguma etapa da cadeia agrícola.	7%
	b) Cooperativas (social) - apoia cooperativas de trabalho e outras formas de associação, devidamente formalizadas, com atividades voltadas ao desenvolvimento tecnológico aprimoramento da gestão empresarial.	7%
	c) Cultural - reúne empresas que desenvolvam suas atividades culturais e artística com atividades voltadas ao desenvolvimento tecnológico e o aprimoramento da gestão empresarial nas iniciativas.	2%
	d) Serviços - abriga empresas ligadas diretamente ao segmento de design e que queiram agregar valor aos seus produtos, processos ou serviços, por meio de um incremento em seu nível tecnológico. Essas iniciativas devem estar comprometidas com a absorção e desenvolvimento de novas tecnologias nesse setor	8%

Fonte: Pesquisa direta da Anprotec em 2012, p. 05. Disponível em <http://www.anprotec.org.br/ArquivosDin/Estudo_de_Incubadoras_Resumo_web_22-06_FINAL_pdf_59.pdf>, acesso em 18 de agosto de 2016.

Essa pesquisa foi realizada mediante o envio de um formulário via e-mail para todos os associados da Anprotec e para redes temáticas. Eles tiveram cerca de 90 dias para respondê-lo. As respostas indicam que dentro desse universo das filiadas à Anprotec, 15% desenvolvem ações e projetos de economia solidária. No entanto, a maioria das ações (67%) são muito relacionadas ao setor tecnológico, como apontado no gráfico abaixo:

Gráfico 1: Distribuição das respostas por foco

Fonte: Anprotec, 2012, p. 10¹¹⁹

Outro dado que chama a atenção nesse estudo é a relação dessas incubadoras com as universidades. São nos terrenos das instituições de ensino e institutos de pesquisas que estão localizadas as sedes das incubadoras que responderam essa pesquisa da Anprotec. O segundo espaço que mais aparece são os parques tecnológicos.

Essa mesma pesquisa da Anprotec revela que esses locais não sediam incubadoras cujo objetivo seja a inclusão socioeconômica, ou seja, o principal objetivo da associação é atuar com as incubadoras de empresas; diferentemente das ações desenvolvidas pelas incubadoras universitárias que integram a rede¹²⁰UNITRABALHO e a rede ITCP, cujas ações e projetos principais estão relacionados aos empreendimentos econômicos populares e solidários cujas ações principais estão direcionadas à inclusão socioeconômica de segmentos vulneráveis da população.

Ou seja, apesar de utilizarem os espaços das universidades, as incubadoras universitárias associadas à Anprotec desenvolvem ações mais relacionadas ao setor

¹¹⁹ Relatório técnico / Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília: Anprotec, 2012. Acessado em 18 de agosto de 2016.

¹²⁰ O significado das redes universitárias de economia solidária será analisado nas páginas posteriores.

tecnológico e atuam como incubadoras de empresas, aceleradoras de negócios e ambientes de *coworking*¹²¹ (ANPROTEC, 2016).

Gráfico 2: Localização das incubadoras



Fonte: Extraída da pesquisa da Anprotec, 2012, p. 13.

Os dados revelam que essas incubadoras ocupam os espaços físicos das universidades ou institutos de pesquisa, como também estão localizadas em áreas urbanas.

A análise dessas informações foram importantes porque mesmo usando o espaço físico das universidades ou institutos de pesquisa, e como demonstrado no Gráfico de n. 01, que existem algumas incubadoras de empresas associadas à Anprotec que desenvolvem ações de economia solidária (15%), as incubadoras universitárias de empreendimentos econômicos populares solidários que surgiram nos anos noventa nas universidades públicas federais não estão associadas a essa associação.

Foi nos anos noventa, com a expansão da “economia solidária”, que surgiram as incubadoras de empreendimentos solidários ou populares nas universidades brasileiras, expressando para os seus defensores, a contribuição da universidade para a organização da sociedade, principalmente para os setores mais

¹²¹ É um modelo de trabalho que se baseia no compartilhamento de espaços e recursos de escritório, reunindo pessoas que trabalham não necessariamente para a mesma empresa ou na mesma área de atuação, podendo inclusive reunir profissionais liberais, e usuários independentes. Fonte: <wikipédia.org> acessado em 19 de outubro de 2016.

empobrecidos, com a perspectiva de que no trabalho associativo se busque a melhoria das condições de vida da população. Esse processo gerou muitas polêmicas e divergências, segundo Cruz (2004).

A situação aprofundou a distinção clara entre duas correntes que se enfrentavam nos meios acadêmicos brasileiros desde os anos 60: uma que via (que vê) a universidade como uma instituição que deve potencializar as estruturas sociais vigentes, e outra que a vê como um instrumento crítico que deve estar voltado para a transformação social. A primeira corrente, hegemônica, defendeu ao longo dos '90 uma política de aumento da 'eficiência acadêmica', com a introdução de espaços de competição no seio da comunidade científica, por um lado, e por outro lado uma vinculação mais próxima com o setor empresarial através da contratação de serviços de ensino e pesquisa; a segunda corrente, ainda que com uma posição claramente crítica em relação à primeira, teve dificuldades em apresentar uma proposta alternativa clara e articulada para a instituição universitária, estabelecendo uma posição defensiva em favor do ensino público e gratuito [...] Apenas uns poucos grupos de docentes, funcionários e alunos, em algumas universidades, e de modo mais intuitivo que propriamente fundamentado em análises políticas de longo alcance, buscaram construir formas diversas de atender direta e imediatamente aos interesses econômicos e sociais dos setores mais desprotegidos pela crise, buscando direcionar os poucos recursos para projetos que buscassem ao mesmo tempo atender demandas sociais e reforçar a organização popular. [...] E foi em meio a estas tentativas que surgiram as incubadoras universitárias de cooperativas populares – as ITCPs (CRUZ, 2004, p. 40).

As incubadoras¹²² de Empreendimentos Econômicos Solidários ou populares (EES) têm suas raízes no movimento da Ação da Cidadania, quando em meio à extrema pobreza de camada significativas, principalmente dos grandes centros urbanos brasileiros. O sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, conclamou todos a agirem “contra a fome e a miséria e pela vida”. A inserção das entidades públicas, nessa proposta originou em 1993, no Rio de Janeiro, o Comitê de Entidades Públicas no Combate à fome e pela vida – COEP, com o objetivo de incentivar ações de combate à fome e de geração de trabalho e renda para estes segmentos da população.

Uma das iniciativas do COEP foi o apoio à constituição da Cooperativa de Manguinhos, junto à Fundação Oswaldo Cruz, desenvolvida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ), em 1995. (IADH, 2011).

Segundo seus defensores, a construção de uma incubadora de

¹²² As informações acerca do surgimento das incubadoras foram retiradas do documento final elaborado pelo IADH acerca da avaliação do Proninc e divulgado em 2011. O título do documento é Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – Proninc.

empreendimentos solidários é voltada para o exercício dos princípios da economia solidária e da extensão universitária como um trabalho socialmente necessário, conectado com o ensino e a pesquisa (COSTA; OLIVEIRA; MELO NETO, 2006).

Nessa perspectiva, as ações e projetos de economia solidária são considerados inovadores como estratégias de geração de trabalho e renda, buscando construir um modelo de desenvolvimento de inserção social e econômica, combatendo a “exclusão social” e integrando a universidade como um dos atores que pode contribuir no sentido de promover a extensão universitária integrada com o ensino e a pesquisa, a partir do envolvimento direto de docentes e discentes de graduação e de pós-graduação (COSTA; OLIVEIRA; MELO NETO, 2006).

Observamos, assim, que antes mesmo do surgimento da Senaes (2003) e do processo de institucionalização da economia solidária nas instâncias governamentais do âmbito federal, as universidades (1995) já começavam a desenvolver ações e projetos de economia solidária em articulação com os movimentos da sociedade.

As Universidades após os anos noventa começam a atuar na economia solidária e são classificadas dentro desse universo heterogêneo como instituições de apoio e fomento às ações de economia solidária. A tabela abaixo, extraída do site do Observatório Nacional de Economia Solidária e do Cooperativismo¹²³, revela o número de entidades de apoio e fomento por tipo de vínculo:

¹²³ Tabela disponível no Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo: <http://observatorios.dieese.org.br/ws2/tabela/2302>. Acessada em 05 de agosto de 2016.

Tabela 5: Número de Entidades de Apoio e Fomento por Tipo de Vínculo

Região Geográfica	Anos	TIPO DE VÍNCULO						Total
		Federação de Órgãos Sociais	Governo (Órgãos, Instituições Governamentais)	Igreja ou Instituição Religiosa	Instituição de Ensino, Universidade, Centro de Pesquisa	Movimentos Sindicais	Não possui vínculo	
Centro-Oeste	2009 a 2013	1	1	-	-	-	3	5
Nordeste	2009 a 2013	22	37	29	8	54	43	193
Norte	2009 a 2013	5	17	6	5	8	20	61
Sudeste	2009 a 2013	7	11	13	25	3	35	94
Sul	2009 a 2013	1	5	25	14	17	24	86
Total	2009 a 2013	36	71	73	52	82	125	439

Fonte: MTPS/Senaes/EAF. Elaboração: Dieese. Disponível em <<http://observatorios.dieese.org.br/ws2/tabela/2302>>. Acesso em 05 de agosto de 2016.
Obs: valores absolutos.

Os dados revelam que na região sudeste as universidades, centro de pesquisa e instituições de ensino representam 48 % (quarenta e oito por cento) das entidades de apoio e fomento às ações de economia solidária nessa região. Nas outras regiões esse percentual não é tão alto, no entanto, revelam que as universidades, centros de pesquisa e outros tipos de instituição de ensino fomentam essas ações.

Nas entrevistas realizadas com os docentes das instituições federais de ensino superior, todos revelam a mesma história da origem dessa relação, já indicada no início desse capítulo. E corroborando essas informações acerca desse processo histórico, Cunha (2012, p. 330) afirma que

Após o sucesso da criação da primeira ITCP no País, no ano seguinte, surgiu a incubadora da Universidade Federal do Ceará. Devido ao aumento do interesse pelo assunto, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)

lançou o Programa Nacional de incubadoras de cooperativas (PRONINC), em parceria com o Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida (COEP), com a fundação Banco do Brasil (FBB) e a COPPE/UFRJ. Em 1999, as ITCP's formaram a **Rede Universitária de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares**, que se reúne periodicamente para trocar experiências, aprimorar a metodologia de incubação e posicionar-se no âmbito do movimento nacional de economia solidária. No mesmo ano, a Rede estabeleceu uma parceria com a Fundação **Unitrabalho**¹²⁴.

Acerca das duas redes de incubadoras universitárias, vale destacar que os princípios que norteiam a Rede de ITCP's, segundo o seu estatuto, são:

- Reafirmar o papel da Universidade como instrumento de produção e socialização do conhecimento, com autonomia crítica e produtiva;
- Desenvolver e disseminar conhecimentos sobre cooperativismo e autogestão;
- Estimular a cooperação entre as incubadoras, promovendo a produção e a socialização dos conhecimentos entre elas, e destas com o meio universitário e a sociedade.
- Estimular a criação de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, promovendo, disseminando e orientando a aplicação de seus princípios e sua inserção na Rede.
- Organizar-se autonomamente e relacionar-se com outras redes que conjuguem objetivos e princípios convergentes;
- Trabalhar na constituição, consolidação e integração das cooperativas populares, fortalecendo, subsidiando e respeitando a autonomia dos fóruns e redes que estão integradas.

E no estatuto da Unitrabalho, entre outros objetivos¹²⁵, destacam-se, para fins desse estudo,

Promover a inclusão, no mercado de trabalho, de trabalhadores desempregados ou em situação de trabalho precário, por meio do apoio para a criação e consolidação de empreendimentos econômicos coletivos e

¹²⁴ Desde 1997 a Unitrabalho desenvolve estudos e pesquisas sobre o tema da economia solidária, no entanto, ela se une à Rede ITCP em 1999 para ampliar as suas ações nessa área.

¹²⁵ Aqui não citamos na íntegra todos os objetivos da Rede Unitrabalho; elencamos apenas aqueles que possuem uma relação mais direta com o nosso estudo.

associativos; criar e manter programas permanentes de extensão e pesquisa nos temas ligados ao mundo do Trabalho; constituir e apoiar grupos de trabalho, núcleos, incubadoras de empreendimentos e outras estruturas existentes ou que venham a ser criadas no âmbito das universidades da Rede UNITRABALHO; captar e gerenciar recursos financeiros próprios, originários de contribuições das universidades agregadas à Rede ou de outras fontes nacionais, internacionais ou multilaterais, destinados à implantação e ao desenvolvimento dos programas, planos, projetos e atividades aqui previstos; promover cursos, seminários, congressos e outros eventos de capacitação, informação e difusão de conhecimentos técnico-científicos; instituir bolsas de estudo, de pesquisa ou de extensão para os corpos docente, técnico-administrativo e discente das universidades agregadas à Rede UNITRABALHO; instituir fundos de apoio específicos para as atividades de ensino, pesquisa e extensão das universidades agregadas à Rede UNITRABALHO. (Trechos do Estatuto da Rede Unitrabalho, disponível em <http://www.unitrabalho.org.br/IMG/pdf/Estatuto-Outubro_2007-2.pdf>, acesso em 01-08-2016).

Pelos princípios e objetivos previstos nos seus estatutos e outros documentos divulgados amplamente, as duas redes possuem ações convergentes para incentivar a relação entre as ações de ensino, pesquisa e extensão no âmbito das universidades e os projetos de economia solidária, no entanto, esses elementos não foram suficientes para a existência de uma única rede e, ao final de 2002, por disputas internas¹²⁶, houve uma ruptura entre a Rede¹²⁷ ITCP e a Unitrabalho.

Acerca dos motivos que provocaram a criação de duas redes de incubadoras (Rede ITCP's e Rede Unitrabalho) nos relatos das entrevistas os docentes e técnicos da Senaes não quiseram se pronunciar sobre esse tema. Alguns revelaram que não sabiam os motivos (docentes que estavam atuando há pouco tempo) e outros que não queriam falar sobre o assunto. Para dirimir essa dúvida fomos buscar em outros estudos¹²⁸ informações acerca dessa temática.

A Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, como se conhece hoje, teve seu começo a partir dos meados do ano de 1999. Seu início está vinculado à Fundação Unitrabalho no desenvolvimento do Programa Rede de ITCPs e Economia Solidária. Nesse começo, pode-se dizer que a Rede de ITCPs esteve vinculada à Unitrabalho por meios

¹²⁶ Nas entrevistas os docentes das incubadoras, quando questionados sobre os motivos que provocaram essa ruptura, não quiseram explicar, e alguns deles informam que não sabem os reais motivos dessa separação. Alguns, inclusive, nas entrevistas defenderam a junção das redes em falas públicas nos seminários regionais de avaliação do Proninc realizados no Rio de Janeiro e em Salvador em maio e junho de 2016.

¹²⁷ A Rede de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares foi criada em 29 de abril de 1999.

¹²⁸ Disponível em <<http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/viewFile/otra.2012.610.05/1158>>. Acesso em 02 de março de 2017. ATAUALPA, Luiz de Oliveira. Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: um caso brasileiro.

institucionais e financeiros. Contudo, por diversos motivos, a Rede de ITCPs não se manteve por muito tempo atrelada à estrutura Unitrabalho. Esse processo culminou, ao final do ano de 2002, na separação oficial da Rede de ITCPs da Rede Unitrabalho. Para Cruz (2004), os motivos que levaram a essa separação são discutíveis, e, segundo esse autor, “totalmente equivocados”. E complementa: “algumas ITCPs escolheram participar de uma ou outra Rede, e outras incubadoras optaram por permanecer em ambas” (CRUZ, 2004, p. 44). O mesmo argumento é compartilhado por Barros (2003, p. 118), quando afirma que “apenas algumas Incubadoras vinculadas à Rede de ITCPs mantêm algum tipo de relação ou contato com a Unitrabalho”. Apesar de serem encontradas organizações que compartilham da participação em ambas as estruturas, atualmente, essas Redes permanecem formalmente separadas, seja na atuação, seja no modo de gestão das Redes. Sinalizando esse fato, Oliveira (2006) argumenta que, enquanto a Rede de ITCPs procura adotar um método mais participativo, com características contemporâneas (horizontalizado), distribuindo o poder da Rede em várias regionais no Brasil e adotando uma estrutura colegiada de organização, a Unitrabalho preconizava e implantava uma configuração de gestão tradicional (verticalizada). Esses aspectos, entre outros, podem sinalizar para o fato de a estrutura inicial que agregava as duas estruturas já citadas ter se desmembrado. Além disso, observa-se que diferenças ideológicas e de perspectiva de entendimento e atuação no cenário da economia solidária encontram-se, também, no cerne dessa questão. (ATAUALPA, 2012, p.04).

Hoje existem incubadoras que estão associadas às duas redes ou, de forma inversa, não estão associadas a nenhuma delas. Apesar da interrupção do Proninc nos anos seguintes, outras incubadoras universitárias surgiram e, em 2003, com a criação da Senaes, o programa foi retomado. Cunha (2012, p. 331) afirma:

O programa foi descontinuado anos depois (o apoio da Finep seria renovado em 2000 por mais um período apenas para duas das incubadoras pioneiras, a UFC e UFJF). Apesar disso, as incubadoras continuaram suas atividades, e outras 9 ITCPs, além de vários núcleos universitários de incubação, foram sendo criados ao longo dos anos, sem apoio. A maioria destas incubadoras se articulava em torno das duas redes hoje existentes, uma vinculada à Fundação Unitrabalho, rede interuniversitária de programas sobre o mundo do trabalho existente desde 1996, e a Rede de ITCPs, criada em 1999. Por sua vez, ambas as redes contribuíram na criação das novas incubadoras, por meio da interação entre experiências mais antigas e universidades interessadas. Em 2003, com a implantação da Senaes, o diálogo com a Finep e demais parceiros foi retomado, visando reativar o Proninc, o que se concretizou de fato a partir de 2005, agora coordenado pela nova secretaria, com empenho pessoal do secretário e sob responsabilidade direta de seu gabinete, cujos principais cargos, como se viu, eram oriundos do mundo das ITCPs.

Com a retomada do Proninc¹²⁹, após a criação da Senaes em 2003, os docentes entrevistados fizeram coro, ao revelar que sem esse programa de

¹²⁹ De 2003 até 2011 a Senaes coordenou três editais de chamadas públicas para selecionar projetos

financiamento algumas ações e projetos das incubadoras sofreriam interrupções, principalmente no que se refere ao pagamento do apoio técnico:

Os técnicos que a gente tem vieram em função das bolsas técnicas do PRONINC. Antes do PRONINC, nós não tivemos nunca um técnico no ITCP – assim, uma pessoa formada! Então, era uma incubadora muito com protagonismo estudantil, que tem suas potencialidades, mas que, ao mesmo tempo, trouxe muitas fragilidades. (Entrevistada B- Sudeste).

A origem normalmente são recursos públicos, ou CNPq, ou SENAES. Todos os recursos que a incubadora acessou até hoje foram editais. **E o recurso que a universidade fornece pra vocês, qual apoio (pesquisadora)?** É mais apoio da infraestrutura e pontualmente transporte, mas muito pontualmente, porque acaba que a gente consegue fazer captação de recursos financeiros via editais externos. Não existe técnico da universidade trabalhando na incubadora porque institucionalmente não pode. (Entrevistada A- Nordeste) (Grifo Nosso).

Essas declarações mais uma vez reiteram a importância da atuação do Estado na indução e financiamento das políticas sociais. Aqui ela se materializa por meio de editais de fomento, a exemplo do Proninc, no entanto, ao longo desse estudo foi possível identificar que sem o apoio estatal as incubadoras universitárias executariam ações muito limitadas.

Uma ação das incubadoras universitárias que materializa a força do investimento estatal foi objeto de análise do documento¹³⁰ Relatório Analítico com Dados sobre os Empreendimentos Econômicos Solidários Atendidos por Ações do Governo Federal e Outras Cooperativas e Associações Existentes em Outros Bancos de Dados, com Produção de Gráfico e Geoprocessamento:

O apoio da SENAES, que se deu em maior número do que os demais órgãos, o fez através do CATAFORTE em suas três etapas e, ainda, através do Programa Economia Solidária/Pró-Catador e do Programa Nacional de Incubadoras – PRONINC que financia as incubadoras universitárias que, por sua vez, oferece assessoramento técnico aos empreendimentos da economia solidária, entre eles, aqueles formados por

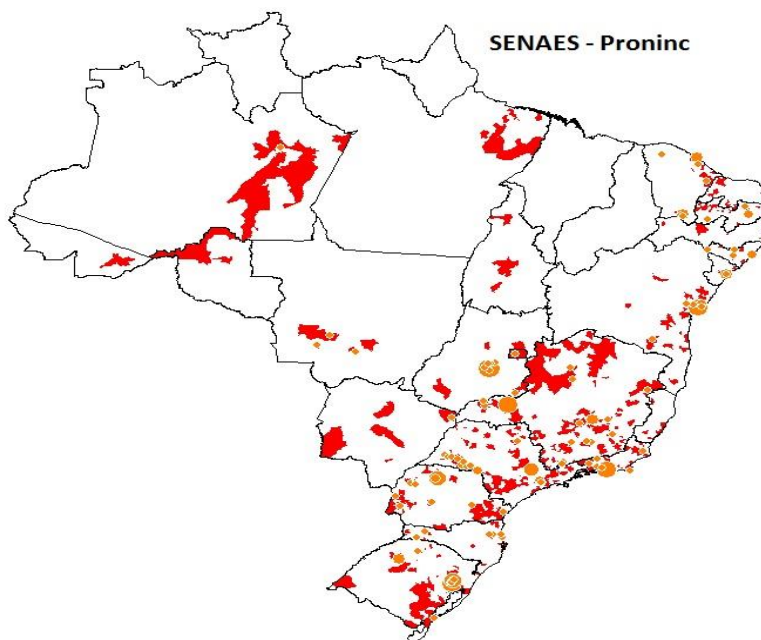
de fortalecimento das incubadoras. Esses recursos oriundos do orçamento do MTE/ Senaes, MDS, Finep e FBB, e do MEC foram divididos em duas modalidades: **A** para incubadoras que já existiam e **B** para as novas incubadoras. Informação extraída do documento Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – PRONINC (2011).

¹³⁰ Secretaria Geral da Presidência da República – SGPR/ Comitê Interministerial para a Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis – CIISC. **Relatório Analítico com Dados Sobre os Empreendimentos Econômicos Solidários Atendidos por Ações do Governo Federal e Outras Cooperativas e Associações Existentes em Outros Bancos de Dados, com Produção de Gráfico e Geoprocessamento**. Brasília, 2014, p. 42-43.

catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis. A dispersão geográfica das incubadoras universitárias somada à expansão do ensino superior no interior do país apresenta o potencial de maior socialização do apoio do Governo Federal aos empreendimentos de catadores e catadoras em espaços onde ainda carece de apoio. A avaliação do PRONINC, realizada em 2011, destaca a atuação no setor da reciclagem, considerado o maior contingente de atuação no meio urbano, destacando o papel de articular políticas e ações no âmbito territorial (p.173)¹³¹. Além do PRONINC, as incubadoras atuam através do Programa de Extensão Universitária – PROEXT e demais chamadas públicas da SENAES, incluídos no Programa Economia Solidária Pró-Catador. (CIISC, 2014, págs. 42-43).

O mapa a seguir ilustra essas ações:

Figura 6: Área de abrangência das ações da Senaes, com destaque para o Proninc



Fonte: CIISC (2014, p.44)

- Conjunto dos projetos da Senaes
- Senaes/Proninc

¹³¹ SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – Senaes/MTE. Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – PRONINC – Relatório Final. Recife: 2011.

Acerca de outros financiamentos, além do Proninc, obtidos pelas incubadoras universitárias, Cunha (2012, p.291) afirma:

Em 2007 a Sesan assumiu o financiamento de incubadoras universitárias, selecionadas por meio do Comitê Gestor do Programa Nacional de Incubadoras, do qual o MDS é membro, tendo os representantes da Sesan – entre eles, a coordenadora Luciane Ferrareto, ex-integrante da equipe da ITCP da Unicamp – participado da elaboração dos editais e encomendas junto à Senaes, Finep e demais órgãos. O objetivo da Sesan era conveniar preferencialmente com incubadoras universitárias com potencial de atuação na área de segurança alimentar, por exemplo, em experiências de incubação de empreendimentos solidários de agricultura familiar na zona rural ou de agricultura urbana e periurbana. A expectativa era apoiar 24 projetos entre os selecionados pelo Proninc, para o que o MDS disponibilizou originalmente R\$ 4 milhões.

Cunha (2012, p.327) revela que em 2008 outra estratégia utilizada para estimular a economia solidária ocorreu dentro da política da Escolarização de Jovens e Adultos (EJA), utilizando como executores as universidades públicas e institutos federais, a publicação da Resolução 51 (2008), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), cujo objetivo era apoiar projetos que possuíam três linhas de ação:

- a) a produção de material pedagógico-formativo (direcionado a educadores) e de apoio didático (direcionado a educandos);
- b) a formação de educadores, coordenadores e gestores da EJA com ênfase na ES; e
- c) a sistematização e publicação de experiências de EJA com ênfase na ES, com o intuito de promover a reaplicação de elementos exitosos a partir das experiências divulgadas.

O apoio destina-se a **universidades públicas e institutos federais de ensino profissional e tecnológico**. A resolução foi fruto de elaboração conjunta, iniciada ainda durante o X ENEJA, entre atores do DED da Senaes e do Departamento de EJA da Secad, contando também com Vailant, da **Unitrabalho**, inclusive na **mobilização e articulação das universidades que poderiam se interessar pela chamada**. Também os fóruns de EJA e seus encontros nacionais constituíram espaços de mobilização para a apresentação de projetos nos termos da resolução. Cabe observar que um dos intuitos originais da resolução era também aproximar os grupos e núcleos de EJA e **as incubadoras e núcleos de incubação**

de EES existentes nas universidades, cada um trabalhando com sua respectiva temática, em muitos casos sem se relacionarem uns com os outros, conforme certa compartimentação de conhecimentos característica da vida acadêmica. Nas propostas apresentadas era preciso incorporar os dois temas e os atores agregados em torno de cada um deles, articulando-se para atender necessariamente ambos os públicos.

Essa relação entre economia solidária e universidades estava presente também no PPA (2008-2011). O mesmo sinalizava a ação **Fomento a Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários**¹³². Com isso, se materializou a principal estratégia de fortalecimento das ações desenvolvidas pelas incubadoras universitárias que já existiam desde os anos noventa e também foi um mecanismo importante para o surgimento de novas incubadoras universitárias.

No primeiro Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019), no eixo três, que trata da educação e gestão, o documento fazia referência às ações de economia solidária no âmbito das universidades e incubadoras universitárias. Nas diretrizes, ele destacava:

Ensino, pesquisa e extensão universitária amplamente articulados com o Movimento de Economia Solidária e com as políticas públicas de economia solidária com foco na **Tecnologia Social, com metodologia autogestionária**, a partir da identificação e avaliação das experiências em educação alternativa no meio rural e urbano. (PNES, 2015, p.30) (grifo nosso).

Nesse mesmo eixo da educação e gestão, o I PNES estabelecia, dentre as suas linhas de ação, algumas que possuíam uma relação direta com as incubadoras universitárias:

Implantação da Política Nacional de Educação em Economia Solidária, articulando o conjunto de instrumentos de educação, tais como bases de assessoramento, centros de formação, **incubadoras**, dentre outros.

Inserção da economia solidária nas matrizes curriculares da educação básica e superior, com a implementação de programas de educação profissional, técnica e de educação superior em Economia Solidária, de acordo com a realidade territorial, dos diversos segmentos sociais, e das culturas e demandas.

¹³² Ações da economia solidária em destaque no PPA 2016-2019.

Formação de assessoras(es) técnicas(os) com a lógica de Economia Solidária, por meio de tecnologias sociais, intensificando os contatos e laços com os centros públicos/multifuncionais, **instituições de ensino superior** e demais atrizes e atores da Economia Solidária para cumprimento de seu papel social. (PNES, 2015, p.31, grifos nossos)

Essas diferentes fontes de financiamento¹³³ foram imprescindíveis para fomentar essa relação entre as universidades federais públicas brasileiras e as ações e projetos de economia solidária desenvolvidas em todo o território nacional com um universo bastante heterogêneo de empreendimentos econômicos solidários (EES), como já apontado nos dados do mapeamento da Senaes-MTE realizado em 2009.

No entanto, em entrevista realizada com dirigentes da Senaes para esta pesquisa, quando perguntados sobre o significado no orçamento dos recursos transferidos para as incubadoras, eles revelam que o montante de recursos transferidos pela Senaes para as incubadoras universitárias representam apenas 5% (cinco por cento) do total do orçamento da Senaes utilizado para fomentar ações de economia solidária em todo o território nacional.

Em que pese esse baixo percentual de investimentos de recursos repassados pela Senaes às incubadoras universitárias (5%), o estudo revelou que sem esse fomento as ações e projetos desenvolvidos pelas incubadoras sofreriam solução de continuidade. O investimento estatal em políticas sociais dessa natureza materializa uma das características do Estado Social capitalista, lançando mão de estratégias para minimizar conflitos entre capital e trabalho e garantir o consenso; ou seja,

Tanto nos aspectos materiais quanto nos ideológicos, as organizações de “economia solidária” representam um campo fértil para a efetivação de postulados que escamoteiam a contradição social entre capital e trabalho e, dessa forma, iludem a classe trabalhadora da exploração sofrida e de sua capacidade revolucionária. No final de contas, retoma-se uma velha estratégia capitalista desmistificada por Engels (1986, p.300-301) há bastante tempo: depois de ter a “oportunidade de aprender do que era capaz o povo, aquele *“puerrobustessedmalitiosus”*, a classe dominante

¹³³ A Senaes implementou uma sistemática de avaliação e acompanhamento do Proninc em parceria com instituições não universitárias. A primeira avaliação do Proninc foi realizada pela Federação de Órgãos de Assistência Social (Fase) em 2005; e em 2009 foi realizada a segunda avaliação pelo Instituto de Assessoria para Desenvolvimento Humano (IADH). Está em andamento a terceira avaliação do Proninc, sob a responsabilidade da (Soltec - UFRJ) com prazo para finalização em dezembro de 2016.

percebeu que “agora, mais do que nunca, é necessário manter o povo à distância mediante recursos morais; e o primeiro e mais importante recurso moral com que se pode influenciar as massas continua sendo a religião”. A reforma moral e o novo evangelho social capitaneados pela “economia solidária” servem, portanto, como um meio funcional de legitimação do modo de produção capitalista. (WELLEN,2012, p.197-198).

Alguns dados relevantes para nossa análise acerca da relação entre as universidades e a economia solidária estão presentes na segunda avaliação do Proninc, realizada pelo IADH em 2011.

Entre as 54 incubadoras universitárias pesquisadas, a maioria (58,6%) está vinculada internamente à universidade como um programa de caráter permanente. Esse dado revela o processo de institucionalização das incubadoras no âmbito das universidades:

Tabela 5: Forma de vinculação na estrutura organizacional interna

FORMA DE VINCULAÇÃO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Projeto (temporário)	15	26,4%
Programa (permanente)	31	58,6%
Núcleo	4	7,5%
Outra	4	7,5%
TOTAL	54	100%

Fonte: Relatório de avaliação do Proninc, realizado pelo IADH (2011, p. 35)

Para fins deste estudo, coube lançar mão de outro dado levantado pela pesquisa IADH em 2011 – trata-se da distribuição de incubadoras universitárias nas macrorregiões do país.

Os dados revelam que a maior parte das incubadoras universitárias está na região Nordeste, com 16 incubadoras universitárias, em segundo lugar na região Sul, com 15 incubadoras, na sudeste, com 14, no Centro-Oeste, com 06 e, por fim, na região Norte, com três incubadoras universitárias.

Tabela 6: Lista das incubadoras pesquisadas – Macrorregião¹³⁴

(continua)

Nº ORDEM – TIPO – ESTADO/UNIVERSIDADE – ÂMBITO	MACRORREGIÃO
1. INICIES –UFRN- Federal	Nordeste
2. ICPA- UFC – Federal	Nordeste
3. ITCES – UFPA – Federal	Norte
4. ITES – UFPI – Federal	Nordeste
5. ITES da UFRA - Rural Amazonas – Federal	Norte
6. ITEES – Sergipe – Federal	Nordeste
7. IRCP- UFSCar – Federal	Sudeste
8. UNITRABALHO– UEM - Maringá – PR – Estadual	Sul
9. UNITRABALHO - UEM - Umuarama – PR – Estadual	Sul
10. IESOL- UNITRABALHO – UFAL – Federal	Nordeste
11. IESOL - UEPG – PR – Estadual	Sul
12. ITCP – UFPR – Federal	Sul
13. ITCP – FGV – Privada	Sudeste
14. INCOOP - UNESP – Assis – Estadual	Sudeste
15. ITCP – UNICAMP – Estadual	Sudeste
16. ITCP – USP – Estadual	Sudeste
17. ITCP – UFES – Federal	Sudeste
18. ITCP - FAFIRE/PE – Confessional	Nordeste
19. INCUBACOOOP – UFRPE – Federal	Nordeste
20. ITCP - FURB - Blumenau/SC – Comunitária	Sul
21. ITCP UNOCHAPECÓ – Comunitária	Sul
22. ITES UNOESC – XANXERÊ – Comunitária	Sul
23. ITCP FSA - Santo André – Comunitária	Sudeste
24. INCONESP – Franca – Estadual	Sudeste
25. PUC – GO – Confessional	Centro-Oeste

¹³⁴ A relação das incubadoras pesquisadas foi extraída do estudo desenvolvido pelo IADH em 2011, intitulado Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – PRONINC. Para esse estudo acrescentamos ao quadro a macrorregião da incubadora com o objetivo de visualizar a distribuição das incubadoras no Brasil.

Tabela 7: Lista das incubadoras pesquisadas – Macrorregião¹³⁵

(continua)

Nº ORDEM – TIPO – ESTADO/UNIVERSIDADE – ÂMBITO	MACRORREGIÃO
26. Incubadora Social da UFG – GO – Federal	Centro-Oeste
27. INCUBA – UNEB – Estadual	Nordeste
28. IEES - UVA/CE – Estadual	Nordeste
29. ITCP – UNEB – Estadual	Nordeste
30. IEES - UFRB - Cruz das Almas – Federal	Nordeste
31. ITES – UFBA – Federal	Nordeste
32. ITCP – UCSAL – Confessional	Nordeste
33. ITCP da Universidade Federal de Roraima – Federal	Norte
34. Incubadora Social e Solidária da Universidade de Brasília – Federal	Centro-Oeste
35. Incubadora de Economia Solidária da Feevale – Confessional	Sul
36. UNISINOS – Tecnosociais – Confessional	Sul
37. ITECSOL/UNIJUÍ – Confessional	Sul
38. NESIC – Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas(UCPEL) – Confessional	Sul
39. Incubadora de Empreendimentos Solidários da Unilasalle – Confessional (Canoas - RS)	Sul
40. ITCP - UFV - Viçosa/MG – Federal	Sudeste
41. INTECOOP/INDESE/FURG – Confessional	Sul
42. ITCP – UFMS – Federal	Centro-Oeste
43. ITCP – Unimontes – Estadual	Sudeste
44. Centro de Incubação de Empreendimentos da Economia Solidária – Uberlândia \MG\UFU\Federal	Sudeste
45. ITCP - UFSJ/MG – Federal	Sudeste
46. INCUTES/IFPB – Instituto Federal	Nordeste
47. ELOS/ITCP-UEMS-MS – Estadual	Centro-Oeste
48. INCUBACOOOP – ITCP - UFLA – Lavras/MG – Federal	Sudeste
49. NEA – UFRGS – Federal	Sul
50. ITCP – COOPE - UFRJ – Federal	Sudeste

¹³⁵ A relação das incubadoras pesquisadas foi extraída do estudo desenvolvido pelo IADH em 2011, intitulado Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – PRONINC. Para esse estudo acrescentamos ao quadro a macrorregião da incubadora com o objetivo de visualizar a distribuição das incubadoras no Brasil.

Tabela 7: Lista das incubadoras pesquisadas – Macrorregião¹³⁶

(conclusão)

Nº ORDEM – TIPO – ESTADO/UNIVERSIDADE – ÂMBITO	MACRORREGIÃO
51. IUSS - UFCG/PB – Federal(Paraíba)	Nordeste
52. INTECOOP - UFJF/MG – Federal	Sudeste
53. ITCP – UFGD – Federal (Universidade Federal da Grande Dourados)	Centro-Oeste
54. IFBA – Instituto Federal (Bahia)	Nordeste

Fonte: IADH, 2011, p.21-23.

Das 54 incubadoras pesquisadas pelo IADH em 2011, existem em funcionamento 24 incubadoras em universidades federais; as demais estão distribuídas em universidades estaduais (12), privadas (1) ou confessionais (09), comunitárias (04) e Institutos Federais de Ensino (03).

Ainda com o objetivo de identificar as características das incubadoras universitárias, cabe citar outros dados do estudo feito pelo IADH que identificam a vinculação institucional da incubadora à estrutura da universidade:

Tabela 8: Vinculação Institucional das Incubadoras às Universidades

(Continua)

VINCULAÇÃO INSTITUCIONAL	QUANTIDADE	% DE CASOS VÁLIDOS
Pró-Reitoria de Extensão	38	73,5%
Reitoria	5	9,4%
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão	1	1,9%
Vice-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão	1	1,9%
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (diretor)	1	1,9%
CDAPG – Centro de Estudos de Administração Pública e Governo	1	1,9%
DED – Departamento de Extensão	1	1,9%

¹³⁶ A relação das incubadoras pesquisadas foi extraída do estudo desenvolvido pelo IADH em 2011, intitulado Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – PRONINC. Para esse estudo acrescentamos ao quadro a macrorregião da incubadora com o objetivo de visualizar a distribuição das incubadoras no Brasil.

Tabela 8: Vinculação Institucional das Incubadoras às Universidades

(Conclusão)

VINCULAÇÃO INSTITUCIONAL	QUANTIDADE	% DE CASOS VÁLIDOS
Centros (de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas / Centro de Desenvolvimento Tecnológico / Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais	3	3,8%
Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS	1	1,9%
COPPE – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	1	1,9%
TOTAL	53	100%

Fonte: Relatório de avaliação do Proninc realizado pelo IADH (2011, p. 35-36)

Esses dados, mais uma vez demonstram que a maioria das incubadoras universitárias pesquisadas (86,7%) está vinculada às instâncias superiores das universidades (Pró-Reitorias de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação).

As informações elencadas anteriormente foram relevantes para o presente estudo, pois um dos objetivos da pesquisa em tela foi entender o processo de organização e articulação entre as incubadoras universitárias e a política pública de economia solidária, e com isso analisar a relação entre as funções precípua das universidades (ensino, pesquisa e extensão) e as ações e projetos de economia solidária desenvolvidos por essas incubadoras universitárias.

Diante disso, fica a questão: será que esse processo de vinculação entre as incubadoras e as instâncias superiores das universidades viabiliza uma maior articulação entre as ações da universidade e os projetos desenvolvidos pelas incubadoras?

Essa e outras perguntas são respondidas nos próximos capítulos deste estudo. Neles, buscamos compreender quais as ações e projetos de economia solidária desenvolvidos pelas incubadoras universitárias presentes nas cinco macrorregiões do território nacional em universidades federais por nós entrevistadas¹³⁷ (11 incubadoras) e quais as características e especificidades dessas incubadoras, segundo os relatos dos docentes e os documentos das incubadoras analisados.

¹³⁷ A metodologia e os critérios utilizados para a realização das entrevistas e análise documental estão descritos no item da tese que trata do método e procedimentos metodológicos. Estão em funcionamento 24 incubadoras em universidades federais, entre as quais entrevistamos docentes de 15 incubadoras universitárias em instituições federais de ensino.

3.4 O financiamento das ações e projetos de economia solidária nas universidades brasileiras

Afinal, como são financiadas as ações e projetos de economia solidária nas universidades brasileiras? Anteriormente já revelamos o processo histórico de surgimento das incubadoras na década de noventa com a ação pioneira da COPPE/UFRJ, no entanto, o financiamento das incubadoras universitárias não ocorreu de forma perene. Desde a sua origem, as incubadoras tiveram que conviver com momentos de interrupção ou escassez de recursos financeiros.

As incubadoras universitárias, sejam elas públicas, privadas ou confessionais, contaram historicamente com duas principais fontes de financiamento de órgãos públicos federais: Recursos da Senaes, por meio do Proninc e bolsas de extensão do MEC via Proext.

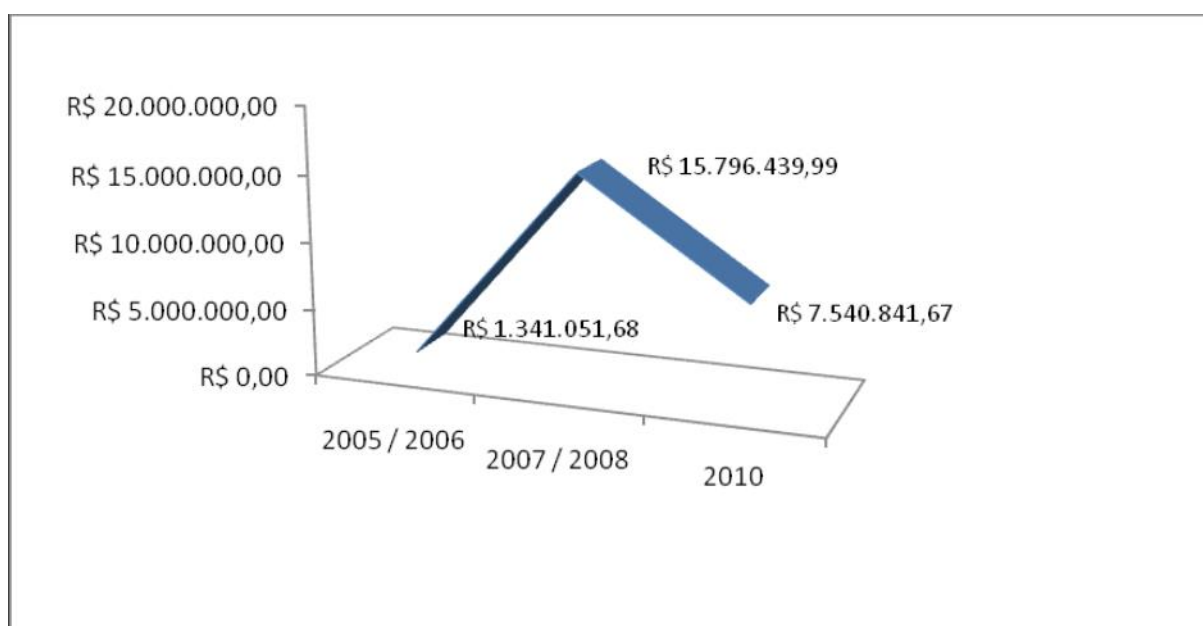
Institucionalmente, o programa federal de financiamento das incubadoras universitárias teve a sua primeira versão com a nomenclatura Programa Nacional de Incubadoras e Cooperativas (Proninc). Isso ocorreu em 1998, com a destinação de recursos para cinco universidades no Brasil: Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFRJF), Universidade Estadual da Bahia (Uneb) e Universidade de São Paulo (USP), no entanto, só houve novo aporte de recursos para esse Proninc em 2000, e dessa vez apenas duas incubadoras foram contempladas. (SENAES-MTE, 2012, p.154).

Para não interromperem as suas atividades, as incubadoras continuaram desenvolvendo as suas ações com os programas e bolsas de extensão via recursos do MEC (Proext) ou recursos existentes no âmbito das suas universidades.

As ações das incubadoras colocavam as universidades em contato direto com um público, que até então não era priorizado em seu meio. [...] A ideia das incubadoras teve grande receptividade em diversos locais e algumas universidades assumiram esta proposta, como uma atividade de extensão. Essas iniciativas de novas incubadoras surgiram a partir da troca de experiências e geralmente vinculadas a duas Redes Universitárias: a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (REDE de ITCPs) e a Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o mundo do Trabalho (Unitrabalho). (SENAES-MTE, 2012, p.154).

O financiamento¹³⁸ das incubadoras universitárias só foi retomado em 2003, após a criação da Senaes e com uma nova edição do Proninc. Esses recursos tinham como objetivo apoiar as incubadoras já existentes e incentivar a criação de novas incubadoras. Os dados no gráfico abaixo revelam a evolução da utilização dos recursos da Senaes de 2005 a 2010 com esse Programa:

Gráfico 3: Recursos do Proninc 2005 – 2010



Fonte: Relatório avanços e desafios para as PPs de ES no Governo Federal - 2003-2010 (SENAES-MTE, 2012, p.156)

Mesmo reconhecendo a importância do Proninc, a Senaes sinalizou as dificuldades encontradas para operacionalização dos convênios e a transferência de recursos para as incubadoras universitárias. Esses óbices acabaram gerando atrasos na liberação dos recursos e interrupção das atividades (SENAES, 2012, p.156).

Segundo os dados apresentados pela Senaes no encontro¹³⁹ regional de avaliação do Proninc em junho de 2016, existem atualmente 120 projetos de

¹³⁸ Historicamente, desde a sua origem, as incubadoras buscaram recursos em editais de outras instituições de fomento, como, por exemplo, a Fundação Banco do Brasil (FBB), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e Ministérios setoriais. No entanto, para esta tese nos detivemos em investigar os recursos oriundos de dois órgãos públicos federais: Proninc-Senaes e Proext - MEC.

¹³⁹ Os slides foram gentilmente disponibilizados ao público após a apresentação no encontro regional (centro-oeste e sudeste) no Rio de Janeiro, em junho de 2016.

economia solidária desenvolvidos em 101 instituições/campi de ensino com financiamento da Senaes, conforme a tabela abaixo.

Tabela 9: Instituições de Ensino que atuam na Economia Solidária com financiamento da SENAES- MTE

Natureza da Instituição	Quantidade de instituições
Universidades Federais	64
Universidades Estaduais	25
Institutos Federais	15
Universidades Comunitárias	09
Instituições de Ciência e Tecnologia	03
Universidade Municipal	1
Instituição Privada	1
Total de Instituições	118

Fonte: Slides apresentados por Gabriela Cunha (SENAES-MTE), no encontro regional (Sudeste e Centro-Oeste) de avaliação do Proninc, em junho de 2016, no Rio de Janeiro.

Os dados revelam uma quantidade expressiva de universidades federais com atuação na economia solidária diante das outras instituições de ensino. Das 118 (cento e dezoito) IES que atuam com ações e programas de economia solidária, 104 (cento e quatro), ou seja, 88% (oitenta e oito por cento) são instituições públicas (universidades federais, estaduais e institutos federais). Nos relatos dos docentes, eles registram as dificuldades encontradas para operacionalizar as ações e projetos das incubadoras sem os recursos do Proninc:

Então, sem o novo edital do Proninc, sem Proext e sem nenhuma outra alternativa. Poderia ser projeto temático da Fapesp, poderia ser financiamento de outras entidades, mas daí é tudo muito incerto, né? Não está mapeado, etc. e tal. O que sobra para nossa incubadora é uma verba que é repassada pela reitoria e que garante o funcionamento do mínimo necessário. [...] A gente não tem um técnico administrativo, tá? Toda administração, a prestação de contas, mesmo junto à reitoria, em termos de orçamento anual, a gente faz com auxílio de profissionais contratados para os projetos. Sem os projetos esses profissionais vão embora e a gente não vai ter como fazer o gerenciamento administrativo da incubadora. Vou ter que fazer eu e os bolsistas. (Entrevistado A - Sudeste).

Com o objetivo de compreender esse processo de financiamento, buscamos nos Relatórios de Gestão da Secretaria Nacional de Economia Solidária

apresentados para o Tribunal de Contas da União (TCU)¹⁴⁰, no período¹⁴¹ de 2008 até 2015, informações sobre os recursos do governo federal destinados à Senaes – MTE alocados no seu principal programa orçamentário, o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (código 1133) e o percentual de recursos desse programa para a ação orçamentária **Fomento à Incubadora de Empreendimento Econômico Solidário (código 4850)**, pois foi por meio dessa ação orçamentária que foram alocados os recursos para o financiamento do Proninc. Essa ação orçamentária está assim descrita no Quadro de ações orçamentárias integrantes da Lei Orçamentária Anual (LOA):

As incubadoras de empreendimentos econômicos solidários destinam-se a apoiar e assessorar novos empreendimentos ou fortalecer empreendimentos já criados, oferecendo qualificação e assistência técnica durante o período de incubação. As incubadoras têm se destacado na incubação de empreendimentos, redes e outras modalidades de articulação, na formação de futuros profissionais do campo da economia solidária, e no desenvolvimento do conhecimento e no apoio às ações governamentais e movimentos sociais. Sua contribuição combina apoio direto, produção de conhecimentos, formação de quadros e construção de projetos e políticas. É notória a ação das incubadoras universitárias fortalecendo e viabilizando iniciativas econômico associativas, que possibilitam a reinserção social de populações de baixa renda e aos trabalhadores, tanto jovens quanto adultos, submetidos ao desemprego e à informalidade. Relevante também tem sido a contribuição destas na construção de novas práticas de mobilização democrática e de um novo paradigma organizacional para o trabalho e a economia solidária. (SIAFI/SIDOR).

Essa ação temática aparece pela primeira vez na LOA de 2008 e vai até 2011:

Em 2008, a SENAES iniciou uma nova fase, a partir da reorganização do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento no âmbito do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, para apresentar ações mais integradas entre eixos de atuação, com o objetivo de fortalecer EES por meio do acesso a: I) capital (apoio à oferta de bens e serviços financeiros); II) conhecimento

¹⁴⁰ Todos os dados analisados foram acessados no site do Tribunal de Contas da União disponível no endereço eletrônico: <<http://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/contas-do-exercicio.htm>>. Acesso em 13 de março de 2017.

¹⁴¹ O período de abrangência do estudo justifica-se por ter sido em 2008 a primeira vez que o orçamento da União contou com uma ação orçamentária exclusiva para as incubadoras universitárias, com o nome Fomento a incubadora de empreendimento econômico solidário (código 4850), e até 2015 em função do prazo para conclusão desta tese. No PPA de 2004 a 2007 essa ação não tinha um código exclusivo e todos os recursos utilizados para a mesma estavam alocados no programa geral da Senaes que era Economia Solidária em Desenvolvimento (SENAES, 2012, p. 15).

(formação, assistência técnica e pesquisas), e III) mercados (organização dos processos de produção e canais de comercialização), em atendimento às principais demandas que emergiram na I Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em 2006. (SENAES, 2012, p.18).

Tabela 10: Execução Orçamentária Senaes – Ação Fomento à Incubadora de EES 2008- 2011 - Valores pagos (em milhões de reais)

Exercício	Programa Economia Solidária em desenvolvimento (Programa cód.1133)	Fomento à Incubadora de Empreendimento Econômico Solidário (Ação cód.4850)	Porcentagem
2008	23.895,981,35	1.750,000,00	7,32%
2009	16.316.959,34	1.268.216,67	7,77%
2010 ¹⁴²	9.389.402,66	1.533.101.95 ¹⁴³	16,33%
2011	19.419.129,62	472.506,69	2,43%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponíveis em <<http://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/contas-do-exercicio.htm>>. Valores deflacionados a dezembro de 2008 de acordo com o Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna) da Fundação Getúlio Vargas, com os índices obtidos em <<http://www.portalbrasil.net/igp.htm>>. Acesso em 13 de março de 2017 e aos índices em 20/4/2017.

Essa tabela revela que no PPA 2008-2011 a ação orçamentária voltada ao Fomento às Incubadoras de EES era a 4850, e os recursos gerais do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento estavam identificados com o código 1133.

Na quarta coluna apresentamos o percentual de recursos destinados para a ação de fomento à incubadora de empreendimentos econômicos solidários comparados com os recursos totais da Senaes direcionados para o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento.

O ano de 2008 foi o ano inaugural da ação (4850) que destinou recursos do orçamento geral da Senaes para financiamento das incubadoras. Em seu relatório de gestão a Senaes declara:

O repasse efetuado em novembro de 2008 destinou-se à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), do Ministério da Ciência e Tecnologia, órgão com o qual a Secretaria Nacional de Economia Solidária mantém parceria para a execução de ações na área de estudos, pesquisas e incubação de empreendimentos. O valor refere-se aos recursos do MTE no âmbito do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (PRONINC), ação em parceria com vários outros Ministérios e entidades, por meio da qual são

¹⁴² Nesse relatório de gestão exercício 2010 apresentado ao TCU (p. 17) a equipe técnica da Senaes informou que houve um contingenciamento dos recursos inicialmente previsto na ordem de 24,9% e o ano eleitoral também gerou problemas para a execução das ações previstas.

¹⁴³ Na análise feita pela Senaes no relatório de gestão (p. 18) a ação 4850 foi prejudicada pelo decreto de contingenciamento dos recursos (24,9%), que gerou a falta de liquidez para cumprimento das obrigações de desembolso das parcelas de recursos com convênios já celebrados.

apoiadas 76 Incubadoras e Núcleos de Incubação de cooperativas e outras formas de empreendimento econômico solidário. Todas já tiveram seus projetos aprovados, sendo que 48 já tiveram seus convênios celebrados, e as demais estão em processo de conveniamento ou de descentralização de recursos (distribuídos entre os órgãos que participam do PRONINC com recursos: MTE via FINEP, MDS, MEC, e FBB). A SENAES coordena o Comitê Gestor do PRONINC, com a participação de 13 ministérios envolvidos na ação, além de bancos públicos e outras entidades atuando no apoio às 76 incubadoras existentes e na criação de outras novas. A SENAES tem convênio com a Finep para promover o apoio e a articulação entre as instituições envolvidas. A secretaria está desenvolvendo junto à CGI um sistema de monitoramento das atividades dessas incubadoras. Também trabalha junto à Casa Civil para elaboração de um decreto que criaria o comitê gestor do Programa para integrar e coordenar as iniciativas entre os vários órgãos governamentais e demais parceiros do Programa, enquanto que o apoio a projetos e repasse de recursos às incubadoras continuaria sob a responsabilidade de cada um dos ministérios envolvidos no Programa. Importante destacar que houve a necessidade de realizar termo aditivo com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, visando a readequação dos valores repassados na 2ª parcela do convênio, no exercício de 2008. Esta readequação ocorreu devido ao fato do contingenciamento dos recursos previstos para a ação, que impossibilitaram o repasse do montante planejado. (SENAES, 2008, p.11)

Em 2009, o relatório de gestão da Senaes revelou alguns elementos acerca do processo de operacionalização do Proninc e as parcerias que foram realizadas com outros ministérios, bem como as ações iniciais realizadas para criação do comitê gestor do Proninc:

Foram realizadas novas chamadas públicas de projetos, pela SENAES e pela FINEP. No caso da FINEP, foram selecionados projetos de Redes de Incubadoras de Economia Solidária, com abrangência geográfica regional ou com atuação em áreas temáticas partilhadas, visando o intercâmbio de metodologias e a integração de empreendimentos incubados em cadeias produtivas. Os convênios estão em fase de celebração e deverão ter continuidade em 2010. A SENAES realizou chamada pública de parceria para seleção de instituição com o objetivo de realizar uma Avaliação Nacional do PRONINC, considerando o desempenho das incubadoras de economia solidária, o desempenho dos empreendimentos incubados e a trajetória do Programa nesses últimos anos. Na perspectiva de avaliação em processo para aperfeiçoamento do Programa, a SENAES deu continuidade ao desenvolvimento e implantação de um sistema de monitoramento das atividades dessas incubadoras apoiadas no âmbito do PRONINC. Além disso, continua atuando junto à Casa Civil para elaboração de um decreto que cria o comitê gestor do Programa para integrar e coordenar as iniciativas entre os vários órgãos governamentais e demais parceiros do Programa, enquanto que o apoio a projetos e repasse de recursos às incubadoras continuaria sob a responsabilidade de cada um dos ministérios envolvidos no Programa. Quanto à execução financeira, parte dos recursos empenhados pela SENAES ficou em RAP para cumprir compromissos de parcelas de convênios de 2009. (SENAES, 2009, p.17).

Em 2010, a Senaes destacou no seu relatório a publicação do Decreto que

institucionalizou o Proninc:

Por meio do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (PRONINC), a SENAES realizou Chamada Pública para apoio, em 2010, de 32 incubadoras universitárias com o objetivo de prestar serviços de formação, informação e de apoio organizativo e de comercialização no fomento. No total, durante os últimos 04 anos, foram apoiadas 82 incubadoras que atuam no fomento a aproximadamente 700 Empreendimentos Econômicos Solidários, com mais de 10 mil trabalhadores/as associados. O ano de 2010 também significou a institucionalização deste programa a partir da assinatura do Decreto N° 7.357, de 17 de novembro de 2010. (SENAES, 2010, p.12).

O ano de 2011 teve como elementos principais, no que se refere à ação 4850, o fato de a mesma ter recebido recursos do Plano Brasil Sem Miséria e as dificuldades apresentadas pelas incubadoras universitárias para cumprir os trâmites legais para o recebimento dos recursos. No relatório apresentado ao TCU a Senaes informa:

Essa ação passou a compor a estratégia da SENAES/MTE no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, nas ações integradas de economia solidária como estratégia de promoção do desenvolvimento local e territorial sustentável visando a superação da extrema pobreza por meio da geração de trabalho e renda em iniciativas econômicas solidárias. Para essa finalidade, buscou-se apoiar atividades sistemáticas de incubação necessárias ao desenvolvimento e fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários em projetos selecionados nas Chamadas Públicas 002 e 003/2011 com Governos Estaduais e Municipais. Além dos recursos específicos da Ação, os projetos para implantação de incubadoras de economia solidária no Plano Brasil Sem Miséria contaram também com aportes de recursos descentralizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A não execução orçamentária integral está relacionada à morosidade das entidades proponentes (futuras convenentes) em realizar os ajustes e adequações dos Planos de Trabalho para aprovação e efetivação dos empenhos. Além disso, a SENAES/MTE ficou limitada pelo prazo de 16/12/2011, estabelecido para o Governo Federal no empenho de despesas não obrigatórias. (SENAES, 2011, p.31)

Na análise geral da tabela observamos que houve um aumento dos valores de recursos para a Senaes, no entanto, em 2011 destaca-se a redução de investimentos para a ação 4850, de fomento às incubadoras universitárias. Nos seus relatórios essa redução é justificada pelas dificuldades apresentadas pelas incubadoras para cumprimentos dos trâmites legais para execução do empenho, bem com o prazo legal de 16 de dezembro de 2011 para o empenho das despesas

obrigatórias, que todo órgão público federal deve obedecer.

O PPA seguinte (2012-2015) sofreu alterações na metodologia de distribuição de recursos, e os códigos das ações orçamentárias relativas à economia solidária receberam uma nova nomenclatura.

No PPA 2012-2015¹⁴⁴ o programa geral foi denominado Desenvolvimento Regional Territorial Sustentável e Economia Solidária (código 2029), e o mesmo foi organizado em três grandes ações orçamentárias: a **20YT** (Fomento e Fortalecimento de EES e suas Redes de Cooperação, a **20ZL** (Fortalecimento da Institucionalização da Política Nacional de Economia Solidária), e a ação **8274** (Fomento para Organização e o Desenvolvimento de Cooperativas Atuantes com Resíduos Sólidos), sendo que essa última estava vinculada ao programa 2067 (Resíduos Sólidos), de responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente, porém, como esta ação específica era executada pela Senaes – Ministério do Trabalho, a prestação de contas coube à Senaes.

Nesse PPA 2012-2015, dentro da Ação Orçamentária 20YT (Fomento e Fortalecimento de EES e suas Redes de Cooperação), existia o Plano Orçamentário 006 – Fomento às Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários, substituindo, portanto, a antiga ação 4850 (a partir de 2012, todos os valores pagos na ação 4850 são referentes a recursos de Restos a Pagar).

Em 2012, primeiro ano de execução desse novo planejamento orçamentário, a Senaes distribuiu os recursos do Programa Temático “Desenvolvimento Regional Territorial Sustentável e Economia Solidária”, nas ações temáticas abaixo:

- a) 20JK Fomento a Certificação de Processos, Produtos e Serviços da Economia Solidária
- b) 2A84 Manutenção e Ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária - Sies
- c) 2A85 Formação de Formadores(as), Educadores(as) e Gestores Públicos para Atuação em Economia Solidária
- d) 4737 Fomento e Assessoramento Técnico a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária

¹⁴⁴ Apenas para registo, no PPA 2016- 2019 está em vigor o nome do Programa é Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária (código 2071), mas esse PPA não foi analisado nesta pesquisa.

- e) 4739 Organização Nacional da Comercialização dos Produtos e Serviços de Empreendimentos Econômicos Solidários
- f) 4827 Desenvolvimento e Disseminação de Conhecimentos e Tecnologias Sociais Apropriadas à Economia Solidária
- g) 4850 Fomento a Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários**
- h) 8056 Fomento às Finanças Solidárias
- i) 8078 Promoção do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária por meio da Atuação de Agentes de Desenvolvimento Solidário
- j) 8138 Implantação de Espaços Multifuncionais de Economia Solidária
- k) 8420 Estímulo à Institucionalização de Políticas Públicas de Economia Solidária.

Entre essas, nos interessa destacar a ação temática 4850 (Fomento a Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários), cujos valores executados segundo o relatório foram de R\$2.510.892,00 (dois milhões quinhentos e dez mil, oitocentos e noventa e dois reais). Conforme esse mesmo relatório, em sua análise acerca dessa temática, a Senaes avalia que

Em 2012, a SENAES/MTE deu prosseguimento ao PRONINC (Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – Decreto 7657/2010), que se constitui numa articulação interinstitucional para o apoio de incubadoras universitárias de empreendimentos econômicos solidários. Além do acompanhamento e supervisão dos convênios e termos de parceria anteriormente celebrados foram repassadas as parcelas subsequentes para continuidade das ações pactuadas. Ao longo dos últimos anos o PRONINC permitiu a constituição de uma rede com 77 incubadoras universitárias espalhadas em todo o Brasil. A incubação e assessoria técnica aos EES foram também asseguradas por meio do PROEXT (Programa de Extensão Universitária), desenvolvido na parceria com a Secretaria de Ensino Superior (SESU/MEC). Dentro da linha temática “geração de trabalho e renda em economia solidária”, foram selecionados em 2011 e está sendo executado em 2012 um total de 56 projetos, somando um volume de 5 milhões e 400 mil de orçamento. No tocante à assessoria técnica aos EES e suas redes de cooperação, as ações foram garantidas também por meio dos projetos na parceria com municípios, estados e organizações da sociedade civil. Projetos estes cuja concepção incorpora na assessoria técnica a dimensão cultural e territorial nos processos produtivos, fortalecendo práticas autogestionárias, justas e solidárias, melhorando a qualidade dos produtos, assessorando na elaboração de planos de negócio, de planos de marketing e nos registros fiscais e contábeis adequados à legislação vigente. A ação do assessoramento técnico nesses projetos propicia também a identificação e apoio à constituição e fortalecimento de redes de cooperação. (SENAES, 2012, p.74).

Nesse mesmo relatório a Senaes destaca entre as suas metas a celebração de convênios com o MEC para incubação de empreendimentos econômicos solidários via incubadoras universitárias:

Para promover a incubação, assessoria técnica e o fomento direto a empreendimentos econômicos solidários, com os convênios celebrados em 2012, 323 novos empreendimentos serão incubados e 1.084 terão acesso à assistência técnica. Em parceria com a Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação, a SENAES/MTE teve participação ativa no Programa de Extensão Universitária (ProExt) viabilizando a seleção de 57 projetos para execução em 2013, na linha temática de “Geração de Trabalho e Renda em Economia” que serão executados por incubadoras de economia solidária das instituições de ensino superior. (SENAES, 2012, p. 58).

Dada essa mudança na metodologia, optamos por citar na íntegra a forma de execução do orçamento da Senaes nesse ano. Segundo o relatório do exercício 2012 enviado para o Tribunal de Contas da União,

No exercício 2012, a SENAES/MTE foi responsável pelas seguintes ações orçamentárias vinculadas ao Programa Temático “Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária”:**20JK** Fomento à Certificação de Processos, Produtos e Serviços da Economia Solidária; **2A84** Manutenção e Ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária – SIES; **2A85** Formação de Formadores(as), Educadores(as) e Gestores Públicos para Atuação em Economia Solidária; **4737** Fomento e Assessoramento Técnico a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária;**4739** Organização Nacional da Comercialização dos Produtos e Serviços de Empreendimentos Econômicos Solidários; **4827** Desenvolvimento e Disseminação de Conhecimentos e Tecnologias Sociais Apropriadas à Economia Solidária; **4850 Fomento a Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários (restos a pagar);8056** Fomento às Finanças Solidárias; **8078** Promoção do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária por meio da Atuação de Agentes de Desenvolvimento Solidário; **8138** Implantação de Espaços Multifuncionais de Economia Solidária; **8420** Estímulo à Institucionalização de Políticas Públicas de Economia Solidária. Para estas ações orçamentárias foi alocada uma dotação orçamentária de R\$ 38.640.000,00, sendo que R\$ 23.040.924,00 foram liberados para empenho, o que corresponde a 59,6% da dotação. A SENAES/MTE empenhou o montante de R\$20.674.259,00 (89,7% do liberado), e destes, realizou o pagamento de R\$ 11.168.935,00 (54% dos recursos empenhados) e processou R\$ 9.505.324,00 como restos a pagar. A SENAES/MTE também é responsável pela **Ação Orçamentária 8274 - Fomento para Organização e o Desenvolvimento de Cooperativas Atuantes com Resíduos Sólidos** – do Programa Temático “Resíduos Sólidos”, cuja responsabilidade temática é do Ministério do Meio Ambiente – MMA. Nesta ação orçamentária foi alocada uma dotação orçamentária de R\$ 53.285.000,00, sendo que R\$ 38.032.359,00 foram liberados para empenho, o que corresponde a 71,38 % da dotação. A SENAES/MTE empenhou o montante de R\$37.956.533,00 (89,7% do liberado) e destes, realizou o pagamento de R\$17.397.156,00 (45,8% dos recursos empenhados) e processou R\$20.559.377,00 como restos a pagar. (SENAES, 2012, p.77).

O ano de 2013 teve como principal característica a inclusão de recursos financeiros nas ações temáticas já previstas no PPA 2012-2015, mas que em 2012 não tiveram recursos alocados: à **20YT** (Fomento e Fortalecimento de EES e suas Redes de Cooperação) e à **20ZL** (Fortalecimento da Institucionalização da Política Nacional de Economia Solidária). A tabela abaixo revela essa inclusão de recursos e os valores (em milhões de reais) pagos em cada exercício.

Tabela 11: Execução Orçamentária – Ação Fomento à Incubadora de EES 2012-2015 - Valores Pagos (em milhões de reais)

Exercício	Fomento e Fortalecimento de EES e suas Redes de Cooperação (20YT)	Fortalecimento da Institucionalização da Política Nacional de Economia Solidária (20ZL)	Fomento para Organização e o Desenvolvimento de Cooperativas Atuantes com resíduos sólidos (8274)	Restos a Pagar de exercícios anteriores (Fomento à Incubadora de Empreend. Econômico Solidário - cód.4850)
2012	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	2.510.892,00
2013	8.477.142,80	2.464.395,13	5.842.237,09	771.855,05
2014	10.597.083,63	5.056.737,15	7.303.418,12	Não se aplica
2015	7.094.104,52	1.762.774,81	2.046.457,42	Não se aplica

Fonte: Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponíveis em <<http://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/contas-do-exercicio.htm>>. Valores deflacionados a dezembro de 2012 de acordo com o Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna) da Fundação Getúlio Vargas, com os índices obtidos em <<http://www.portalbrasil.net/igp.htm>> Acesso aos dados em 13 de março de 2017 e aos índices em 20/4/2017.

O exercício de 2014 contou com um aporte significativo de recursos, e cabe lembrar que as ações da Senaes no PPA 2012-2015 contavam com recursos adicionais do Plano Brasil Sem Miséria desde 2012; no entanto, isso se materializou apenas no exercício de 2014:

Além de assumir a coordenação de objetivos estratégicos no Programa Temático 2029, a SENAES/MTE também é responsável pela execução de Ação Orçamentária 8274, que viabiliza a ação de inclusão socioeconômica dos Catadores de Materiais Recicláveis, no âmbito do PPA 2012-2015, no âmbito do Programa Temático 2067 – Resíduos Sólidos. A iniciativa 00ZE

deste Programa está estreitamente ligada às ações de economia solidária e integra o Plano Brasil Sem Miséria: “Apoio e fomento às associações, cooperativas e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis por meio de formação, assessoria técnica, infraestrutura e logística em unidades de coleta, triagem, processamento e comercialização de resíduos” (SENAES, 2014, p.13).

O aumento de recursos na economia solidária nesse ano em especial tem uma relação direta com o período de campanhas para as eleições presidenciais e a visibilidade e legitimidade que o governo pretendia alcançar junto aos movimentos sociais envolvidos com esse tema da economia solidária.

Em 2015 merece destaque a inclusão de mais um mecanismo no orçamento dessa secretária denominado Plano Orçamentário. Foram alocados recursos nesse novo instrumento de execução financeira, e entre eles vamos destacar aqui o Plano Orçamentário 006 – Fomento a Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários, em decorrência de estarem nesse plano os recursos utilizados para as incubadoras. No relatório de gestão 2015 está descrito:

Em 2015, teve continuidade o fortalecimento do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc), que se constitui num arranjo interinstitucional para o desenvolvimento das incubadoras, levando a uma maior articulação entre as universidades brasileiras e as diferentes formas de cooperativas populares. Em sua fase atual, o Proninc é operacionalizado principalmente pelo repasse de recursos por meio de Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito Externo estabelecido em parceria com o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Além do apoio às 86 incubadoras tecnológicas de cooperativas populares e economia solidária selecionadas por meio de chamada pública no final de 2013, nas quais estão sendo incubados pelo menos 622 empreendimentos solidários em todo o país, em outubro de 2015 foi lançada nova chamada para incubadoras já existentes que não haviam sido contempladas em 2013, a partir de definição do Comitê Gestor do Proninc e em consenso entre os órgãos parceiros. Nesta nova chamada, foram selecionadas para apoio mais 22 incubadoras universitárias. Por fim, também no âmbito da cooperação entre Senaes e CNPq, foi lançada encomenda de pesquisa sobre as incubadoras apoiadas por meio do Proninc a partir de 2013, de modo a avaliar seu desempenho em termos da implantação de metodologias de incubação em economia solidária e sua institucionalização nas respectivas instituições de ensino superior. A terceira parcela de recursos para apoio aos projetos já em andamento foi descentralizada ao CNPq em julho, e a quarta parcela, destinada a apoiar as incubadoras recém-selecionadas em dezembro e também a encomenda de avaliação do programa, foi descentralizada ao CNPq ainda em outubro. (SENAES, 2015, p. 35).

Nesse ano a crise estrutural do capital anunciada desde 2008 se manifesta de forma contundente nos recursos financeiros destinados às políticas setoriais, e a política de economia solidária não ficou imune a esse processo. O Governo Federal reduziu drasticamente os recursos para áreas como educação, saúde e assistência social e a força do aparato ideológico neoliberal que prega a redução do papel do Estado foi premente nesse processo, materializando as diretrizes gerais para as políticas sociais segundo ideário neoliberal, privatização, focalização e descentralização. (BEHRING, 2012):

As consequências sociais do ajuste neoliberal nos países da América Latina configuram um desajuste social, agravando condições anteriores de desigualdade estrutural e com a generalização da precariedade e da insegurança para amplos segmentos sociais [...] a tendência geral é de redução de direitos, sob a alegação da crise fiscal, transformando as políticas sociais em ações pontuais e compensatórias dos efeitos mais perversos da crise. (SALVADOR, 2012, p. 169).

Em relatos nas entrevistas, os docentes já demonstravam preocupações com o futuro das ações e projetos das incubadoras universitárias em decorrência desse cenário e da ausência de perenidade do financiamento do Proninc.

No entanto, as incubadoras universitárias das instituições públicas de ensino (federalis, estaduais e municipais) também são financiadas com recursos das bolsas de extensão do Proext – MEC, cujo último edital, de 2016, contempla as ações relacionadas à economia solidária.

O financiamento das atividades de extensão via recursos do Ministério da Educação (MEC) tiveram sua origem em 1993, com a criação do primeiro edital do denominado Programa de Fomento à Extensão Universitária (Proexte). Lançando mão das contribuições de Dias (2012) acerca desse processo histórico, cabe registrar:

Políticas de financiamento para a extensão universitária constituem-se como parte das principais reivindicações do Fórum de Pró-Reitores desde sua fundação, em 1987. O papel do Fórum na construção de diretrizes para tal política é notável. Ele teve ativa participação na elaboração do Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE), vigente de 1993 a 1995, e sua atuação neste campo exerce grande influência no atual Programa de Extensão Universitária do Ministério da Educação (PROEXT/MEC). (DIAS, 2012, p.49).

Em 2004 esse programa sofreu alterações em sua nomenclatura e passou a ser denominado Programa de Apoio à Extensão (Proext). Alguns estudos¹⁴⁵ indicam que essa mudança não foi só de nomenclatura, mas que também houve um incremento financeiro de recursos em decorrência da crescente articulação e correlações de forças entre o Forproex e as instâncias do MEC.

As linhas temáticas¹⁴⁶ do Proext de 2003 até 2005 eram três: 1 – educação de jovens e adultos, incluindo apoio ao desenvolvimento de sistemas locais e regionais de educação, alfabetização e letramento; 2 – formação permanente de pessoal para o sistema educacional, com articulação coma educação básica por meio de elaboração de cursos de educação continuada, produção de material pedagógico para professores em exercício nas redes públicas ou outras ações; 3 – políticas de desenvolvimento social: atenção integral à família, combate à fome, erradicação do trabalho infantil, combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, juventude e desenvolvimento social, atenção à pessoa idosa, à pessoa portadora de deficiência, às populações indígenas e quilombolas (MEC, 2016).

De 2006 em diante houve o acréscimo de mais linhas temáticas, conforme a tabela abaixo. Entre elas, destacam-se as ações 7 (2006) e 4 (2007, 2008, 2009), que indicam o financiamento de bolsas para ações e projetos no tema da economia solidária, conforme o quadro abaixo:

¹⁴⁵ Acerca do processo histórico de constituição do Forproex desde 1987 e o financiamento das políticas extensionistas, vale consultar os estudos de Dias (2012) e Nogueira (2000; 2005).

¹⁴⁶ A descrição das linhas temáticas foi extraída dos editais do Proext, disponíveis no site <<http://portal.mec.gov.br/index>>, acesso em 09 de novembro de 2016. Aqui não vamos analisar os editais do Proext/Cultura e Proext/Cidades, por não contemplarem as linhas temáticas que estamos analisando.

Quadro 3: Editais do ProExt/MEC com as linhas temáticas

Ano	Linhas Temáticas
2006	1 – Formação de professores para o sistema educacional; 2 – Atenção integral à família; 3 – Combate à fome; 4 – Erradicação do trabalho infantil; 5 – Combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes; 6 – Juventude e desenvolvimento social; 7 – Geração de trabalho e renda em economia solidária ; 8 – Promoção e/ou prevenção à saúde; 9 – Violência urbana; 10 – Direitos humanos; 11 – Educação de jovens e adultos; 12 – Atenção à pessoa idosa, à pessoa com deficiência e às populações indígenas e quilombolas.
2007	1 – Qualificação de professores que atuam no sistema educacional; 2 – Educação de jovens e adultos; 3 – Juventude e desenvolvimento social; 4 – Geração de trabalho e renda em economia solidária ; 5 – Promoção da saúde e/ou prevenção de doenças; 6 – Atenção à pessoa idosa, à pessoa com deficiência e às populações indígenas e quilombolas.
2008 ¹⁴⁷	1 – Qualificação de professores que atuam no sistema educacional; 2 – Educação de jovens e adultos; 3 – Juventude e desenvolvimento social; 4 – Geração de trabalho e renda em economia solidária ; 5 – Promoção da saúde e/ou prevenção de doenças; 6 – Atenção à pessoa idosa, à pessoa com deficiência e às populações indígenas e quilombolas.
2009	1 – Educação, Desenvolvimento Social e Saúde; 2 – Gestão Cultural, Economia da Cultura e Desenvolvimento das Linguagens Artísticas; 3 – Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro; 4 – Trabalho, Emprego e Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários.
2010	1 – Educação; 2 – Cultura e Arte; 3 – Pesca artesanal e aquicultura familiar; 4 – Promoção da Saúde; 5 – Desenvolvimento Urbano; 6 – Desenvolvimento Agrário; 7 – Redução das desigualdades sociais e promoção da inclusão produtiva; 8 – Geração de Trabalho e Renda por meio da Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários ; 9 – Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro; 10 – Garantia dos Direitos das Mulheres em situação de violência

Fonte: Editais do Proext- MEC, 2016.

Em 2010 começa a vigorar a linha 8 - **Geração de Trabalho e Renda por meio da Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários**, sendo essa a principal linha de financiamento das incubadoras, a partir desse período. Nos anos seguintes, várias alterações¹⁴⁸ foram realizadas na nomenclatura das linhas temáticas; alguns desapareceram outras surgiram, no entanto, a linha temática 08 continuou presente e inclusive esteve contemplada no edital 2016.

Acerca do Edital 2010, que deu início ao financiamento da linha 08, Cunha (2012, p.311), afirma que mesmo em outras linhas, havia ações relacionadas com

¹⁴⁷ Em 2008 foi publicado o Decreto 6.495, cujo conteúdo versou sobre a ampliação das linhas temáticas e os objetivos do Proext.

¹⁴⁸ Em 2011 eram 13 linhas temáticas, em 2012 foram publicadas 16 linhas, em 2014 surgiram 20 linhas, em 2015 elas totalizaram 19 linhas e, por fim, em 2016 eram 20 linhas temáticas (<<http://portal.mec.gov.br/index>>, acessado em 09 de novembro de 2016).

economia solidária e esse edital contou com a participação efetiva de mais nove órgãos do governo federal e financiamento de recursos oriundos desses órgãos:

[...] ao mesmo tempo em que, junto com outros 9 órgãos, entre eles a Senaes/MTE, integrou articulação no edital 2010 do Programa de Extensão Universitária (o Proext) promovido pela Sesu/MEC e direcionado às IFES públicas. Notadamente, entre as 10 linhas temáticas previstas no Proext 2010, a linha 7 (“promoção da inclusão produtiva”, com R\$ 2 milhões de recursos disponíveis) está separada da linha 8 (“incubação de EES”, com R\$ 4 milhões) – embora, no resultado final, vários dos projetos das 17 universidades selecionadas na linha 7 certamente tenham a ver com ES, entre eles a constituição de banco comunitário e o fomento a organização de artesãos e feiras solidárias (ambos da UFC) ou inserção de inscritos do Cad Único em EES da cadeia de alimentação (UFSCar).

O edital de 2016 do ProExt¹⁴⁹ contém 20 linhas temáticas, sendo que entre essas, as que possuem uma relação direta com a economia solidária continuam sendo as linhas 7 – Redução das desigualdades sociais e combate à extrema pobreza – e a linha 8 – Geração de trabalho e renda por meio do apoio e fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários.

Segundo dados apresentados pela Senaes¹⁵⁰, ao longo das edições do Proext/MEC, sempre foram contempladas¹⁵¹ propostas nas linhas de economia solidária nas universidades públicas (federais e estaduais). A tabela abaixo demonstra a quantidade expressiva de propostas enviadas pelos docentes para os editais do PROEXT - MEC de 2010 até 2014¹⁵², e pequeno número de propostas aprovadas para a linha de economia solidária diante desse universo.

¹⁴⁹ O Proext foi criado em 2003 e desde então novas linhas e nomenclaturas foram dadas nos seus editais, anualmente.

¹⁵⁰ Slides apresentados por Gabriela Cunha, representante da Senaes, na reunião regional Centro-Oeste e Sudeste de avaliação do Proninc, em junho de 2016, no Rio de Janeiro, aos quais foram por mim adicionadas informações gerais das linhas de financiamento, disponíveis no site do MEC sobre o Proext: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/235-programas-e-acoes-1921564125/proext-programa-de-extensao-universitaria-1806153218/12243-editais>>. Acesso em 13 de março de 2017.

¹⁵¹ Os recursos que financiam os editais do ProExt são oriundos do orçamento do Ministério da Educação – MEC.

¹⁵² O edital 2015 sofreu alteração de metodologia e as propostas foram organizadas em Programas que receberam 1.511 propostas e Projetos, que receberam 1.700 propostas, totalizando 3.211 propostas encaminhadas ao Proext, no entanto, não temos informações das propostas que foram aprovadas na linha economia solidária neste ano de 2015.

Tabela 12: Propostas Enviadas para o Proext/ MEC e quantidade de Propostas aprovadas na Linha de Economia Solidária

Ano do Edital Proext/MEC	Quantidades de Propostas enviadas para o Proext/MEC (em todas as linhas)	Quantidade de Propostas Da Linha Economia Solidária Aprovadas
2010	550 ¹⁵³	60
2011	1.587	64
2012	Não está disponível no site	56
2013	2.226	54
2014	2.274	35

Fonte: Elaboração própria, utilizando dados dos slides apresentados pela Senaes na reunião regional de avaliação do Proninc e do site do MEC.

Observamos, assim, uma demanda reprimida de ações extensionistas e, ao analisarmos os resultados finais dos editais (2010-2014), percebemos que muitos projetos e programas são aprovados, no entanto, por falta de recursos financeiros não são contemplados nos editais do Proext. Isso mais uma vez ratifica as informações acerca das dificuldades para materialização da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, já que sem recursos financeiros a extensão também não pode ser concretizada nas universidades.

A natureza das ações das incubadoras universitárias é outro aspecto relevante para as duas instituições que financiam essas atividades (MEC e Senaes), e isso se concretiza no texto dos editais do ProExt e do Proninc. Ambos utilizam o conceito de extensão que promova a articulação entre o ensino e a pesquisa, ou seja, em prol da indissociabilidade das ações precípuas das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifess),

Entende-se como **Extensão** o processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade orientado pelo princípio

¹⁵³ Em 2010 o site do MEC <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/235-programas-e-aco-es-1921564125/proext-programa-de-extensao-universitaria-1806153218/12243-editais>>, disponibilizou apenas as informações das propostas aprovadas, computando-se 473 propostas aprovadas em Universidades Federais e 77 em universidades estaduais, totalizando assim 550 propostas aprovadas.

constitucional da indissociabilidade com o Ensino e a Pesquisa. (Edital Proext- MEC, 2013, p.02).

A presente Chamada tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e extensão de incubadoras tecnológicas de empreendimentos econômicos solidários e que possam contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação no Brasil. (PRONINC - SENAES, Edital 89/2013, p. 01).

Nos editais analisados foi possível identificar a presença de programas e projetos cujos temas principais são: atenção integral à família; combate à fome; erradicação do trabalho infantil; combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes; juventude e desenvolvimento social; geração de trabalho e renda em economia solidária; promoção e/ou prevenção à saúde; violência urbana; direitos humanos; atenção à pessoa idosa, à pessoa com deficiência e às populações indígenas e quilombolas; atividades complementares ao Programa Brasil Alfabetizado; educação ambiental e apoio ao desenvolvimento comunitário; inclusão étnica; apoio à organização e desenvolvimento comunitário; inclusão social dos usuários de drogas; inclusão digital; apoio às atividades de escolas públicas; ensino de ciências; educação de jovens e adultos, incluindo apoio ao desenvolvimento de sistemas locais e regionais de educação, alfabetização e letramento.

Esses temas dialogam diretamente com as principais funções das instituições responsáveis pela execução das políticas sociais setoriais no Brasil. A questão é até que ponto essas ações extensionistas nesse cenário neoliberal não sobrecarregam as funções das universidades públicas e o seu corpo docente e discente, em detrimento das responsabilidades constitucionais assumidas pelos entes federados (União, Estados, Municípios e Distrito Federal) e suas instituições executoras de políticas públicas.

Os recursos dos editais do ProExt, acrescidos dos recursos do Proninc, são as principais fontes de financiamento das ações desenvolvidas pelas incubadoras universitárias. Quando questionados acerca do futuro das incubadoras nesse cenário adverso, os docentes demonstraram preocupações com as ameaças da descontinuidade das suas ações:

Agora, mesmo que não surja uma outra possibilidade para as pessoas que são o público da economia solidária, a capacidade das incubadoras em relação ao apoio tende a diminuir se o cenário que a gente está enxergando se concretizar, que é o fim da política que dá respaldo às incubadoras em termos de funcionamento, em termos de gestão da informação, sem a

Senaes, tá? Daí as incubadoras vão inevitavelmente encolher, vão trabalhar com equipes mínimas e equipes mínimas, obviamente, não dão conta de acompanhar e fomentar a economia solidária junto ao empreendimento, junto ao poder público, junto a espaços de comercialização, do jeito que conseguiam fazer quando havia financiamento para remunerar uma equipe, para financiar viagens, financiar o processo de trabalho que a gente desenvolve. (Entrevistado A – Sudeste).

Em outra entrevista, um docente revela:

Mas o melhor programa que tem dado conta de fortalecer é o Proninc, é o programa de incubadoras universitárias. Tem muitas incubadoras que, se o Proninc acabar, elas não conseguirão sobreviver, porque é o enraizamento dela dentro da universidade e as bolsas de extensão ou de pesquisa são imprescindíveis. (Entrevistada A – Centro-Oeste).

Ao mesmo tempo em que os docentes explicitam suas preocupações com a ameaça da extinção da Senaes e consequente extinção do Proninc, eles relembram a força que a economia solidária pode mobilizar em um cenário de crise:

Então, eu acho que a economia solidária não acaba! Ela pode ser, sim, ter alguns... alguns reveses, né?!... A gente pode deixar de crescer ou até perder certas conquistas, mas nós vamos reconstruir essa proposta, com certeza, e nós vamos que... eu acho que mais do que nunca, o debate da universidade pública, ele vai voltar com muita força; o debate da extensão; da indissociabilidade, ele vai voltar e ele vai ser um campo de disputa e que vai ser uma luta grande. (Entrevistada B- Sudeste)

Esses aspectos, identificados no decorrer das entrevistas e na análise dos documentos, a saber: a força da economia solidária em um contexto adverso, a militância política dos docentes e a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão serão temas para a discussão no próximo capítulo.

4. A ECONOMIA SOLIDÁRIA NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

Analisar as ações e projetos desenvolvidos pelas incubadoras universitárias nas universidades federais brasileiras exige um grande rigor metodológico, dada a heterogeneidade das ações de economia solidária (já discutidas no capítulo três), bem como a diversidade das universidades e o caráter continental do nosso território brasileiro, locus de materialização dessas ações e projetos.

Em capítulos anteriores revelamos o processo histórico do surgimento das ações de economia solidária nas universidades e vimos que, como já discutido anteriormente, desde a sua gênese as incubadoras universitárias encontraram nas universidades federais solo fértil para o seu desenvolvimento.

Em uma das entrevistas realizadas, um docente assegura que essa imbricada relação justifica-se pela natureza das universidades públicas e forma de organização do trabalho docente nas instituições privadas:

Tem uma explicação pra isso. Porque na universidade privada não se dá espaço pra pesquisas, e na verdade a economia solidária ela entra pra universidade não só pela linha da extensão, mas ela começa pela ótica da pesquisa. Então, agora, na universidade privada não se dá espaço pra isso, né. E a extensão, quando se faz, ela é muito acanhada, muito pequena, porque os professores têm que se dedicar, são quase 100% do seu tempo em sala de aula. (Entrevistado A - Sul).

Mas além desse, quais seriam os outros fatores que propiciaram a ampliação dessas ações e projetos de economia solidária nas universidades federais após os anos noventa? A crise cíclica do capital que aumentou o índice de pessoas desempregadas no Brasil? Os comitês de combate à fome criados pelo sociólogo Betinho? A criação da Senaes-MTE e o apoio financeiro dos órgãos federais após 2003? A militância docente? O apoio das instâncias superiores das universidades? A vocação das universidades federais para o trabalho extensionista? Ou a soma de todos esses elementos?

Lançando mão em nosso percurso investigativo das afirmações de Kosik (1976, p.12), “se a realidade fosse transparente, não precisaríamos de ciência. O real não é transparente, temos que fazer um desvio para compreendermos o real”; e à luz da crítica de Wellen acerca da natureza das ações de economia solidária,

temos que, por

[...] meio de uma crítica social de viés idealista, que advoga a autonomia das consciências perante as condições materiais de existência social, essas ferramentas disseminam práticas mistificadoras pautadas numa solidariedade vazia que serviria tanto para os trabalhadores como para capitalistas. Vários trabalhadores oscilam diante dessa promessa social, e com isso, o fim aventado pela economia solidária torna-se um meio para incrementar o poder e o controle da classe capitalista. (WELLEN, 2012, p.198).

Na primeira fase da pesquisa, buscamos identificar nos sites das redes UNITRABALHO e ITCPs as universidades federais (Ifes) e suas respectivas incubadoras universitárias. Nesse primeiro levantamento, percebemos que algumas incubadoras estão vinculadas às duas redes e outras incubadoras não estão associadas a nenhuma dessas redes, ou seja, são independentes.

O trecho da entrevista de um docente cuja incubadora está associada às duas redes corrobora essas informações, e essa mesma compreensão foi repetida em outros discursos dos docentes:

Nós nos associamos às duas redes e a gente tem relação com o pessoal das duas [...] Não nos atrapalha nenhum pouco essa dupla filiação. Ligado assim, a gente quer estar participando dos eventos das articulações aqui do estado de forma ampla, com todas as incubadoras, né? Então para nós pelo menos, ainda não vimos nenhum problema nisso. Talvez até pelo momento histórico que a gente surgiu, também porque a gente está aqui num canto do estado que é bem subdesenvolvido do ponto de vista econômico, está um pouco fora dos circuitos, não sei. (Entrevistado B - Centro-oeste).

No quadro a seguir elencamos as universidades cujas incubadoras estão associadas às redes de incubadoras universitárias¹⁵⁴ e destacamos em negrito aquelas cujos docentes foram entrevistados para elaboração deste estudo¹⁵⁵.

¹⁵⁴ Na metodologia expliquei que um dos critérios de escolha das incubadoras seria estar associada a uma das redes de incubadoras.

¹⁵⁵ Nas regiões sul e norte só foram possíveis realizar uma entrevista de cada região, apesar dos constantes envios de correios eletrônicos para os docentes responsáveis pelas incubadoras dessas duas regiões não obtivemos êxito. Ao todo foram 11 docentes entrevistados. Houve um número maior de entrevistas da região nordeste, ou seja, cinco (5) entrevistas conforme sinalizado na tabela (UFRB, UFRN, UFPB, Ufal e UFC) em decorrência da participação da pesquisadora em um encontro regional de incubadoras do nordeste em Juazeiro do Norte. No entanto, considerando que não tivemos como objetivo realizar uma pesquisa comparativa, mas sim identificar as características e especificidades das incubadoras nas macrorregiões do país, como indicado na metodologia do estudo acreditamos que esse limite da pesquisa não comprometeu os resultados finais do estudo.

Quadro 4: Relação das incubadoras universitárias em Ifes segundo o vínculo nas Redes

Rede ITCPs	Rede Unitrabalho
1- Universidade Federal da Bahia 2- Universidade Federal da Grande Dourados 3- Universidade Federal de Itajubá 4- Universidade Federal de Juiz de Fora 5- Universidade Federal de Lavras 6- Universidade Federal de São Carlos 7- Universidade Federal de São João Del-Rei 8- Universidade Federal de Viçosa 9- Universidade Federal do Espírito Santo 10- Universidade Federal do Mato Grosso do Sul 11- Universidade Federal do Paraná 12- Universidade Federal do Rio de Janeiro 13- Universidade Federal do Rio Grande do Sul 14- Universidade Federal do Tocantins 15- Universidade Federal Rural de Pernambuco 16- Universidade Federal da Fronteira Sul	1-Universidade Federal do Pará 2-Universidade Federal de Rondônia 3-Universidade Federal Rural da Amazônia 4-Universidade Federal do Acre 5-Universidade Federal da Amazônia – Campus Manaus 6-Universidade Federal da Amazônia - Campus Parintins 7-Universidade Federal de Roraima 8-Universidade Federal de Campina Grande 9-Universidade Federal de Sergipe 10 -Universidade Federal do Rio Grande do Norte 11-Universidade Federal do Piauí 12-Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa 13-Universidade Federal de Alagoas 14-Universidade Federal da Paraíba – Bananeiras 15-Universidade Federal do Recôncavo da Bahia 16-Universidade Federal do Ceará 17-Universidade Federal Rural do Semiárido 18-Universidade Federal da Grande Dourados 19-Universidade de Brasília 20-Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri 21-Universidade Federal Fluminense 22-Universidade Federal de São Paulo ¹⁵⁶ 23-Universidade Federal de Uberlândia 24-Universidade Federal de Santa Maria 25- Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponíveis nos sites das redes das próprias incubadoras. As universidades destacadas em negrito indicam aquelas em que entrevistamos docentes que atuam nas incubadoras.

Ao longo da pesquisa documental e com a análise das entrevistas foi possível identificar que não existe uma diferença nas diretrizes e princípios das duas

¹⁵⁶ Existem três incubadoras em campus diferentes dessa universidade.

redes às quais as incubadoras se associam, uma vez que tanto a rede ITCPs quanto a rede Unitrabalho assumem nos seus documentos uma concepção de economia solidária e extensão universitária muito similares.

Observamos que as especificidades e características das incubadoras universitárias estão relacionadas a outros elementos:

- a) localização geográfica e territorial da universidade (ou urbana, cidade de grande porte ou pequeno porte, etc.);
- b) área de conhecimento a qual as incubadoras estão associadas;
- c) Perfil do corpo docente e discente.

Cada incubadora pesquisada revelou formas particulares de organização e desenvolvimento de suas ações e projetos, e nos itens a seguir vamos analisar as características e especificidades de cada uma delas como também identificar as semelhanças entre elas à luz do referencial teórico crítico dialético.

4.1 Natureza das ações e projetos de economia solidária desenvolvidas pelas universidades federais

Para analisarmos a natureza das ações e projetos de economia solidária desenvolvidos nas universidades federais, fez-se necessário identificar, entre as linhas de extensão existentes nas universidades brasileiras segundo o Fórum de Pró-Reitores de extensão (Forprex), onde estão localizadas as ações relacionadas à economia solidária.

Elas estão identificadas, de acordo com a classificação¹⁵⁷ do Fórum de Pró-Reitores de extensão (2007, p. 28), como ações de:

¹⁵⁷ Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Universidade Federal de Minas Gerais – PROEX. COOPMED Editora 2007. Documento intitulado Extensão universitária: sistematização e organização, 2007. Disponível no site <<https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/06-Organizacao-e-Sistematizacao/Organizacao-e-Sistematizacao.pdf>>. Acessado em 08 de agosto de 2016.

14. 2006¹⁵⁸ – Empreendedorismo

Constituição e gestão de empresas juniores, pré-incubadoras, incubadoras de empresas, parques e polos tecnológicos, **cooperativas e empreendimentos solidários** e outras ações voltadas para a identificação, aproveitamento de novas oportunidades e recursos de maneira inovadora, com foco na criação de empregos e negócios, estimulando a proatividade.

15. 2006 – Emprego e renda

Defesa, proteção, promoção e apoio a oportunidades de trabalho, emprego e renda para empreendedores, setor informal, proprietários rurais, formas cooperadas/associadas de produção, **empreendimentos produtivos solidários, economia solidária**, agricultura familiar, dentre outros.

22. 2006 – Gestão do trabalho

Estratégias de administração; ambiente empresarial; relações de trabalho urbano e rural (formas associadas de produção, trabalho informal, **incubadora de cooperativas populares**, agronegócios, agroindústria, práticas e produções caseiras, entre outros).

36. 2006 – Organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares

Apoio à formação, organização e desenvolvimento de comitês, comissões, fóruns, associações, ONG's, OSCIP's, redes, **cooperativas populares**, sindicatos, entre outros.

Ou seja, no âmbito desse Fórum as ações das incubadoras universitárias estão ligadas ao empreendedorismo, emprego e renda, gestão do trabalho e, por fim, às organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares. Essa classificação dialoga diretamente com as linhas temáticas do ProExt em vigor: linha 7 - Redução das desigualdades sociais e combate à extrema pobreza, e linha 8 - Geração de trabalho e renda, por meio do apoio de empreendimentos econômicos solidários¹⁵⁹.

Essas linhas temáticas de extensão apontam que a busca por trabalho e renda e as estratégias para minimização dos efeitos provocados pelas expressões da questão social em decorrência da negação dos direitos sociais em um contexto neoliberal são os principais estímulos para as ações de economia solidária desde a sua origem.

Nesse contexto, as universidades se lançaram ao desafio de enfrentar, via ações e projetos de economia solidária, as expressões da questão social no mundo

¹⁵⁸ Essa numeração é um padrão de classificação das linhas de extensão adotado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das universidades brasileiras.

¹⁵⁹ O Poext - MEC/Sesu é um instrumento que abrange programas e projetos de extensão universitária com ênfase na formação de alunos e na inclusão social nas suas mais diversas dimensões. Fonte: <portal.mec.gov.br>. Acessado em 19 de outubro de 2016.

do trabalho nesse contexto neoliberal do Brasil neste início de século.

Como já apontado¹⁶⁰, foram as ações do Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida para a criação da cooperativa de Manguinhos em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz e com o apoio da UFRJ (COOPE\UFRJ) que se formou a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, a ITCP/COOPE/UFRJ. Eram ações que tinham como objetivo principal combater a fome e criar estratégias de geração de trabalho e renda.

O segmento econômico dos empreendimentos incubados pelas incubadoras universitárias é um indicador relevante para analisarmos a natureza das ações e projetos desenvolvidos por elas e, segundo os dados do estudo feito pelo IADH, eles estão assim representados:

Tabela 13: Número total dos empreendimentos incubados segundo o segmento econômico.¹⁶¹

(continua)

SEGMENTO ECONÔMICO	NÚMERO DE EMPREEN- DIMENTOS	%	% DAS INCUBADO- RAS
Produção Agropecuária e/ou Extrativa	126	20,13%	63,5%
Produção de artefatos artesanais	117	18,69%	67,3%
Serviço de coleta e reciclagem de materiais	102	16,29%	75,0%
Produção de Serviços de Alimentos e Bebidas	65	10,38%	57,7%
Produção Têxtil e Confecções	54	8,63%	46,2%
Prestação de serviços diversos	46	7,35%	44,2%
Prestação de Serviços de Informática	7	1,12%	11,5%
Prestação de Serviços para o Mercado de	7	1,12%	9,6%
Serviços Relativos a Créditos e Finanças	13	2,08%	13,5%
Produção Industrial (diversos)	28	4,47%	25,0%
Arte e Cultura Popular	16	2,56%	13,5%
Produção de Fitoterápicos, Limpeza e Higiene	14	2,24%	19,2%

¹⁶⁰ Relatório do IADH publicado em 2011 com o título Avaliação do Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – PRONINC.

¹⁶¹ No documento do IADH essa tabela é de número 33 e está localizada nas páginas 187-189.

Tabela 13: Número total dos empreendimentos incubados segundo o segmento econômico.¹⁶²

(conclusão)

SEGMENTO ECONÔMICO	NÚMERO DE EMPREEN- DIMENTOS	%	% DAS INCUBADO- RAS
Construção Civil	12	1,92%	11,5%
Produção Pesqueira	13	2,08%	11,5%
Produção Mineral	1	0,16%	1,9%
Não definiu o segmento de atuação	5	0,80%	9,6%
TOTAL	626	100%	---

Fonte: IADH. Avaliação do Proninc.

Os dados levantados pelo IADH em 2011 revelam que a maioria das cinquenta e quatro (54) incubadoras universitárias pesquisadas fazem a incubação com empreendimentos econômicos solidários que atuam no segmento econômico relacionado à produção, seja de agropecuária (**63,5%**), artesanatos (**67,3%**), produção e serviços de alimentos e bebidas (**57,7%**) ou produção têxtil e de confecções (**46,2%**).

Outro dado relevante é que 75,5% das incubadoras universitárias desenvolvem ações de incubação com empreendimentos da área de coleta e reciclagem de materiais.

Em 02 de agosto de 2010 foi aprovada a Política Nacional De Resíduos Sólidos (PNRS), ela determina um prazo para o fechamento dos lixões e a incorporação dos empreendimentos de catadores na gestão dos resíduos. Desde 2001 existe o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e, em decorrência da luta desse movimento, em 2002 o Ministério de Trabalho e Emprego (MTE) reconheceu a profissão de catador de material reciclável e a mesma está na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) via portaria ministerial de nº. 397, de 2002¹⁶³.

Segundo dados do IADH, esse segmento representa 16% do total de todos os empreendimentos incubados (2011, p.154). Ou seja, as incubadoras

¹⁶² No documento do IADH essa tabela é de número 33 e está localizada nas páginas 187-189.

¹⁶³ Informações disponíveis em www.mnrcr.org.br. Acessado em 10 de agosto de 2016.

universitárias atuam no segmento mais representativo da economia solidária e estão desenvolvendo ações e projetos relacionados ao mundo do trabalho buscando, com suas ações, minimizar os efeitos do desemprego e da ausência e ou baixa renda da classe trabalhadora, submetida às mais dramáticas situações de pobreza e miséria.

Nos relatos das entrevistas dos docentes foi explicitada a relação que eles estabelecem entre essas ações extensionistas e o papel da Universidade na sociedade contemporânea, para fins de organização dos trabalhadores, desenvolvimento territorial, etc.:

A incubadora universitária ela se caracteriza como um programa de extensão, mas no nosso caso ela vincula o ensino e a pesquisa, que a gente trabalha na condição de pesquisa ação. No fortalecimento, não só de empreendimentos de economia solidária, **mas da comunidade e na relação de cooperação vista como promoção de desenvolvimento territorial. Então, falar de economia solidária é falar de categorias muito caras pra gente como participação social, democracia, inclusão, na perspectiva de promover um desenvolvimento territorial. Então ela é algo voltado para os grupos, mas os grupos enquanto elementos transformador e de organização da própria classe trabalhadora.** E a gente dessa materialização, a incubadora não só tem um papel na relação com os grupos, com a sociedade, mas principalmente como é que os grupos, e a sociedade, interfere na nossa agenda de ensino, pesquisa e extensão. Então acho que a gente tem aprendido muito com esse dialogo universidade e comunidade externa, pra qualificar e implicar nossa agenda com o desenvolvimento territorial. (Entrevistada B – Nordeste).

Em que pese essa compreensão, vale analisar em que medida essas atividades extensionistas acabam por esconder uma função operacional delegada para as universidades nesse contexto, nos termos de Chauí (2001), abrindo, assim, mão do seu papel de fomentar pensamentos críticos que contribuam para denunciar o Estado brasileiro neoliberal, cujas ações acabam ratificando a histórica dependência cultural, econômica e política de um país que não supera sua condição de subdesenvolvimento. Segundo Minto (2014), isso se agrava ainda mais quando nos deparamos com um quadro dual nas universidades brasileiras:

Há uma nova divisão do trabalho entre as IES brasileiras, de modo a reduzir o escopo de atuação estratégica das IES capazes de produzir novos conhecimentos científicos e tecnológicos, antes indispensáveis a uma vasta gama de setores da economia e que, agora, se estabelecem como centros nervosos de uma gama menor de setores, aqueles ligados ao capital monopolista. A lógica dessa relação á de ampliar a “produtividade” e a “competitividade” da FT empregada nesses setores. Donde a difusão das ideologias correlatas: formação com base em competências; as noções de empregabilidade, de meritocracia, de enxugamento dos conteúdos e de

ênfase na aprendizagem; enfim, de propostas pedagógicas que visam fazer da educação um campo também organizado de acordo com a “flexibilidade” do mundo produtivo e do padrão acumulação do capital no contexto da mundialização. (MINTO, 2014, p.283).

Em relação às incubadoras pesquisadas, todas elas revelam nos projetos aprovados no âmbito da Senaes e nos relatos das entrevistas a atuação com ações e projetos relacionados ao mundo do trabalho e cujos segmentos envolvidos representam a parte da população brasileira que convive com processos históricos e estruturais de negação dos direitos sociais (habitação, trabalho, renda). A seguir, apresentamos um quadro revelador da heterogeneidade das ações e projetos desenvolvidos pelas incubadoras universitárias.

Quadro 5: Ações e Projetos das Incubadoras Pesquisadas

(Continua)

INCUBADORA/ Ifes	AÇÕES E PROJETOS
1-Nusol/UFV (MG- Viçosa)	1) Fortalecimento da Rede de Prosumidores Raízes da Mata, buscando atuar de forma estratégica na promoção do consumo solidário e a aproximação entre os produtores agroecológicos e consumidores; 2) Fomento a empreendimentos econômicos solidários do segmento de artesanato, considerando o potencial de geração de trabalho e renda para comunidades tradicionais e grupos de mulheres; 3) Fomento a empreendimentos econômicos solidários do segmento de agricultura familiar, buscando uma melhor vinculação às políticas públicas para o setor; 4) Apoio e fortalecimento ao Fórum Regional de Economia Popular Solidária da Zona da Mata Mineira e da rede de ITCPs; 5) Mobilização e formação em Economia Popular Solidária por meio de interações artísticas em que se almeja a divulgação do tema em diversos espaços. Com recursos da chamada pública MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq nº 89/2013, pretende-se incubar oito empreendimentos econômicos solidários dos segmentos de artesanato e cultura, reciclagem e agricultura familiar e agroecologia, localizados nos municípios de Viçosa, Juiz de Fora, Ponte Nova, Cajuri, Araponga e São Miguel do Anta, na Zona da Mata de Minas Gerais.
2-NuMI-EcoSol / UFSCar	Programa “Economia Solidária: Obstáculos e estratégias para o Desenvolvimento Territorial”. Programa “Comercialização e consumo de produtos e serviços de Economia Solidária em São Carlos e região”. Projeto “Estímulo à implantação de cooperativas sociais em São Carlos e Região”. Projeto “Ações de suporte em saúde e educação matemática a Empreendimentos de Economia Solidária e ao NuMI-EcoSol”. Projeto “Estudos de viabilidade para a constituição de rede de empreendimentos econômicos solidários na cadeia de turismo comunitário acadêmico em São Carlos”. Projeto “Habitação Popular, Desenvolvimento Urbano e Economia Solidária como estratégia para o Desenvolvimento Territorial e proposição de diretrizes para Políticas Públicas”. Edital SECIS/SENAES/CNPq 89 Título do Projeto: Implementação e sistematização de processos de fomento à Economia Solidária a partir da atuação do NuMI-EcoSol.

Quadro 5: Ações e Projetos das Incubadoras Pesquisadas

(Continua)

INCUBADORA/ Ifes	AÇÕES E PROJETOS
3- ITCPES/UFRR (Roraima)	PRONINC “Mulheres Empreendedoras na Amazonia”: Transferência de tecnologia social (TS) a grupos de mulheres no estado de Roraima. Núcleo de extensão em Desenvolvimento territorial de Roraima: territórios Norte e Indígena. “as mulheres aprendendo a elaborar projetos de organização produtiva para o desenvolvimento conforme sua cultura” (Wirisan Yamî Esenupa Projeto PĪTaakĭpiCompaTesorukonya). Projetos Concluídos: SIES- Mapear os Empreendimentos Econômicos Solidários; Projeto “Mulheres Empreendedoras da Amazônia” - Finep; Convênio ADA; Prêmio recebido: Prêmio Samuel Belchamol; Convênio com o Basa; Livro: Mulheres Migrantes e Indígenas de Roraima-2009;UFPA- CFES – Norte: parceria com UFRR-2010;Petrobrás “Educação Sustentável, Sinérgica e Social em Projetos de Assentamentos no Estado de Roraima. Também busca incubar um empreendimento no Projeto de Assentamento Nova Amazônia, município de Boa Vista e no Projeto de Assentamento Anauá, município de Rorainópolis.
4- Incubadora Social e Solidária - CDT/UnB	A incubadora Social e Solidária apoia empreendimentos de diversos ramos, como cooperativas de reciclagem, grupos de bordadeiras e de costureiras, associações de artesãos e de produtores rurais e redes de empreendimentos. O trabalho desenvolvido visa capacitar os grupos, associados e cooperados na gestão democrática do empreendimento; promover a integração entre os grupos e outros atores da Economia Solidária – como os fóruns, clubes de troca, ONGs e redes de comércio justo.
5- - UFRN (Rio Grande do Norte) ¹⁶⁴	Programa Rede Interinstitucional de Combate à Pobreza na Agricultura Familiar: Fomento à Participação Social, à Economia Solidária e à Inclusão Produtiva no Território do Mato Grande/RN);Educação, Trabalho e Desenvolvimento Territorial: Intervenções Integradas do Grupo Oasis no Rio Grande do Norte; Princípios do Cooperativismo e Economia Solidária: Diagnóstico Situacional e Planejamento Estratégico da COOPAB; Formação de Formadores em Economia Solidária; Organização de Aprendizagens e Saberes em Iniciativas Solidárias: Replicando Metodologias de Incubação em Iniciativas Sociais e Solidárias na Região Metropolitana de Natal e no Seridó Potiguar; Economia Solidária, Desenvolvimento Social e Relações de Gênero e Intrafamiliares: Vivências no Projeto de Assentamento Mulunguzinho (Mossoró/RN);Economia Solidária e Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários - Experiências da Incubadora Organização de Aprendizagens e Saberes em Iniciativas Solidárias - OASIS/PPGA/CCSA; Organização de Aprendizagem e Saberes em Iniciativas Solidárias (OASIS) Processar Aprendizagens, Sistematizar Saberes, Socializar Tecnologias. Educação Popular e Pedagogia da Alternância na Incubação de Incubadoras e de Empreendimentos Econômicos Solidários: Replicando a Experiência da Incubadora OASIS nos Territórios do Mato Grande e Seridó.

¹⁶⁴ Não foram encontradas informações da incubadora no site da Universidade, diante disso, optamos por extrair essas atividades do Sistema SIGA, que detalha as atividades do coordenador da Incubadora. Fonte: <https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/docente/extensao.jsf?siape=116935>. Acessado em 01 de novembro de 2016.

Quadro 5: Ações e Projetos das Incubadoras Pesquisadas

(Continua)

INCUBADORA/ Ifes	AÇÕES E PROJETOS
6- INCUBA/ UFRB (Bahia)	<p>Grupos com ações da incubadora: Associação dos Artesãos de Saubara; Associação das Marisqueiras e Pescadores de Bom Jesus dos Pobres; Associação Cata Renda Ambiental; Cooperativa Popular de Artesãos de Acupe; Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape; Centro de Educação e Cultura Vale do Iguape; Cooperativa da Agricultura Familiar do Recôncavo da Bahia – COOFATRE; Associação de Desenvolvimento Comunitário de Bom Gosto; Cooperativa de Badameiros de Saubara – COOBASA; Grupo de Mulheres de Batatan; Grupo de Catadores de Santo Amaro; Movimento 11 de Dezembro; Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Feira de Santana; Associação Comunitária da Matinha; Associação Regional de Trabalhadores em Materiais Recicláveis de Feira de Santana – ARTEMARES; Associação dos Moradores e Artistas de Morro de São Paulo; Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Baixão, Tremendal e Cariri; Associação de Doceiras e Artesãs do Povoado de Moenda; Grupo Maria Marisqueira; Associação dos Pescadores e Marisqueiras Maricoabo; Associação dos Pescadores, Marisqueiras e Maricultores de Velha Boipeba; Grupo de Catadores de Valença; Associação de Produtores Rurais Nova Aliança – APANA; Associação Comunitária Corta Mão; Cooperativa Regional de Artesãs Fibras do Sertão; Associação de Artesãos de Sítio Santana e Complexo Cooperativo de Reciclagem da Bahia. As linhas de pesquisa do Grupo são: Aspectos Jurídicos dos Empreendimentos Econômicos Solidários; Educação Popular; Finanças dos Empreendimentos Econômicos Solidários; Marketing e Comercialização Solidária; Meio Ambiente; Movimentos e Organizações Sociais; Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial; e Saúde Pública, Alimentação Coletiva e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).</p>
7- ITESS/ UFAL	<p>Projeto Ampliando para Incluir- DRS/BB – Cooperativa de Catadores – Processos de ampliação de cooperados e aquisição de maquinário para cooperativa-COOPREL; Projeto de Educação Popular: Formação para multiplicadores de Economia Solidária/ em parceria com AEC/AL: Realização de Oficinas de formação em Economia Solidária; Cooperativismo e Educação Popular para 30 multiplicadores da economia solidária no estado; Projeto Mapeamento de Economia Solidária – Fase 4: - Atualização e Ampliação da Base de Dados do Sies em Alagoas; Projeto Empreendendo a Sustentabilidade: Incubação de Empreendimentos Solidários em Alagoas – Encomenda Transversal Projeto de Pesquisa/FINEPE; Projeto de Feira de Economia Solidária – em parceria com a UFAL, este tem por objetivo a realização de feiras de economia solidária com os grupos em processo de incubação dentro da universidade, vislumbrando a criação de rede de comercialização e visibilidade aos EES, bem como às iniciativas de economia solidária. Projetos em andamento: INSOLIDUM: Incubação de Empreendimentos Solidários em Rede; ações articuladas. Empreendimentos: FIBRART; COOPERARTBAN; Associação Renda Singeleza Nossa Senhora da Conceição; Associação dos Artesãos da Serra das Viúvas; Associação Porcelanart; Associação de Produção Artesanal de Cosméticos – NatuCapri; Associação Doido Para Trabalhar; Associação dos Produtores de Pescado de Jaraguá – Apropesca; Ascadel; Assentamento – Branquinha.</p>

Quadro 5: Ações e Projetos das Incubadoras Pesquisadas

(Conclusão)

INCUBADORA/ Ifes	AÇÕES E PROJETOS
8- Incubadora de Cooperativa Popular de Autogestão de Empreendimentos Sociais Produtivos/UFC (Ceará)	Organização de empreendimentos econômicos solidários, identificando grupos vocacionados para as ações, sensibilizando-os para o associativismo, o empreendedorismo e a autogestão cooperativista. Articulação, mobilização, organização, capacitação de grupos para implantar áreas demonstrativas de oleaginosas nos assentamentos do municípios com fim de introduzi-los no Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB0)..
9-ITESS/ UFGD	1. Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários como estratégia para desenvolvimento local sustentável na região da Grande Dourados (com recursos do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares - Proninc); 2. Ações da Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias para o Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura no Território da Cidadania da Grande Dourados; 3. Projeto Restaurante Escola de Empreendedorismo Social e Solidário – Bistrô Eco Sol; 4. Projeto Horta didática agroecológica; 5. Projeto Gastronomia aplicada a produtos da horta; Para além dos projetos, a ITESS ainda atua no Conselho Municipal de Economia Solidária e no Fórum Municipal de Economia Solidária, auxiliando na formulação e execução de políticas públicas para a Economia Solidária no município.
10- INCUBES/UFPB (Paraíba)	As ações de incubação envolvem momentos de formação, atividades de assessoria técnica e acompanhamento aos empreendimentos econômicos solidários, até que estes alcancem patamares de sustentabilidade e viabilidade econômica, autonomia e segurança para alcançarem sustentabilidade e autonomia, favorecendo à emancipação econômica, social, política e cultural dos sujeitos envolvidos.
11- ITCEES/ UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul)	O trabalho de acompanhamento e assessoria a empreendimentos solidários, fomentando a articulação desta Universidade com agentes públicos regionais, com empreendimentos de economia solidária e movimentos sociais rurais que gerassem e apoiassem iniciativas voltadas para o desenvolvimento regional em uma perspectiva participativa, sustentável e de inclusão social. O programa visou fortalecer a capacidade organizativa, as habilidades e ferramentas gerenciais, as capacidade de inserção no mercado e a autogestão no nível das unidades produtivas da economia solidária

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponíveis nos sites das incubadoras e relatos das entrevistas.

Entre as principais convergências identificadas nas ações e projetos desenvolvidos pelas incubadoras pesquisadas destacam-se:

- Arcabouço teórico usado como referência para justificar os projetos e ações;
- O público-alvo dos seus projetos;
- A coordenação das incubadoras é sempre exercida por um docente;
- Estão associadas a uma das redes ITCP e Unitrabalho.

Entre as divergências identificadas, destaca-se a heterogeneidade das estratégias utilizadas para a materialização das ações e projetos de economia solidária, que sofrem a influência do perfil do corpo docente responsável pela execução dos projetos e dos discentes que estão atuando nesses projetos, bem como a área de conhecimento predominante da incubadora, o local institucional da universidade no qual a incubadora está inserida, a localização geográfica e territorial da Universidade a qual a incubadora está ligada.

Existem diferenças também nas formas de acesso aos recursos financeiros que são mais escassos a algumas incubadoras, em decorrência da sua forma de organização interna e das dificuldades para captação de recursos via editais públicos de fomento, enquanto em outras incubadoras esse problema se manifesta de forma mais pontual, já que elas criaram outras estratégias de funcionamento para não ficarem apenas à mercê de editais. Essas e outras características identificadas no decorrer da pesquisa teórica e empírica serão analisadas a seguir.

Um elemento importante para identificar a natureza dessas ações foi o fundamento pedagógico presente nas incubadoras universitárias. Segundo os estudos do IADH, nas ações desenvolvidas pelas incubadoras universitárias, os principais fundamentos materializados por essas instituições são pautados na Educação Popular e Pesquisa-Ação.

A incubação¹⁶⁵ prioriza a formação, visando a sustentabilidade dos empreendimentos, utilizando o diálogo para construir novos conhecimentos a partir das experiências dos grupos incubados. As bases teórico-metodológicas são bastante recorrentes: Educação Popular – Paulo Freire (como citado); e Pesquisa-Ação – Henri Desroches, Michel Thiollent. (IADH, 2011, p.124).

Conforme Barbier (2002), Henri Desroches é o responsável pelo uso do termo Pesquisa-Ação Integral (P-AI), e para Barbier, essa pesquisa insere-se

¹⁶⁵ Existem três etapas no trabalho das incubadoras com os empreendimentos: 1ª- **Pré-incubagem**, no qual são identificados os grupos e as suas propostas de interesse para o processo de incubação; 2ª- **Incubagem**, seleção dos grupos a serem incubados e em seguida desenvolvimento de ações de incubação pelos diferentes núcleos de trabalho da incubadora e, por fim, a 3ª etapa, que é a **Desincubagem**, após um período de mais ou menos dois anos o grupo é desincubado e receberá periodicamente orientações para o seu fortalecimento fora da incubadora, mas com a assessoria da mesma. As etapas possuem diferentes tipologias e prazos dentro do universo das incubadoras, no entanto, essas são identificadas como etapas mais recorrentes.

[...] num modelo de pesquisa aplicada, quer dizer, de uma pesquisa que está sendo desenvolvida *in loco*, com cinco dimensões: contrato, participação, mudança, discurso e ação que constituem uma porta de entrada à ação para os pesquisadores. [...] No contrato aberto, o técnico é ativo e procura compreender o que está em jogo que lhe diz respeito. Ele não abandona sua função de controle do processo. O contrato é dialogado, como o demonstrou Paulo Freire em sua Pedagogia dos Oprimidos, visto que o diálogo liberta. Isso obriga o pesquisador profissional a tornar-se ele mesmo ator ou “preposto”. (2002, p.80).

Ainda sobre a Pesquisa-Ação, segundo Thiollent (1985, p. 14),

[...] é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos do modo cooperativo ou participativo.

No Brasil a Pesquisa-Ação tem origem na década de sessenta (60), cujo principal expoente foi Paulo Freire. As obras desse são as principais referências nas ações e projetos dos movimentos sociais brasileiros como também das ações de economia solidária.

Ao analisar as abordagens compreensivas na pesquisa social, Minayo (2006) faz referência às modalidades de investigação¹⁶⁶, ação e investigação participante.

Ambas as modalidades de pesquisa estão vinculadas a um tipo de visão emancipatória, e suas propostas e método foram aplicados em vários países da América Latina, especialmente em projetos de **educação popular** nas décadas de 1970 e 1980. [...] Do ponto de vista acadêmico, os experimentos frequentemente demonstraram grande fragilidade teórica ou, simplesmente, não tiveram a participação das pessoas comuns que vivenciaram os problemas em estudo, em todas as etapas da sua realização. Do ponto de vista do envolvimento dos atores leigos, cada vez mais se tornou difícil seu engajamento, a não ser de forma remunerada e não como uma militância política engajada na pesquisa. (MINAYO, 2006, p.163, grifo nosso).

Minayo (2006) chama a atenção para os limites dessa metodologia no processo de ensino aprendizagem em relação à fragilidade teórica que essas atividades podem gerar. Além disso, a autora sinaliza os riscos dos sujeitos que vivenciaram os problemas que estão sendo investigados não participarem de todas

¹⁶⁶ Nesse estudo, Minayo optou por usar a palavra investigação no lugar do termo pesquisa.

as etapas do estudo. Segundo ela, ainda incorre o problema do engajamento desses sujeitos que muitas vezes ocorre de forma remunerada e não por militância política. Acerca dessa delicada relação, Chauí (2014, p. 84) adverte que além

[...] de roubar-lhe a condição de sujeito, as pesquisas tratam sua história, seus anseios, suas revoltas, seus costumes, suas produções, sua cultura no *continuum* de uma história que, além de não ser a dela, muitas vezes é justamente aquela história que o dominado, implícita ou explicitamente está recusando. Em outras palavras, os dominados penetram nas pesquisas universitárias sob as lentes dos conceitos dominantes, são incluídos numa sociedade que os exclui, numa história que os vence periodicamente, numa cultura que os diminui sistematicamente.

Em que pese essa advertência, algumas teses acerca de economia solidária colocam a educação popular como o principal fundamento das ações e projetos dessa política pública. Santana (2012, p.97), em sua tese acerca do discurso educativo das incubadoras de empreendimentos solidários, afirma o que segue.

A educação popular em economia solidária assume e defende os interesses e necessidades dos dominados. Por meio de uma *práxis* libertadora, espera-se que a classe trabalhadora rompa com a reprodução das relações de dominação e exploração alimentada pelo modo capitalista de produção. Nesse processo educativo, busca-se transformar o trabalhador em um agente político, pensante, atuante, capaz de construir, desconstruir e reconstruir saberes, verdades, ideias, sentimentos, desejos e relações. Nessa perspectiva de educação, o sujeito está sempre em movimento, transformando-se, transformando os outros e transformando o mundo. É um processo contínuo e permanente de construção, desconstrução e reconstrução.

Essa leitura acerca da atuação das incubadoras universitárias está presente nos discursos¹⁶⁷ dos docentes entrevistados. Eles acabam por defender uma ação das incubadoras que seja capaz de transformar a realidade e a compreensão do contexto no qual esses sujeitos estão inseridos. Sejam esses sujeitos alunos, docentes ou membros dos empreendimentos de economia solidária nos quais as incubadoras estão atuando,

[...] a extensão é a possibilidade de colocarmos o pé na realidade e de, junto com a própria sociedade, encontrar soluções de diversas naturezas!

¹⁶⁷ Todos os docentes responderam ao mesmo roteiro de entrevistas semiestruturadas que se encontra no Apêndice C. No corpo da tese citamos alguns trechos com o objetivo de subsidiar as nossas análises.

Então, a extensão, ela é fundamental e tem que prever justamente essa possibilidade e não de uma fusão ou de uma intervenção, mas da possibilidade da extensão como **pesquisa-ação**, como construção de diálogo para troca de saberes e sistematizações que tenham, principalmente, considerando uma concepção básica de que a universidade é uma instituição em prol da sociedade de modo geral. [...] Então a incubadora cumpre um papel de fazer essa mediação, de fazer com que a universidade se ocupe de questões das classes trabalhadoras, e que junto com a sociedade construa conhecimentos, metodologias, técnicas adequadas ao desenvolvimento (Entrevistada B- Sudeste).

Em discordância com essa análise, comungamos com a tese de Frigoto (2010, p. 28): “para a escola servir aos interesses da classe trabalhadora não é suficiente desenvolver dentro dela a contra ideologia proletária”.

O ponto de partida e de chegada, portanto, da ação educativa que busca viabilizar os interesses hegemônicos da classe trabalhadora é político. Enquanto ponto de partida, a determinação da direção da prática educativa escolar que articula os interesses da classe trabalhadora nasce na luta mais ampla das relações sociais de classe; enquanto ponto de chegada, implica a apropriação concreta de um saber objetivo que, articulado com o interesse da classe trabalhadora reforça e amplia a sua luta hegemônica (FRIGOTO, 2010, p. 207).

Em outra entrevista, quando perguntado acerca da concepção de incubadora universitária, outro docente respondeu o seguinte.

Primeiro é preciso diferenciar incubadora ligada à economia solidária de incubadoras voltadas para empresas capitalistas de base tecnológica. Digo isso em função de que conceber nas incubadoras universitárias as duas coisas é um equívoco, que infelizmente está muito presente na nossa universidade em outras com as quais temos contato aqui no Mato Grosso do Sul. As incubadoras de economia solidária não visam somente criar empreendimentos, mas organizar grupos sociais e comunidades para que, através de projetos de geração de trabalho e renda, os próprios grupos sociais e comunidades sejam **empoderados**, não só economicamente, mas também na sua capacidade de se organizar e buscar melhores qualidades de vida. Tal ponto é de fundamental importância, pois muitas vezes é negligenciado, inclusive dentro do próprio Proninc, e não aparece como um indicador de sucesso dos empreendimentos e das incubadoras, e acaba se usando uma lógica capitalista. Além disso, outros aspectos, como saúde de maneira geral, combate à **anomia social**, produção de bens simbólicos e criação de redes de compartilhamentos **dentro de uma lógica da economia da dívida são aspectos importantes a serem buscados**. Em resumo, uma incubadora, é uma entidade antes de tudo de reestruturação de laços sociais, voltada para geração de bens materiais e simbólicos à grupos e comunidades, e não só uma criadora de empreendimentos. (Entrevistado A- Centro-Oeste)

Essa entrevista revelou uma concepção de atuação da incubadora universitária fundamentada na teoria da dívida social de Marcel Mauss¹⁶⁸, que é referência em muitos trabalhos acadêmicos e artigos publicados acerca da economia solidária.

Em uma obra intitulada 'Economia popular solidária no contexto contraditório do atual mundo do trabalho', Adams (2010) lança mão das ideias de Marcel Mauss para tecer os seus argumentos em prol da economia solidária como uma estratégia contra a desumanização do modo de produção capitalista, como se pode ver na sequência.

A vida não é somente economia no sentido *crematístico* do mercado capitalista. "Uma economia do dom", que se assenta sobre o *paradigma da dívida*, pode ser uma reação contra a desumanização gerada pelo modelo capitalista, a favor de uma re-humanização em vista do ser humano integral. É o que Mauss afirma como "fato social total", expressão significa que todas as dimensões da vida são importantes, tanto quanto um ato econômico, que por sua vez, nunca é puramente econômico. Se na economia de mercado, a lógica é guardar para si- ser inimigo, prever para si, acumular -, na economia solidária pode prevalecer o espírito de reciprocidade: doar, receber, retribuir. A economia pode funcionar pela reciprocidade e não necessariamente pela competição. [...] Marcel Mauss sustenta que, na sua origem, a natureza do ser humano é generosa, que o homem primitivo era coletivo até o surgimento de uma economia de mercado. [...] Infiro que neste autor pode estar um dos pontos de apoio da utopia presente na economia popular e solidária. (ADAMS, 2010, p. 72-73).

Essa longa citação fez-se necessária em decorrência da influência da teoria da dívida em vários projetos e ações de economia solidária desenvolvidos pelas incubadoras universitárias docentes, que usam esses mesmos argumentos para justificar as suas ações e por vezes a sua militância nesses projetos.

Esse mesmo autor afirma que o potencial da economia solidária não está na sua força de contraposição ao sistema capitalista de produção, mas sim na sua capacidade de formar um *ethos* individual e coletivo que carrega em si um potencial emancipador. Em sua assertiva, ele argumenta:

E isso pode ocorrer mesmo que os protagonistas dessas práticas associativas não tenham compreensão do seu significado ou até se liguem a combinações estranhas com ideologias políticas conservadoras. O seu

¹⁶⁸ Antropólogo e etnólogo principal sistematizador da teoria da dívida, segundo a qual o valor das coisas não pode ser superior ao valor da relação e que o simbolismo é fundamental para a vida social. Fonte: <<http://rccs.revues.org/954>>. Acessado em 26 de outubro de 2016.

significado mais importante pode estar no ganho educativo e no ascender da “chama da esperança” de que um outro mundo seja possível. (ADAMS, 2010, p.73).

O ecletismo também ficou evidente nos relatos das entrevistas. Os docentes citam categorias teóricas marxistas, mas também lançam mão de concepções pós-modernas, neopositivistas e leituras parciais da realidade que mais escamoteiam do que revelam as contradições do modo de produção capitalista e os limites da economia solidária nesse modelo de desenvolvimento:

Então eu noto que a economia solidária, ela tem esse potencial o que Polanyi chama de comunidade de prática de, a partir de uma prática de um grupo, começar a difundir, a potencializar essa noção de vida comunitária, de vida associativa [...] a economia solidária hoje tem muito mais essa dimensão sócio humanista, de trazer as pessoas pra uma nova noção de mundo, um novo relacionamento com a vida, com as coisas, do que propriamente de geração de trabalho e renda. (Entrevistado A – Nordeste).

[...] a concepção de economia solidária ela trabalha mais a questão da cooperação, da solidariedade, da ajuda mútua entre as pessoas na perspectiva de almejar um objetivo comum, né? Que esse processo atenda a todos, não uma única pessoa, não um único patrão, não um único dono dos meios de produção, mas que seja socializada entre os demais componentes de determinado grupo, de determinada empresa, né? Ou uma determinada comunidade. (Entrevistado B- Norte)

É uma nova cultura, é uma nova visão, então você muda a visão e essa prática e aí eu acho que esse é um conceito também bastante importante. Na incubação a gente parte da prática e não de uma teoria abstrata. Não de uma teoria abstrata, de uma teoria. Mas de uma prática que o Marx vai dizer assim: o critério de verdade está embasado na prática, e não na lógica do seu argumento. Isso é ser marxista, muito simples. Tem gente que fala assim: não, aplicar Marx é muito difícil. Aplicar Marx não é difícil, aplicar Marx é muito simples. Você só precisa partir da prática, e aí essa prática refletida e outra vez com uma ação, de novo uma outra ação refletida, e você tem uma nova teoria e, portanto, também uma nova prática. Essa dialética é muito interessante. E como é que as pessoas vão percebendo isso? Elas vão conhecendo ela. Mas como? Não adianta ir lá e dizer para um agricultor: olha, é... vamos desenvolver a ideia dos prosumidores. O que que é um prosumidor? Não, é a relação entre o consumidor e o produtor. O produtor como consumidor. Aí vocês dialogam e tal. Não. Aonde é que ele vai aprender isso? (Entrevistado C- Centro-Oeste).

Esses relatos revelam que para alguns docentes, as ações de economia solidária apenas indicam a necessidade da transformação do modo de produção capitalista, outros, mais utópicos, acreditam que a economia solidária pode ser um modelo alternativo de economia, uma outra cultura, ou até mesmo uma nova visão

de mundo; outros ainda afirmam que ela minimiza os efeitos da exploração da força de trabalho.

Em nossos estudos, temos uma interpretação divergente das citadas anteriormente e para nós a economia solidária assume uma tarefa de funcionalidade e subserviência ao modo de produção capitalista. Comungamos com as análises profícuas de Neves (2013).

Assim, a Economia Solidária contribui para obscurecer em essência as relações de trabalho, produção e de organização do trabalho em que está inserida (cooperativa, associação etc.), particularmente modalidades de contratação da força de trabalho desprovidas de direitos trabalhistas e subsumidas às atuais exigências da produção capitalista. O chamado empreendedor, no campo da Economia Solidária, tem que empreender a si mesmo, visto que se processa, neste ponto, uma brutal ideologização da condição de trabalhador, objetivando que este passe a identificar-se com o capital. O resgate de proposições inscritas no caldo diversificado da tradição socialista (solidariedade, cooperação, autogestão, mutualismo, utopia, trabalho autônomo etc.) é feito sem saturá-lo de diversas determinações, principalmente, sócio históricas, produzindo um *constructo* político encharcado de anticapitalismo romântico. (NEVES, 2013, p.212).

Os princípios orientadores da economia solidária assumem nas 11 (onze) incubadoras universitárias, diferentes formas de interpretação, como exemplificado nas falas a seguir.

Eu não saberia te dizer hoje o que é a economia solidária, mas eu quero te dizer assim, que para mim, do ponto de vista das crenças sociais, eu tenho uma crença de que a economia solidária no Brasil ela é realmente talvez a melhor boa prática, não é? De economia, de sociedade, de proposta de sociedade, de proposta de um formato de educação para cooperação, não é? Em detrimento das mazelas que o modo de produção capitalista tem gerado. (Entrevistada A - Centro-Oeste).

No meu entendimento, a economia solidária é isso. É uma maneira de você viver em conjunto, de uma forma coletiva. E com os princípios realmente valorizados, né? Que fazem com que, que fazem a distinção e dão importância para a vida humana. Ou seja, coisas, a ética, a honestidade, a legitimidade. São situações, são valores que, e claro, aí você vai incorporando o que já está comumente usado, com o processo de autogestão, a solidariedade, a cooperação, a sustentabilidade, a questão da preocupação com a natureza e tudo mais. Ou seja, é uma forma de vida de uma maneira correta. Humana. (Entrevistado B- Centro-oeste).

As entrevistas revelaram a intenção dos docentes engajados nos projetos de economia solidária de desenvolver ações que minimizem as consequências deletérias para a população em situação de superexploração em vigor no Brasil.

Seus principais alicerces de sustentação são a acumulação e a concentração de riquezas para os donos dos meios de produção, a exploração da força de trabalho e a negação de direitos para essa classe social que vive da venda da sua força de trabalho.

O “público-alvo”¹⁶⁹ dos projetos e ações desenvolvidos pelas incubadoras universitárias são trabalhadores desempregados e em risco de desemprego, trabalhadores autônomos, e/ou informais, comunidades tradicionais, populações ribeirinhas, pescadores artesanais, marisqueiras, catadores de material reciclável, e pequenos produtores rurais e urbanos, beneficiários dos programas sociais, ou seja, a população alvo é indivíduos e/ou grupos caracterizados por Marx (1984, p.272-273) como a superpopulação relativa estagnada, que

[...] constitui parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular. Ela proporciona, assim, ao capital, um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo do nível normal médio da classe trabalhadora, e exatamente isso faz dela uma base ampla para certos ramos de exploração do capital. É caracterizada pelo máximo do tempo de serviço e mínimo de salário. Sob a rubrica de trabalho domiciliar, já tomamos conhecimento de sua principal configuração. Ela absorve continuamente os redundantes da grande indústria e da agricultura e notadamente também de ramos industriais decadentes, em que o artesanato é vencido pela manufatura e esta última pela produção mecanizada. Seu volume se expande na medida em que, com o volume e a energia da acumulação, avança a “produção da redundância”. Mas ela constitui ao mesmo tempo um elemento auto-reprodutor e auto-perpetuador da classe operária, que tem participação proporcionalmente maior em seu crescimento global do que os demais elementos.

A compreensão da origem da superpopulação relativa à luz do referencial marxiano é importante para analisarmos de forma crítica os limites das ações e projetos de economia solidária nesse modo de produção capitalista cujos impactos na classe trabalhadora fica ainda mais acirrado ao considerarmos a materialização de um Estado neoliberal em nosso país, e Marx (1984) continua sua análise afirmando que de

[...] fato, não só a massa dos nascimentos e óbitos, mas também a grandeza absoluta das famílias está em proporção inversa ao nível do salário, portanto, à massa dos meios de subsistência de que as diferentes categorias de trabalhadores dispõem. Essa lei da sociedade capitalista

¹⁶⁹ Informações extraídas dos projetos e ações das incubadoras universitárias divulgadas em sites que abrigam as informações das incubadoras universitárias, como também dos relatos das entrevistas realizadas com os docentes.

soaria absurda entre selvagens ou mesmo entre colonos civilizados. Ela lembra a reprodução maciça de espécies animais individualmente fracas e muito perseguidas. Finalmente, o mais profundo sedimento da superpopulação relativa habita a esfera do pauperismo. Abstraindo vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, o lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social consiste em três categorias. Primeiro, os aptos para o trabalho. Basta apenas observar superficialmente a estatística do pauperismo inglês e se constata que sua massa se expande a cada crise e decresce a toda retomada dos negócios. Segundo, órfãos e crianças indigentes. Eles são candidatos ao exército industrial de reserva e, em tempos de grande prosperidade, como, por exemplo, em 1960, são rápida e maciçamente incorporados ao exército ativo de trabalhadores. Terceiro, degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. São notadamente indivíduos que sucumbem devido a sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, aqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e finalmente as vítimas da indústria, cujo número cresce com a maquinaria perigosa, minas, fábricas químicas, etc., isto é, aleijados, doentes, viúvas etc. O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. Ele pertence ao *fauxfrais* da produção capitalista que, no entanto, o capital sabe transferir em grande parte de si mesmo para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe média. (MARX, 1984, p.273).

A seguir, um trecho de entrevista que revela o perfil desse “público-alvo” e as principais características da natureza das ações e projetos desenvolvidos pelas incubadoras universitárias:

[..] atuamos com quatro segmentos econômicos: artesanato, cultura (uma comunidade quilombola), reciclagem, e a agricultura familiar e a agroecologia com grupos de agricultores familiares [...] (Entrevistada B - Sudeste).

Hoje existem várias questões além que são tão importantes quanto à questão econômica sim, né? Que está relacionada com sobrevivência, com bem-estar, com uma série de coisas e que são necessidades básicas hoje para qualquer ser humano. Então eu vejo que a proposta da economia solidária vem nessa direção de dar o foco realmente, não só apenas na necessidade de sobrevivência das pessoas, que é muito importante isso, mas na necessidade de vida mesmo, de uma vida melhor, de uma vida mais digna, de um reconhecimento de uma categoria de trabalhadores, que há muitos anos são espezinhados por um sistema, colocados dentro de uma vala comum, como se fossem descartáveis. (Entrevistada B - Centro-Oeste).

No entanto, os óbices existentes para a materialização desse ideal estão dados pelas condições objetivas da sociabilidade capitalista, como já discutido nos capítulos anteriores desse estudo. Os projetos não fazem nada além de buscar minimizar seus efeitos por meio da economia solidária via incubadoras universitárias, o que pode incorrer em estratégias contrarreformistas, sobretudo em contexto de

expansão de políticas neoliberais. E fazendo coro com as contribuições de Mészáros,

Na realidade, é completamente inconcebível sustentar a validade atemporal e a permanência de qualquer coisa criada historicamente. É isso que torna inevitável, em todas as variedades sociopolíticas do reformismo, tentar desviar a atenção das determinações sistêmicas – que no final das contas definem o caráter de todas as questões vitais – para discussões mais ou menos aleatórias sobre *efeitos* específicos enquanto se deixa a sua incorrigível *base causal* não só incontestavelmente permanente como também omissa. (2008, p. 63-64).

Esse mesmo autor ainda complementa o seu raciocínio afirmando a sua concepção acerca do papel da educação para transpor esses limites reformistas dentro do capitalismo.

Portanto, o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a *auto mudança consciente* dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. É isso que se quer dizer com a concebida “sociedade de produtores livremente associados”. Portanto, não é surpreendente que na concepção marxista a “*efetiva transcendência da auto alienação do trabalho*” seja caracterizada como uma tarefa inevitavelmente educacional. (MÉSZÁROS, 2008, p.65).

Os docentes envolvidos com as ações e projetos de economia solidária executados pelas incubadoras universitárias não podem perder de vista o papel da educação no sistema capitalista de produção e suas ações de ensino, pesquisa e extensão; precisam materializar uma *práxis* transformadora e crítica desse modelo de desenvolvimento.

Mas, ao mesmo tempo, eles não podem delegar aos seus projetos e ações de economia solidária a tarefa de resolver os problemas e expressões da questão social, que são inerentes ao modo de produção capitalista.

A impossibilidade de reformar o capital e resolver o problema do desemprego crônico tem sido sistematicamente confirmada pelas infrutíferas iniciativas da socialdemocracia, que fracassou em todo o mundo no decorrer do século XX. O capital não pode abrir mão do processo de expropriação do tempo de trabalho, pois o capital é acumulação de mais-valia. Ele somente pode absorver uma parte da mão de obra disponível à

sociedade e lançar outra parte à condição de subemprego ou desemprego. O desemprego faz parte da razão de ser do capital, porque por meio do desemprego este pode controlar a força de trabalho e impor regras coercitivas de exploração da força de trabalho. O desemprego é estrutural e aponta os limites do sistema do capital. (SANTOS NETO, 2014, p. 103).

O presente estudo também revelou a diversidade e a heterogeneidade das ações e projetos de economia solidária desenvolvidos no âmbito das instituições federais de ensino e as diferentes formas de viabilizar ou não por meio dessas ações a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão universitária. O próximo item irá abordar essa temática.

4.2 As ações e projetos de economia solidária e a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão

As ações e projetos das incubadoras universitárias são considerados como atividades de extensão. O Forproex, em documento da coleção extensão universitária, divulgado no seu site¹⁷⁰, define a extensão universitária como

[...] o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. (Plano Nacional de Extensão Universitária, s.d., p. 02)

Quando indagados acerca da concepção de extensão, os docentes entrevistados revelam suas concepções de extensão.

A gente precisa considerar que a extensão ela tem uma visão resumida, como se fossem eventos e não é isso; é um processo contínuo em que a gente exercita a troca de saberes com a comunidade, com a universidade. Então, é uma relação horizontal entre a universidade e a sociedade num processo de construção do conhecimento e esse papel é importante porque é um papel da formação acadêmica, é um dos pilares que contribui pra uma formação técnico científica, mas também de cidadania. O que a gente

¹⁷⁰ <<https://www.ufmg.br/proex/renex/>>. Acesso em 14 de nov, de 2016.

precisa contrapor dentro da perspectiva da extensão universitária é não deixar a extensão ficar no lugar de prestação de serviço ou ficar no lugar do poder executivo, ou ser uma prática difusionista, esse é um grande desafio, e tratar a extensão como uma atividade formativa contínua é um processo de indissociabilidade que tem que ser exercitada com as outras atividades acadêmicas da universidade. (Entrevistada B - Nordeste).

Não é a pesquisa que estimula a extensão, é o contrário. É a extensão que estimula a pesquisa. Porque a extensão é o lócus aonde você observa a pesquisa, e você tem que a partir disso elaborar um pensamento teórico. Esse pensamento teórico ele se caminha... Você caminha para a pesquisa. Mas uma vez estabelecido esse pensamento teórico, você tem que voltar e testar esse pensamento. Você vem pra extensão, você vem pra prática, vem pra prática, porque em teoria a gente fala do processo da práxis, elabora o pensamento, vem, testa, volta, modifica, e vamos caminhando nessa lógica. Então a gente vê que esse processo ocorre nas universidades, e eu percebi muito isso a partir do trabalho das incubadoras [...] (Entrevistado A – Sul).

As concepções de extensão dos docentes entrevistados dialogam diretamente com o conceito utilizado pelo Forproex como também pelo estabelecido na LDB (Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996), em relação às finalidades das instituições de ensino superior. No seu artigo 43, essa lei estabelece: “VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica geradas na instituição.” (BRASIL, 1996, art.43). E no seu art. 52, essa mesma lei conceitua as universidades como

[...] instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I – produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II – um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III – um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Ou seja, a função precípua da universidade é a produção intelectual. Em outro trecho, a docente da região nordeste destaca a importância de não confundir o papel da extensão universitária com outros órgãos do governo responsáveis pela execução de políticas públicas, como pode ser observado a seguir.

A importância da educação enquanto processo formativo, não no sentido de substituição de ações de programa de estado, de difusão de tecnologia, mas eu acho que é de extrema importância até pra repensar a própria estrutura da universidade, e ver de que forma pode contribuir com a nossa agenda nas ações acadêmicas, porque tem que ter sentido tanto para o ensino, quais são os profissionais técnicos, cidadãos que são formados, mas também até pra nós, professores, é um processo de aprendizado do repensar em fazer universidade, em fazer ensino superior. (Entrevistada B - Nordeste).

No entanto, os capítulos anteriores já revelaram a estreita relação entre as ações e projetos das incubadoras universitárias e a execução das políticas públicas, principalmente ações voltadas para atividades geradoras de renda, ou seja, que buscam preencher lacunas da política de trabalho e emprego.

Sobre o modelo de extensão em vigor nas universidades brasileiras os docentes entrevistados tecem severas críticas.

O modelo de extensão que foi colocado no Brasil foi da difusão da tecnologia. Porque qual é o padrão que se pensa? Primeiro pesquisa, depois do resultado da pesquisa, você estende o conhecimento. Então eu acho que você tem que partir, e principalmente também a extensão na perspectiva da prestação de serviço. Então eu acho que você tem que tirar, fazer essa análise, porque o que a gente defende, eu estou falando enquanto incubadora, não é nem o difusionista nem o de prestação de serviço, não é? (Entrevistada B – Nordeste).

[...] eu defendo muito que as incubadoras elas fazem pesquisa e extensão. Mas essa não é a leitura de muitas outras, porque elas não entendem que exista a possibilidade de desenvolver a pesquisa junto da extensão, e principalmente dentro das incubadoras. Porque a pesquisa é, infelizmente, do ponto de vista dos nossos colegas, é muito mais uma pesquisa de laboratório – bancária que eu falo – e muito menos, aliás, usando dados secundários, e muito menos trabalhar com pesquisa de campo. Quem faz muito isso são os cursos mais da área de sociais mesmo, como a sociologia, história, ciências sociais, serviço social... Eles caminham numa metodologia diferente, mas a maioria dos cursos trabalha numa pesquisa que não é uma pesquisa primária, muito mais uma pesquisa secundária. E a pesquisa secundária, do ponto de vista desses pesquisadores, não envolve a extensão. Aliás, a extensão pra eles é um problema, é ignorada, é como se fosse o filho pobre do tripé [...]. (Entrevistado A- Sul).

Os docentes atuantes nesses projetos, por sua vez, revelam os óbices encontrados na materialização da extensão bem como na indissociabilidade do ensino e pesquisa,

Eu acho que a indissociabilidade, ela não acontece, de fato, né?! A gente tem uma diferenciação de valorização, por exemplo, da pesquisa, em contrapartida com a questão da extensão. Eu acho que a gente, para

repensar em indissociabilidade, necessariamente, a gente tem que pensar metodologicamente o processo de ensino-aprendizagem, da própria universidade. Eu acho que a gente tem pouco espaço para discutir isso, né? A maior parte dos professores tem também uma relação muito distante da extensão – da compreensão do que seja isso! Então, de fato, a gente constrói espaços hierárquicos mais verticalizados. O que é valorizado ou não dentro da universidade, e a extensão acaba perdendo, e isso vem contribuindo para essa dissociabilidade! (Entrevistada B - Sudeste).

A indissociabilidade fica ainda mais comprometida quando são avaliados os pontos da progressão e avaliação dos docentes.

Os próprios critérios, eles são produtivistas e eles impõem uma lógica ao docente que tem, inclusive, provocado adoecimento dos docentes, mesmo não estando na extensão. Então, de fato, isso é muito prejudicial porque a gente tende a reforçar a estrutura da universidade, principalmente, né? Esses órgãos de avaliação internos e externos enfim, têm suas exceções, mas tende a reforçar essa separação e hierarquização entre extensão e pesquisa e, por isso, não reconhecer essas experiências ou valorizar essas experiências de extensão. (Entrevistada B- Centro-oeste).

No entanto, em algumas universidades federais as ações e projetos das incubadoras já conseguiram algum tipo de reconhecimento.

Então, as atividades de extensão, elas já têm uma pontuação! Embora um artigo científico publicado valha mais do que, de repente, um ano de coordenação de Programa. Do ponto de vista da equivalência dos pontos, para progressão dentro da Universidade. No entanto, o que eu percebo é que dentro da Universidade já há esse reconhecimento! Então, eu tive progressão recentemente e eu fiz uma pontuação que foi uma pontuação, inclusive, maior, superior a professores que estão no Programa de Pós-Graduação, justamente porque a gente conseguiu registrar de forma adequada todas as atividades! Então, dar visibilidade pra isso é importante! (Entrevistada B- Sudeste).

Mas, por outro lado, a indissociabilidade inexistente acaba prejudicando o acesso dos docentes responsáveis pelas incubadoras nos Programas de Pós-Graduação, o que é revelado pela mesma professora.

Com relação à pesquisa e os critérios da Capes, é sem dúvida! A Capes é além da gente fazer as coisas separadas e não conseguir fazer as questões de forma indissociável – porque é claro que quando a gente tá na ITCP, a gente faz pesquisa também – nós não conseguimos seguir o mesmo índice de produtividade exigido no Programa de Pós-Graduação, porque é como se fosse em pesquisa que não tivessem intervenção, ou como a gente tá

trazendo aqui, a questão da pesquisa-ação! Então, eu ainda não consegui me organizar, por exemplo, pra atingir os critérios para entrar no Programa de Pós-Graduação, por exemplo! Né?! Por quê? Porque é obvio que o nível de publicação, quando você tá fora do Programa de Pós-Graduação é muito vinculada a atividades que a gente não consegue sistematizar mais de forma coletiva porque você faz um monte de coisa ao mesmo tempo, isso prejudica porque você não entra num padrão de um professor que tá por conta disso e que não se envolve em várias outras atividades. E eu acho que nem para ele é fácil! Né?! (Entrevistada B - Sudeste).

Outro professor complementa, falando acerca do processo de valorização da Capes das atividades de extensão.

Tem uma outra questão, quando você vai olhar para Capes, por exemplo, a Capes ela valoriza mais dentro daquele tripé: docência, pesquisa e extensão, ela claramente valoriza bem mais a pesquisa do que qualquer outra coisa. Olha, eu acho importante a pesquisa, eu também faço pesquisa, mas, e daí a extensão acaba sendo meio desprestigiada, eu acho isso um equívoco. Eu acho que a extensão deveria ser tão prestigiada quanto à pesquisa, até porque quantas vezes um artigo, um trabalho acadêmico não é fruto de um trabalho de extensão? Muitas vezes, mas aí tem essa divisão, e a Capes ajuda a fortalecer essa divisão, extensão de um lado, pesquisa para outra. Eu não vejo assim, eu acho que é um erro, um equívoco, mas é assim que funciona. (Entrevistado A - Nordeste).

A falta de reconhecimento dos trabalhos extensionistas está presente inclusive entre o próprio corpo docente. Um entrevistado revela que de forma negativa o seu trabalho é visto por outros colegas como uma tarefa adicional além daquelas já previstas na sua carga horária.

A extensão, de um modo geral, essa visão que eu tenho da universidade, ela não é estimulada entre os professores, depende muito do professor. Eu, pela minha trajetória, o que eu fiz na minha graduação, depois minha trajetória profissional, etc., eu procuro basear a minha atuação profissional como professor, incorporando essas questões, mas tem colegas lá que não fazem isso, e não faz diferença nenhuma, eu arrumei trabalho a mais, tem uma colega, que eu gosto muito dela, ela falou assim: “Você gosta de arrumar “tipo” sarna para se coçar”, é bom, é isso mesmo. Eu me realizo assim, se eu ficar só dando aula e fazendo pesquisa, falta uma parte, entende? (Entrevistado A - Nordeste).

Outro ponto em destaque nas entrevistas e também observado nos sites que abrigam informações acerca das incubadoras e a heterogeneidade das incubadoras universitárias, um docente afirma o seguinte.

Porque você vai variar, você tem incubadoras de diversas formas, a nossa é núcleo de ensino, pesquisa e extensão, mas você tem incubadoras que elas só ficam com programa de extensão, depende muito de como ela opera, né? [...] Porque no nosso caso, a gente sempre trouxe a necessidade da institucionalidade da incubadora pra não ser um apêndice, isso é, um outro problema. Eu acho que o desafio é como é que ela se torna institucional enquanto uma pauta importante pra dentro da formação acadêmica, enquanto ensino, pesquisa e extensão. Por outro lado, que aí eu acho que é uma crítica que deve ser feita, primeiro assim, a economia solidária não foi uma bandeira, uma luta, uma construção da academia. (Entrevistada B - Nordeste).

Foi destacada também, pela mesma entrevistada, a ausência de docentes em algumas incubadoras universitárias, conforme se pode ver na sentença a baixo.

Se a gente for olhar a realidade das incubadoras, você vê que é muito restrita às equipes, em termos de docente, a ponto de ter equipes que não tem nem docente, são poucas, mas isso acontece. Aí você traz novamente, é importante é, mas de fato qual é uma equipe que não tenha docente, não é centralidade no docente, mas qual é de fato a interferência da incubadora, muito da pauta da institucionalidade da universidade, se você não tem um elemento importante que é o docente. Porque o docente tá no ensino, a centralidade é dele ainda. Como é que você pensa a interferência, a contribuição, se você não tem um dos sujeitos envolvidos. Por outro lado também você não pode pensar uma incubadora que não tenha os estudantes, que não dá pro professor ir lá no grupo sem fazer a integração dos estudantes na relação também com esse grupo, porque é um espaço de formação também, você já tá ensino, você já tá pesquisa, você já tá extensão. Então, são sujeitos que, necessariamente, precisam estar dentro e atuando diretamente com as ações, não pode ser nem um nem outro, mas como é que se dá inclusive a relação do professor com o aluno, que é um outro aprendizado. (Entrevistada B – Nordeste)

Na tentativa de minimizar esses problemas foi proposto no Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014, com vigência até 2024) a curricularização da extensão, ou seja, no mínimo dez por cento (10 %) dos créditos do curriculum da graduação devem ser materializados com projetos, programas e ou atividades de extensão na área social. No entanto, em que pese essa iniciativa, Lima¹⁷¹ (2015, p. 09), ao analisar o PNE 2014-2024, afirma o que segue.

A análise da Lei 13.005/14 (BRASIL, 2014) indica que foi aprovada mais uma expressão da fundamentação política e jurídica para aprofundamento da privatização da educação brasileira. Em oposição a esta política, foi organizada a *Campanha 10% do PIB para a Educação Pública, já!*. Ou seja, não se trata da alocação de verba pública para a educação, mas para a *educação pública e gratuita* (o que exclui a alocação direta e indireta de

¹⁷¹ Disponível em <<http://www.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1011061562.pdf>>. Acessado em 07 de novembro de 2016.

verba pública para o setor privado) e da alocação de 10% do PIB para a educação pública, já, isto é, não é um processo que dure dez anos, mas a alocação imediata para garantir a oferta de educação pública, gratuita e de qualidade referenciada nas lutas e demandas dos trabalhadores.

O Andes-SN, sistematicamente vem divulgando estudos e pesquisas acerca das atuais condições do trabalho docente e das características das universidades. De acordo com João Negrão (2º tesoureiro e da coordenação do Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA) do Sindicato Nacional), a

[...] lógica gerencialista se inclui a quebra da autonomia universitária e na visão de gestão atual. “Os reitores já são chamados de gestores e, com isso, está se perdendo toda a concepção de universidade que a própria Constituição estabelece. Mas, além disso, é a submissão das universidades à lógica gerencial do Estado brasileiro, com o controle da produção acadêmica e do que se faz no ensino. É uma lógica bem produtivista, que tira o caráter de pesquisa da própria universidade, orientada para o mercado”. (Fonte: <<http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8462>>)

Essa perversa realidade materializa a profícua análise de Chauí (2014), quando discute o perfil da universidade brasileira, no texto ‘Ventos do progresso: a universidade administrada’. Segundo a autora,

[...] a universidade encontra-se internamente organizada conforme o modelo da grande empresa capitalista. Assim sendo, além de participar da divisão social do trabalho, que separa trabalho intelectual e manual, a universidade ainda realiza em próprio interior uma divisão do trabalho intelectual, isto é, dos serviços administrativos, das atividades docentes e da produção de pesquisa. A fragmentação da universidade ocorre em todos os níveis, tanto nos graus do ensino quanto nos da carreira, tanto nos cargos administrativos e docentes quanto na direção. [...] Isso significa em primeiro lugar, que a fragmentação não é casual ou irracional, mas deliberada, pois obedece aos princípios da empresa capitalista moderna: separar para controlar. Em segundo lugar, significa que a fragmentação do ensino e da pesquisa é o corolário de uma fragmentação imposta à cultura e ao trabalho pedagógico pelas ideias de especialização e de competência, sobretudo que a reunificação do dividido não se fará por critérios intrínsecos ao ensino ou à pesquisa, mas por determinações extrínsecas, ou seja, pelo rendimento e pela eficácia. (CHAUÍ, 2014, p.70).

Mesmo não fazendo uma referência direta à indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, Chauí revela os princípios capitalistas em vigor na

universidade brasileira e, em consequência disso, os critérios e formas de avaliação do trabalho docente.

Em seus documentos oficiais¹⁷², o Andes–SN defende a indissociabilidade do ensino, pesquisa, extensão como um dos conceitos fundamentais para a universidade brasileira,

A universidade pública é uma das instâncias onde deve ocorrer, de forma integrada, a formação profissional e a reflexão crítica sobre a sociedade, assim como a produção do conhecimento, o desenvolvimento e a democratização do saber crítico em todas as áreas da atividade humana. Suas funções básicas, o ensino, a pesquisa e a extensão, devem ser desenvolvidas de forma equilibrada, articulada e interdisciplinar. Garantida a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, central em nossa concepção de universidade. [...] O ensino deve ter um caráter formador e crítico, ser presencial, para construir na interação com a pesquisa e a extensão, a autonomia do pensar e do fazer no exercício profissional e na ação social. (ANDES-SN, 2013, p.17, 20)

É essa concepção de universidade socialmente referenciada a que os docentes envolvidos com as ações das incubadoras universitárias revelam perseguir em suas atividades. Conforme entrevistada,

[..] essa contribuição de conhecimento também que essas pessoas geram, elas produzem conhecimento e elas influenciam na pauta de ensino, pesquisa e extensão na universidade, entendeu? Porque ela influencia de que forma? O seu contato com essa realidade, você contrapõe também ações filantrópicas e de caridade, não é nessa relação da caridade, mas é uma relação que você precisa construir horizontalidade, e é difícil porque nem todo mundo consegue trabalhar num tipo de incubadora dessa natureza, porque não pode ter as certezas, então como é que você constrói essa – que é o segundo aspecto – que essas experiências também contribuem pra repensar o papel da universidade, da sua formação acadêmica e da sua agenda de ensino, pesquisa e extensão. Por quê? Porque em contato com essa realidade, sejam os alunos, sejam os professores, começam a repensar a sua pauta de ensino, começam a repensar também as questões metodológicas de extensão, porque a extensão ela não é difusão de tecnologia, ela não é prestação de serviço, mas como é que ela, enquanto elemento de formação, ela constrói o conhecimento nessa relação e a pesquisa no sentido de pensar uma pauta de pesquisa que tenha sentido pra sociedade, para além do que se pensa historicamente que é voltada pro mercado, que sempre foi colonizado por uma elite. Então, é uma complexidade que fica até difícil a gente mensurar qual é o impacto que isso dá em termos internos da universidade, mas se a gente pega por exemplo alunos que passaram pela incubadora e você vê hoje em termos de se tivéssemos indicadores de quantificar, ou de qualificar a formação deles como autonomia, como processo de conhecimento, de pensar o mundo de forma mais holística, de pensar o mundo mais de uma forma integrativa, não tão cartesiana [...]. (Entrevistada B – Nordeste).

¹⁷² Cadernos Andes n.02,4ª Edição atualizada e revisada, Janeiro/2013, Brasília/DF.

No entanto, essa mesma docente, em outro momento da entrevista, revela que a estrutura hierárquica da universidade é o principal óbice para o êxito de ações extensionistas capazes de materializar a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Para a mesma, a “estrutura da universidade ela é fragmentada, ela fala da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, mas da forma como ela se organiza você não consegue articular, né?” (Entrevistada B – Nordeste).

A análise das entrevistas e dos documentos das incubadoras universitárias revelou um quadro bastante heterogêneo em relação à natureza das ações e projetos desenvolvidos no âmbito dessas incubadoras e dos métodos e práticas utilizados tanto no âmbito interno (universidade) quanto no externo (empreendimentos, órgãos públicos, movimentos sociais, etc.) na materialização dos seus projetos e ações. No entanto, foi possível identificar alguns elementos em comum independente da macrorregião geográfica onde estão localizadas:

- a) o “público-alvo” de suas ações constitui, em sua maioria, trabalhadores, trabalhadoras e suas famílias que compõem a superpopulação relativa estagnada;
- b) os princípios orientadores das suas ações dialogam com concepções da educação popular e da pesquisa ação;
- c) apresentam dificuldades para a sua sustentabilidade econômico-financeira sem os recursos financeiros dos órgãos federais (Senaes; MEC, etc.);
- d) envolvem em suas equipes docentes, discentes e servidores técnicos administrativos das universidades;
- e) contam com apoio institucional das universidades de formas diversas (disponibilização de local para funcionamento, veículos e servidores técnicos, etc.);
- f) os docentes envolvidos nos projetos e ações das incubadoras têm uma trajetória pessoal de militância política;
- g) os projetos apoiados pelas incubadoras em sua grande maioria estão direcionados para ações de: empreendedorismo, artesanato, catadores de material reciclável, agricultura familiar, comercialização de produtos de

comunidades tradicionais, etc.

Os aspectos elencados acima já foram abordados neste estudo, no entanto, dialogando diretamente com o tema da tese, iremos, a seguir, analisar um dos elementos que nos instigaram a realizar esta pesquisa, o qual se materializa na pergunta que segue. Diante de tantas dificuldades de operacionalização das ações e projetos das incubadoras universitárias, qual foi o fator que determinou a inserção dos docentes das universidades federais nesse universo contraditório das ações extensionistas das incubadoras universitárias?

4.3 Os docentes e as incubadoras universitárias: Docência e (ou) militância política?

Marx, na 'Ideologia Alemã', destaca a influência das relações sociais, da divisão do trabalho, da troca, etc. na vida dos sujeitos. Segundo ele, os

[...] indivíduos, sempre e em todas as circunstâncias, “partiram de *si mesmos*”, mas como eles não eram *únicos* no sentido de não precisar estabelecer relações uns com os outros, e com suas *necessidades* – portanto, sua natureza – e o modo de satisfazer essas necessidades os conectavam uns aos outros (relação entre os sexos, troca, divisão do trabalho), então eles *tiveram de* estabelecer relações. Ademais, como eles não firmaram relações como puros Eus, mas como indivíduos num determinado estágio de desenvolvimento de suas forças produtivas e necessidades, e como essas relações, por seu turno, determinaram a produção e as necessidades, **então foi justamente o comportamento pessoal – individual – dos indivíduos, seu comportamento uns em relação aos outros como indivíduos que criou as relações existentes e que diariamente volta a criá-las.** [...] Na época presente, o domínio das relações materiais [*sachlichenVerhältnisse*] sobre os indivíduos, o esmagamento da individualidade pela casualidade, atingiu sua forma mais aguda e universal e, com isso, designou aos indivíduos existentes uma missão bem determinada. **Ele deu aos indivíduos a missão de, no lugar do domínio das relações dadas e da casualidade sobre os indivíduos, instaurar o domínio dos indivíduos sobre a casualidade e sobre as relações dadas.** (MARX; ENGELS, 2007, p. 422- 423, grifos nossos).

Ou seja, é a nossa vida material, o nosso modo de inserção no mundo do trabalho e nas relações sociais que estabelecemos que são definidas a nossa consciência de classe, e essa é determinada historicamente.

A escolha por essa citação marxiana no item que trata da militância política e da inserção dos docentes nas incubadoras universitárias deu-se por identificarmos nos relatos dos docentes entrevistados os caminhos percorridos por eles até a incubadora. Em sua maioria, essa opção não foi institucional como ocorre nas atividades de ensino e de pesquisa, que são definidas pelos concursos que realizam para ingressarem nas Ifes e pelos temas que pesquisam em decorrência dos seus estudos durante a formação docente (mestrados, doutorados, etc.). Mas foi possível identificar que sua inserção nas incubadoras universitárias ocorre de formas diversas.

Nas incubadoras os docentes pesquisados revelaram diferentes elementos que justificam a sua atuação nas mesmas, e entre esses destacam-se: 1- o perfil dos docentes; 2- as relações interpessoais construídas no âmbito das universidades e, por fim, 3- a trajetória de militância política desses docentes:

Na aula ela me fez um convite na frente dos alunos para eu colaborar com ela na incubadora. E claro que eu aceitei, eu, na minha trajetória no movimento sindical, o que eu mais fiz nesses vinte tantos anos, eu fiz um pouco de tudo né, mas o que eu mais fiz foi trabalhar com a educação, com a formação sindical e a educação popular, aí ela me faz um convite desse e claro que vou aceitar. (Entrevistado B- Nordeste).

Esses três elementos citados anteriormente acabam influenciando sobremaneira a imbricada relação entre as ações e projetos desenvolvidos nas incubadoras universitárias.

Você tem que ser super-herói, do ponto de vista do ensino, pesquisa e extensão, porque a gente faz em separado, então, a gente faz três atividades! Se a gente concebesse a extensão como ensino e pesquisa – que é o que ela precisa ser, né?! do ponto de vista da pesquisa-ação e da pedagogia de projeto, mais cooperativa – a gente construiria isso, a gente teria uma carga muito menor ou uma escolha muito maior, mas aí, como a própria estrutura é dissociada, né?! **A gente acaba tendo aqueles professores que se engajam naquela militância porque eles têm uma proximidade é com a temática.** (Entrevistada B – Sudeste – grifo nosso).

Esses e outros relatos dos docentes demonstram que, mesmo com os óbices encontrados para desenvolver as suas atividades e falta de reconhecimento intra e extra institucional desse trabalho extensionista, eles continuam atuando nas incubadoras universitárias e revelam:

É uma militância. E é exatamente por isso que eu aceitei o convite dela, quando ela me chamou para participar da incubadora. Porque eu tenho na minha trajetória, por tudo que eu falei, embora eu hoje seja um professor da universidade, mas eu me considero um militante por conta da minha trajetória. Só que eu estava, digamos assim, sentia que faltava uma coisa, não adianta ser professor, dar aula, fazer pesquisa, falta alguma coisa, aí a incubadora foi que me deu essa possibilidade que é uma militância, mas uma militância mais qualificada, porque não é uma militância que é só tarefaira, às vezes até é, mas é uma coisa que qualifica também, é uma militância mais qualificada digamos assim, porque você reflete, porque você, enfim, tem toda essas questões aí. (Entrevistado C - Nordeste).

Em outra entrevista o docente afirma que um dos elementos mobilizadores dos docentes para a extensão nas incubadoras é a identidade com a militância política.

A receita de bolo que é recomendada para a nossa progressão funcional, para o nosso reconhecimento entre os pares, etc e tal. A incubadora, extensão, isso daí eu digo a todo o momento, não é valorizado. Em função disso, mesmo o professor que tem curiosidade, que poderia direcionar as suas pesquisas para a economia solidária, se ele não tiver como encaixar isso perfeitamente no programa de pós dele, ele não vai colar na incubadora. Então acaba que às vezes o professor chega, assume um projeto, percebe o trampo que dá e o quanto que ele não conseguiu orientar os alunos do doutorado dele, o quanto que ele não conseguiu sentar e escrever um bom artigo para sair na revista *Qualis* lá, não sei das quantas, etc. e tal, o trabalho que deu, entendeu? E fala: “Não, desculpa aí... Para coordenar um projeto desse tamanho, tirar dois artigos, eu prefiro ficar sem fazer extensão nenhuma. Mergulho nos meus livros ou na minha pesquisa de campo, tiro quatro, cinco artigos daquilo e sou muito mais produtivo do que um extensionista” aos olhos da Capes. Então isso afasta os professores. E os que chegam à incubadora são os militantes, que por definição pegaram o *Lattes* e rasgaram. (Entrevistado A – Sudeste).

Nos relatos eles verbalizaram uma espécie de hierarquização de saberes e status entre os docentes, ou seja, os docentes que atuam nas incubadoras são menos prestigiados e têm dificuldades inclusive para entrarem como professores nos cursos de Pós-Graduação. Por usarem muito tempo nas atividades das incubadoras, eles acabam publicando menos que os outros docentes que atuam só com ensino e pesquisa.

Muito diferente do cenário dos Institutos Federais que têm uma grande quantidade de professores **que não estão inseridos na pós-graduação e naquela lógica da Capes**, da produtividade, etc. para os professores das universidades federais, todos eles inseridos em às vezes dois, às vezes três, programas de pós-graduação e tendo que atender a demandas por publicação, por produtividade a partir desses programas, etc. Trabalhar em

um projeto de extensão, trabalhar em uma incubadora, é um desvio de foco, não é? Perde pontuação. É uma estratégia ruim se ele for querer seguir o *mainstream*. (Entrevistado A – Sudeste, grifo nosso).

Sobre essa hierarquização entre os docentes, Maués (2015) explica:

As próprias instituições de educação superior não valorizam as questões políticas e pedagógicas. O próprio docente é muito mais prestigiado enquanto pesquisador do que professor. Inclusive há uma diferença de status entre aqueles que só exercem a docência e os demais. [...] Na nova cultura acadêmica instiuída no ES, cujo ethos é a mercantilização da educação, os Programas de Pós-Graduação passaram a gozar de um maior prestígio das instituições. (2015, p.223).

Ao analisar¹⁷³ os currículos Lattes dos docentes, encontramos registros de atuação em movimentos sociais, sindicatos e outros movimentos da sociedade em prol da luta por direitos sociais, ou seja, a militância política é uma característica presente nos docentes entrevistados.

Em relação à produção bibliográfica (científica), destacamos a seguir alguns dados encontrados nos referidos currículos dos professores entrevistados; a classificação obedece a nomenclatura utilizada pela plataforma Lattes.

Tabela 14: Produção bibliográfica dos Docentes das Incubadoras Universitárias

Macrorregião de Atuação do Docente	Livros	Capítulos de livros	Artigos completos publicados em Periódicos	Trabalhos publicados em Anais de Congressos (completos e resumidos)
Norte	04	13	21	70
Nordeste	06	12	06	40
Sul	05	16	06	21
Sudeste	00	03	12	36
Centro-oeste	02	11	11	26
Total	17	55	56	193

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos currículos dos entrevistados disponíveis na plataforma Lattes. Acessados em 03 de março de 2017.

Destaca-se aqui a pequena produção de livros e de forma contrária o grande número de publicações em anais de congressos e outros eventos dessa natureza, que, para os critérios de classificação e avaliação para a progressão docente, não

¹⁷³ Não vamos elencar as informações encontradas nos currículos Lattes para resguardar o sigilo dos docentes entrevistados.

pontuam de forma significativa como publicação de livros, artigos em livros e em periódicos.

Em suas ‘Teses a Feuerbach’, Marx sentencia, na XI: “Até hoje os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de maneiras diferentes, cabe agora, transformá-lo” (Marx e Engels, 1998, p. 76). Nessa mesma obra ele acrescenta:

A questão de saber se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas prática. É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno do pensamento... não basta interpretar, o que importa é transformar” . (MARX; ENGELS, 1998, p.12-14).

Nas entrevistas, essa frase marxiana foi muito citada, mesmo entre os docentes mais ecléticos que, em seu discurso, fazem citações de autores de correntes teóricas tão distintas (Weber, Bordieu, Mauss, etc.). Eles afirmam que são mobilizados pela tarefa da universidade de transformar a realidade.

Chauí, em seu texto ‘Ventos do progresso: a universidade administrada’, elenca os riscos que a universidade brasileira pode correr na instrumentalização da cultura, adverte tanto o corpo docente quanto o discente para não confundirem conhecimento e pensamento.

O conhecimento se move na região do instituído; o pensamento, na do instituinte [...] Para boa parte dos professores, além do benefício dos financiamentos e convênios, a modernização significa que, enfim, a universidade se tornou útil e, portanto justificável. [...] Do lado dos estudantes, a tendência é oposta [...] e essa rebelião costuma assumir duas formas: a valorização imediata do puro sentimento contra a falsa objetividade do conhecimento, ou a transformação da Tese 11 contra Feuerbach em palavras de ordem salvadora, pedra de toque contra a impotência universitária. [...] Quanto ao apego dogmático e igualmente imediatista à Tese 11, é certo que também resulta em autoritarismo. Este pressupõe um saber já dado (“a teoria como modelo explicativo acabado”), uma prática já dada (os efeitos passados erigidos em ações exemplares a imitar ou evitar), um discurso já dito (as palavras de ordem de “eficácia” comprovada). O autoritarismo, erguido sobre o já sabido, já feito e já proferido, inutiliza a necessidade de pensar, aqui e agora. A defesa dogmática da Tese 11 (além de despojá-la do contexto histórico e prático que lhe dava sentido) supõe a admissão da inutilidade do pensamento e da reflexão na compreensão do real, levando à crença na possibilidade de passar imediatamente à sua transformação, porque já existiria pronta e acabada, a explicação definitiva – “uma ciência” costuma-se dizer – à espera de aplicação. **Sob o ativismo transformista esconde-se o medo de enfrentar o real como algo a ser compreendido e que, sendo histórico, está sempre na encruzilhada do saber e do não saber.** (CHAUI, 2014, p. 76-78, grifo nosso).

Essa longa citação fez-se necessária porque percebemos nas entrevistas e nos eventos que participamos com a presença de vários outros docentes do Brasil (além dos entrevistados) e discentes atuantes nas incubadoras que o papel atribuído por eles às suas ações e projetos pode caminhar nessa direção em prol de uma organização administrativa e administrada universidade (CHAUÍ, 2014).

Em nossas análises percebemos também nas falas dos docentes entrevistados um discurso que acaba por dicotomizar a pesquisa/produção de conhecimento e a extensão/transformação. A nosso ver, a práxis profissional dos intelectuais deve ser contrária a esse tipo de discurso; não devemos dicotomizar, mas, ao contrário, atuar no ambiente acadêmico de forma a materializar a transversalidade das funções precípuas da universidade: pesquisa, ensino e extensão.

Ao ministrar disciplinas, devemos revelar no espaço da sala de aula a relação dos conteúdos teóricos com a prática da pesquisa e da extensão.

E isso deve ser realizado sem dissociar internamente o tripé (ensino, pesquisa e extensão) e fomentar análises críticas das realidades locais, regionais e mundiais nas quais estamos inseridos como classe trabalhadora. Analisando, assim, de forma crítica o cotidiano e as expressões da questão social em um país subdesenvolvido cuja orientação neoliberal do Estado brasileiro acaba por agravar ainda mais esse cenário.

No atual contexto da universidade pública brasileira percebemos que os critérios de avaliação aos quais são submetidos os docentes acabam por mitigar essa possibilidade de atuação, gerando um dualismo perverso entre os docentes: aqueles que produzem pesquisa e os outros que fazem extensão e reproduzem conhecimento em sala de aula. Sobre esse processo, Minto (2014, p. 341), adverte acerca dos riscos que as atividades extensionistas estão submetidas.

Ainda na esteira da reorganização do ensino, pesquisa e extensão, as reformas foram construindo um arcabouço de medidas para facilitar e fomentar a transformação da extensão numa atividade completamente desintegrada do ensino e da pesquisa. Legitimada pelo discurso do “retorno da universidade à sociedade” que paga impostos e pelo alegado caráter “comunitário” voltado para atender às necessidades do local e da região onde se situa a instituição, a extensão se transforma num conjunto de atividades mais facilmente privatizáveis dadas as dificuldades legais aplicadas ao ensino e à pesquisa.

Além disso, cabe atentar ao significado que as ações e projetos de economia solidária acabaram adquirindo no decorrer do período de 2003 a 2015. Suas ações acabaram abastecendo as águas do moinho neoliberal e do falso discurso neodesenvolvimentista em vigor no Brasil nos anos áureos dos governos Lula e Dilma.

Ao lado de outras ações e programas de combate à pobreza, a economia solidária serviu para minimizar os efeitos do desemprego, ausência de renda e miséria, não enfrentados estruturalmente por políticas públicas consistentes. E, ao mesmo tempo, serviu para fragilizar a prática político-organizativa dos trabalhadores, como afirma Mota (2010).

Como já aludi, as transformações ocorridas nos processos e nas relações de trabalho afetaram profundamente a composição e a prática político-organizativa dos trabalhadores, revelando que este componente decisivo na qualificação da questão social como aspecto de luta político-revolucionária do proletariado pela superação das suas precárias condições de vida e trabalho, e que se constituiu numa ameaça à ordem burguesa, sofre significativas inflexões. Uma referência importante aqui é, por exemplo, a ideia de economia solidária ou das modernas cooperativas de trabalho que se colocam como alternativas à produção capitalista – quando a elas estão totalmente integradas. (MOTA, 2010, p.41).

O falacioso discurso neodesenvolvimentista está estruturado em políticas econômicas e sociais que em nada se assemelham ao nacional desenvolvimentismo e não foram capazes de enfrentar a bárbara desigualdade social predominante no Brasil. Assim, concordamos com Teixeira, quando o mesmo afirma que as

[...] ações deste novo desenvolvimentismo estão focadas em “políticas” que não tocam na lógica do processo de acumulação do grande capital, notadamente o capital financeiro. São “políticas” localizadas e contingenciais, como empréstimos consignados, crédito popular, economia solidária, bolsa-família, “políticas” de cotas, bolsas de estudo, programa para pequenos empreendedores, dentre outras ações do mesmo gênero. (2016, p. 97).

Na mesma linha de análise, acerca dos limites do projeto burguês neodesenvolvimentista no Brasil, Alves (2016) revela o que segue.

Podemos dizer, então, que o neodesenvolvimentismo como projeto burguês de desenvolvimento hipertardio, apesar de avanços significativos e inegáveis nos indicadores sociais – avanços indispensáveis para a própria legitimidade social e política do projeto burguês de desenvolvimento – tornou-se incapaz, por si, de alterar qualitativamente a natureza da ordem

oligárquica burguesa historicamente consolidada no Brasil de hoje, mais do que nunca, pelo poder dos grandes grupos econômicos beneficiários de reorganização do capitalismo brasileiro dos últimos 20 anos – primeiro com o neoliberalismo e depois com o neodesenvolvimentismo. (ALVES, 2016, p. 111).

Não é tarefa da universidade e de seus docentes escamotear o real, mas sim desvelar a hegemonia burguesa e contestar essa lógica de acumulação do modo de produção capitalista que nega direitos à classe que vive da venda da sua força de trabalho.

Os docentes investigados neste estudo são parte integrante dessa mesma classe social, e não é nosso objetivo discutir a identidade de classe desses profissionais. Mas todos são da classe trabalhadora, mesmo que alguns não se reconheçam como tal. Até mesmo Paulo Freire percebeu esse risco e expôs os erros cometidos no início da sua carreira docente.

Em meus primeiros trabalhos, não fiz quase nenhuma referência ao caráter político da educação. Mais ainda, não me referi, tampouco, ao problema das classes sociais, nem à luta de classes [...]. Esta dívida refere-se ao fato de não ter dito essas coisas e reconhecer, também, que só não o fiz porque estava ideologizado, era ingênuo como um pequeno-burguês intelectual” (1979, p. 43).

Sobre esse tema vale analisar os estudos profícuos de Carlos Bauer (2010), ‘A classe operária vai ao campus’, e o estudo de Henri Giroux (1986), ‘Teoria crítica e resistência em educação’. “O professor universitário faz parte das classes trabalhadoras da população brasileira, com capacidades de obter rendimentos bem acima das médias de outros extratos dos assalariados nacionais [...]” (BAUER, 2010, p.51).

No entanto, mesmo com essa capacidade de obter rendimentos acima da média nacional os docentes nos últimos anos vêm sofrendo um processo de proletarização do seu trabalho. Em seus estudos, Rêsesa afirma

Essa tese, já bastante discutida nas pesquisas educacionais e até parecendo esgotada, foi retomada pelo agravamento da sensação de mal-estar entre os professores e pela intensificação de protestos dos trabalhadores do serviço público. Deste modo, a tese de existência de um processo de proletarização sustenta-se em dois argumentos: 1) perda do controle do trabalho docente pelos professores; 2) massificação e desqualificação do trabalho docente. (2015, p. 35)

O trabalho docente não pode perder o seu conteúdo de classe e deve estar impregnado de crítica que possibilite desmitificar a ideologia hegemônica burguesa presente no intramuros da universidade e na sociedade de forma geral. Sobre essa identidade de classe dos docentes, Navarro afirma que

[...] no caso dos professores universitários [a identidade profissional] parece ter ganho uma dimensão cuja materialidade é inconfundível: a de assalariados sujeitos às mesmas vicissitudes das classes trabalhadoras. O intelectual viu-se, enfim, na contingência de viver (assumindo ou não) a adversa condição de trabalhador (NAVARRO, p. 85).

Esse intelectual orgânico nos termos de Gramsci assume um papel importante na crítica do modo de produção capitalista e na produção e reprodução tanto da ideologia quanto da utopia.

Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais. Quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais, faz-se referência, na realidade, tão-somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide peso maior da atividade específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. Isto significa que, se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não-intelectuais (GRAMSCI, 1981, p. 7).

É indiscutível a influência do trabalho intelectual na produção e reprodução de valores ideológicos e utópicos de uma sociedade capitalista. Para Mannheim (1972, p.32), estas “pessoas, reunidas em grupos, ou bem se empenham, de acordo com o caráter e a posição dos grupos a que pertencem, em transformar o mundo da natureza e da sociedade a sua volta, ou, então, tentam mantê-lo em uma dada situação.”.

Os educadores comprometidos com a formação de massa crítica ao atual modelo de desenvolvimento capitalista lutam em duas frentes principais: contra a desqualificação do trabalho docente que vem ocorrendo no Brasil nos últimos anos e, ao mesmo tempo, em prol de uma formação de qualidade que seja capaz de enfrentar esse desmonte de direitos sociais, econômicos, políticos e culturais históricos que foram conquistados por esses trabalhadores, o que é complementado por Mannheim (1986).

As utopias também transcendem a situação social, pois também orientam a conduta para elementos que a situação, tanto quanto se apresente em dada época, não contém. Mas não são ideologias, isto é, não são ideologias na medida e até o ponto em que conseguem, através da contra atividade transformar a realidade histórica existente em outra atividade, mas de acordo com suas próprias concepções. (1986, p. 219).

Evidencia-se assim que as ações e projetos dos docentes atuantes nas incubadoras universitárias são impregnados de suas utopias e ideologias de classe trabalhadora – uma classe social geográfica e historicamente situada, ou seja, a classe trabalhadora brasileira que vive no seu cotidiano as expropriações¹⁷⁴ de direitos histórica e duramente conquistados no contexto do nosso capitalista periférico e dependente. Não obstante, ao mesmo tempo, esses docentes estão sendo cobrados a cumprir funções antes distantes dos muros das universidades. “Na realidade, do professor se passou a cobrar uma postura de empreendedor, capaz de ter projetos financiados, trazendo recursos para a instituição, fazendo parcerias com o setor privado, produzindo conhecimento sob encomenda.” (MAUÉS, 2015, p.225). Considerando todos esses elementos, o que está em risco é a

[...] produção de conhecimento – consubstanciada à ideia de universidade desde seus primórdios – tende a ser substituída pela administração de dados e informações em um processo de assessoramento ao mercado, o que impõe a sensível perda do necessário distanciamento que essa instituição deve ter em relação à sociedade, da capacidade de reflexão e crítica, característica também histórica da universidade e de qualquer outra categoria de IES. Esse processo de substituição da produção de conhecimento pela administração de dados e informações assemelharia a instituição de educação superior a empresas prestadoras de serviços, organizadas, pois para este fim, sem, obviamente, as exigências que se põem desde sempre para aquelas instituições. (SILVA JR.; SGUISSARDI, 1999, p.269).

Considerando todos esses elementos, elaboramos a seguinte questão: Afinal para que (e para quem) servem esses projetos e ações das incubadoras universitárias desenvolvidas pelos docentes das universidades federais? Essa pergunta vamos buscar responder no próximo item.

¹⁷⁴ Sobre o significado e processos de expropriação, ver as contribuições de Fontes (2010).

4.4 Afinal, para que e para quem servem as incubadoras universitárias?

Afinal para que servem a extensão, ensino e pesquisa realizados pelas incubadoras? Os conhecimentos gerados por esse tripé, materializados via ações e projetos das incubadoras universitárias, provocam que tipos de resultados? Como os sujeitos sociais envolvidos nesses projetos (docentes, discentes, técnicos das universidades e pessoas que atuam nos empreendimentos) são beneficiados com essas ações e projetos extensionistas?

Ou, por outro lado, será que as incubadoras universitárias acabam gerando uma forma de privatização interna das universidades públicas federais? Será que suas ações e projetos as conduzem a atuar como agentes executores de políticas públicas que tentam (sem êxito) minimizar os efeitos das expressões da questão social e, em especial, do desemprego estrutural?

Será que elas acabam abastecendo o processo de privatização interna das universidades públicas materializando o que afirma o Andes – SN, em seu relatório anual do 61º Conad¹⁷⁵ em Boa Vista – RR, realizado em 2016? Segundo esse documento,

Nas universidades públicas, constata-se, que foi seguida pelos governos Lula/Dilma, a proliferação das Fundações Privadas ditas de “apoio”, promotoras da privatização por dentro das próprias instituições de ensino; nos anos noventa, seguiu-se a expansão precarizada, via REUNI, nos governos Lula e Dilma. Os cortes do orçamento de 2015 e 2016 comprometem todo o funcionamento: da política de assistência estudantil, às de extensão, passando pela investigação científica e tecnológica autônoma. (ANDES- SN, 2016, p.182).

Ao longo deste trabalho apresentamos reflexões fundamentadas nessas informações. Tivemos o cuidado de não generalizar os resultados diante da heterogeneidade das ações e projetos de economia solidária desenvolvidos pelas incubadoras, bem como suas formas diversas de organização e funcionamento, tanto no âmbito interno (relação institucional com a universidade) quanto externo (atuação junto aos segmentos dos empreendimentos econômicos solidários).

¹⁷⁵Texto extraído do relatório final do 61º Conad - Conselho do Andes - Sindicato Nacional – Boa Vista (RR), 30 de junho a 3 de julho de 2016. Disponível em <http://portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-1173458843.pdf>. Acessado em 18 de novembro de 2016.

Para responder essas perguntas buscamos dos docentes envolvidos nos projetos informações acerca de sua concepção de universidade e do papel da universidade brasileira.

O nosso percurso investigativo revelou em alguns trechos das entrevistas a compreensão por parte dos docentes das funções ideológicas e políticas da universidade, no entanto, os mesmos não fizeram referência à função econômica dessa instituição; e análises que não contemplam essas três funções da universidade (ideológicas, políticas e econômicas) em sua integralidade correm o risco de não revelar a contradição histórica presente na universidade brasileira. Alguns sinalizaram o seguinte.

Eu acho que a universidade, ela precisa cumprir um papel de formar, claro, tem a formação, a docência que leva à formação do aluno, mas o aluno que seja crítico e conectado com a realidade social do seu país e da sua região, sobretudo. Eu acho muito estranho uma universidade que forma o aluno e o aluno depois não tem nenhum compromisso com a construção do seu país, da cidadania, do desenvolvimento social, econômico, ele sai de lá e procura seu emprego. Claro, você não pode obrigar seu aluno, mas você tem que propiciar ele com uma série de experiências em sala de aula, fora de sala de aula, com pesquisa, com extensão, que eles se situem no país de forma diferente, eu acho que esse é o papel da universidade. É formar mais que profissionais para o mercado de trabalho, e é claro você tem que formar profissionais para o mercado de trabalho, as pessoas vivem disso é claro, mas junto com isso tão importante quanto, pra a gente mudar esse país, precisa ter essa outra, tem que assumir essa incumbência, essa tarefa. Então eu acho que é fundamental, por exemplo, o apoio e financiamento das atividades de extensão, que eu acho que são atividades como essa que propiciam o aluno um olhar para além da sua individualidade, do individualismo, então vejo a universidade por aí. (Entrevistado A- Sudeste)

Então, a incubadora ela não é pra prestar serviço, ela não vem na condição de substituir o Estado, mas ela vem na condição de dialogar o processo formativo acadêmico como um todo, tanto com os professores quanto os próprios alunos, contribuindo pra nossa agenda, mas principalmente, considerando a nossa relação com as políticas públicas. Então, a universidade ela trabalha a formação no sentido de capacitar tanto a nossa comunidade acadêmica como a sociedade, não só pra acessar as políticas públicas, mas também pra construir políticas públicas vinculadas com essa realidade. (Entrevistada A – Nordeste)

Esses relatos devem ser analisados à luz do referencial de autores como Silva Jr. e Sguissardi, que discutem as reformas pelas quais estão sendo submetidas às universidades federais.

As políticas públicas para a educação superior brasileira e as reações dos diferentes setores (público e privado) realizadas de formas distintas,

acabam por promover um reordenamento nesse espaço social em uma mesma direção: a do fortalecimento do processo de mercantilização de tal esfera e a transformação das identidades das IES públicas e privadas, segundo a mesma lógica – com maior explicitação nas privadas, uma vez que tal processo acentua sua natureza [...] o setor público alterar-se-ia de forma substantiva, com profundas modificações na identidade das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior) resultando, em última instância, na aproximação identitária com empresas prestadoras de serviços ao mercado. (SILVA JR.; SGUISSARDI, 1999, p.268).

Em outras entrevistas os docentes têm clareza de que não cabe à universidade desenvolver funções próprias de órgãos executores de políticas públicas. Mas o que permanece é a contradição nessa relação entre o papel da universidade produtora de conhecimentos e o chamamento da sociedade via demandas que chegam dos empreendimentos econômicos solidários para as incubadoras universitárias.

Em alguns relatos, os docentes revelam que as demandas dos empreendimentos chegam às portas das universidades com pedidos de assessorias, acompanhamentos técnicos, etc.

E a nossa experiência ela, a gente já teve disso, do empreendimento ir bater na porta da universidade: “Ei, a gente quer um acompanhamento. Disseram que tem um negócio aí de extensão, que tem gente aí que trabalha com isso daí.” Logo no início da nossa incubadora, ela inclusive aparece por conta disso, né? Em decorrência das demandas externas. E aí tanto foi, isso que estou falando. Ela é um cenário quanto ela também, ela está lá como um ator. Então a gente teve um grupo de, de, de, de mulheres, na verdade foram dois grupos, o primeiro grupo de mulheres que eram artesãos em um bairro próximo universidade que bateram na porta da universidade pedindo **assessoria**, assessoria, ajuda, estavam lá do lado, viram a universidade, um monte de gente lá, e a gente quer a ajuda de vocês, disse: “O que é que vocês têm aí para a gente?” A palavra é essa, o que é que você pode dar para a gente aí? Um outro grupo também, mais ou menos nessa mesma linha, que foi oriundo já de um outro projeto de extensão, que não necessariamente tinha um, no início, um vínculo com economia solidária, que eram mulheres que acompanhavam crianças no hospital universitário. Que foram se formando, inicialmente aprendendo a bordar, a pintar e foi que chegou uma hora que uma delas disse: por que é que a gente não se junta e faz alguma coisa? E aí... A pessoa que acompanhava esse grupo dentro do hospital disse: eu vou saber da pró-reitoria de extensão se tem alguém que poderia, a partir da pró-reitoria de extensão, nos dá uma assessoria. (Entrevistado B – Nordeste).

Eis o problema: como estabelecer um limite nessa linha tênue entre prestação de serviços via incubadoras universitárias e as atribuições precípuas das universidades federais (ensino, pesquisa e extensão) para não incorrer no risco de

transformar a universidade em uma organização prestadora de serviços ou em uma universidade operacional, usando os termos de Chauí?

Essa universidade não forma e não cria pensamento, despoja a linguagem de sentido, densidade e mistério, destrói a curiosidade e a admiração que levam à descoberta do novo, anula toda pretensão de transformação histórica como ação consciente dos seres humanos em condições materialmente determinadas. (CHAUÍ, 2014, pág.7).

Sobre essa forma de organização da universidade, Maués afirma que nessa

[...] nova configuração da educação superior, à qual resistimos, a formação do professor passou a representar uma forma de garantir que essa missão da universidade operacional possa ser alcançada. Assim, esse profissional deve ter doutorado na sua área específica, mas nada lhe é demandado do processo que envolve mais conhecimentos, incluindo aí os fundamentos da educação que podem permitir uma leitura abrangente do mundo e conhecimentos pedagógicos que possam auxiliá-lo no processo de ensino. (MAUÉS, 2015, p.225).

Sem pretender definir estratégias para a saída desse caminho cruzado – indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão via incubadoras universitárias versus ações e projetos das incubadoras universitárias substitutas de políticas públicas – cabe tecer algumas reflexões sobre o que apreendemos nesse processo de pesquisa.

Em relação ao papel da universidade, cabe em primeiro lugar situar a instituição universidade, dada historicamente na realidade brasileira: desde a sua gênese ela é determinada pelas condições da nossa sociabilidade, centrada no capitalismo periférico e dependente e nos interesses dos governos de plantão em relação aos objetivos dessa instituição para a sociedade brasileira.

Diferente dos processos de reforma do início do século passado, as frações burguesas dominantes locais já não requerem para o seu projeto histórico uma universidade pública capaz de produzir conhecimento científico e tecnológico novo, e seu objetivo não é formar um contingente importante de quadros com ampla formação científica, tecnológica e histórico-crítica. (LEHER, 2010, p. 22).

Na contemporaneidade, estamos falando de uma universidade operacional nos termos de Chauí, que acaba por assumir atribuições de uma organização a serviço do mercado, mesmo que isso coloque sob ameaça a sua função precípua de

produção do conhecimento e a torne uma instituição subserviente aos ditames da ideologia neoliberal e neodesenvolvimentista.

A autonomia universitária estaria, ainda que de forma eventualmente parcial, subordinada ao setor produtivo – em face dos recursos daí advindos valendo-se da prestação de serviços e assessorias – e ao Estado – face aos contratos de gestão, no caso das IFES, e à legislação no caso de outros tipos de instituições. Sobre as IES restaria pequeno espaço de influência da sociedade em geral e das comunidades, com as quais se relacionam. Por outro lado, o financiamento da educação superior efetivar-se-ia de diferentes formas, especialmente em função da extrema diferenciação institucional a que se chegaria como consequência direta das reformas em curso indutoras potenciais de uma miríade de novas formas de IES. Os recursos para o setor privado originar-se-iam das anuidades e eventualmente do Estado (em função do “mérito” atribuído pelo sistema de avaliação oficial e da categoria da IES); e os do setor estatal do Estado, das anuidades e, com gradativa maior participação, do mercado. (SILVA JR.; SGUISSARDI, 1999, p.267).

Em segundo lugar, os docentes vêm ao longo dos anos sofrendo um processo de proletarização no seu processo coletivo de trabalho. No dossiê denúncia nº. 03, de abril de 2013, o Andes-SN analisou o processo de precarização do trabalho docente e revela que a

[...] reestruturação da universidade e o sistema nacional de avaliação, além de desrespeitarem a autonomia da Universidade, puseram sob suspeita o trabalho do professor e a produção da Universidade. Por um lado, os mecanismos propostos na Reforma Universitária, mesmo sem que tivessem sido formalmente aprovados, foram sendo, pouco a pouco, implantados na direção de uma Universidade gerencial [...]. Da produção a qualquer custo, da competição e o estresse dominante pela sobrecarga de trabalho, deram a dimensão do real significado do projeto governamental, um projeto de ajuste com o mercado. A introdução de outro fator contribuiu para salientar o significado desse momento: a reorganização da carreira docente nos moldes pretendidos pelo governo. A mobilização crescente dos professores culminou na maior greve do setor dos docentes das Instituições Federais de Ensino (IFE), a que se somaram, seus movimentos específicos, técnico-administrativos e estudantes. A paralisação, tendo como eixos centrais de reivindicações a Carreira Docente e Condições de Trabalho, durou 124 dias e reuniu sob a direção do ANDES-SN a esmagadora maioria das instituições em greve. (ANDES-SN, 2013, p.1-3).

O Andes-SN ainda revela que o processo de precarização está mais acirrado após o processo de interiorização das universidades (após 2005); e na luta contra essa precarização, em seu relatório final de 2016, o Sindicato docente defende que a implantação garanta um projeto de IES pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada. O Andes-SN defende o processo de

implantação de novas Ifes, mas entende que essa expansão deve ser respaldada por ações

[...] Planejadas, democraticamente, com base em diagnóstico das necessidades locais e de modo que assegurem a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, com garantia de carga horária adequada para todas as modalidades; financiadas com verba pública, com aporte de recursos perenes, que assegure condições dignas de trabalho e de estudos; contratação de professores e de servidores técnico-administrativos efetivos, por meio de concurso público e o fim de todas as formas de precarização do trabalho docente; não fragmentação geográfica do local de trabalho, sem a obrigatoriedade de os professores desenvolverem suas atividades em campus multicidade ou em mais de uma localidade, a exemplo dos cursos interdepartamentais; [...] condições adequadas para a realização de trabalho nos órgãos colegiados das IES, com garantia da participação efetiva de todas as representações dos diferentes campi [...]. (ANDES- SN, 2016, p. 220).

Acrescido a isso, Silva Jr. e Sguissardi (1999) destacam o eventual processo de enfraquecimento do movimento sindical docente em decorrência da heterogeneidade das instituições de ensino superior e da precarização da carreira docente em todo o território nacional.

O movimento docente (onde se destaca a ANDES), importante crítico das políticas oficiais e responsável, entre outros atores, pelo esforço de democratização da educação superior, assim como pela busca de excelência da produção da educação superior brasileira, tenderá a ser substancialmente enfraquecido em decorrência da diferenciação institucional propiciada por diferentes estruturas, formas de organização e gestão das instituições, carreira acadêmica e níveis salariais, que marcariam o conjunto das IES brasileiras. (SILVA JR.; SGUISSARDI, 1999, p.268).

Além desses elementos, que revelam os problemas estruturais das universidades e a precarização do trabalho docente, os relatos das entrevistas reiteram a informação do desprestígio das atividades extensionistas pelas instâncias responsáveis pela avaliação das Ifes.

A curricularização da extensão é uma estratégia interessante, no entanto, por si só não vai garantir a qualidade da indissociabilidade (ensino, pesquisa e extensão). Os docentes extensionistas vão continuar sobrecarregados e desestimulados a desenvolverem as suas atividades, afinal o desprestígio da extensão não será resolvido com a curricularização.

Pelo exposto, o regime de dedicação exclusiva com salários e condições de trabalhos precarizados não soluciona esse óbice, e, diante disso, restou o apelo da militância como estímulo para esses trabalhos extensionistas.

A forma de organização em vigor que segmenta e departamentaliza os órgãos internos das Ifes preconiza a inviabilização da relação ensino, pesquisa e extensão nas universidades, pois esses são considerados ameaças ao modelo de acumulação capitalista vigente e considerados subversivos, como mostra Minto (2014).

Não se tratava de propor o fim da universidade e sim de inviabilizar essa universidade potencial. Dois foram os fatores basilares dessa desconstrução. O primeiro, [...] voltado para distanciar as IES de qualquer possibilidade de intervenção social crítica, vinculada a projetos de afirmação nacional, de autonomia e soberania frente aos países capitalistas centrais, razão pela qual era preciso atingi-la naquilo que de mais *subversivo* estava inscrito em seu potencial institucional: A lógica da integração ensino, pesquisa e extensão e da autonomia universitária. Neste caso, o que era então embrião da dita universidade de pesquisa no país, passou a ser definitivamente marginalizado em relação ao conjunto da educação superior. O segundo fator era fundamentalmente econômico: para ser lucrativo, o ensino superior tem que se organizar de formas mais “flexíveis”, mais afetas ao “mercado”, não compatíveis com aquela universidade da Reforma de 1968 e, menos ainda, com a da CF/1988. [...] Com efeito, a inviabilização da lógica do ensino, pesquisa e extensão indissociados – fundamental para a produção científica e tecnológica – não era um problema apenas restrito às universidades, isto é, às IES obrigadas por lei ao cumprimento do princípio que, em 1988 se tornou constitucional. Tratava-se de uma medida para afetar também a relação das universidades com as demais IES. (MINTO, 2014, p.320-321).

Em relação aos projetos e ações das incubadoras universitárias, em que pese a importância dessas iniciativas para fomentar o diálogo com os territórios nos quais as universidades estão inseridas e conseqüentemente com os empreendimentos econômicos solidários existentes nesses territórios, não cabe às incubadoras cumprir uma tarefa de executora de políticas públicas de geração de trabalho e renda.

As incubadoras universitárias são importantes mecanismos de articulação entre extensão, ensino e pesquisa, como os nossos estudos revelaram, no entanto, as atividades por elas desenvolvidas não podem e não possuem condições de substituir o papel dos órgãos públicos (federal, estadual e municipal) na minimização dos efeitos deletérios desencadeados pelas expressões da questão social provocadas pelo modo de produção capitalista. Em nossos estudos à luz do

referencial teórico crítico, reconhecemos que nem os órgãos públicos são capazes de superar a questão social; isso só será possível com instituição histórica e revolucionária de um novo modo de produção.

No que tange às ações das incubadoras universitárias, avaliamos que as universidades públicas federais e o seu corpo docente não pode servir de instrumento para prestação de serviços e captação de recursos financeiros nos moldes dos que vêm sendo materializados pelas incubadoras universitárias pesquisadas.

Consideramos que essas ações acabam por sobrecarregar o corpo docente com tarefas que deveriam ser executadas por instituições executoras de políticas sociais. Não cabe a esses profissionais assumirem mais essa função, por avaliarmos que isso, em primeiro lugar, precariza o trabalho docente e, em segundo lugar, fragiliza a execução de políticas sociais que deveriam ser executadas por órgãos públicos responsáveis por isso.

A precarização do trabalho docente foi verbalizada pelos entrevistados em vários trechos da pesquisa citados anteriormente, e os dados apresentados pelo Andes - SN em vários documentos ratificam essas informações. Uma das características principais dessa precarização é o tempo exigido dos professores para desenvolverem essas atividades, que acaba provocando uma sobrecarga de trabalho e superexploração dessa força de trabalho.

Alguns docentes relatam que eles desenvolvem essas ações inclusive em fins de semana e feriados, dadas as características dos grupos apoiados pelas incubadoras.

Ela toma tempo, ela exige, por exemplo, vários finais de semana; eu tenho que abdicar do meu lazer pra ir a campo, porque eu trabalho com trabalhadores rurais, que geralmente é num sábado, um domingo, uma confraternização, uma quermesse, lá eu tenho que ir. Professor, a gente tá lhe convidando, é festa da comunidade e tal. Então esse tipo de relação ela é ao mesmo tempo gratificante, mas ela é cruel pra quem pensa muito em si, pra que se reserva, saiu do trabalho acabou e tal. A extensão não permite 'saiu do trabalho, acabou e tal', ela tá sempre demandando da gente isso daí. (Entrevistado B – Nordeste)

Essa realidade não pode ser ignorada nos estudos que tratam da atuação das incubadoras universitárias. Várias teses e dissertações foram produzidas, mas não revelam a sobrecarga do trabalho docente nas incubadoras ; e se esse docente

for o coordenador responsável pela incubadora essa sobrecarga é ainda maior, como delata um entrevistado.

Porque o docente ou os outros docentes, assim como eu, também tem outras responsabilidades, e como eles não estão na coordenação, eles acabam não tendo todo aquele convívio cotidiano que vai envolvendo os meus colegas na resolução de problemas cotidianos. Para você resolver problemas cotidianos, você tem que estar cotidianamente na incubadora. Então isso tende a acontecer com todo professor que assumir a coordenação. Por estar ali cotidianamente ele é que tem que resolver esse, aquele, ou aquele outro probleminha... Que às vezes são probleminhas que têm a ver com linhas de ação ou projetos de outros professores, mas como ele é o coordenador, a presença ali no momento é mais demandada. [...] Isso eu vejo em outras incubadoras também. Gera um processo de desgaste que precisa ser melhor equacionado. Então, é o professor que passa dois, três, quatro anos na coordenação e chega uma hora em que ele fala: Eu não aguento mais, eu preciso que o meu colega fulano assuma. Sim, é... Daí entra o colega fulano, um, dois, três anos da coordenação da incubadora: “Ah... eu não aguento mais, eu preciso de outra pessoa”, e é algo que a gente não está conseguindo controlar, tá? Provavelmente quando eu sair da coordenação, o dia que eu sair, por mais que eu me coloque à disposição para continuar ajudando etc., e tal, pelo simples fato de não estar mais na coordenação, eu vou me sentir mais à vontade para participar daquele congresso científico, para ir fazer a minha pesquisa de campo não sei onde, etc. e tal. (Entrevistado A – Sudeste).

Ou seja, o tempo de trabalho dedicado à incubadora pode ser um óbice para que os docentes desenvolvam outras atividades relacionadas à produção do conhecimento, como elaboração de artigos, participação em congressos, etc.

Podem me questionar: “Mas você usa final de semana para extensão?” Não, mas eu posso usar isso, eu uso meus finais de semana para escrever um artigo. Então questionam: “Por que você não escreve no meio de semana?” Porque no meio de semana eu estava na incubadora... (Entrevistado B – Nordeste).

Alguns docentes revelaram que nem sempre contabilizam a carga horária dedicada aos projetos e ações desenvolvidos no âmbito das incubadoras universitárias.

Então, eu acredito que eu devo dedicar aí pelo menos, no mínimo, 10 horas do meu tempo, assim, com as equipes da ITCP, das 40 horas semanais! Mais 12, mais oito de carga horária em sala de aula, e eu ainda sou coordenadora do curso de Cooperativismo. Então, são muitas atividades. Mas, é muito tempo que a gente acaba nem contabilizando. (Entrevistada B – Sudeste)

O docente com essas condições de trabalho acaba deixando de lado uma

reflexão crítica acerca do processo de superexploração da sua mão de obra e usa o seu tempo de trabalho como se fosse militância política. Com isso ele deixa de refletir acerca do processo de proletarização da sua força de trabalho.

O Andes-SN em seu Caderno¹⁷⁶ nº. 02, de 2013, em defesa da universidade pública, afirma em seus fundamentais, como órgão sindical em defesa dos trabalhadores docentes e do ensino público, que a manutenção e ampliação das universidades públicas é um dever do Estado e o seu funcionamento deve ser garantido de maneira que ela

Seja pública, democrática e transparente no seu funcionamento, nas suas deliberações, na destinação da sua produção e no seu acesso; seja gratuita, autônoma nos níveis administrativo, acadêmico, pedagógico e científico e no gerenciamento de seus recursos; sua administração seja fundada em organismos democráticos, com participação de professores, estudantes e técnico-administrativos; seja mantida a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; seja propiciada a integração e sistematização de conhecimentos e experiências, articulando o trabalho funcional, acadêmico e científico e promovendo a interdisciplinaridade. [...] Deve ser fomentada a associação dos profissionais em uma mesma área pluridisciplinar de saber, definida apenas em bases acadêmicas e científicas. É nesta instância que devem ser tomadas as decisões acadêmicas fundamentais, elaborando-se políticas de desenvolvimento e avaliação que propiciem a reflexão crítica, a produção do saber, o aprimoramento do ensino e a ampliação da extensão; sejam prestados serviços à sociedade, sem substituir os Estados em suas responsabilidades, voltados prioritariamente para os direitos sociais, para os cursos de atualização dos profissionais das diferentes áreas e para o atendimento de necessidades e a solução de problemas da maioria da população. A extensão deve estar ligada ao ensino e à pesquisa, de forma a refluir sobre eles; as carreiras de docentes e de técnico-administrativos sejam de estrutura simples, com ascensão determinada por critérios claros e amplamente debatidos. A Dedicção Exclusiva deve ser o regime preferencial de trabalho docente, contribuindo para o pleno atendimento dos objetivos da universidade; seja propiciado o acesso dos técnico-administrativos ao conhecimento produzido e trabalhado pela universidade, reconhecendo seu papel e sua importância. Seja mantido um sistema de avaliação institucional do tripé ensino, pesquisa e extensão, entendido como retrospectiva crítica, contextualizado nas demandas sociais e nas condições reais em que se dá o trabalho acadêmico. Tal sistema tem por objetivo a melhora da qualidade, sendo referenciado em processos e não apenas em produtos, garantindo a participação de professores, estudantes e técnico-administrativos em sua elaboração e implementação. (ANDES- SN, 2013, p. 18).

Para aumentar esse processo de exploração do trabalho docente, corre-se o risco de utilizarem a curricularização da extensão, estabelecida na Lei 13.005 de 25

¹⁷⁶ Cad. ANDES, Brasília, Nº 2, p. 15 a 30, janeiro/2013. Aqui só elencamos os itens que mais dialogam com o tema da tese. Disponível em <<http://portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-811277708.pdf>>. Acessado em 18 de novembro de 2016.

de junho de 2014. “Assegurar no mínimo 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando, prioritariamente para áreas de grande pertinência social.” (BRASIL, 2014).

Afinal, a curricularização foi estabelecida nessa Lei como estratégia, mas não foram apontados caminhos para a sua materialização; isso foi delegado para as universidades ou a cargo dos docentes de forma individual e parcial. E quais seriam as opções?

- a. Distribuir e parcelar a carga horária das disciplinas existentes, ressuscitando a velha dicotomia teoria e prática;
- b. usar os estágios curriculares para incluir as atividades de extensão correndo assim o risco de não realizar nem uma coisa nem outra;
- c. criar novas disciplinas optativas nos projetos pedagógicos dos cursos para materializar a extensão;
- d. ou lançar mão das incubadoras universitárias existentes para se tornarem locus privilegiado de materialização dessa curricularização; mas isso não vai garantir a qualidade das ações de ensino, pesquisa e extensão capazes de construir o conhecimento crítico socialmente referenciado.

A fragilidade na execução das ações de economia solidária via incubadoras universitárias se materializa, entre outras coisas, em decorrência do seu processo de financiamento (via editais públicos) e da falta de perenidade dos seus recursos; e, como vimos, isso se agravou em 2016, com os poucos recursos da Senaes e a extinção da ação temática fomento às incubadoras de empreendimentos econômicos solidários. (Ação 4850 do Orçamento Federal).

Os óbices estão apontados e cabe aos docentes perceberem os riscos que correm ao serem mais uma vez ludibriados pelo chamado falacioso do “retorno à sociedade” sem uma análise crítica acerca da função da universidade e do seu papel como docente.

Não é tarefa das incubadoras universitárias resolverem os problemas estruturais do modo de produção capitalista, nem tampouco cabe aos docentes que nelas atuam agirem como heróis ou heroínas de um sistema que também os explora.

Precisamos continuar na luta em prol da preservação de uma universidade autônoma e comprometida com a classe trabalhadora, uma universidade socialmente referenciada, e corroborando as ideias de Mancebo, para quem

[...] há que se preservar a universidade e seu espaço de processamento crítico, analítico e de sistematização e integração da ciência e da cultura produzidas, construindo nas universidades públicas a iniciativa e a responsabilidade institucionais a respeito do *ensino*, dos *programas de pesquisa*, bem como dos *projetos de extensão*, alçando-a, assim, à condição de instituição autônoma e crítica. (MANCEBO, 2004, p. 862).

O Caderno nº. 02, de 2013, do Andes - SN, é um importante documento orientador acerca da concepção da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão nas universidades e das suas formas de avaliação, quando afirma a necessidade de que seja

[...] mantido um sistema de avaliação institucional do tripé ensino, pesquisa e extensão, entendido como retrospectiva crítica, contextualizado nas demandas sociais e nas condições reais em que se dá o trabalho acadêmico. Tal sistema tem por objetivo a melhora da qualidade, sendo referenciado em processos e não apenas em produtos, garantindo a participação de professores, estudantes e técnico-administrativos em sua elaboração e implementação. (ANDES- SN, 2013, p. 10).

Com a defesa desse compromisso, precisamos continuar construindo o papel transformador da educação nos moldes do que defendia Florestan Fernandes (1966).

Enquanto a educação não se converte em objetiva, subjetiva e praticamente em problema social, os homens não lutam por ela socialmente nem a integram quanto às formas, aos conteúdos e às funções nos processos histórico-culturais de transformação da ordem social. (FERNANDES, 1966, p. 113).

Essa tarefa, após o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, tornou-se ainda mais premente, não só em prol da defesa da universidade pública gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada, mas também em relação à indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão em decorrência do novo cenário apresentado após maio de 2016.

CONCLUSÃO

Ela procura fazer com que todos duvidem [...]. O nosso recurso novo, a dúvida, encantou o grande público [...]. A luta pela mensuração do céu foi ganha através da dúvida.

Brecht (1973, p. 161).

Os caminhos trilhados neste percurso investigativo revelaram, entre outras coisas, que a universidade brasileira vive desde a sua gênese sendo constantemente ameaçada em relação às suas funções principais – produção do conhecimento e formação humana crítica emancipatória –, dadas as condições históricas concretas de surgimento e consolidação dessa instituição.

Os estudos realizados até aqui tiveram o cuidado de não tecer generalizações, mas sim apreender a complexidade do real. E, lançando mão das contribuições de Mészáros acerca da educação, suas funções e a crise na qual a mesma está submetida, compreendemos as reais ameaças impostas por esse cenário neoliberal à política de educação superior no Brasil.

Nessa perspectiva fica bastante claro que a educação formal não é a força ideologicamente primária que consolida o sistema do capital; tampouco ela é capaz de, por si só, fornecer uma alternativa emancipadora radical. Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz de, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. Esperar da sociedade mercantilizada uma sanção ativa – ou mesmo mera tolerância – de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar plenamente a grande tarefa histórica do nosso tempo, ou seja, a tarefa de romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana, seria um milagre monumental. É por isso que, também no âmbito educacional, as soluções “não podem ser formais; elas devem ser essenciais”. Em outras palavras, elas devem abarcar a totalidade das práticas educacionais da sociedade estabelecida. (MÉSZÁROS, 2008, p.45).

Nesse sentido, comungamos com esse autor acerca da necessidade urgente de compreendermos a totalidade dos processos de precarização do ensino superior no Brasil e todos os seus desdobramentos, além de percebermos como isso se relaciona diretamente com o nosso objeto de estudo: as incubadoras universitárias.

À guisa de conclusões, optamos por organizar esse último item da tese em alguns subtemas que acabaram por influenciar de sobremaneira este estudo. O

primeiro subtema será uma análise geral sobre o cenário para as políticas sociais brasileiras após o processo de impeachment, em maio de 2016, em especial para a educação pública brasileira.

O segundo subtema irá abordar as tendências e desafios da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão em decorrência das suas dificuldades históricas de materialização, acrescidos desse novo cenário para a política de educação superior.

O terceiro subtema irá analisar os desdobramentos do impeachment para a política social de economia solidária e, por fim, no último subtema, os novos caminhos ou as novas formas de caminhar criadas pelas incubadoras universitárias e seus docentes como estratégias para enfrentamento desse cenário perverso para os direitos sociais e para a democracia brasileira.

Em relação ao cenário para a política de educação superior no Brasil após o impeachment, vale relembrar alguns debates realizados em maio de 2016, em meio ao golpe de estado¹⁷⁷ sofrido pela democracia brasileira.

As políticas sociais brasileiras foram os principais alvos desse governo golpista, cujas primeiras medidas foram extinção de Ministérios e Secretarias de Governo, no âmbito federal, responsáveis por políticas setoriais estratégicas, como, por exemplo, o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), por meio da publicação da Medida Provisória de nº.726, de 12 de maio de 2016, que depois virou a Lei 13.341 de 29 de setembro de 2016, com a extinção ou alteração dos seguintes órgãos federais:

Art. 1º—Ficam extintos: I - a Secretaria de Portos da Presidência da República; II - a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República; III - a Controladoria-Geral da União; IV - o Ministério das Comunicações; V - o Ministério do Desenvolvimento Agrário; VI - o Ministério das Mulheres, da

¹⁷⁷ O uso do termo golpe não foi consensual para descrever o impeachment do mandato da Presidenta Dilma Rousseff, no entanto, em nossas análises e concordando com a lúcida análise de Michel Lowy: Vamos dar nome aos bois. O que aconteceu no Brasil, com a destituição da presidente eleita Dilma Rousseff, foi um golpe de Estado. Golpe de Estado pseudolegal, “constitucional”, “institucional”, parlamentar ou o que se preferir. Mas golpe de Estado. Parlamentares – deputados e senadores – profundamente envolvidos em casos de corrupção (fala-se em 60%) instituíram um processo de destituição contra a presidente pretextando irregularidades contábeis, “pedaladas fiscais”, para cobrir déficits nas contas públicas – uma prática corriqueira em todos os governos anteriores! Não há dúvida de que vários quadros do PT estão envolvidos no escândalo de corrupção da Petrobras, mas Dilma não... Na verdade, os deputados de direita que conduziram a campanha contra a presidente são uns dos mais comprometidos nesse caso, começando pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (recentemente suspenso), acusado de corrupção, lavagem de dinheiro, evasão fiscal etc.(Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/17/michael-lowy-o-golpe-de-estado-de-2016-no-brasil/> acessado em 20 de maio de 2017).

Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos; VII - a Casa Militar da Presidência da República; e VIII - a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Art. 2º Ficam transformados: I - o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; II - o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação em Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; III - o Ministério do Trabalho e Previdência Social em Ministério do Trabalho; IV - o Ministério da Justiça em Ministério da Justiça e Cidadania; V - o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário; VI - o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; e VII - o Ministério dos Transportes em Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. (BRASIL, 2016).

Outra consequência desse desmonte na área social brasileira foi a drástica redução de recursos financeiros com a aprovação da PEC 241¹⁷⁸, em 2016, cujos impactos nas políticas sociais foi objeto de análise do Ipea¹⁷⁹, que em seu informativo nº. 28 fez a seguinte assertiva.

A PEC 241 estabelece teto para as despesas primárias de cada poder, que terá sua base fixada no valor das despesas pagas no exercício de 2016. Em cada exercício seguinte, este teto será corrigido pela inflação (Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) do respectivo ano anterior, ao longo de vinte anos. Assim, em termos reais, a despesa primária não crescerá, sendo congelada no valor real de 2016 (base fixa), havendo a possibilidade de alteração do mecanismo de correção dos limites para vigorar a partir do décimo exercício de vigência da PEC, por meio de Projeto de Lei por iniciativa do Presidente da República. PEC 241/2016, artigo 1º: ADCT, artigo 102º, parágrafo 7º. No que se refere aos pisos definidos na CF para a saúde e a educação, a PEC (artigo 104) propõe alteração do ADCT para que, a partir de 2017, a aplicação mínima seja calculada pela correção do limite mínimo do ano anterior, reajustado pelo IPCA do exercício anterior. A PEC 241 revoga o escalonamento previsto na EC 86 (art. 2º), mantendo o dispositivo desta Emenda Constitucional que estabelece que, no caso da União, a aplicação mínima não poderá ser inferior a 15,0% da RCL do respectivo exercício financeiro. Com isso, duas interpretações são possíveis no caso de aprovação este ano do texto da PEC enviado ao Congresso pelo Executivo: a) congelamento do valor equivalente a 13,2% da RCL de 2016 (art. 104 que a PEC propõe incluir no ADCT); ou b) congelamento do valor equivalente a 15,0% da 7 RCL de 2016 (pela revogação do art. 2º da EC 86 e preservação do inciso I do §2º do art. 198 da CF). **A PEC 241 propõe a desvinculação das despesas com saúde e educação na CF com relação às receitas, e seu congelamento no valor real de 2016.** (IPEA, 2016, p. 07) Grifo Nosso.

¹⁷⁸ Ela foi promulgada como Emenda Constitucional N. 95 em 15 de dezembro de 2016. Seu objetivo principal foi instituir um Novo Regime Fiscal Brasileiro.

¹⁷⁹ Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160920_nt_28_disoc.pdf>. Acessado em 14 de março de 2017.

Ou seja, a aprovação dessa proposta de emenda parlamentar materializa um retrocesso nos investimentos das políticas sociais setoriais, e não precisa ser um especialista para perceber que esse congelamento de recursos financeiros na área social, entre outras coisas, representa uma revogação dos direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal de 1988, uma vez que sem recursos financeiros não existe oferta de políticas sociais, e sem políticas sociais os direitos sociais estabelecidos na carta magna não serão acessados pela população.

Ao analisar a PEC 241, o papel do Estado brasileiro e a relação que esse estabelece para contribuir com a acumulação do capital, Iasi (2016)¹⁸⁰ afirma o que segue.

É uma tarefa impossível separar, neste estágio de desenvolvimento do capitalismo, a parte que corresponde diretamente ao investimento produtivo direto e o volume do capital que navega nas brumas do capital portador de juros; tudo é capital em diferentes momentos de seu ciclo de valorização. Bom, nossa hipótese é que o momento do capital na sua forma financeira, portanto, no auge do que se identificou como parasitismo, assume hoje uma função de equilíbrio da acumulação de capitais operada pelo Estado, sem o qual o processo de valorização se interrompe de forma catastrófica. Mesmo a produção direta de valor, esfera da qual em última instância vem toda a produção real de novo valor, acaba ficando dependente da boa saúde do momento financeiro. Ora, quando vemos os termos da PEC e seu radical arrocho sobre as contas públicas, os cortes na saúde, na educação, na assistência e previdências sociais, nas diversas formas de políticas sociais, fica mais do que evidente que se trata de manter a capacidade do Estado em cumprir sua função essencial no período em que estamos, qual seja, manter a capacidade de produzir superávits que serão sugados pelos mecanismos do endividamento público. Soma-se a isso o fato de que são poupados da sanha dos cortes as bondades via subsídios ao grande capital, algo entorno de R\$ 240 bilhões, da mesma forma que o ajuste para o judiciário e os recursos para as forças armadas, por motivos óbvios.

Vale lembrar que mesmo no governo Dilma já era uma prática a adoção de medidas para os ajustes fiscais (2014 e 2015) que acabavam comprometendo o investimento de recursos na área social, no entanto, o que ocorreu a partir de maio de 2016 foi avassalador. Vários estudos sobre o impacto da PEC 241(2016) foram realizados e os autores foram unânimes em destacar os desdobramentos disso para as políticas sociais, entre as quais, aqui, em especial, vamos destacar a política de educação. Segundo estudos do Andes- SN, sob

¹⁸⁰ Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2016/10/17/a-pec-241-e-o-estado/>. Acesso em 14 de março de 2017.

[...] o argumento de modernização, o governo retoma de forma explícita e objetiva o processo de contrarreforma do Estado, elaborado pelo então ministro do governo Fernando Henrique Cardoso, Bresser Pereira, na década de 90. Eblin Farage, presidente do ANDES-SN, alerta que a tentativa de modificar a CLT, em conjunto com a reforma da Previdência, a diminuição dos gastos da União, prevista na PEC 241/16 e no PLP 257/16, a privatização e abertura à exploração do capital estrangeiro da Saúde, educação e infraestrutura do país, são passos concretos rumo à contrarreforma do Estado, nos moldes clássicos do Neoliberalismo. “A Reforma Trabalhista vem para retirar direitos dos trabalhadores e, a partir disso, garantir a taxa de lucro dos patrões. É necessário combater esse ‘pacote de maldades’, contido nessa e em outras medidas semelhantes, para que possamos defender os serviços públicos, os servidores públicos e os trabalhadores em geral”, afirma Eblin, lembrando que infelizmente o processo não é exclusivo à realidade brasileira. (ANDES, 2016, p.08¹⁸¹).

Ainda sob as ameaças que vem sofrendo a educação no Brasil, vale lembrar as orientações das instituições de fomento internacional que desde os anos noventa vem defendendo a redução de investimentos no Estado brasileiro nessa área. Sobre isso, Leher (1999)¹⁸² denuncia as orientações do Banco Mundial para a educação no Brasil.

O documento *La enseñanza superior: Las lecciones derivadas de la experiencia*, contém as principais orientações para o setor. Situa a crise do ensino superior, num primeiro momento, como resultante da crise fiscal. Porém, ao longo do documento, os propósitos políticos vão sendo explicitados sobrepondo-se, portanto, à questão fiscal. Este documento é paradigmático: constitui-se na matriz das recentes medidas do governo federal. O documento apregoa uma maior diferenciação no ensino superior, demandando a supressão da indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa, nos termos do Decreto 2306/97 que distingue as instituições de ensino superior universitárias e os centros universitários, um eufemismo para legitimar as universidades exclusivamente de ensino, como poderá acontecer com a criação de universidades por área do conhecimento (como na transformação dos Cefet's em universidades especializadas) e como já ocorre nas instituições privadas. O Banco indica os instrumentos para a implementação dessa política, enfatizando a importância de redefinir a autonomia universitária em moldes neoliberais, a saber, uma autonomia que signifique o afastamento do Estado da vida da instituição: “Uma maior autonomia institucional é a chave para o êxito da reforma no ensino público superior, especialmente a fim de diversificar e utilizar os recursos mais eficientemente. Uma meta indicativa poderia ser as instituições estatais de nível superior gerarem recursos suficientes para financiar aproximadamente 30% de suas necessidades totais de recursos”. (LEHER, 1999, p.19).

¹⁸¹ Disponível em <<http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-inf-1503048789.pdf>>. Acesso em 20 de março de 2017.

¹⁸² Disponível em <<http://outubrorevista.com.br/um-novo-senhor-da-educacao-a-politica-educacional-do-banco-mundial-para-a-periferia-do-capitalismo/>>. Acesso em 21 de março de 2017.

Essa contrarreforma das políticas sociais pode se materializar de diversas formas e neste estudo nos debruçamos sobre o seu impacto na política de educação superior, com enfoque nas tendências e desafios para a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.

Assim, buscamos compreender como as ações desenvolvidas pelas incubadoras universitárias podem estar alimentando esse processo de contrarreforma, mesmo que essas ações extensionistas e seus responsáveis (docentes) não possuam a intencionalidade de promover a precarização. Essa última se materializa de maneira dual.

De um lado, estão os processos pelos quais são submetidos docentes em suas práticas extensionistas no âmbito das incubadoras. Esses professores apresentam muitas dificuldades para dialogar as experiências de extensão com as ações de ensino e pesquisa nas universidades federais. Atrelado a isso, soma-se a baixa valorização das ações extensionistas, tanto no ambiente interno da universidade, quanto nos critérios de avaliação definidos pelos órgãos responsáveis pelo acompanhamento do trabalho docente: Capes, CNPq, etc.).

De outro lado, estão as dificuldades apresentadas pelos docentes que atuam nas incubadoras para a continuidade das suas ações e projetos em decorrência da ausência de perenidade de recursos. Além disso, a pesquisa revelou que esses mesmos docentes e seus projetos extensionistas acabam assumindo nos *campi* universitários tarefas que deveriam ser assumidas por outras instituições públicas e por servidores contratados para isso.

Mészáros (2008) adverte sobre a necessidade de usarmos a educação como instrumento de ruptura com o capital, e não o contrário disso, ou seja, não podemos alimentar esse moinho satânico.

Portanto, desde o início o papel da educação é de importância vital para romper com a internalização predominante nas escolhas políticas circunscritas à “legitimação constitucional democrática” do Estado capitalista que defende seus próprios interesses. Pois também essa “contrainternalização” (ou contraconsciência) exige a antecipação de uma visão geral, concreta e abrangente, de uma forma radicalmente diferente de gerir as funções globais de decisão da sociedade, que vai muito além da expropriação, há muito estabelecida, do poder de tomar todas as decisões fundamentais, assim como das suas imposições sem cerimônia aos indivíduos, por meio de políticas como uma forma de alienação por excelência na ordem existente. (MÉSZÁROS, 2008, p.61).

E fazendo alusão ao processo de desmonte da política de educação superior e à perda do seu significado como instituição responsável pela formação de massa crítica nacional, concordamos com a profícua análise de Chauí (2014), quando a mesma afirma o seguinte.

Desvinculando educação e saber, a reforma da universidade revela que sua tarefa não é produzir e transmitir cultura (dominante ou não, pouco importa), mas treinar os indivíduos a fim de que sejam produtivos para quem for contratá-los. A universidade adentra mão de obra e fornece força de trabalho. [...] a universidade adentra sim, como a empresa também o faz. O fato de que a formação universitária possa ser encurtada e simplificada e que a empresa possa “qualificar” em algumas horas ou em alguns dias prova simplesmente que quanto mais cresce o acervo cultural e tecnológico, assim como o próprio saber, *tanto menos se deve ensinar e tanto menos se deve aprender*. (CHAUÍ, 2014, p.67 e 70, grifo da autora).

Os docentes envolvidos nos projetos das incubadoras universitárias são intelectuais orgânicos nos termos de Gramsci, e como tais exercem essa função nos seus processos de trabalho, e diante disso devem estar atentos a esse processo de falsa consciência, que acaba delegando para esses sujeitos políticos uma atribuição que não é deles. Cabe lembrar que, para o autor italiano, todos os homens são intelectuais,

[...] mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais [...] Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante. Uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos¹⁸³. (GRAMSCI, 2001 p.18-19).

Em nota explicativa sobre o termo intelectual orgânico, cabe citar Gramsci (2001).

Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar. O

¹⁸³ Coutinho, Carlos Nelson, no item § 2. Observações sobre a escola: para a investigação do princípio educativo. Observações sobre a escola (2001, p.41-51)

problema da criação de uma nova camada intelectual, portanto, consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que cada um possui em determinado grau de desenvolvimento, modificando sua relação com o esforço muscular-nervoso no sentido de um novo equilíbrio e fazendo com que o próprio esforço muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova perpetuamente o mundo físico e social, torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção do mundo. (GRAMSCI, 2001, p.51).

O papel desses intelectuais ficou ainda mais árduo em decorrência dos últimos acontecimentos no Brasil após maio de 2016, com a aprovação do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Com esse golpe de estado, um novo cenário se vislumbra e as dificuldades para sua interpretação são ainda mais desafiadoras.

Para a política de economia solidária a principal consequência foi a exoneração de toda a equipe da Senaes, como já foi analisado anteriormente, o que gerou vários prejuízos para a materialização de projetos e ações que estavam previstos no PPA¹⁸⁴ 2016- 2019 para a economia solidária, conforme mostramos a seguir.

No Programa Trabalho Decente e Economia Solidária cabe mencionar as Metas de promoção da qualificação profissional de 760 mil trabalhadores no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda; o benefício de 4 milhões de trabalhadores por meio da concessão de crédito do Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER; o atendimento de 18,6 milhões de clientes em operações de microcrédito produtivo orientado; e o apoio e fortalecimento de 20 mil empreendimentos econômicos solidários. (PPA 2016-2019, p.49).

Não só a exoneração do quadro da Senaes de emblemáticos defensores da política de economia solidária no Brasil, como Paul Singer, mas também a significativa redução de recursos financeiros impostos pela aprovação da PEC 241, hoje são os principais óbices para a continuação das ações e projetos de economia solidária no país.

¹⁸⁴ Disponível em <<http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spi-1/ppa-2016-2019/ppa-2016-2019-ascom-3.pdf>>. Acessado em 20 de março de 2017.

Em defesa da economia solidária, no site do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), foi divulgado um Manifesto¹⁸⁵ da Assembleia Popular do Movimento da Economia Solidária em 20 de julho de 2016. O mesmo declara que os

[...] sujeitos políticos da economia solidária somam-se à luta contra o golpe e pela democracia. A I Assembleia Nacional da Economia Popular Solidária aprofunda esse compromisso ao traçar diretrizes para o conjunto do campo da economia solidária em articulação com os demais movimentos de resistência. Esse golpe interrompe um ciclo de conquistas resultantes do pacto democrático consolidado na Constituição de 1988 e na relação da sociedade civil com o Estado, sobretudo, nos últimos 13 anos. O Movimento da Economia Popular Solidária no Brasil constituiu um espaço no governo federal para promover a economia solidária enquanto política e estratégia de desenvolvimento. Durante esse período, foram construídos e fortalecidos canais democráticos de participação e controle social, principalmente nas três conferências públicas e no Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), valorizando o diálogo com os fóruns, redes e demais organizações, além de transversalizar suas ações em diversas áreas e setores de políticas públicas. (FBES, 2016).

Com esse mesmo objetivo, em 28 de setembro de 2016 ocorreu no plenário da Câmara uma audiência pública em defesa da política pública de economia solidária, e entre os presentes destacaram-se as participações de Lidiane Freire de Jesus, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Leonardo Pinho, da Unisol Brasil, Luis Ademir Possamai, da Unicafe. A audiência foi presidida pelo Deputado Raimundo Angelin (PT-AC), também Presidente da Frente Parlamentar de Economia Solidária e Criativa. Lidiane Freire, do FBES, inicia sua participação com o clássico¹⁸⁶ “primeiramente, fora Temer” e, em seguida, diz que não

[...] reconhecemos governo golpista! Também ressaltou que o movimento em 2011 teve um momento histórico importante, onde foi realizada a audiência sobre o PL 865/2011 também na Câmara dos Deputados. Diferentemente daquele momento, “estamos hoje com a insegurança da continuação dos passos dados na Política Nacional de Economia Solidária”, e destaca que “voltaremos para casa sem a certeza de como a economia solidária se sustentará daqui em diante”. Além disso, ressaltou o desmonte de ministérios estratégicos que fortaleciam as práticas de economia solidária. (Texto cedido por Luciano Mina / Coordenação Executiva Nacional do FBES, disponível no site da rede de gestores)

¹⁸⁵ Disponível em <<http://fbes.org.br/2016/07/20/manifesto-da-assembleia-popular-do-movimento-da-economia-solidaria/>>. Acesso em 21 de março de 2017.

¹⁸⁶ Disponível em <<http://www.rededegestoresecosol.org.br/audiencia-publica-sobre-economia-solidaria-lota-o-plenario-da-camara/>>. Acesso em 21 de março de 2017.

Em seguida a intervenção de Luis Ademir Possamai, da Unicafes, em sua fala¹⁸⁷, destaca

[...] a importância dos programas sociais para o desenvolvimento do Brasil, e diz que se há alguém que possui condições de gerar emprego e renda é a economia solidária, além de convocar os presentes em defesa da SENAES, dizendo – “A SENAES é dos movimentos e não podemos deixar o Governo acabar com ela”.

Como em efeito cascata, as dificuldades que as incubadoras universitárias irão enfrentar em decorrência desses óbices serão enormes. Considerando o que foi discutido no item 3.4 deste estudo, as principais fontes de recursos utilizados pelas incubadoras são provenientes de editais do MEC (Proext) e Senaes (Proninc), e dado o congelamento dos recursos financeiros por vinte anos para essas e outras áreas temáticas ficam evidentes os percalços pelos quais serão submetidos esses projetos extensionistas.

Diante desse cenário, as incubadoras universitárias e suas redes de organização estão buscando novos parceiros e estratégias para captação de recursos financeiros em seus projetos. Isso foi evidenciado no V Encontro Nacional de Incubadoras Universitárias (V Enies) do Nordeste, ocorrido em Juazeiro do Norte, de 12 a 15 de outubro de 2016¹⁸⁸. Nesse evento foi realizada uma mesa ‘Ecossistemas de empreendimentos inovadores: incubadoras de economia solidária e Anprotec’. Essa mesa contou com a participação de representantes da rede ITCPs e da Anprotec. A presença da Anprotec despertou nossa atenção em decorrência das finalidades precípuas previstas no seu estatuto social.

Artigo 4º - São finalidades precípuas da ANPROTEC: I - Congregar e apoiar entidades que atuem na criação, no desenvolvimento, ou na operação de empreendimentos de incentivo à inovação e ao empreendedorismo, incluindo Incubadoras de Empresas, Aceleradoras de Negócios, Parques e Polos Científicos, Tecnológicos e de Inovação, Tecnópoles e similares, estes, em conjunto, doravante denominados de Mecanismos para a Inovação, almejando o desenvolvimento social, econômico, científico e tecnológico do Brasil. II - Buscar a formação de um ambiente internacional propício e consolidado aos Mecanismos para a Inovação; III- Interagir com

¹⁸⁷ Texto cedido por Luciano Mina / Coordenação Executiva Nacional do FBES. Disponível em <<http://www.rededegestoresecosol.org.br/audiencia-publica-sobre-economia-solidaria-lota-o-plenario-da-camara/>>. Acessado em 21 de março de 2017.

¹⁸⁸ Com recursos financeiros do **EDITAL DPP-UnB No 02/2016**, da Universidade de Brasília, nós adquirimos passagens e pagamos hospedagens para participarmos desse evento.

as esferas governamentais nacionais e estrangeiras na busca de políticas de apoio e incentivo aos Mecanismos para a Inovação e às empresas e projetos por estes assistidos; IV - Contribuir para a disseminação da cultura de Empreendedorismo e Mecanismos para a Inovação como instrumento de desenvolvimento social, econômico, científico e tecnológico de uma Região e do País; V - Efetuar, participar e estimular estudos e pesquisas, o desenvolvimento de tecnologias, a produção e a divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos sobre os Mecanismos para a Inovação. (ANPROTEC, 1987, p.1-2).

Essas finalidades revelam a natureza dessa associação voltada para a inovação e produção de tecnologia, e, diferentemente da rede ITCP e da rede Unitrabalho, a Anprotec não revela em seu estatuto um compromisso com as populações em situação de vulnerabilidade ou geração de renda. No estatuto da rede Unitrabalho, por sua vez, destaca-se, entre as suas finalidades, o compromisso com:

[...] promover e apoiar, nas universidades agregadas à Rede UNITRABALHO, a produção acadêmica de excelência, a formação de recursos humanos de alto nível e a difusão social do conhecimento acerca do tema Trabalho e de seus temas correlatos e afins, **promovendo o desenvolvimento econômico justo e sustentável, em benefício dos trabalhadores e trabalhadoras.** Parágrafo Único - Para execução de sua finalidade, a Fundação UNITRABALHO procurará atingir os objetivos a seguir enumerados: Promover a qualificação profissional dos trabalhadores visando o seu pleno desenvolvimento como cidadãos. **Promover a inclusão, no mercado de trabalho, de trabalhadores desempregados ou em situação de trabalho precário, por meio do apoio para a criação e consolidação de empreendimentos econômicos coletivos e associativos.** (UNITRABALHO, 2007, p.03, grifos nossos)

Por sua vez, no estatuto da rede ITCP, entre outros objetivos dessa rede, estão:

a) Estimular e apoiar a criação e o desenvolvimento de micro empresas e empresas de pequeno porte, bem como a implantação de empreendimentos Socio-Culturais e Tradicionais em todo o Estado Federativo; b) **Organizar, articular e promover o crescimento das incubadoras de empresas sociais, culturais, tradicionais e de cooperativas e quaisquer outras organizações e movimentos cujo objetivo seja o desenvolvimento e o fortalecimento de empreendimentos inovadores que busquem como resultado o crescimento econômico, social, ambiental e o desenvolvimento regional do Brasil;** c) Criar e manter um sistema integrado de informações na área social-cultural e tradicional, incluindo difusão de avanços inovadores, sobre seus associados e parceiros; d) Desenvolver e aplicar tecnologias de gestão para as incubadoras sociais, tradicionais, culturais e de cooperativas; e) Fomentar o intercâmbio entre seus associados e parceiros no Brasil e no exterior; f) Desenvolver projetos ligados ao fomento de incubadoras, parques e polos inclusive identificando áreas de cooperação; etc. (REDE ITCP, 2009, p.02). (Grifos nossos).

Ou seja, em seus estatutos as redes Unitrabalho e ITCPs revelam o seu compromisso com o desenvolvimento regional, com a classe trabalhadora e com empreendimentos sociais, diferentemente do estabelecido no estatuto da Anprotec.

Mas as observações realizadas durante esse evento e com o conteúdo apresentado na Mesa do V Enies, ficou claro que nesse contexto de crise as incubadoras universitárias irão buscar outros caminhos, ou outras formas de caminhar em prol da continuidade dos seus projetos e ações extensionistas nas incubadoras universitárias.

E os caminhos apontados revelam que o empreendedorismo e a aliança com associações e fundações de natureza mais empresarial poderão ser as saídas futuras encontradas pelas redes das incubadoras, mesmo que essas instâncias de fomento não dialoguem com os valores e objetivos das incubadoras ditas “populares” existentes nas universidades hoje.

Com isso, o futuro nos dirá se essa possível aliança poderá contribuir ainda mais para gerar no âmbito das universidades públicas características de uma organização operacional nos moldes do alerta feito por Chauí (2014).

A forma atual do capitalismo se caracteriza pela fragmentação de todas as esferas da vida social, partindo da fragmentação da produção, da dispersão espacial e temporal do trabalho, da destruição dos referenciais que balizavam a identidade de classe e as formas da luta de classes. A sociedade *aparece* como uma rede móvel, instável, efêmera de organizações particulares definidas por estratégias particulares e programas particulares, competindo entre si. Sociedade e Natureza são reabsorvidas uma na outra e uma pela outra porque ambas deixaram de ser um princípio interno de estruturação e diferenciação das ações naturais e humanas para se tornarem, abstratamente, "meio ambiente"; e "meio ambiente" instável, fluido, permeado por um espaço e um tempo virtuais que nos afastam de qualquer densidade material; "meio ambiente" perigoso, ameaçador e ameaçado, que deve ser gerido, programado, planejado e controlado por estratégias de intervenção tecnológica e jogos de poder. Por isso mesmo, a permanência de uma organização depende muito pouco de sua estrutura interna e muito mais de sua capacidade de adaptar-se celeremente a mudanças rápidas da superfície do "meio ambiente". Donde o interesse pela ideia de flexibilidade, que indica a capacidade adaptativa a mudanças contínuas e inesperadas. A organização pertence à ordem biológica da plasticidade do comportamento adaptativo. (2014, p.4-5).

Corre-se com isso o risco de submeter às funções precípuas da universidade, ensino, pesquisa e extensão a lógica mercantilizada que em nada contribui para a produção do conhecimento e emancipação crítica dos sujeitos políticos que dela participam (docentes, discentes, técnicos administrativos).

Assim, o atual cenário político brasileiro ameaça a função da universidade pública, gratuita, laica e de qualidade, de garantir para a classe trabalhadora o acesso ao direito à educação superior.

Este estudo, entre outras coisas revelou as estratégias utilizadas pelo estado capitalista neoliberal brasileiro no processo de contrarreforma do ensino superior de transformar a instituição universidade em mais uma organização a serviço do capital; bem como delatou a gradativa perda de autonomia dessa instituição, nos termos de Chauí (2014), que vem adquirindo características de uma organização heterônoma.

A heteronomia é econômica (orçamentos, dotações, bolsas, financiamentos de pesquisas, convênios com empresas não são decididos pela própria universidade), é educacional (currículos, programa, sistemas de créditos e de frequência, formas de avaliação, prazos, tipos de licenciatura, revalidação de títulos e de diplomas, vestibulares e credenciamento dos cursos de pós-graduação não são cedidos pela universidade), é cultural (os critérios para fixar graduação, pós-graduação, a decisão quanto ao número de alunos por classe e por professor, o julgamento dos currículos e títulos, a forma da carreira docente e de serviços são critérios quantitativos determinados fora da universidade), é social e política (professores, estudantes e funcionários não decidem quanto aos serviços que desejam prestar à sociedade nem decidem a quem vão prestá-los, de modo que a decisão quanto ao uso do instrumental cultural produzido ou adquirido não é tomada pela universidade). A afirmação da autonomia universitária ora é uma burla safada, ora um ideal impossível. (CHAUÍ, 2014, p. 72)

Apontou ainda as ameaças do direito à educação pública, gratuita e laica em curso desde os anos noventa e o agravamento disso com crise econômica e política após 2003.

Revelou que o surgimento das incubadoras universitárias no âmbito das universidades federais tem relações com a crise de desemprego e renda que assolou o Brasil nos anos noventa. Apontou que o processo cíclico da crise estrutural do capital ganhou forças em 2003, e isso gerou mais desemprego e empurrou grande massa dos trabalhadores brasileiros para o mercado informal e precário – cenário que foi identificado pelos entrevistados como mais um fator de estímulo ao surgimento de novas incubadoras universitárias via financiamento estatal através dos editais da Senaes (Proninc) e MEC (Proext).

Nesta pesquisa foi possível identificar a importância do financiamento dos órgãos federais (Senaes e MEC) para as ações e projetos das incubadoras universitárias, mesmo com oscilações constantes nos valores nominais e nas fontes de financiamento das ações e programas das incubadoras.

Acerca das características e especificidades das incubadoras de acordo com as macrorregiões em que estão localizadas, foi possível identificar uma grande variação de metodologias e de diferenças entre as onze (11) incubadoras pesquisadas, permeadas principalmente pelo tempo de atuação da incubadora; perfil do coordenador e da equipe de docentes e discente; tamanho da equipe da incubadora; infraestrutura disponível, localização geográfica dos empreendimentos incubados; localização dos empreendimentos rural ou urbano e natureza dos mesmos.

Em relação à indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão no âmbito das incubadoras pesquisadas, foi possível identificar que, apesar das ações e projetos das incubadoras valorizarem essa indissociabilidade, os relatos dos docentes entrevistados e a análise dos currículos Lattes dos mesmos revelaram uma dedicação maior às ações extensionistas e de ensino em detrimento das ações de pesquisa.

Sobre o que pensam esses docentes, nas entrevistas foi possível identificar o compromisso desses trabalhadores da educação com os seus ideais de justiça social e direitos sociais, ideais esses que em alguns já eram preexistentes e que em outros foram despertados ao entrarem em contato com as ações das incubadoras.

Muitos revelaram que a atuação nas incubadoras foi motivada pela sua militância política e envolvimento com ações e projetos em defesa dos direitos sociais em outros espaços políticos.

Além disso, nas entrevistas eles relataram como foi possível realizar nas ações e projetos das incubadoras atividades de geração de renda e fortalecimento da autonomia dos sujeitos que integravam os empreendimentos de economia solidária incubados.

No entanto, este estudo aponta que as incubadoras universitárias acabam escamoteando a precarização do trabalho docente e atribuem às universidades um papel de órgão executor de políticas públicas sem recursos financeiros e humanos necessários para o desempenho desse papel, materializando, com isso, aquilo que Chauí (2014) denomina de universidade operacional.

Os docentes envolvidos nesses projetos de economia solidária acabam contribuindo com a visão romântica e ingênua de combate ao sistema capitalista de produção alimentando o que Pereira (2013, p.230) denomina de modelos gestores e administrativos para a permanência do capitalismo.

Em suma, não há caminho do meio. O que existe são modelos gestores e administrativos que buscam soluções diferenciadas, embora definitivas, para a permanência do capitalismo como único sistema econômico, político e social digno de fé. A proteção social, oculta sob o véu do humanismo e da preocupação com o bem-estar geral, é gerida com este propósito; e por isso, trata de fornecer qualidade de vida mínima aos indivíduos que podem ser aproveitados e sobrevivência pacífica, ordeira e controlada, aos que não podem contribuir com o crescimento deste modo de produção.

Do exposto, podemos ratificar a hipótese norteadora da pesquisa, segundo a qual apontávamos inicialmente que a adesão das universidades públicas federais brasileiras aos projetos de economia, por meio das incubadoras, no cenário neoliberal de contrarreforma do ensino superior redimensiona o papel das universidades, atribuindo a essas uma função operacional.

Esse processo promove a precarização do trabalho docente – principalmente daqueles que assumem a coordenação dessas atividades –; interfere na indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão; e, por fim, acaba atribuindo a essas instituições federais de ensino superior funções de outros órgãos executores de políticas públicas.

As reflexões suscitadas neste estudo tiveram, entre outras coisas, o objetivo de provocar docentes, discentes, técnicos administrativos e defensores da educação superior brasileira a continuarem buscando construir com a força de homens e mulheres que fazem e refazem a sua história esse ideal dito “impossível” mesmo que a aridez do solo histórico nos grite “não”.

REFERÊNCIAS

ABRAHAMSON, Peter. Regímenes europeos del bienestar y políticas sociales europeas: ¿Convergencia de solidaridades? In: SARASA, Sebastián; MORENO, Luís. **El estado del bienestar en la Europa del sur**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas/Instituto de Estudios Sociales Avanzados, 1995.

ABREU, Haroldo. **Cidadania e hegemonia no mundo moderno**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.

ACANDA, Jorge Luís. **Sociedade Civil e hegemonia**. Tradução Lisa Stuart. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

ADAMS, Telmo. **Educação e economia popular solidária: mediações pedagógicas do trabalho associado**. Aparecida: Ideias e Letras, 2010.

ALENCAR, Mônica M. Torres de. As políticas públicas de emprego e renda no Brasil: do “nacional-desenvolvimentismo” ao “nacional-empresendedorismo”. In: BEHRING, Elaine Rosseti; ALMEIDA, Maria Helena Tenório (Orgs.) **Trabalho e Seguridade Social: Percursos e dilemas**. São Paulo: Cortez; 2008.

ALVES, Giovanni. A esfinge do neodesenvolvimentismo e a miséria do trabalho no Brasil. In: MÁCARIO, Epitácio; VALE, Erlenia Sobral; RODRIGUES JUNIOR, Natan dos Santos (Orgs.) **Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2016, p. 101-126.

ANDES-SN. CADERNOS ANDES N. 02. 4 ed. atualizada e revisada, Brasília: editora, 2013. ISSN1677-8707.

ANFIP, Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil; Fundação ANFIP de estudos da Seguridade. **Análise da Seguridade Social em 2012**. ANFIP, Brasília, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 6 ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

ARCARY, Valério. As lutas decisivas são as que o futuro nos reserva: crise econômica mundial e turbulências no sistema internacional de Estados em perspectiva histórica. **Revista Inscrita**, Brasília, n. 11, CFESS, p.4-10, 2009.

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Brasília: Plano, 2002.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2007.

BARCELOS, Joao Salvador. **Curso de Cooperativismo Básico** (mimeo.). Brasília, mimeo, 1998.

BAUER, Carlos. **A classe operária vai ao campus**. Esboço de história social, trabalho precário, resistência e ousadia na universidade brasileira contemporânea. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2010.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

_____. Crise do Capital, fundo público e valor. In BOSCHETTI, Ivanete ; BEHRING, Elaine Rosseti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes ; MIOTO, Regina Célia. **Capitalismo em Crise**: Política Social e Direitos. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Política Social no Capitalismo Tardio**. São Paulo: Cortez, 1998.

BOSCHETTI, Ivanete. Política Social no contexto da crise capitalista. In: **Serviço Social**: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. Política Social: notas sobre o presente e o futuro. In: BOSCHETTI, et al. (Org.). **Política social alternativas ao neoliberalismo**. Brasília: Ser/UnB, 2004.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

BOSCHETTI, Ivanete ; BEHRING, Elaine Rosseti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes ; MIOTO, Regina Célia. **Política Social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

BERGONSI, Sandra Suely Soares. **Economia Solidária**: Uma Proposta na Educação Não formal. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011.

BOSCHETTI, Ivanete ; BEHRING, Elaine Rosseti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes ; MIOTO, Regina Célia. **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social no Brasil**: Um direito entre originalidade e conservadorismo. 2. ed. Brasília: Ivanete Boschetti, 2003.

_____. Implicações da reforma da previdência na seguridade social brasileira. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL. **Psicologia & Sociedade**. São Paulo: ABRAPSO, v.1, n. 01, 1986.

_____. **Seguridade social e trabalho**: paradoxos na construção das Políticas de previdência e assistência social no Brasil. Brasília: Letras Livres, Editora UnB, 2006.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRASIL, **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 05 junho, 2015.

_____, **Lei n. 9.424, de 26 de dezembro de 1996**. Cria o Fundef. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 05 jun. 2015.

_____; SENAES- MTE. **Primeiro Plano Nacional de Economia Solidária 2015-2019**: Para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável, SENAES-MTE, Brasília, 2015.

_____; SENAES- MTE. **Avanços e Desafios para as políticas públicas de Economia Solidária no governo federal 2003-2010**, SENAES-MTE, Brasília, 2012.

BRESSER PEREIRA, Luís Carlos.; CUNILL, Grau Nuria (Orgs). **O Público Não-Estatal na Reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BRZEZINSKI, Iria (Org.). **LDB/1996 contemporânea**: contradições, tensões, compromissos. São Paulo: Cortez, 2014.

CARVALHO, Denise Bontempo Birche, et al. (Orgs.). **Política Social, justiça e direitos de cidadania na América Latina**. Brasília: UnB/Programa de Pós-Graduação em Política Social/Departamento de Serviço Social, 2007.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica dos salários. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, Alba Tereza Barroso. Tendências e contradições da educação pública no Brasil: a crise da universidade e as cotas. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rosseti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes; MIOTO, Regina Célia. **Política Social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

CATTANI, Antônio David. **Trabalho e autonomia**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHAUÍ, Marilena. **A ideologia da Competência**. (Escritos de Marilena Chauí). Organizador André Rocha. São Paulo: Autentica Editora, Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

_____. A Universidade sob nova perspectiva. In: XXVI REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 26, 2003, Poços de Caldas. **Revista Brasileira de Educação**. Conferência na sessão de abertura da 26ª Reunião Anual da ANPEd. Disponível em: <<http://26reuniao.anped.org.br/>>. Acesso em 19 de abril de 2017.

_____. Contra a Universidade Operacional: a greve de 2014. **Adusp**. Disponível em <http://www.adusp.org.br/files/database/2014/tex_chau_i.pdf>. Acesso em: 15 outubro 2015.

_____. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo. Ed. Unesp, 2001.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Ed. Xamã, 1996.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. Financiamento do Ensino Superior no Brasil: novos e antigos mecanismos privatização do fundo público. In: SALVADOR, Evilásio; BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rosseti ; GRANEMANN, Sara. **Financeirização, Fundo Público e Política Social**. São Paulo, Cortez, 2012.

CORRAGIO, José Luís: Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problema de concepção. In: TOMMASI, Livia; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio. **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2000.

COSTA, Bianca Aparecida Lima, Economia solidária e o papel das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no Brasil: a experiência de extensão universitária da ITCP-UFV. **Revista ELO: Diálogos em extensão**, v. 2, n. 2, p. 17-34, dez. 2013. Disponível em: <<http://www.elo.ufv.br/index.php/elo/article/view/20/20>> Acesso em: 26 junho 2015.

COSTA, Francisco Xavier Pereira da; OLIVEIRA, Iolanda ; MELO NETO, José Francisco, **Incubação de Empreendimentos Solidário Popular**: Fragmentos teóricos. Joao Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente**: Ensaio sobre democracia e socialismo. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abadia (Orgs). **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas: Autores Associados, 2014.

CUNHA, Gabriela Cavalcante. **Outras políticas para outras economias**: Contextos e Redes na Construção de Ações do Governo Federal Voltadas À Economia Solidária (2003-2010). Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada**: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. São Paulo: Editora Unesp, 2007a.

_____. **A universidade temporã**: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas. São Paulo: Editora Unesp, 2007b.

_____. **A universidade crítica**: o ensino superior na República populista. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1983.

_____. Ensino Superior e universidade no Brasil, In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

DAHMER PEREIRA, Larissa. Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p.268-277, jul/dez 2009.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3. ed. Rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

DRAIBE, S.; AURELIANO, L. A especificidade do *Welfare State* brasileiro. **MPAS/CEPAL, Economia e Desenvolvimento**. Brasília n. 03, Item II. A historicidade da política social brasileira, 1989.

EID, Farid. Análise sobre processos de formação de incubadoras universitárias da Unitrabalho e metodologias de incubação de empreendimentos de economia solidária. **UFPA**. Disponível em: <http://www.cultura.ufpa.br/itcpes/documentos/analise_sobre_processos_de_formacao_de_incubadoras_universitarias_da_unitrabalho.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2015.

ENQUITA, M.F. A ambigüidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 4, p. 41-61, 1991.

FACES DO BRASIL. O Comércio Justo e Solidário no Brasil. São Paulo: **Faces / MTE/Senaes**, 2009. Disponível em: <www.facesdobrasil.org.br>. Acessado em 20 de março de 2017.

FAGUNDES, Edson; LUZ, Nanci Stancki (Orgs). **Universidade tecnológica, política educacional e organização dos trabalhadores**. Curitiba: SINDUTF- PR, 2009.

FAGUNDES, Edson. Florestan Fernandes e a universidade no capitalismo dependente. In: FAVERO, O. (Org.) **Democracia e educação em Florestan Fernandes**. Campinas: Autores Associados, 2005, p. 211-245.

FAGUNDES, Edson. Manobras, trapaças e coação para desmembrar a base da ANDES-SN objetivando silenciá-lo, In: **Movimento de apoio a ANDES-SN**. Brasília, DF: ANDES-SN, Nov.2008, p117-120. Disponível em: <http://www.apufpr.org.br/publicacoes/andes/movimento_de_apoio_1.pdf> Acesso em: 01 fevereiro 2015.

FARIA, Doris Santos de (Org.). **Construção Conceitual de extensão universitária na América Latina**. Brasília: Editora UnB, 2001.

FARIA, Maurício. **Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital**. 2005. 411 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FERNANDES, Florestan. **A revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica**. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006.

_____. **Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”**. São Paulo: Globo, 2010.

_____. **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo, 1966.

_____. **Mudanças Sociais no Brasil**. São Paulo: Ed. Difusão Européia do livro, 1974.

_____. **Sociedade de Classes e subdesenvolvimento**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. **Tensões na Educação**. Salvador: Sarah Letras, 1995.

FIORI, José Luís. **Em busca do dissenso perdido**: ensaios sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital Imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: FIOCRUZ- EPSJV; UFRJ, 2010.

FORPROEX. Carta de Porto Alegre. In: XXX ENCONTRO NACIONAL DO FORPROEX – FORUM DE PRO-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, 30, 1997, Porto Alegre. **Anais...**, 1997. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>> Acesso em 16 de nov. de 2016.

_____. Carta de Manaus. In: XXXI ENCONTRO NACIONAL DO FORPROEX, 31, 2012, Manaus. **Anais**. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/redux/images/documentos/2012-06-28-31o-Encontro-Nacional-Manaus.pdf>>. Acesso em 16 de Novembro de 2016.

_____. **Conceito de extensão, institucionalização e financiamento**. In: I ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1, 1987, Brasília. **Anais...** 1987. Disponível em: <<http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em 16 de novembro de 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). Um olhar do Fórum Brasileiro de Economia Solidaria sobre a II Conferência Nacional de Economia Solidaria. Mercado de Trabalho: conjuntura & análise, 44, **Ipea/MTE**, p. 47-50, 2010.

_____. Caderno de Aprofundamento de Debates (subsídios à IV Plenária Nacional da Economia Solidária). Brasília: **FBES**. Disponível em: “Materiais da IV Plenaria”, <www.fbes.org.br>. Acesso em jun. 2017.

_____. Relatório Final da IV Plenária Nacional de Economia Solidária. Brasília: FBES, 2008.

FRANÇA FILHO, Genauto de; LAVILLE, Jean-Louis. **A economia solidária**: Uma abordagem internacional. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto. **A economia popular e solidária no Brasil**. In: _____.; LAVILLE, et.al. (Orgs.), 2006.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A Produtividade da Escola Improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas. **Trabalho Necessário**. 13, n. 20/2015. Disponível em: <www.uff.br/trabalho_necessario> Acesso em 16 de agosto de 2016.

_____. **A Produtividade da Escola Improdutiva**: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____.; CIAVATTA, Maria. Educação Básica no Brasil na Década de 1990: Subordinação Ativa e Consentida à Lógica do Mercado. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, abr. 2013.

GAIGER, Luis Inácio G.; ARAÚJO, Herton. Relatório da análise dos dados do primeiro mapeamento. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO SIES, 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2006.

GAIGER, Luis Inácio G. (Coord.) **A economia Solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais**. São Leopoldo: OIKOS, RS, 2014.

_____. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH** (UFBA. Impresso), Salvador, v. 39, n.39, p. 181-211, 2003.

GIANNOTTI, José Arthur. **A universidade em ritmo de barbárie**. 2 ed. São Paulo: editora Brasiliense, 1986.

GIROUX, Henri. **Teoria crítica e resistencia em educação: para além das teorias de reprodução**. São Paulo: Vozes, 1986.

GONÇALVES, Reinaldo. Vulnerabilidade externa e crise econômica no Brasil. **Revista Inscrita**, Brasília, n. 11, p. 11-20, CFESS, 2009.

GOUGH, Ian. **Economia Política del Estado del bienestar**. Tradução Gregorio Rodrigies Cabrero. Madrid: H. Blume Ediciones, 1982.

GRAMSCI, Antônio . **Cadernos do cárcere**. 2 ed. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; coedição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel** (As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci). Tradução Dario Canali. Porto Alegre: L&PM Editores, 1980.

HARVEY, DAVID. **A produção capitalista do espaço**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **Condição Pós-moderna**. 7 ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1989.

_____. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HIRO, Cassio Diniz; BAUER, Carlos. **História e consciência de classe na educação brasileira**. Lutas e desafios políticos dos trabalhadores em educação de Minas Gerais (1979- 1983). São Paulo: Sundermann, 2015.

HOBBSAWM, Eric John Ernest. Era dos extremos: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUMBOLDT, GS XIII, p.260-261, Apud JHON, Jaime, 2000. In: LAMPERT, Ernani (Org.). **A universidade na virada do século XXI**: Ciência, pesquisa e cidadania. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2000.

IAMAMOTTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. **Temporalis** - Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, Ano II, n.03, p.09-32, 2001.

_____. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

IANNI, Octávio. **Estado e capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

INSTITUTO DE ASSESSORIA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO (IADH), BRASIL. **Avaliação do programa nacional de incubadoras tecnológicas de cooperativas e empreendimentos solidários – PRONINC**. Recife, 2011,340 p. Relatório Final.

IVO, Anete Brito Leal. **Metamorfoses da questão democrática**: governabilidade e pobreza. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

JACCOUD, Luciana. CARDOSO; José Celso Junior. Políticas Sociais no Brasil: Organização, abrangência e tensões da ação Estatal. In:_____. **Questão Social e Política Social no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA 2005.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KOWARICK, Lúcio. Processo de Desenvolvimento do Estado na América Latina e Políticas Sociais. **Serviço Social e Sociedade**. n. 17, São Paulo: Ed. Cortez, ano VI, abr. 1985.

KRUPPA, Sonia (org.) (2005). Economia solidária e educação de jovens e adultos. Brasília: **Inep**. Disponível em <<http://www.seduc.mt.gov.br/educadores>>. Acesso em 17 ago. 2016.

LAMPERT, Êrnani (Org.). **A universidade na virada do século XXI**: Ciência, pesquisa e cidadania. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2000.

_____. **Universidade, docência e globalização**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1999.

LEHER, Roberto. A ideologia da globalização na política de formação profissional brasileira. **Revista Trabalho & Educação**, UFMG, Belo Horizonte, n.04 p,117-134, 2013. Disponível em <<http://portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/view/1530>>. Acesso em 05 out. 2015.

LEHER, Roberto . A Universidade Reformada: atualidade para pensar tendências da educação superior 25 anos após sua publicação. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 318- 340, ago/dez 2013.

_____. Crise estrutural e função social da universidade pública. **Temporalis**, Brasília, v.1, p.15-39, 2010.

_____. Projeto e modelos de autonomia e privatização das Universidades públicas. **Revista da ADUEL**. p.07-20, set. 2003.

_____. Um novo senhor da educação? A política educacional do banco mundial para a periferia do capitalismo. **Outubro**, São Paulo, n.01, p. 19-34, 1999.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Organismos internacionais: o capital em busca de novos campos de exploração. In: NEVES, Lúcia, M. W. **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2002.

_____. Plano Nacional de Educação 2014- 2024: Nova fase do privatismo e da certificação em larga escala. **Universidade e Sociedade**, n.55, fev. 2015. Disponível em <<http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1011061562.pdf>> Acesso em 07 de nov. de 2016.

_____. **Reforma da educação superior nos anos de contra-revolução neoliberal: De Fernando Henrique Cardoso a Luís Inácio Lula da Silva**. 469 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

MANCEBO, Deise. Reforma universitária: reflexões sobre a privatização e mercantilização do conhecimento. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 845-866, especial - out. 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a10v2588.pdf>> Acessado em 28 de novembro de 2016.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **Teoria marxista do Estado**. Tradução M. Reis, Editora : Antídoto, Lisboa: 1977.

MANNHEIM, K. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

_____. **Liberdade, poder e planificação democrática**. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

_____. **Sociologia da Cultura**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1982.

MARCONI, Marina de A; LAKATOS, Eva M. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____; _____. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCOSIN, Adauto Fernandes. **Política Pública de Economia Solidária: Uma Política em Construção**. 2008. 295f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade, Campinas, 2008.

MARSHAL, Theodore H. **Cidadania e Classe Social**. In: _____. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (1845-1846)**. Supervisão editoria Leandro Konder, tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2 ed. São Paulo: Expressão popular, 2008.

_____. **Crítica ao programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

_____. **Crítica ao Programa de Gotha**. Rio de Janeiro: Livraria ciência e Paz, 1984.

_____. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

_____. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O método da economia política**. In: GRUNDRISSE. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MAUÉS, Olgaíses. **Formação e trabalho docente na educação superior**. In: SILVA, JÚNIOR, João dos Reis; et al. (Orgs.) **Educação Superior: Internacionalização, mercantilização e repercussões em um campo de disputas**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 205-228.

MELO NETO, José Francisco. Extensão universitária: bases ontológicas. 2002. **Ed. Universitária, UFPB**. Disponível em: <http://escritoriopiloto.org/sites/default/files/documentos/Extens%C3%A3o%20Universit%C3%A1ria_Bases%20Ontol%C3%B3gicas_%20Jos%C3%A9%20Francisco%20de%20Melo%20Neto.pdf>. Acesso em: 08 out. 2015.

_____. Extensão universitária: Uma análise crítica. **Ed. Universitária. UFPB**. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/livros/pa_I_2001_extensao_universitaria_-_uma_analise_critica.pdf>. Acesso em: 08 out. 2015.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. Tradução Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **A Crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **A educação para além do capital**. 2 ed. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9. ed. revista e aprimorada. São Paulo: Ed. HUCITEC, 2006.

MINTO, Lalo Watanabe. **A educação da miséria: particularidade capitalista e educação superior no Brasil**. São Paulo: Outras expressões, 2014.

_____. **O público e o privado nas reformas do ensino superior brasileiro: do golpe de 1964 aos anos 90**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, [s.n.] 2004.

MISHRA, Ramesh. **O Estado-Providência na Sociedade Capitalista**. Tradução Ana Barradas. Oeiras: Celta, 1995.

_____. **The Welfare State in capitalist society: polycies of retrenchment and maintenance in Europe, North America and Australia**. London: Harvester/Wheatsheaf, 1990.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 2 ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Cultura da Crise e Seguridade Social: Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NASCIMENTO, Yves Romero Tavares do. **Incubadoras de economia solidária e extensão universitária: possibilidades e inovação**. 102 f. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

NAVARRO, Ignez Pinto. **ANDES-SN: Um sindicato de intelectuais**. Mato Grosso: ADUFMT, 2001.

NAVARRO, V. **Neoliberalismo y Estado del bienestar**. 2 ed. Barcelona: Ed. Ariel, 1998.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Cinco Notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, n.3, p.41-50, 2001.

_____. Introdução ao método na teoria social. In: _____. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. Reforma do Estado e impactos no Ensino superior. In: **Temporalis**, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, 2000.

NEVES, Daniela. **Economia Solidária e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Outras expressões, 2013.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. (org.) **Reforma universitária do governo Lula: reflexões para o debate**. São Paulo: Xamã, 2004.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; FERNANDES, Romildo Raposo. Política neoliberal e educação superior. In: _____. (Org.) **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2002.

NOGUEIRA, Maria das Dores. Pimentel. (Org.) **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas**. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; O Fórum, 2000.

_____. **Políticas de extensão universitária brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

NOSSELA, Paulo. Compromisso político e competência técnica: 20 Anos depois. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 90, p. 223-238, jan./abr. 2005, Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 28 de nov. de 2016.

OFFE, Claus . **Capitalismo Desorganizado**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Pereira. **Concepções e Propostas de políticas sociais em curso: tendências, perspectivas e conseqüências**. Brasília: NEPPOS/CEAM/UnB, 1994.

_____. Questão Social, serviço Social e direitos de cidadania. In: **Temporalis**, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, n. 3, Brasília, 2001.

_____. **Sobre a Crise do Welfare State**. Resumo mimeografado baseado em Pierson C. Beyond The Welfare State? Cambridge: Polity Press, 1991; Brasília, 1992.

PIERSON, Christopher. **Beyond the Welfare State?** Cambridge: Polity Press, 1991.

PINHEIRO, Daniel Calbino. **Em busca de contribuições para a gestão na economia solidária: Um estudo a partir da leitura e do caso CECOSOLA**. 270 f. Tese (Doutorado em Administração), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

_____. **Nova Classe média?** o trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

RAZETO, Luís. La economía de solidaridad: concepto, realidad y proyecto. In: **Persona y Sociedad**, v.13, n.2, Santiago, 1999.

REIS, Wanderley. Cidadania democrática, corporativismo e política social no Brasil. In: IPEAS/PLAN (Org.). **Para a década de 90:** prioridades e perspectivas de políticas públicas. v. 4. Brasília: IPEA, 1990.

RÊSES, Erlando da Silva (Org.). **Universidade e movimentos sociais.** Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2015.

_____. A construção do método no materialismo histórico-dialético e a atualidade do pensamento marxista no contexto da crise econômico-financeira. In: CUNHA, Célio da, SOUSA, José Vieira de, SILVA, Maria Abadia (Orgs.). **O método dialético na pesquisa em educação.** Coleção Políticas públicas de educação. Brasília: Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, UnB, 2014.

_____. **De vocação para profissão:** sindicalismo docente da educação básica no Brasil. Brasília: Paralelo 15, 2015.

RONCONI, Luciana. **A Secretaria Nacional de Economia Solidária:** uma experiência de governança pública. 279 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

ROSSANVALON, Pierre. **A nova questão social:** repensando o Estado Providência. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

RUWER, Léia Maria Erlich. **Incubadoras Universitárias na Economia Solidária:** embriões de transformação? 306 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita", São Paulo, 2011.

SAKITA, Daniel Zanuto. **Inovação em serviços e desempenho organizacional:** Estudo de empresas graduadas pela Incubadora de Base Tecnológica da Universidade de Brasília. 114 f. Tese (Doutorado em Administração, Economia, Administração e Contabilidade), Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SALVADOR, Evilásio; BOSCHETTI, Ivanete ; BEHRING, Elaine Rosseti; GRANEMAN, Sara (Orgs.). **Financeirização, fundo público e política social.** São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Fundo público e Seguridade Social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2010.

SANGENIS, Luis Fernando. Extensão universitária: um conceito em transformação. **UNICAMP**, 2012. Disponível em: <http://www.infoteca.inf.br/endipe/smarty/templates/arquivos_template/uplod_arquivos/acervo/docs/3473d.pdf>. Acesso em: 15 out. 2015.

SANTANA, Clécia Rufino. **Educação em Economia Popular Solidária:** O Discurso Educativo das Incubadoras de Empreendimentos Solidários Populares. 200 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

SANTOS NETO, Arthur Bispo dos. **Universidade, ciência e violência de classe**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 5. ed., revisada, Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A universidade no séc. XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade brasileira no séc. XXI**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Universidade, fundação e autoritarismo: o caso da UFSCar. Estação Liberdade**; São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1993.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil**. Bragança Paulista: Edusf, 1999.

_____; _____. **Novas faces da educação superior no Brasil: Reformas do Estado e mudanças na produção**. São Paulo: Cortez, USF- IFAN, 2001.

SILVA, Ademir Alves da. **A gestão da Seguridade social brasileira: Entre a política pública e o mercado**. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Maria Abadia da. **Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial**. Campinas: Autores Associados: Fapesp, 2002.

_____; SILVA, Ronalda Barreto (Orgs.). **A ideia de Universidade: rumos e desafios**. Brasília: Liber Livro Editora, 2006.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Previdência Social no Brasil: (des) estruturação do trabalho e condições para sua universalização**. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Ronalda Barreto. **Educação comunitária: Além do Estado e do mercado? A experiência da campanha nacional de escolas de comunidade - CNEC (1985-1998)**. Campinas: Autores Associados, 2003.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo – reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In : _____.; Souza, André R. (Orgs.) **A Economia Solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____.; MACHADO, João. **Socialismo em discussão: Economia Socialista**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 5 reimpressão, 2013.

SIQUEIRA, Ângela C.; NEVES, Lúcia Maria W. (Orgs.). **Educação Superior: uma reforma em processo**. São Paulo: Xamã, 2006.

SOUZA, Ana Inês (Org.) **Paulo Freire: Vida e obra**. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. Neodesenvolvimentismo: apologia da pobreza. In: MÁCARIO, Eptácio; VALE, Erlenia Sobral; RODRIGUES JÚNIOR, Natan dos Santos **Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social**. (Orgs). Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2016.

TEIXEIRA, Sandra Oliveira. Por trás do fundo menos público, o que está em jogo é a democracia. In: SALVADOR, Evilásio et.al. (Orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.

THEODORO, M. As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. In: JACCOUD, Luciana, et al. **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: Ipea, 2005.

THEODORO, Mário.; DELGADO, Guilherme. Política social: universalização ou focalização: subsídios para o debate. In: **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. Brasília: Ipea, DF, n. 7, ago. 2003.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1986.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. Disponível em: <http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/educacao_cidadania_e_emancipacao_humana.pdf>. Acesso em: 08 out. 2015.

UNESCO. Brasil. Educação Superior: Reforma, mudança e internacionalização. **Anais**. CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO SUPERIOR. Brasília: SESU, 2003. Disponível em <<http://sinter.ufsc.br/files/2015/08/Texto-1-UNESCO.pdf>>. Acesso em 10 de jan. de 2017.

WELLEN, Henrique. **Para a crítica da economia solidária**. São Paulo: Outras expressões, 2012.

WOOD, Elen, **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2006.

Documentos oficiais

BRASIL, SENAES-MTE. Relatórios de Gestão 2010 -2115.

BRASIL, Plano Plurianual Governo Federal período de 2003 á 2019.

Sítios Eletrônicos Consultados

ANDES – SN – <http://www.andes.org.br/andes/portal.andes> (Vários textos e publicações acerca do ensino superior citados no corpo da tese foram extraídos desse site).

ANPROTEC – <http://www.anprotec.org.br>

BRASIL. Palácio do Planalto. Casa Civil. Disponível em:
<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>

FACES- www.facesdobrasil.org.br

http://www.itcp.coppe.ufrj.br/rede_itcp.php

<http://www.unitrabalho.org.br/spip.php>

http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_wrapper&Itemid=240.

http://sociologial.dominiotemporario.com/doc/DICIONARIO_DO_PENSAMENTO_MARXISTA_TOM_BOTTOMORE.pdf

http://www.bdtd.ndc.uff.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=816

http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/07/09/interna_cidades_df,260405/depois-de-escandalos-finatec-e-recredenciada-a-unb.shtml

<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>

http://www.infoteca.inf.br/endiipe/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/3473d.pdf.

<http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>.

http://www.adusp.org.br/files/database/2014/tex_chaui.pdf

<http://www.adusp.org.br/index.php/cadernos/1270-como-e-por-que-as-fundacoes-privadas-qde-apoiq-estao-destruindo-o-carater-publico-e-gratuito-da-usp-mai2004>

http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_wrapper&Itemid=240

<https://brasilfatosedados.wordpress.com/2010/09/09/desemprego-evolucao1986-2010-2/>

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2301200325.htm>

<https://image.slidesharecdn.com/relatorio-avaliacaosenaes-2003-2010-121203070227-phpapp01/95/relatrio-avaliaco-senaes-20032010-22-638.jpg?cb=1354518735>.

<http://www.sinir.gov.br/web/guest/atlas-sies>.

<http://www.venki.com.br/blog/exemplo-analise-swot/>

www.anprotec.org.br

<http://observatorios.dieese.org.br/ws2/tabela/2302>.

http://www.unitrabalho.org.br/IMG/pdf/Estatuto-Outubro_2007-2.pdf

<http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/viewFile/otra.2012.610.05/1158>

<http://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/contas-do-exercicio.htm>

<http://portal.mec.gov.br/index>

<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/235-programas-e-acoas-1921564125/proext-programa-de-extensao-universitaria-1806153218/12243-editais>.

<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/235-programas-e-acoas-1921564125/proext-programa-de-extensao-universitaria-1806153218/12243-editais>

<https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/docente/extensao.jsf?siape=116935>

<http://rccs.revues.org/954>

<http://portal.andes.org.br/imprensa/documentos/imp-doc-811277708.pdf>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Lei/L13341.htm

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e SENAES –
<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria-nacional-de-economia-solidaria>

Ministério da Educação (MEC) - <http://www.mec.gov.br>

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) -
<http://www.inep.gov.br>

Fórum Brasileiro de Economia Solidária – www.fbes.org.br

Siga Brasil – www.senado.gov.br/siga

IPEA - http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160920_nt_28_disoc.pdf

<https://blogdaboitempo.com.br/2016/10/17/a-pec-241-e-o-estado/>.

<http://outubrorevista.com.br/um-novo-senhor-da-educacao-a-politica-educacional-do-banco-mundial-para-a-periferia-do-capitalismo/>

<http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spi-1/ppa-2016-2019/ppa-2016-2019-ascom-3.pdf>

<http://fbes.org.br/2016/07/20/manifesto-da-assembleia-popular-do-movimento-da-economia-solidaria/>

<http://www.rededegestoresecosol.org.br/audiencia-publica-sobre-economia-solidaria-lota-o-plenario-da-camara/>

APÊNDICES

APÊNDICE A

Carta de Apresentação

Brasília, 04 de março de 2016.

Prezados Colaboradores (as),

A pesquisa de campo (entrevistas e aplicação de questionários) ora apresentada tem como proposta obter informações qualitativas para elaboração da tese de Doutorado em Política Social na UnB, intitulada: **As incubadoras Universitárias na Contrarreforma do Ensino Superior Público no Brasil**. Entre os objetivos desse trabalho, pretendemos investigar a configuração da Universidade pública federal brasileira na contemporaneidade e a sua relação com projetos e ações de “Economia Solidária” desenvolvidos no âmbito das incubadoras universitárias. Serão entrevistados docentes e discentes das incubadoras universitárias, técnicos da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes-MTE) e representantes do Fórum Nacional de Economia Solidária selecionados para essa pesquisa.

A sua participação nesse estudo é imprescindível para o processo de investigação, uma vez que estará colaborando com as informações pertinentes sobre o que muda e o que permanece na complexa e dinâmica realidade que constitui a existência de incubadoras em universidades públicas brasileiras. Portanto, consideramos sua participação essencial no desenvolvimento do estudo. Não obstante, terá a liberdade de se recusar a participar e ainda de se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Caso necessite, poderá dirimir dúvidas e ou pedir mais informações diretamente com a pesquisadora Jucileide Ferreira do Nascimento através dos telefones (61) 8273-4689 e 3052-7035 e e-mail nascimento.jucileide@gmail.com.

As entrevistas serão realizadas presencialmente nos locais indicados pelo entrevistado e ou acordado diretamente com a pesquisadora. Todas as informações coletadas nesse estudo são estritamente confidenciais. Para tanto, os seus dados serão identificados com um código e não com o nome. Apenas os membros da pesquisa terão conhecimento dos dados, o que assegurará, assim, sua privacidade.

Antecipadamente agradeço a sua disponibilidade e colaboração nesse processo de investigação e pesquisa acadêmica.

Jucileide Ferreira do Nascimento
Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Política Social - UnB

APENDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PESQUISA: As incubadoras Universitárias na Contrarreforma do Ensino Superior Público no Brasil

As informações contidas nesta folha, fornecidas por _____, têm por objetivo firmar acordo escrito com a(o) voluntária(o) para participação da pesquisa acima referida, autorizando sua participação com pleno conhecimento da natureza dos procedimentos a que ela(e) será submetida(o).

- 1) Natureza da pesquisa: Esta pesquisa de Tese de Doutorado tem como finalidades: Investigar a configuração da Universidade pública federal brasileira na contemporaneidade e a sua relação com projetos e ações de “Economia Solidária” desenvolvidos no âmbito das incubadoras universitárias; e tem fins exclusivamente acadêmicos.
- 2) Participantes da pesquisa: Serão entrevistados docentes e discentes das incubadoras universitárias, técnicos da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes-MTE) e representantes do Fórum Nacional de Economia Solidária selecionados para esta pesquisa.
- 3) Envolvimento na pesquisa: Ao participar deste estudo você estará colaborando com o processo de investigação sobre o que muda e o que permanece na complexa e dinâmica realidade que constitui a existência de incubadoras em universidades públicas brasileiras. Você tem liberdade de se recusar a participar e ainda de se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para você. Sempre que quiser, poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone (61) 8273-4689 e 3052-7035.
- 4) Sobre as coletas ou entrevistas: As entrevistas serão realizadas presencialmente nos locais indicados pelos entrevistados e nos horários por eles estabelecidos e de comum acordo com a pesquisadora Jucileide Ferreira do Nascimento.
- 5) Riscos e desconforto: Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos, conforme resolução nº. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde – Brasília – DF.
- 6) Confidencialidade: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Os dados do(a) entrevistado(a) serão identificados com um código,

e não com o nome. Apenas os membros da pesquisa terão conhecimento dos dados, o que assegurará, assim, sua privacidade.

- 7) Benefícios: Ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo contribua com informações significativas que devem acrescentar elementos importantes à literatura, já que a pesquisadora se compromete a divulgar os resultados obtidos.
- 8) Pagamento: Você não terá nenhum tipo de despesa ao autorizar sua participação nesta pesquisa, bem como nada será pago pela participação.
- 9) Liberdade de recusar ou retirar o consentimento: Você tem a liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo sem penalizantes.

Após esses esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para permitir sua participação nesta pesquisa. Portanto, preencha os itens que seguem:

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, RG _____, após a leitura e compreensão dessas informações, entendo que a minha participação é voluntária, e que posso sair a qualquer momento do estudo, sem prejuízo algum. Confirmando que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Obs: Não assine este termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Brasília, ____/____/____ Telefone para contato: _____

Assinatura do Entrevistado: _____

Assinatura do Pesquisador: _____

Contatos para dirimir dúvidas ou quaisquer esclarecimentos:

Jucileide Ferreira do Nascimento: nascimento.jucileide@gmail.com (61) 8273-4689 e 3052-7035

APENDICE C

Roteiro de entrevistas - Docentes representantes das Incubadoras Universitárias

Parte I - Perfil do Entrevistado

Titulação:

Área de Formação Básica:

Curso ao qual vincula-se na Universidade:

Tempo atuando com Incubadora Universitária:

Função que ocupa na Incubadora Universitária:

Parte II - O que é Universidade

- 1- Como você conceituaria a instituição Universidade?
- 2- Qual o papel da Universidade pública brasileira nos dias atuais?
- 3- A Universidade pública vem cumprindo o seu papel? Se sim, de que forma? Se não, quais os óbices?

Parte III - O que é Economia Solidária

1. O que você entende por economia solidária?
2. Qual a relação entre economia solidária e Universidade pública?
3. Quais os limites e possibilidades da economia solidária no sistema capitalista de produção?

Parte IV - O que é Extensão Universitária

1. Qual a sua concepção de extensão universitária?
2. Qual o papel da extensão na sua concepção?
3. Como se materializa a extensão universitária dessa IFES?
4. Qual a relação entre economia solidária e extensão universitária?
5. Ocorre nessa IFES a indissociabilidade entre extensão, pesquisa e ensino?

Parte V - O que é Incubadora Universitária

1. Qual o conceito e o papel da incubadora universitária?
2. Como se materializa a extensão universitária nesta IFES?
3. Quando começou a ser organizada a incubadora e qual foi o fator que mobilizou a sua criação no âmbito da IFES?
4. Qual a relação entre a IFES e a incubadora universitária?
5. Qual a relação entre extensão universitária e incubadora universitária?
6. Qual a natureza das ações e programas desenvolvidos pela incubadora desta IFES?
7. Qual a relação da incubadora desta IFES com as atividades de ensino, pesquisa e extensão?
8. Quais as instâncias de articulação e organização política da incubadora desta IFES ?
9. Como são mantidas as ações da Incubadora? Qual a origem dos recursos?

APÊNDICE D

Roteiro de entrevistas - Discentes representantes das Incubadoras Universitárias

Parte I - Perfil do Entrevistado

Área de Formação Básica:

Curso ao qual vincula-se na Universidade:

Tempo atuando com Incubadora Universitária:

Função que ocupa na Incubadora Universitária:

Parte II - O que é Universidade

1. Como você conceituaria a instituição Universidade?
2. Qual o papel da Universidade pública brasileira nos dias atuais?
3. A Universidade pública vem cumprindo o seu papel? Se sim, de que forma? Se não, quais os óbices?

Parte III - O que é Economia Solidária

1. O que você entende por economia solidária?
2. Qual a relação entre economia solidária e Universidade pública?
3. Quais os limites e possibilidades da economia solidária no sistema capitalista de produção?

Parte IV - O que é Extensão Universitária

1. Qual a sua concepção de extensão universitária?
2. Qual o papel da extensão na sua concepção?
3. Como se materializa a extensão universitária desta IFES?
4. Qual a relação entre economia solidária e extensão universitária?
5. Ocorre nesta IFES a indissociabilidade entre extensão, pesquisa e ensino?

Parte V - O que é Incubadora Universitária

1. Qual o conceito e o papel da incubadora universitária?
2. Como se materializa a extensão universitária nesta IFES?
4. Qual a relação entre a IFES e a incubadora universitária?
5. Qual a relação entre extensão universitária e incubadora universitária?
6. Qual a natureza das ações e programas desenvolvidos pela incubadora desta IFES?
7. Qual a relação da incubadora desta IFES com as atividades de ensino, pesquisa e extensão?
8. Como a sua inserção na incubadora contribui para sua formação?

APÊNDICE E

Roteiro de entrevistas - Representantes da Senaes – TEM

Parte I - Perfil do Entrevistado

Titulação:

Área de Formação Básica:

Tempo atuando na Senaes:

Função que ocupa na Senaes:

Parte II - O que é Economia Solidária

1. O que você entende por economia solidária?
2. Quais os limites e possibilidades da economia solidária no sistema capitalista de produção?
3. Como a Economia Solidária contribui para geração de emprego?

Parte III - O processo de institucionalização da Economia Solidária

1. Qual foi o marco inicial da economia solidária no Brasil?
2. Qual o cenário que possibilitou a sua institucionalização?
3. Quais as instancias de articulação e mobilização política da Economia solidária no Brasil?
4. Quais as fontes de recursos da Economia Solidária?
5. Quem ou quais são os sujeitos políticos da economia solidária hoje no Brasil?

Parte IV - Relação economia solidária e Universidades públicas

1. Como se materializa a economia solidária nas IFES?
2. Qual a natureza das ações e programas desenvolvidos pelos projetos de economia solidaria nas IFES?
3. Qual a relação entre os projetos e ações de economia solidária e as atividades de ensino, pesquisa e extensão das IFES?
4. Qual a relação da Economia Solidária com as Incubadoras?

APÊNDICE F

Roteiro de entrevistas representantes - Fórum Nacional de Economia Solidária

Parte I - Perfil do Entrevistado

Titulação:

Área de Formação Básica:

Tempo atuando no Fórum Nacional de Economia Solidária:

Função que ocupa no Fórum Nacional de Economia Solidária:

Parte II - O que é Economia Solidária

1. O que você entende por economia solidária?
2. Quais os limites e possibilidades da economia solidária no sistema capitalista de produção?

Parte III - O processo de institucionalização da Economia Solidária

1. Qual foi o marco inicial da economia solidária no Brasil?
2. Qual o cenário que possibilitou a sua institucionalização?
3. Quais as instâncias de articulação e mobilização política da Economia solidária no Brasil?
4. Quais as fontes de recursos da Economia Solidária?
5. Quem ou quais são os sujeitos políticos da economia solidária hoje no Brasil?

Parte IV - Relação economia solidária e Universidades públicas

1. Como se materializa a economia solidária nas IFES?
2. Qual a natureza das ações e programas desenvolvidos pelos projetos de economia solidária nas IFES?
3. Qual a relação entre os projetos e ações de economia solidária e as atividades de ensino, pesquisa e extensão das IFES?
4. Qual a relação da Economia Solidária com as Incubadoras?

APÊNDICE G

Roteiro de questionários para representantes de comunidades que possuíram ou possuem projetos de extensão das Incubadoras Universitárias

Aspecto I – Identificação, organização, funcionamento e articulação política.

Parte 1 - Identificação do Empreendimento e ou Comunidade

A1. Comunidade\Instituição\Estado\Região do Brasil

_____ \ _____ \ _____

A2. Atividade desenvolvida _____

A.3. Período de incubação do Projeto

_____ \ _____

A.4. Número de pessoas que participam do Projeto

A.5. Recebem valores financeiros relativos às atividades desenvolvidas? De que forma?

A.6. Possuem regimento interno?

Parte 2 - Articulação e Mobilização Política do Empreendimento ou Comunidade

1- Quais as instâncias ou fóruns de articulação política dos quais vocês participam?

2- Qual a periodicidade da participação nas atividades promovidas por essas instâncias?

Anual () semestral () trimestral () bimestral () mensal () quinzenal () semanal ()

Aspecto II - Relações Institucionais

Parte 1 - Relação com a Incubadora

1- Quais as atividades que a Incubadora realiza junto a vocês? Qual a periodicidade da realização dessas atividades?

2- Quais as metodologias utilizadas para o desenvolvimento dessas atividades?

3- Quais os mecanismos de participação e protagonismo político de vocês? Como

vocês se organizam internamente?

4- Existe participação ativa de vocês nas ações desenvolvidas pela incubadora na Comunidade ou empreendimento?

5- Como ocorrem os processos decisórios?

6- Houve mudanças comportamentais das pessoas ligadas ao empreendimento ou comunidade com a atuação da Incubadora? Quais?

7- Quais as chances de auto-sustentação de vocês após a finalização do processo de incubação?

Parte 2- Relação com a IFES

1- Qual o papel da Universidade na sociedade atual?

2- Vocês participam de outras atividades realizadas no âmbito da Universidade? Quais?

APÊNDICE H

Lista de Incubadoras Universitárias que receberam recursos do Proninc até dezembro de 2014, por Região do Brasil

Região	Incubadora – IFES
Nordeste	1- Inicies – UFRN - Federal
	2-ICPA – UFC - Federal
	3- ITES - UFPI- Federal
	4- ITEES - UFSE– Federal
	5- IESOL (Unitrabalho) - UFAL- Federal
	6- Incuba – Uneb – Estadual
	7- ITCP - Uneb – Estadual
	8- IESS – UFRB – Federal
	9- ITES - UFBA – Federal
	10- ITCP – UCSAL - Confessional
	11- ITCP - Fafire\PE – Federal
	12- IFBA - Instituto Federal
	13- Incutes - IFPB - Instituto Federal
	14- Incubacoop - UFRPE - Federal (Federal de Pernambuco)
	15- IUSS – UFCG - PB - Federal
Norte	1- ITCES - UFPA - Federal
	2- ITES - UFRA - Federal (Rural Amazonas)
	3- ITCP – UFR - Federal (Federal de Roraima)
	4- ITCP – UFMS
	5- Els\ITCP - UEMS – Estadual
Sul	1- IRCP – UFSCar - Federal
	2- Unitrabalho - UEM - Estadual (Maringá)
	3- Unitrabalho - UEM - Estadual (Umuarana)
	4- IESOL – UEPG - Estadual (PR)
	5- ITCP - UFPR – Federal
	6- ITCP – Furb - Comunitária (Blumenau)
	7- ITCP - Unochapecó - Comunitária
	8- ITES – Unoesc - Comunitária (Xanxerê)
	9- ITCSOL – Unijuí - Confessional
	10- NEA - UFRGS - Federal
	11- Tecnosociais - Unisinos (Confessional)

	12- Nestic - Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas (UCPEL - Confessional - Pelotas - RS)
	13- Incubadora de Economia Solidária da Feevale - Confessional (Novo Hamburgo - RS)
	14- Intecoop - Indese - Furg – Confessional (Rio Grande - RS)
Centro – Oeste	1- PUC - GO - Confessional
	2- Incubadora Social - UFG - GO - Federal
	3- Incubadora Social e Solidária - UnB - Federal
	4- ITCP - UFMS - Federal
	5- ELOS – ITCP - UEMS - MS - Estadual
	6- ITCP - UFGD - Federal (Dourados - MS)
Sudeste	1- Incoop – Unesp - Assis – Estadual
	2- ITCP - Unicamp - Estadual
	3- ITCP - USP - Estadual
	4- ITCP - Ufes - Federal
	5- ITCP - FSA - Comunitária (Santo André - SP)
	6- Inconesp - Estadual (Franca - SP)
	7- ITCP - UFV - Federal (Viçosa – MG)
	8- ITCP - Unimontes – Estadual
	9- ITCP - UFSJ – MG - Federal
	10- Incubacoop - ITCP - Ufla (Lavras - MG)
	11- Centro de Incubação de Empreendimentos da Economia Solidária - UFU - (Uberlândia - MG) Federal
	12 – Itecoop - UFJF - Federal (MG)
	13- ITCP – Coope - UFRJ - Federal
	14- ITCP - FGV - Privada (São Paulo)
Total de Incubadoras	54

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponíveis no site da Senaes-MTE. Acesso em 10 de out. de 2015.

APÊNDICE I

Quadro com Incubadoras que receberam recursos do Proninc até dezembro de 2014 por IFES em Região do Brasil

Região	Incubadora – IFES
Nordeste	1- Inicies – UFRN - Federal
	2- ICPA – UFC - Federal
	3- ITES – UFPI - Federal
	4- ITEES – UFSE - Federal
	5- IESOL (Unitrabalho) – UFAL - Federal
	6- IESS – UFRB – Federal
	7- ITES - UFBA – Federal
	8- ITCP - Fafire\PE - Federal
	9 - Incubacoop- UFRPE - Federal (Federal de Pernambuco)
	10 – IUESS – UFCG - PB - Federal
Norte	1- ITCES - UFPA - Federal
	2- ITES UFRA - Federal (Rural Amazonas)
	3 - ITCP – UFR - Federal (Federal de Roraima)
	4- ITCP - UFMS - Federal
Sul	1- IRCP – UFSCar - Federal
	2- ITCP - UFPR – Federal
	3 - NEA - UFRGS - Federal
Centro – Oeste	1- Incubadora Social - UFG - GO - Federal
	2- Incubadora Social e Solidária - UnB - Federal
	3- ITCP - UFMS - Federal
	4- ITCP - UFGD - Federal (Dourados-MS)
Sudeste	1- ITCP- Ufes - Federal
	2- ITCP - UFV - Federal (Viçosa - MG)
	3- ITCP - UFSJ - MG - Federal
	4- Incubacoop - ITCP - Ufla (Lavras – MG)
	5- Centro de Incubação de Empreendimentos da Economia Solidária - UFU - (Uberlândia - MG) Federal
	6 – Itecoop - UFJF - Federal (MG)
	7-- ITCP- Coope - UFRJ - Federal
Total de Incubadoras em IFES	28

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponíveis no site da Senaes - MTE. Acesso em 10 de out. de 2015.

APÊNDICE J

Valores Nominais das tabelas 10 e 11

Tabela 15: Execução Orçamentária Senaes – Ação Fomento à Incubadora de EES 2008- 2011 Valores Pagos (em milhões de reais)

Exercício	Programa Economia Solidária em desenvolvimento (Programa cód.1133)	Fomento à Incubadora de Empreendimento Econômico Solidário (Ação cód.4850)	Porcentagem
2008	23.895.981,35	1.750.000,00	7,32%
2009	16.082.582,49	1.250.000,00	7,77%
2010 ¹⁸⁹	10.300.831,00	1.681.920,83 ¹⁹⁰	16,33%
2011	22.372.021,79	544.356,53	2,43%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponíveis em <<http://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/contas-do-exercicio.htm>>. Valores nominais. Acesso em 13 de mar. de 2017.

Tabela 16: Execução Orçamentária – Ação Fomento à Incubadora de EES 2012-2015 - Valores Pagos (em milhões de reais)

Exercício	Fomento e Fortalecimento de EES e suas Redes de Cooperação (20YT)	Fortalecimento da Institucionalização da Política Nacional de Economia Solidária (20ZL)	Fomento para Organização e o Desenvolvimento de Cooperativas Atuantes com resíduos sólidos (8274)	Restos a Pagar de exercícios anteriores (Fomento à Incubadora de Empreend. Econômico Solidário - cód.4850)
2012	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	2.510.892,00
2013	8.945.739,00	2.600.621,00	6.165.182,00	814.521,35
2014	11.605.557,00	5.537.972,00	7.998.463,00	Não se aplica
2015	8.598.874,90	2.136.686,88	2.480.543,00	Não se aplica

Fonte: Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponíveis em <<http://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/contas-do-exercicio.htm>>. Valores nominais. Acesso em 13 de mar. de 2017.

¹⁸⁹ Nesse relatório de gestão exercício 2010 apresentado ao TCU (p. 17) a equipe técnica da Senaes informou que houve um contingenciamento dos recursos inicialmente previsto na ordem de 24,9% e o ano eleitoral também gerou problemas para a execução das ações previstas.

¹⁹⁰ Na análise feita pela Senaes no relatório de gestão (p. 18) a ação 4850 foi prejudicada pelo decreto de contingenciamento dos recursos (24,9%), que gerou a falta de liquidez para cumprimento das obrigações de desembolso das parcelas de recursos com convênios já celebrados.